



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WELLINGTON SAMPAIO DA SILVA

**LIVROS EM GUERRA: A ESCRITA E A DISPUTA DO PASSADO SOBRE A
GUERRILHA DO ARAGUAIA (1978-2015).**

FORTALEZA

2019

WELLINGTON SAMPAIO DA SILVA

LIVROS EM GUERRA: A ESCRITA E A DISPUTA DO PASSADO SOBRE A
GUERRILHA DO ARAGUAIA (1978-2015).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Área de Concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Memória e temporalidade.

Orientadora: Dr^a Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S584l Silva, Wellington Sampaio da.
Livros em guerra : a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015) /
Wellington Sampaio da Silva. – 2019.
260 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em História, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.
1. Livros. 2. Guerra de memória. 3. Guerrilha do Araguaia. I. Título.

CDD 900

WELLINGTON SAMPAIO DA SILVA

LIVROS EM GUERRA: A ESCRITA E A DISPUTA DO PASSADO SOBRE A
GUERRILHA DO ARAGUAIA (1978-2015).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Área de Concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Memória e temporalidade.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Rita Fonteles Duarte (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dr^a Kênia Sousa Rios (Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dr^a Lucileide Cardoso Costa (Examinadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA)

Prof^o Dr. Edmilson Alves Maia Júnior (Examinador)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Para que esse trabalho fosse desenvolvido, houve a contribuição de inúmeras pessoas que, de forma direta ou indireta, participaram de sua escrita. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Wilson Ângelo da Silva e Cléia Sampaio da Silva pelo incentivo e pelas palavras de apoio durante esses quatro anos do curso de Doutorado em História.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial aqueles cujo contato foi estreitado pelo fato de cursar alguma das disciplinas ministradas por eles e/ou por trabalhar com temáticas afins, que, nesse caso, faço questão de citar: a professora Kênia Sousa Rios e o professor Francisco Régis Lopes Ramos, pelas críticas e sugestões ao texto; a professora Meize Regina de Lucena Lucas, pelo apoio e as discussões da disciplina de Estudos Avançados em História Social; o professor Antônio Gilberto Ramos Nogueira, por suas críticas e sugestões para o alargamento das questões discutidas no trabalho.

À minha orientadora, professora Ana Rita Fonteles Duarte, por sua disposição, sua pontualidade, suas sugestões e suas críticas ao texto. A ela, que acompanhou todo o desenrolar deste trabalho, as dificuldades e os possíveis avanços nas reflexões propostas, o meu muito obrigado. Quando “crescer”, em termos intelectuais, gostaria de ser um pouco esse profissional que você representa.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em História, professores Antônio Luiz Macedo e Silva Filho, Frank Pierre Gilbert Ribard e Francisco Régis Lopes Ramos, o meu obrigado.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em História Luciana Cavalcante, sempre à disposição para solucionar as questões concernentes ao andamento do curso, aos relatórios, prazos, horários, documentos e outros, o meu agradecimento.

Aos colegas e amigos de turma, com os quais estudei nesses anos, e, nesse sentido, faço questão de citá-los: ao Eduardo Lúcio, à Maria Lucélia, à Jormana Maria, ao Fábio Leonardo, ao Antônio Nelorracion (Ney), ao José Maria, ao Danilo Linard, ao Jorge Luiz e ao Kamillo Karol o meu muito obrigado. Com vocês, experienciei momentos alegres, difíceis e esperançosos nesses quatro anos. Obrigado por terem me recebido em Fortaleza nessa turma de Doutorado. Guardarei na memória alguns momentos pelos quais passamos nesses anos.

Em Fortaleza, o meu agradecimento aos amigos Assis Daniel, Helton Filho e Keitson Emiliano, com os quais dividi moradia em 2014.

À instituição na qual trabalho, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO – câmpus de Araguaína), pelo apoio dispensado desde o início do meu trabalho, em especial nesses últimos dois anos. Aqui também cito alguns nomes sem os quais seria muito difícil a conclusão deste estudo: o professor Jonierson de Araújo da Cruz, pelo incentivo e apoio; o professor Ângelo Cássio Bezerra Nascimento, pelos contatos em Fortaleza; o professor Gildemberg da Cunha Silva, pelo apoio; a professora Daiane Aparecida Tonaco, por assumir, inicialmente, minhas turmas e proporcionar que eu pudesse me dedicar integralmente à pesquisa; Divina Marcia, pelas palavras de incentivo e otimismo nos momentos de dificuldades; o professor Weliton Nascimento, pelo seu apoio na organização de horários de aulas que proporcionasse a minha dedicação à pesquisa; e Cristiano Fernandes Mateus, pelo incentivo e por todo o apoio institucional dispensado.

Em Araguaína, não poderia deixar de agradecer o apoio logístico disponibilizado pela minha amiga Antônia Alves dos Santos, sobretudo no meu primeiro ano do curso.

A todos(as) vocês o meu muito obrigado de coração pelo apoio dispensado ao longo desses anos. Socializo o resultado deste trabalho com vocês, e concluo me apropriando das palavras do poeta Fernando Pessoa, que diz: “Valeu a pena? Tudo a vale a pena, se a alma não é pequena.”

“A guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”. (Thomas Hobbes)

RESUMO

A presente pesquisa analisa a construção das memórias por meio da escrita e da publicação de livros acerca da Guerrilha do Araguaia, movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região do Araguaia (sul do Pará, norte de Goiás, atual Tocantins e sul do Maranhão). A guerrilha, de forma geral, tinha o objetivo de, a partir do campo, conquistar as cidades e instaurar o comunismo no Brasil. Inspirados na teoria de Mao Tsé-Tung, os guerrilheiros começaram a chegar à região do Araguaia em 1966, permanecendo entre os seus moradores na clandestinidade até 1972, quando o movimento foi descoberto pelas Forças Armadas. Foram organizadas três operações militares para combater a guerrilha entre os anos de 1972 e 1974, tendo como resultado a vitória dos militares pelas armas. A discussão proposta nesta tese traz para o debate historiográfico as disputas sobre o passado desse acontecimento por meio da escrita, mais especificamente a partir dos livros publicados ao longo dos anos após o fim do conflito armado no sul do Pará. Nesse sentido, parto do princípio de que a “guerra não acabou”. Em termos bélicos a Guerrilha do Araguaia foi concluída, ou melhor, vencida pelos militares, em dezembro de 1974. Entretanto, a “vitória pelas armas” não encerrou outra batalha — a da memória —, presente de forma particular a partir dos livros publicados sobre o conflito. Neles, as memórias construídas enfatizam diferentes versões para a Guerrilha do Araguaia e demonstram sentimentos de revanchismos e ressentimentos de um movimento que tem várias lacunas, segredos de Estado, documentos e restos mortais de guerrilheiros ocultados. Assim, as disputas por meio da memória continuam existindo no presente e são travadas por jornalistas, militantes e militares. Nesse sentido, as obras analisadas ao longo deste trabalho são alguns exemplos dessa disputa/batalha a partir da escrita acerca da Guerrilha do Araguaia.

Palavras-chave: Livros. Guerra de memória. Guerrilha do Araguaia.

ABSTRACT

This research analyzes the construction of memories through the writing and publication of books about the Araguaia Guerrilla, an armed movement organized by the Communist Party of Brazil (PC do B) in the region of Araguaia (south of Pará, north of Goiás, currently Tocantins and south of Maranhão). The guerrilla, in general, aimed to conquer cities from the fields and institute communism in Brazil. Inspired by Mao Zedong's theory, the guerrilla fighters began arriving in the Araguaia region in 1966, remaining in hiding among their residents until 1972, when the movement was discovered by the Armed Forces. Three military operations were organized to combat the guerrilla between 1972 and 1974, resulting in the victory of the military by arms. The discussion proposed in this thesis brings to the historiographical debate the disputes over the past of this event through writing, more specifically from the books published in the years after the end of the armed conflict in the south of Pará. In this sense, I start from the principle that the “war is not over”. In warlike terms, the Araguaia Guerrilla was concluded, or rather defeated by the military, in December 1974. However, the “victory by arms” did not end another battle - that of memory -, particularly present in the published books about the conflict. In these books, constructed memories emphasize different versions for the Araguaia Guerrilla and demonstrate feelings of revenge and resentment of a movement that has several loopholes, state secrets, documents, and hidden mortal remains of guerrilla fighters. Thus, memory disputes continue to exist in the present and are fought by journalists, militants, and the military. In this sense, the works analyzed in this study are some examples of this dispute/battle which arises from the writing about the Araguaia Guerrilla.

Keywords: Books. Memory war. Araguaia Guerrilla.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da região da Guerrilha do Araguaia	13
Figura 2 – Mapa da localização dos destacamentos guerrilheiros	15
Figura 3 – Capa do livro A Guerrilha do Araguaia – História Imediata	37
Figura 4 – Capa do livro Guerra de guerrilhas no Brasil	50
Figura 5 – Capa do livro Araguaia: o partido e a guerrilha	67
Figura 6 – Capa do livro Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada	76
Figura 7 – Capa da 5ª edição do livro Combate nas trevas	85
Figura 8 – Capa do livro Xambioá: guerrilha no Araguaia	92
Figura 9 – Capa do livro Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade	104
Figura 10 – Capa do livro Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia	118
Figura 11 – Capa do livro Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964	120
Figura 12 – Capa do livro Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente	132
Figura 13 – Capa O livro negro do terrorismo no Brasil. Vol. 1 e 2	150
Figura 14 – Capa do livro A verdade sufocada	152
Figura 15 – Convite lançamento de Orvil no Rio de Janeiro	164
Figura 16 – Convite lançamento de Orvil em Brasília	164
Figura 17 – Página da versão digital do Orvil	165
Figura 18 – Capa Orvil: tentativas de tomada do poder	183
Figura 19 – Capa do livro Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas	197
Figura 20 – Capa da 2ª edição Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas	207
Figura 21 – Capa do livro A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia	211
Figura 22 – Capa do livro Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha	229

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS PRIMEIROS ESCRITOS ACERCA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA EM LIVROS	
2.1. Os livros enquanto lugar de batalhas e acertos de contas da memória.....	27
2.2. O primeiro momento das construções das memórias sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-1979): os livros escritos por jornalistas	31
2.2.1. <i>A escrita da Guerrilha do Araguaia na Revista História Imediata</i>	31
2.2.2. <i>A guerrilha narrada pelo jornalista Fernando Portela em Guerra de guerrilhas no Brasil</i>	49
2.3. A escrita da Guerrilha do Araguaia por intelectuais de esquerda (1980-1987)	63
2.3.1. <i>As disputas dentro do PC do B: o Partido e a Guerrilha</i>	64
2.3.2. <i>A luta armada em questão através do livro Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada</i>	74
3 A DISPUTA PELO PASSADO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: A ESCRITA DOS MILITARES	
3.1. A escrita da Guerrilha do Araguaia enquanto romance	89
3.2. A versão da Guerrilha do Araguaia centrada na ideia de “revanchismo”	99
3.3. A escrita da Guerrilha do Araguaia através das memórias dos combatentes no Araguaia	116
3.3.1. <i>As memórias da Guerrilha do Araguaia construídas pelo tenente José Vargas Jiménez em seus livros: a narrativa da guerrilha na visão do “combatente de selva”</i>	116
3.3.2. <i>Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente – a escrita centrada na ideia de “testemunho”</i>	129
4 “OS DERROTADOS TROCARAM AS ARMAS PELAS PALAVRAS”: A GUERRILHA DO ARAGUAIA EM ORVIL E A VERDADE SUFOCADA	
4.1. A resposta dos militares a versão da esquerda: O Projeto Orvil versus o Projeto Brasil Nunca Mais	147
4.2. A construção das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia em <i>A verdade sufocada</i>	151

4.3. Orvil: da versão digital à publicação em livro	159
5 A ESCRITA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NA INTERPRETAÇÃO DE HISTORIADORES	
5.1. A escrita da Guerrilha do Araguaia a partir do materialismo histórico	194
5.2. A escrita da Guerrilha do Araguaia na perspectiva da memória dos militares em A lei da selva	208
5.3. A escrita da Guerrilha do Araguaia centrada nos aspectos econômicos e sociais em "Os protagonistas do Araguaia"	221
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
FONTES	240
REFERÊNCIAS.....	249

1. INTRODUÇÃO

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região do Araguaia. Após discussões entre as lideranças do Partido, dentre elas Maurício Grabois¹ e João Amazonas², foi escolhida a área corresponde ao sul do Pará, norte de Goiás (atual Tocantins) e sul do Maranhão (ver figura 1).

Figura 1 – Mapa da região da Guerrilha do Araguaia.



Fonte: Site Toda Matéria (2016).

¹ Segundo informações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Maurício Grabois nasceu em Salvador em 1912, filho de judeus ucranianos. Na década de 1930, trabalhou para organizar o Partido Comunista do Brasil (PCB). Após o Estado Novo, foi eleito deputado constituinte pelo Distrito Federal, em 1946 — nessa época, o Rio de Janeiro. Em 1947, teve seu mandato cassado e, no ano seguinte, passou a militar na clandestinidade. Fez parte da direção do jornal *A Classe Operária*, de 1945 a 1949. Foi um dos líderes da dissidência que fundou, em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B). No Araguaia, Maurício Grabois (Mário) fez parte da Comissão Militar e foi uma das figuras de liderança dos guerrilheiros. Sua morte teria ocorrido em 25 de dezembro de 1973, segundo informações do relatório de Ângelo Arroyo. Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3, p. 1565-1566.

² Segundo o jornalista Leonencio Nossa, João Amazonas de Souza Pedrosa nasceu em Belém (PA) em, 1912. Foi um dos organizadores do Partido Comunista do Brasil (PCB) e eleito deputado constituinte em 1945, pelo Distrito Federal. Assim como Grabois, também fez parte da dissidência do PCB que levou a criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962. Ver NOSSA, 2012, p. 43-45. No Araguaia João Amazonas era o Cid. Ele foi um dos guerrilheiros que conseguiu sair da área e, após o fim da guerrilha, continuou na militância política do PC do B. João Amazonas e Ângelo Arroyo atuavam na época fazendo a ligação entre o Araguaia e o Comitê Central do Partido em São Paulo.

Antes de seguir para essa área, alguns militantes do PC do B, tiveram que deixar o país com o objetivo de realizar treinamento de guerrilha na China.³ Para a agremiação, o modelo a ser seguido de guerrilha era justamente o chinês, ou seja, a guerra popular prolongada deveria partir do campo para as cidades; daí, portanto, a escolha da região do Araguaia. Era uma área estratégica do ponto de vista do Partido: extensa floresta, o que garantiria a sobrevivência dos militantes e dificultaria a ação do inimigo; isolamento do restante do país, pois, na década de 1960, essa área se encontrava, do ponto de vista geográfico, isolada do resto do Brasil e socialmente constituída por uma população pobre e explorada.⁴ Foi nessa região que, a partir de 1966, alguns militantes do PC do B chegaram e estabeleceram posses, farmácias e vendas, tentando conquistar, por meio da camaradagem, os moradores locais quanto ao ideal revolucionário.⁵ Eram os chamados “paulistas”. Eram nomeados assim pela população local porque chegaram à região se passando por mascates, vendendo mercadorias trazidas de São Paulo. Daí a denominação atribuída a eles até a chegada dos militares, em abril de 1972.

Eles foram chegando de forma paulatina e em diferentes momentos, sem levantar suspeitas de que faziam parte do PC do B. Sendo uma região de constante presença de migrantes, esses jovens não causaram, nos moradores, inicialmente, a percepção de que eram diferentes deles. Quem eram esses militantes? Quantos? O que desejavam? Como conquistar a população local a seu projeto? Como estavam organizados? São questionamentos que podem ajudar a entender o que foi esse movimento armado.

É importante destacar que a Guerrilha do Araguaia não constituiu o único movimento rural armado do Brasil nos anos de 1960. Antes dele, houve a tentativa de implantação de guerrilha rural na Serra do Caparaó, localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, organizada pelo Movimento Nacional Revolucionário (MNR), com o apoio de Leonel Brizola e de Cuba, nos anos de 1966 a 1967.⁶ Entretanto, o Araguaia acabou adquirindo uma maior visibilidade pela duração que o movimento teve e a dificuldade encontrada pelas Forças Armadas em abafá-lo.

Até abril de 1972, quando os militares chegaram à região em busca dos chamados “terroristas” e “comunistas”, os militantes do PC do B viviam em meio à população e, geralmente, prestavam algum tipo de trabalho social, como, por exemplo, assistência à saúde, alfabetização de crianças e adultos e ajuda nas atividades da roça. Segundo o relatório final da

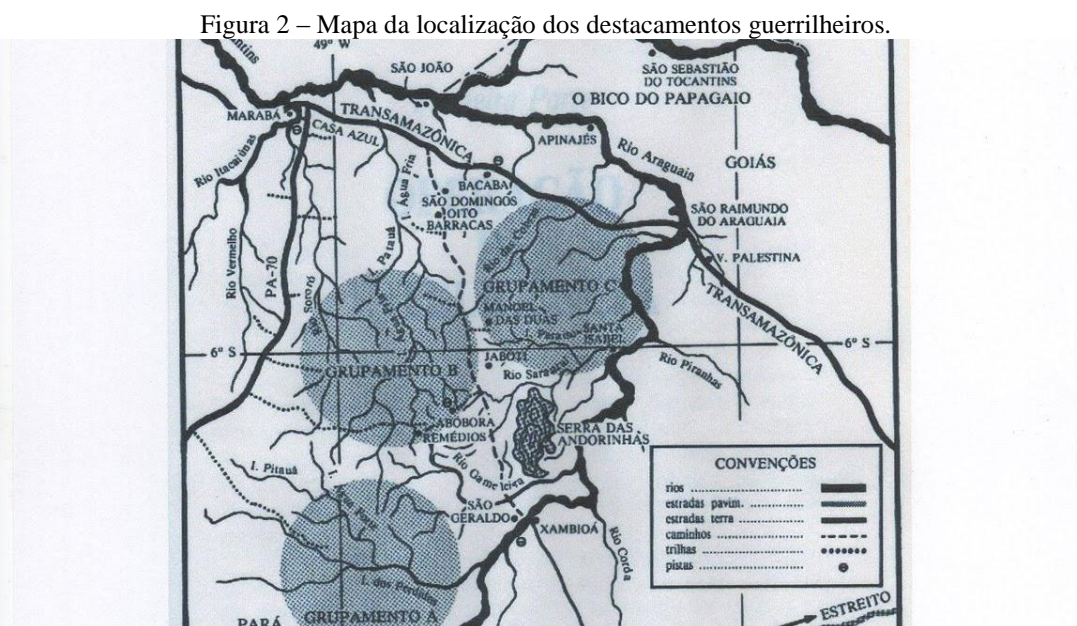
³ Sobre essa questão, ver NOSSA, 2012, p. 45; GORENDER, 1987, p. 208; *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1, p. 682.

⁴ CAMPOS FILHO, 1997, p. 68; ARROYO, 1980, p. 275; GORENDER, 1987, p. 208.

⁵ CAMPOS FILHO, 1997, p. 81-82; PORTELA, 2002, p. 75; MORAIS; SILVA, 2005, p. 563-602.

⁶ ROLLEMBERG, 2001, p. 16-21.

Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, eram 69 militantes do partido. Encontravam-se organizados, até então, em três grupos militares: Destacamento A (Faveiro), localizado próximo à cidade paraense de Apinajês, comandado inicialmente por João Carlos Haas Sobrinho (Juca) e, após sua morte, pelo filho de Maurício Grabois, André Grabois (Zé Carlos); Destacamento B (Gameleiro), localizado próximo ao povoado Santa Isabel (Pará), comandado por Osvaldo Orlando Costa (Osvaldão); e o Destacamento C (Caiano), localizado próximo à cidade de Conceição do Araguaia (Pará) e sob a liderança de Paulo Mendes Rodrigues (Paulo) (ver figura 2).



Fonte: Blog Xambioá (2016).

Cada destacamento era formado por aproximadamente 22 militantes, geralmente divididos em grupo de sete e dez indivíduos. A organização do movimento também era formada pela Comissão Militar, composta pelo ex-deputado Maurício Grabois, pelo ex-metalúrgico Ângelo Arroyo e pelos combatentes Osvaldão e Juca.⁷

É válido ressaltar que, enquanto os guerrilheiros se encontravam no Araguaia, preparando a guerrilha, em São Paulo encontrava-se o Comitê Central do Partido, formado por Carlos Nicolau Danielli⁸, Lincoln Cordeiro Oest⁹ e Lincoln Bicalho Roque.¹⁰ Eles eram

⁷Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1, p. 685; PORTELA, 2002, p. 76; POMAR, 1980, p. 251.

⁸ Carlos Nicolau Danielli, natural de Niterói (RJ), ingressou em 1946 na Juventude Comunista e, em 1948, filiou-se no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1954, foi eleito membro do Comitê Central do desse partido. Foi um dos responsáveis pelo jornal *A Classe Operária*. Participou da dissidência que fundou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade morreu aos 43 anos, sob tortura, nas dependências Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa

responsáveis por realizar a ponte entre os guerrilheiros do Araguaia e o sul do Brasil. Coordenando a panfletagem nas cidades, davam sugestões, enviavam materiais e, também, dinheiro aos militantes no Araguaia.¹¹ Contudo, com a chegada dos militares em abril de 1972, em especial durante a última campanha de caça aos guerrilheiros, esses contatos foram se tornando cada vez mais raros, dificultando, assim, as informações entre os guerrilheiros no Sul do Pará e as demais lideranças do PC do B.

Para combater os militantes do PC do B no Araguaia, as Forças Armadas organizaram três operações militares. Tomei como base, para essa discussão, o relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade. A primeira delas, nos meses de abril a junho de 1972, foi formada principalmente por soldados sem experiência de guerra, em sua maioria recrutas. Nessa operação, o Exército atacou as instalações dos destacamentos A, B e C da Comissão Militar e destruiu os depósitos de alimentos feitos pelos guerrilheiros. As tropas estavam sob a orientação do coronel Antônio Bandeira e, para desconstruir a imagem que a população da região dispunha dos militantes do PC do B, os soldados espalharam folhetins pelos povoados e cidades, chamando os guerrilheiros de “terroristas”, “assaltantes de bancos” e “maconheiros”.¹² Segundo Campos Filho (1997), nessa primeira campanha teriam sido presos seis guerrilheiros: Danilo Carneiro (Nilo), José Genoíno (Geraldo), Dower Moraes Cavalcanti (Domingos), Helenira Rezende de Souza Nazareth (Baianinha), Dagoberto Alves da Costa

Interna (DOI-CODI), em São Paulo, em 30 de dezembro de 1972. Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3, p. 1123.

⁹ Lincoln Cordeiro Oest, natural do Rio de Janeiro (RJ), começou a militância política ainda jovem. Atuou no movimento operário e participou do levante na Vila Militar durante o governo de Getúlio Vargas, em 1935. Em 1945, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo o seu mandato cassado em 1948. Na década de 1970, fazia parte do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B). De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, morreu aos 65 anos, em 21 de dezembro de 1972, nas dependências Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI), do I Exército, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3, p. 1087.

¹⁰ Lincoln Bicalho Roque, natural da cidade de São José do Calçado (ES), mudou-se ainda na infância para a capital Vitória. Após a conclusão do que atualmente denomina-se ensino fundamental, foi morar no Rio de Janeiro e lá cursou o ensino médio no Colégio Pedro II. Ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após o primeiro ano do curso de medicina, decidiu estudar Sociologia nessa mesma universidade, formando-se em 1967. Nela foi contratado como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, e, em abril de 1968, devido à sua militância política, foi aposentado compulsoriamente, passando a viver a partir desde então na clandestinidade. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, Lincoln Bicalho foi morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI), do I Exército, em 13 de março de 1973. Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3, p. 1185.

¹¹ PORTELA, Fernando, 2002, p. 114.

¹² Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1, p. 688.

(Miguel) e Bergson Gurjão Farias (Jorge). Desses, Bergson Gurjão Farias e Helenira Rezende de Souza Nazareth foram mortos.¹³

A segunda operação foi realizada entre setembro e outubro de 1972. Nela, houve a participação de um número maior de soldados e a tática usada teria sido a de conquistar a população, ou seja, ganhar a simpatia dos moradores locais e, com isso, isolar os guerrilheiros. A terceira operação, realizada entre outubro de 1973 a dezembro de 1974, é caracterizada como a fase mais brutal de todo o conflito no Araguaia. Nessa, nenhum dos guerrilheiros que permaneceram na região foram poupados pelos militares. Além disso, as prisões e torturas aos moradores locais tornaram-se uma prática constante.¹⁴

A discussão proposta nesta tese, intitulada *Livros em guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)*, traz para o debate historiográfico as disputas sobre o passado desse acontecimento por meio da escrita, mais especificamente a partir dos livros publicados ao longo dos anos após o fim do conflito armado no sul do Pará. Diante do exposto, parto do princípio de que a guerra não acabou, ou seja, em termos bélicos a Guerrilha do Araguaia foi concluída, ou melhor, vencida pelos militares, em dezembro de 1974. Entretanto, a “vitória pelas armas” não encerrou uma outra batalha, a da memória, presente de forma particular por meio dos livros publicados sobre o conflito. Nesse sentido, as obras analisadas ao longo deste trabalho são alguns exemplos dessa disputa/batalha por meio da escrita acerca da Guerrilha do Araguaia que se desenrola até o presente. Nessa batalha por meio dos livros, é válido ressaltar que nem todos os personagens envolvidos na Guerrilha do Araguaia escrevem. Refiro-me, nesse sentido, aos moradores do Araguaia (camponeses) e os chamados combatentes (jovens recrutados para lutarem no combate aos militantes do PC do B). Suas memórias, que também são importantes para serem problematizadas, não fazem parte desse estudo, pois são construídas por meio de outros suportes, como, por exemplo, documentários e filmes.¹⁵

¹³ Em relação a essa questão, ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1, p. 708. Em relação à apresentação desses e de outros militantes do PC do B, optei por fazê-la na medida em que analiso os livros ao longo dos capítulos da tese.

¹⁴ Sobre essa questão, ver CAMPOS FILHO, 1997, p. 110-165; ROCHA JÚNIOR, 1995; FELIPE, 1993; MORAIS; SILVA, 2005; STUDART, 2006; *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1, p. 691. Sobre os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, o relatório da Comissão Nacional da Verdade traz a relação com os nomes e as datas das prováveis mortes dos militantes do PC do B e/ou dos moradores da região. Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1, p. 719-721.

¹⁵ Destaco, em relação à construção das memórias dos moradores do Araguaia (camponeses) por meio de documentários, dois deles: o primeiro, *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro*, dirigido por Vandrê Fernandes e lançado em 2010, e o segundo, *Araguaia campo sagrado*, dirigido por Evandro Costa de Medeiros e lançado entre os anos de 2010 e 2011. No caso das memórias dos combatentes, foi lançado em 2018 o documentário *Soldados do Araguaia*, dirigido por Belisário Franca.

Ora, em relação ao reconhecimento do fim da Guerrilha do Araguaia, é importante destacar a própria postura do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, após os últimos combates no Araguaia e as mortes de vários militantes ali instalados desde 1966, publicava, por meio de seu jornal oficial, *A Classe Operária*¹⁶, a continuação da guerrilha que, de certa forma, já não mais existia. Nesse sentido, esse jornal do Partido continuou a publicar artigos relacionados à luta armada no sul do Pará por aproximadamente dois anos após o final do conflito (1974-1976).¹⁷ Tal atitude expressa as dificuldades desse Partido em reconhecer a derrota que sofreu perante a opinião pública em geral e, sobretudo, perante os familiares daqueles militantes que morreram no Araguaia.

Para os militares, contudo, a “vitória através das armas” sobre os guerrilheiros no Araguaia parecia ser assunto encerrado. A divulgação desse conflito e o seu conhecimento pela população brasileira pouco importava. Por isso, desde a época de sua existência (1972-1974), todas as operações militares realizadas para o combate contra os militantes do PC do B no Araguaia foram realizadas em “segredo”, sem que a imprensa e/ou a população tivessem conhecimento do que de fato ocorria no Araguaia. Segundo depoimentos de diversos militares que atuaram nas operações no Araguaia, vários documentos dessa época teriam sido “queimados” para evitar o conhecimento da opinião pública e, sobretudo, da imprensa.¹⁸ A política dos militares e, também, dos primeiros governos civis após o período de exceção no Brasil foi no sentido de “negar”, “ocultar” e/ou “dificultar” o acesso aos documentos relativos

¹⁶ Periódico fundado no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1925, como órgão do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os temas centrais tratados no periódico destacavam a defesa da classe trabalhadora, o debate das causas e questões proletárias, a crítica ao capitalismo e a conciliação de classes. Nos seus primeiros anos, o periódico circulava destacando as principais reivindicações dos operários daquele período. Sua linguagem pode ser caracterizada como didática e popular, na qual as discussões de cunho teórico ficavam em segundo plano. Até 1962, quando ocorreu a cisão do PCB, o periódico defendia a linha política adotada pela União Soviética, tida como o modelo a ser seguido. Com a criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), o jornal passou a divulgar as ideais e os posicionamentos desse partido, circulando livremente e sendo, inclusive, vendido em bancas até março de 1964. Com o golpe civil-militar o periódico foi censurado, passando a circular com muita dificuldade em abril de 1965. Em 1973, quando a luta armada no sul do Pará já havia sido descoberta pelos militares, os editores do jornal foram presos e o mesmo ficou sem circular até janeiro de 1975. Nesse período, o jornal chegou a ser editado na França e impresso em Portugal, sendo distribuído clandestinamente no Brasil. Contudo, o seu alcance ficou restrito aos membros do partido. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-classe-operaria/>. Acesso em: 30 jan. 2018.

¹⁷ Destaco, nesse sentido, alguns artigos publicados em *A Classe Operária* relativos à Guerrilha do Araguaia após o “fim” do conflito armado. “Três anos de luta guerrilheira”, *A Classe Operária*, nº 96, abril de 1975, p. 1; “Depoimento sobre o Araguaia”, *A Classe Operária*, nº 98, junho de 1975, p. 5; “Tarefa primordial”, *A Classe Operária*, nº 100, setembro de 1975, p. 14; “Sem luta nada se consegue”, *A Classe Operária*, nº 101, outubro de 1975, p. 15; “Invencível bandeira de luta”, *A Classe Operária*, nº 105, abril de 1976, p. 4; “Gloriosa jornada de luta”, *A Classe Operária*, nº 109, 05 de setembro de 1976, p. 6.

¹⁸ Evidentemente, hoje sabemos que nem todos os documentos concernentes às operações militares no Araguaia foram “destruídos”. Uma parte deles foi conservada por militares que atuaram no combate aos militantes do PC do B, e, aos poucos, foram sendo publicados pela imprensa e/ou por militares. Sobre essa questão da documentação disponível, embora ainda fragmentária, ver MORAIS; SILVA, 2005. Sobre a narrativa da destruição de boa parte da documentação acerca da Guerrilha do Araguaia, ver CABRAL, 1993, p. 243.

a essa fase da história do país, de forma geral, e, em específico, da Guerrilha do Araguaia.¹⁹ Nesse contexto, a memória desempenhou um papel de importância nas construções das versões para a Guerrilha do Araguaia. Por meio das reminiscências, seja de ex-guerrilheiros, de moradores do Araguaia, de familiares dos militantes do PC do B mortos na guerrilha ou dos militares, os jornalistas passaram a escrever e publicar, inicialmente, matérias e, em seguida, livros sobre esse acontecimento da história contemporânea do Brasil, que, na época (final década de 1970), poucas pessoas conheciam. Podem ser inseridos como exemplos, nesse caso, os livros dos jornalistas Palmério Dória, *Guerrilha do Araguaia*, publicado em 1978, na revista *História Imediata*, e de Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*, publicado em 1979.

No caso dos militares, o primeiro livro escrito acerca da Guerrilha do Araguaia foi o do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, publicado em 1993. Caracterizado segundo o próprio autor como um “romance”, o livro constrói as memórias desse militar sobre o conflito armado no Araguaia nos anos de 1970. Entretanto, a maioria dos livros escritos por militares sobre a Guerrilha do Araguaia e analisados nesse estudo foram publicados nos anos 2000, e podem ser interpretados como uma “reação” e/ou “resposta” dos militares à construção das memórias sobre a luta armada no Araguaia a partir da visão das esquerdas (diga-se, de ex-guerrilheiros, de familiares destes, de jornalistas e de intelectuais ligados às esquerdas).

Para analisar a escrita dos livros estudados nesse trabalho, por parte de jornalistas, intelectuais de esquerda, militares e também historiadores, partindo do conceito de “guerra de memórias” busquei dialogar com alguns autores que também se apropriaram desse termo para interpretar alguns acontecimentos da história contemporânea. O primeiro deles foi o sociólogo francês Pierre Ansart.²⁰ Segundo ele, ao final da Segunda Guerra Mundial, na França, dois grupos políticos passaram a disputar o papel que haviam desempenhando durante esse conflito: o governo do general De Gaulle e o Partido Comunista. Enquanto que o primeiro grupo buscava exaltar a nação francesa para além das guerras e brigas internas, o segundo grupo exaltava a resistência comunista e o papel desempenhado pela URSS na vitória dos aliados. Assim, os gaullistas descreviam a epopeia de uma França livre, e os comunistas, o combate popular pela justiça social e pela glória de seus dirigentes. A análise desse autor me possibilitou refletir para o caso das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia, as rivalidades,

¹⁹ Indico, nesse caso, FIGUEIREDO, 2015.

²⁰ ANSART, 2004, p. 15-34.

os revanchismos, os ressentimentos e, sobretudo, as disputas presentes nas narrativas acerca desse acontecimento.

No caso específico do Brasil, esse conceito de “guerra de memória” foi apropriado pelo historiador João Roberto Martins Filho.²¹ Para o autor, a guerra de memória acontece envolvendo dois personagens do período de exceção no Brasil: militantes e militares. Ela se dá por meio de “intenso intercâmbio de versões sobre os aspectos mais polêmicos da ditadura do pós-64.” Dessa forma, argumenta o autor, “na medida que os militantes não se calaram, os militares também saíram à luz para expor sua versão para os acontecimentos e/ou para defender sua atuação pessoal naquela fase.”²² Dessa maneira, os livros aqui analisados podem ser interpretados dentro dessa perspectiva enfatizada por este pensador.

As memórias construídas pelos diversos personagens acerca da Guerrilha do Araguaia por meio da escrita dos livros têm como um dos seus objetivos usar o passado para intervir nas questões políticas do presente. Nesse sentido, me apropriei do conceito utilizado por Elizabeth Jelin (2002) de “empreendedores de memória”²³, no intuito de discutir essa questão. De acordo com a pesquisadora, os “empreendedores de memória” podem ser pessoas e grupos que buscam construir as memórias acerca do passado, e, com isso, interferir de forma política e pública nas questões do presente.²⁴ Eles usam, portanto, os acontecimentos do passado como uma forma de se combater as injustiças do presente. Assim, cada grupo político (ex-militantes e/ou militares) vai, por meio de suas lembranças, reivindicar, denunciar e/ou se defender e atacar as versões construídas por cada um desses personagens.

Uma característica comum nos livros aqui analisados é a noção de “testemunho”. Problematizando essa questão, dialoguei com Paul Ricoeur (2007).²⁵ Segundo ele, o testemunho faz uso da memória e a conduz do campo da oralidade para o campo da escrita; ele é, portanto, o principal recurso para assegurar que algo aconteceu.²⁶ Outro aspecto enfatizado por este autor no tocante ao testemunho é sua confiabilidade, ou seja, para que seja confiável e adquira a veracidade, é necessário mantê-lo ao longo do tempo.²⁷ Ora, essas duas práticas destacadas por Ricoeur vão estar presentes na escrita das obras aqui analisadas.

Ainda no que concerne ao testemunho, foi importante também para este estudo as reflexões propostas pela pesquisadora Beatriz Sarlo (2007) quando estabelece o papel

²¹ MARTINS FILHO, 2002.

²² MARTINS FILHO, 2002, p. 182.

²³ JELIN, 2002.

²⁴ JELIN, 2002, p. 50.

²⁵ RICOEUR, 2007.

²⁶ RICOEUR, 2007, p. 155-170.

²⁷ RICOEUR, 2007, p. 174.

exercido por aquele que narra. Assim, de acordo com esta pesquisadora, “quem narra esteve ali onde os fatos aconteceram”, numa demonstração de se criar uma narrativa de sentido único para história. Tal procedimento centra-se na questão do detalhe, como argumenta a referida autora.²⁸ Portanto, a narrativa dos livros analisados nesse estudo prioriza, dentre outros aspectos, a questão do detalhe, numa perspectiva de se dar credibilidade àquele que narra.

O conceito de “memórias divididas”, enfatizado nos estudos de Alessandro Portelli (2006)²⁹, também foi importante para perceber a pluralidade de lembranças construídas não apenas nos distintos grupos envolvidos com a questão da Guerrilha do Araguaia, mas dentro de um mesmo grupo. Esse autor, ao estudar as memórias acerca do Massacre de Civitella Val di Chiana, ocorrido durante a ocupação alemã na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, identificou divisões nas lembranças dos próprios sobreviventes desse episódio, percebendo, assim, construções de memórias plurais dentro de um mesmo grupo.³⁰

Meu primeiro contato com algumas das obras analisadas nesse estudo deu-se ainda durante o Mestrado em História (2006-2008). Nesse período, e, em particular, durante a escrita da dissertação, li cinco livros acerca da Guerrilha do Araguaia, os quais serviram de referência para aquele trabalho. Foram os livros: *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, de Pedro Corrêa Cabral; *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela; *Araguaia: o partido e a guerrilha*, de Wladimir Pomar; *Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender, e *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*, de Romualdo Pessoa Campos Filho. Durante o Doutorado, a releitura, portanto, dessas obras foi me levando a ter conhecimento de outros livros sobre esse acontecimento. Nesse sentido, um autor me conduziu a outro. E, assim, passei a organizar o esboço deste trabalho. Na medida em que passei a estudar essas e outras obras, uma questão permeava a maioria delas: a ideia de que “a guerra não havia tido fim”, ou seja, ela continuava, hoje, “por meio das palavras” (escrita). A partir dessa questão, comecei a perceber as disputas construídas por meio da memória em relação à Guerrilha do Araguaia, objeto central desta tese.

Metodologia e fontes

²⁸ SARLO, 2007, p. 50-51.

²⁹ PORTELLI, 2006, p. 105-107.

³⁰ PORTELLI, 2006, p. 106.

Escolhi para a escrita desta tese quatorze livros (14) de variados autores (jornalistas, intelectuais de esquerda, militares e historiadores) que evidenciam a continuidade da guerra por meio de suas narrativas. Essa escolha, como toda e qualquer escolha por parte dos historiadores, não foi algo fácil. Diante de um universo de variadas obras que tratam da Guerrilha do Araguaia, busquei analisar aquelas que demonstram de forma mais evidente a prática das disputas de memórias. Dessa forma, não pretendo construir uma história totalizante e teleológica para os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, mas destacar as versões construídas por meio das memórias pelos vários grupos envolvidos de forma direta e/ou indireta nesse acontecimento. Nesse sentido, os livros estudados neste trabalho correspondem àqueles que considere mais representativos para cada um desses grupos (guerrilheiros, simpatizantes destes, militares e, também, pesquisadores da área da história).³¹

Além dos livros, fonte principal da escrita desta tese, também utilizei jornais e revistas que publicaram reportagens acerca da Guerrilha do Araguaia, bem como matérias sobre a publicação de alguns dos livros aqui analisados, disponíveis em *sites* na internet, verificando, dessa forma, as repercussões dessas obras na imprensa e na mídia. Outra fonte importante, sobretudo para demonstrar a versão construída pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) para o conflito armado no Araguaia, foi o seu jornal interno, *A Classe Operária*, cujas edições estão disponíveis no *site* da Fundação Maurício Grabois. Da mesma forma, o relatório escrito por Ângelo Arroyo ao sair da região do conflito também constituiu, neste trabalho, outra fonte importante que demonstra a visão das lideranças do PC do B sobre a luta armada no Araguaia. Um dos meios e suportes para a divulgação de várias obras analisadas neste estudo são os *sites* e/ou *blogs*. Dessa maneira, esses “novos” meios de comunicação também foram usados na escrita deste trabalho, cito alguns deles: o *site* do grupo Ternuma (Terrorismo Nunca Mais)³², *A verdade sufocada*³³, *Memórias Reveladas*³⁴ e Fundação Maurício Grabois.³⁵ No

³¹ Os livros encontram-se ao final da tese, no item “Fontes.”

³² *Site* do grupo “Ternuma”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/>. *Site* criado e mantido pelo grupo “Terrorismo Nunca Mais”. Seu objetivo, como é apresentado pelos próprios criadores, é “contar a versão daqueles que derrotaram a luta armada no Brasil, servirá como um ponto de referência para as novas gerações”.

³³ *Site* “A verdade sufocada”. Disponível em: <https://www.averdadesufocada.com/>. *Site* criado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Seu nome é o mesmo do livro escrito pelo coronel, e, entre outros objetivos, o *site* é um meio de divulgação de sua obra. Também traz conteúdo voltado para o anticomunismo e a política atual do país. Após a sua morte, em 2015, o *site* é mantido pela viúva do coronel, Joseíta Brilhante Ustra.

³⁴ *Site* “Memórias Reveladas”. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. *Site* ligado ao Prêmio Memórias Reveladas, cuja finalidade é realização de um “curso de monografias com base em fontes documentais referentes ao período do regime militar no Brasil (1964-1985).” O *site* está ligado ao Arquivo Nacional e traz uma série de documentos, fotografias, entrevistas, vídeos, livros e artigos relacionados a este período da história do país.

³⁵ *Site* da Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/>. *Site* criado e mantido pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). É um espaço de discussões políticas do presente e também da criação da própria memória desse Partido. Há *links* relacionados à história do marxismo, livros, teses, dissertações, vídeos,

sentido de contrapor as construções das memórias pelos vários personagens envolvidos de forma direta e/ou indireta na Guerrilha do Araguaia, utilizei alguns fragmentos de depoimentos orais, em especial de moradores da região do Araguaia. Ressalto que essas entrevistas, realizadas em 2015 foram aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará. Por fim, fiz uso do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Em relação ao recorte temporal, estabeleci o período de 1978 a 2015. Esse recorte temporal se justifica a partir das escolhas dos livros analisados. Assim, em 1978 tem-se a publicação do primeiro livro sobre o movimento, *A Guerrilha do Araguaia*, do jornalista Palmério Dória e outros autores, e, em 2015, fecho parcialmente a discussão por meio da publicação do livro da historiadora Patricia Sposito Mechi, *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Evidentemente que outros livros acerca da Guerrilha do Araguaia podem ter sido publicados a partir desse ano, mas essa questão não inviabiliza a discussão proposta neste trabalho, pois não pretendo fazer uma narrativa totalizante sobre esse acontecimento.

Em relação ao uso do termo “ditadura militar” ou “ditadura civil-militar”, embora não tenha entrado no mérito acerca das discussões em torno desses conceitos, pois existe uma extensa literatura sobre a temática disponível e visões plurais em relação à conceituação do período que vai de 1964 a 1985. Optei pela nomenclatura “ditadura civil-militar” para interpretar o período de exceção instituído no Brasil a partir de 1964. Atualmente, os estudos comprovam que houve uma ampla participação de civis (políticos, intelectuais e empresários) e da população brasileira ao golpe de 1964, e, também, o apoio destes aos governos militares. Autores como Renè Dreifuss³⁶, Daniel Aarão Reis³⁷, Jorge Ferreira,³⁸ dentre, outros são alguns exemplos de pesquisadores que utilizam essa adjetivação para o período. Entretanto, em algumas passagens do texto, para ser coerente com o termo escolhido pelos autores em seus livros, será comum encontrar “ditadura militar”, “Revolução de 1964”, “Contrarrevolução de 1964”, mas isso não significa que não tenha críticas à utilização desses termos.

Centro de Documentação e Memória (CDM). O nome do *site* faz referência a um dos líderes da Guerrilha do Araguaia – Maurício Grabois.

³⁶ DREIFUSS, 1981.

³⁷ REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20121017143311/http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>. Acesso em: 3 nov. 2018.

³⁸ FERREIRA; GOMES, 2014.

A fim de tornar a discussão acerca da guerra, estabelecida por meio da escrita e das construções das memórias, proponho a sua divisão em três períodos. O primeiro momento corresponde à escrita da Guerrilha do Araguaia por meio dos jornalistas (1978-1979); o segundo momento corresponde à escrita da Guerrilha do Araguaia por meio dos intelectuais de esquerda (1980-1987); e o terceiro momento se refere à escrita da Guerrilha do Araguaia por meio das memórias dos militares e da interpretação proposta pelos historiadores (1993-2015). É válido ressaltar que esses tempos se cruzam, se interceptam, e as narrativas acerca da Guerrilha do Araguaia dialogam, disputam e/ou guerreiam entre si.

Na análise das obras proposta neste trabalho além de uma apresentação sumária das mesmas, realizo uma reflexão acerca da própria materialidade dos livros, concebidos de acordo com Roger Chartier como “produto cultural”. Assim, faço uma discussão sobre os possíveis significados de suas capas, as editoras que os publicaram, seus prefácios e apresentações. Além disso, verifiquei as apropriações e a circulação dessas obras entre outros autores que escreveram sobre o conflito armado no Araguaia. Sabendo-se, nesse caso, a impossibilidade de se dar conta de toda a produção, me restringi a alguns livros que discutem a questão da ditadura civil-militar, no geral, e, em específico, aos trabalhos no campo da história sobre a Guerrilha do Araguaia. Nesse último caso, utilizei como fonte de pesquisa a base de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Devido à carência de informação mais precisa quanto à tiragem desses livros, especialmente aqueles que apenas foram publicados uma única vez, o trabalho deixa lacunas, nesse sentido. Entretanto, como pesquisador busquei informações junto a algumas editoras ainda existentes no mercado, via *e-mail*, mas não obtive retorno. Outras editoras não atuam mais no mercado, impossibilitando, por esse caminho, alguma informação. Entrei em contato com alguns autores, mas os que me retornaram não tinham dados quantitativos da produção de seus livros.

No intuito de demonstrar as disputas presentes na construção das memórias sobre a Guerrilha do Araguaia por meio dos livros, organizei o estudo nos seguintes capítulos. No Capítulo 2, denominado “Os primeiros escritos acerca da Guerrilha do Araguaia em livros”, discuto a criação das memórias sobre esse movimento centrada na publicação dos livros escritos por jornalistas e por intelectuais de esquerda. As obras publicadas pelos jornalistas foram produto de entrevistas realizadas com ex-guerrilheiros, moradores da região do Araguaia e militares (nesse momento, não identificados por esses autores). Essas obras foram, portanto, escritas por meio das memórias desses personagens e a partir da noção de “testemunho”. Já os livros publicados por intelectuais de esquerda fazem uma espécie de avaliação desse movimento nos anos de 1970.

No Capítulo 3, nomeado “A disputa pelo passado da Guerrilha do Araguaia: a escrita dos militares”, analiso os livros escritos por militares que participaram de forma direta e/ou indireta dos combates contra os militantes do PC do B no Araguaia. Suas memórias guardam segredos e determinadas questões que ainda são tabus. As obras discutidas nesse Capítulo 3, dentre outras questões, podem ser interpretadas como uma “reação” e/ou “resposta” desses personagens à produção memorialística sobre a Guerrilha do Araguaia construída pelas esquerdas. Era necessário, segundo eles, “responder utilizando-se das mesmas armas” — nesse caso, a escrita.

O Capítulo 4, intitulado “‘Os derrotados trocaram as armas pelas palavras’: a Guerrilha do Araguaia em *Orvil* e *A verdade sufocada*”, segue, de certa forma, a reflexão presente no Capítulo 3 desta tese. Ele analisa a escrita de dois livros também escritos por militares acerca da luta armada no país. A diferença é que sua narrativa sobre as ações praticadas pelos grupos de esquerda não se refere apenas aos militantes do PC do B e à Guerrilha do Araguaia, pois ela engloba uma série de outras ações que envolvem outros grupos de esquerda durante a chamada luta armada. Entretanto, resolvi analisá-los apenas centrando a reflexão em torno da questão da Guerrilha do Araguaia, acontecimento também destacado nessas duas obras. Foram obras que serviram de referências e tiveram um bom número de informações apropriadas por vários autores que escreveram sobre o movimento armado no Araguaia, de forma particular, e sobre a luta armada, de forma geral, no Brasil. Além disso, pelo fato de se encontrarem disponíveis em *sites* e *blogs* criados e mantidos por militares e/ou simpatizantes de suas ideias, possivelmente tiveram uma circulação maior do que os demais livros escritos por esses personagens.

O Capítulo 5 da tese, “A escrita da Guerrilha do Araguaia na interpretação de historiadores”, analisa a produção historiográfica sobre a Guerrilha do Araguaia que resultou na publicação de livros. É a interpretação da luta armada no Araguaia a partir da visão de historiadores. Nesse sentido, escolhi três livros localizados temporalmente, quanto à sua escrita entre os anos de 1997 e 2015. São livros que apresentam uma característica peculiar em relação aos demais analisados nos capítulos anteriores, pois foram o resultado de pesquisas acadêmicas no campo da história, e, como tal, seguem determinadas regras para a sua escrita e publicação. São obras direcionadas, a princípio, para um público de leitores mais específico, os historiadores e demais pesquisadores da área das Ciências Humanas e Sociais. Contudo, é válido ressaltar que, mesmo sendo direcionado para esse público, não se pode afirmar que essas obras tenham apenas chegado a esses leitores. Entendo que a contribuição desses livros para a prática das disputas em torno do passado desse acontecimento esteja

voltada para a problematização das memórias construídas pelos principais grupos envolvidos nele: militantes e militares. Embora seus autores priorizem em suas análises um grupo ou outro, as críticas e versões opostas são geralmente levadas em consideração.

2. OS PRIMEIROS ESCRITOS ACERCA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA EM LIVROS

2.1 Os livros enquanto lugar de batalhas e acertos de contas da memória

Partindo do princípio da análise das memórias sobre a Guerrilha do Araguaia construídas por meio dos livros, é cabível uma reflexão em torno desse suporte. Assim, optei inicialmente por definir o livro, pois, além de ser uma produção cultural, ele passou a exercer o lugar de criação de memórias sobre a Guerrilha do Araguaia e de suas disputas. Nesse sentido, faço duas questões centrais: o que é o livro? Que lugar ele passou a ocupar em termos de criações de memórias acerca da Guerrilha do Araguaia? São indagações iniciais que possibilitam refletir sobre o papel exercido pelos vários livros escritos sobre esse acontecimento da história contemporânea do Brasil. Livros estes escritos por autores com formação em áreas de conhecimento bem diversas: jornalistas, militantes de esquerda, militares e historiadores. Cada um deles, de acordo com o seu lugar social e institucional, elaboraram certa visão para os fatos ocorridos durante a luta armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) no Araguaia, nos anos de 1970. Em *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Roger Chartier conceituou os livros enquanto suportes do texto:

Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transcritas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro.³⁹

No caso específico dos livros acerca da Guerrilha do Araguaia, observa-se o seu uso enquanto suporte para a construção e divulgação das memórias desse conflito armado. São obras que evidenciam uma constante disputa de memórias em torno desse acontecimento. As primeiras obras que narram esta guerrilha foram escritas por jornalistas e podem ser enquadradas dentro de uma produção não acadêmica que, de certa forma, visa alcançar o grande público. Elas também foram as responsáveis pela construção do passado sobre esse movimento armado de forma mais livre, sem necessariamente seguir as regras da academia.

³⁹ CHARTIER, 1994, p. 8.

Ao analisar esse tipo produção nas décadas de 1960 e 1970 na Argentina, afirmou Beatriz Sarlo:

As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. Muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertence a esse estilo.⁴⁰

Em termos de criações de memórias, os livros aqui analisados constroem uma visão desse passado da guerra no Araguaia que também aproximaram suas versões daquelas construídas pelo senso comum, sem necessariamente expor as contradições presentes nos seus testemunhos. Dessa forma, sua escrita pode ser percebida enquanto um lugar de denúncia para as arbitrariedades praticadas no Araguaia, talvez um dos espaços possíveis para se fazer críticas à ditadura, além de algumas reportagens publicadas em jornais e revistas da época.⁴¹

Escritas a partir de testemunhos, cabe aqui uma reflexão acerca do uso desse recurso para a construção do passado. No seu estudo em relação ao caso argentino, Beatriz Sarlo (2007) afirma que o testemunho traz em si uma ideia de dar à narrativa a noção de “verdade”. Para isso, aquele(a) que testemunha preza, sobretudo, pelo detalhe dos fatos. Assim, disse a autora: “[a] proliferação do detalhe individual fecha ilusoriamente as fendas da intriga e a apresenta como se ela pudesse ou devesse representar um todo, algo completo e consistente porque o detalhe o certifica, sem ter de mostrar sua necessidade.”⁴² Outro autor que atribui importância à prática do testemunho é Paul Ricoeur (2007). Segundo este autor, o testemunho faz uso da memória e a conduz do campo da oralidade para o campo da escrita. É, assim, o principal recurso para assegurar que algo aconteceu.⁴³ Essa questão é fundamental para o caso das primeiras obras escritas sobre a Guerrilha do Araguaia, pois elas vão dar aos vários depoimentos utilizados para a sua produção esse caráter da prova, e com isso garantir a legitimidade da narrativa apresentada. É, portanto, dentro dessa lógica que insiro a escrita e a publicação dos livros acerca da luta armada no Araguaia. Por meio deles, seus autores fizeram

⁴⁰ SARLO, 2007, p. 14.

⁴¹ Cito como exemplo de reportagens realizadas na década de 1970 a primeira matéria publicada na imprensa acerca da Guerrilha do Araguaia realizada pelo jornalista Henrique Gonzaga Júnior, no jornal *O Estado de São Paulo*, em 24 de setembro de 1972, intitulada “Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso”. Por ter na época conseguido escapar da censura, essa matéria tornou-se uma referência para jornalistas e historiadores que passaram a estudar a Guerrilha do Araguaia. Dentre as obras que a citam, pode-se destacar: PORTELA, 2002, p. 100; CAMPOS FILHO, 1997, p. 162; MORAIS; SILVA, 2005, p. 285-286. A outra matéria, dos jornalistas Antônio Carlos Fon, Jaime Sautchuk, Pedro Franco e Roberto Lopes, publicada por meio da revista *Veja*, intitulada “As guerras secretas”. Ver FON, 1978, p. 52-58.

⁴² SARLO, 2007, p. 52.

⁴³ RICOEUR, 2007, p. 155-170.

uso dos testemunhos de vários personagens envolvidos direta e indiretamente nesse acontecimento. Assim, os livros *A Guerrilha e Araguaia*, de Palmério Dória e demais jornalistas, e *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela, utilizaram como fonte principal para a sua escrita as entrevistas realizadas por estes jornalistas com moradores do Araguaia, ex-guerrilheiros e representantes das Forças Armadas. Produzidos ainda no calor dos acontecimentos, ou seja, poucos anos após o final da Guerrilha do Araguaia (final dos anos de 1970), tais obras centraram sua narrativa nos depoimentos orais desses personagens. Nesse período, é válido ressaltar que boa parte da documentação sobre o assunto, atualmente disponível, ainda não havia sido divulgada, em especial os relatórios elaborados pelos próprios militares que atuaram no combate à Guerrilha do Araguaia. Dessa forma, a única fonte viável para os jornalistas eram os testemunhos.

Enquanto lugar privilegiado para a construção das memórias acerca da guerrilha, trata-se de um suporte capaz de expressar as diferentes visões para o conflito ocorrido na década de 1970 no sul do Pará. Se, por um lado, houve toda uma dificuldade de acesso aos documentos oficiais produzidos pelos militares na época do conflito, por outro os livros buscaram “ocupar” e/ou suprir essa lacuna por meio de depoimentos de personagens ligados direta ou indiretamente a este acontecimento. Criaram heróis e também vilões, criticaram a atuação dos militares e do governo da época e mostraram para o resto do Brasil uma guerra pouco conhecida. Contribuíram com a noção de luta armada enquanto “resistência à ditadura”. Tornaram-se documentos para os pesquisadores que *a posteriori* passaram a estudar e a interpretar a Guerrilha do Araguaia.

No intuito de compreender as disputas de memórias em torno da escrita da Guerrilha do Araguaia, optei pelo termo “guerra de memórias”. Essa expressão, embora tenha uma conotação forte, representa, nesse estudo, as acusações, as rivalidades, os revanchismos, os ressentimentos, a construção de uma narrativa que dê conta da “verdade” para os fatos, e, sobretudo, as disputas em torno da construção das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia pelos vários grupos que participaram de forma direta ou indireta da guerra. Evidentemente, o conceito de “guerra de memórias” já foi utilizado por outros pesquisadores para interpretar alguns acontecimentos da história contemporânea no Brasil e da história da Europa. No caso europeu, é importante frisar o seu uso pelo sociólogo francês Pierre Ansart, ao discutir o contexto político da França após a Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, havia um conflito entre duas forças políticas hegemônicas nesse momento: o governo do general De Gaulle e o Partido Comunista Francês, ambos, cada um a seu modo, tentando construir por meio dos

seus escritos e cerimônias uma versão que se constituísse enquanto “verdadeira” para a história desse país.⁴⁴

Em relação ao Brasil, temos o estudo realizado por João Roberto Martins Filho, que enfatiza a ditadura militar a partir dos depoimentos dos militantes e dos militares.⁴⁵ Nesse artigo, o referido autor analisa a produção da memória sobre o período de exceção no Brasil a partir da publicação de obras de militantes de esquerda e de livros e/ou depoimentos de militares. Destaca a produção das memórias da esquerda, inicialmente, por meio da publicação de dois livros, ambos do final da década de 1970: *Em câmara lenta* (Renato Tapajós, cuja primeira edição é de 1977) e *O que é isso, companheiro?*, (Fernando Gabeira, 1979). Além dessas obras, João Roberto Martins também destacou a obra *Brasil: nunca mais*, publicada em 1985 por meio da editora Vozes. Nela, a tortura é denunciada enquanto crime de um sistema de política estatal. No caso das memórias dos militares, as obras que de certa forma inauguram a “reação” desses às memórias publicadas pelas esquerdas foram, segundo João Roberto Martins, *Brasil sempre*, de Marco Pollo Giordani (1986) e *Rompendo o silêncio*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra (1987). Depois delas, tem-se a coleção publicada pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, na década de 1990.⁴⁶

O termo “guerra de memória” também foi utilizado pelo historiador Mateus Henrique de Faria Pereira, por meio de seu artigo “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. Nele, o autor discutiu a presença do discurso negacionista, da negação e do revisionismo presentes em textos e imagens que circularam na internet entre os anos de 2012 e 2014, momento de instalação e atuação da Comissão Nacional da Verdade em nosso país.⁴⁷ Segundo Mateus Henrique de Faria Pereira, o revisionismo e a negação defendidos pela chamada “nova direita” são alimentados pela impunidade, ou seja, ausência de justiça, devido à permanência da Lei da Anistia e pela ausência de arrependimento, remorso ou culpa por parte dos algozes diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje.⁴⁸

Considero o termo “guerra de memórias” propício para representar as disputas, as acusações, os ressentimentos, os sentimentos de vingança e, por que não dizer, de justiça presentes nas narrativas que vêm sendo construídas pelos grupos que atuaram na Guerrilha do

⁴⁴ ANSART, 2004, p. 32.

⁴⁵ MARTINS FILHO, 2002.

⁴⁶ MARTINS FILHO, 2002, p. 187-189.

⁴⁷ PEREIRA, 2015.

⁴⁸ PEREIRA, 2015, p. 865.

Araguaia. É perceptível, nas elaborações de suas memórias ao longo dos anos após o fim do conflito bélico, uma tentativa de afirmação e convencimento da sociedade brasileira de qual a versão seria a “verdadeira”. Essa disputa perpassa do campo das memórias para o campo das disputas políticas.

Optei para o caso das memórias construídas sobre a Guerrilha do Araguaia por meio dos livros, por dividi-las em períodos. É importante frisar que essa divisão é apenas uma maneira para se perceber como estas lembranças foram construídas ao longo do tempo e de acordo com cada contexto. Não significa, portanto, que essas reminiscências não se cruzem, dialoguem e disputem espaços na sociedade. Nesse caso, inseri as duas primeiras obras escritas dentro do que denomino de primeira fase (1978-1979) dessas construções memorialísticas. São as obras escritas pelos jornalistas. A segunda fase (1980-1987) diz respeito à questão da luta armada, em específico da Guerrilha do Araguaia, passando a ser escrita por intelectuais de esquerda que haviam participado de forma direta ou indireta da mesma.⁴⁹ É um momento de avaliação e usos das lembranças do passado para se construir o presente — período da “fase de transição” entre a ditadura militar e a chamada “Nova República”.⁵⁰

2.2 O primeiro momento das construções das memórias sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-1979): os livros escritos por jornalistas

2.2.1 A escrita da Guerrilha do Araguaia na revista História imediata

Era antigo o interesse estratégico sobre a região. Já em dezembro de 1970, antes da Transamazônica, houve ali a Operação Carajás, o maior exercício feito até então pelas forças militares: cinco mil soldados, de vários pontos do país, com cobertura

⁴⁹ Destaco que o terceiro momento das construções das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia por meio dos livros (1993-2015) será discutido nos capítulos seguintes da tese. Nessa fase, analiso a escrita dos militares e a interpretação realizada pelos historiadores.

⁵⁰ É importante enfatizar em relação à imagem criada para a chamada “Nova República” a crítica feita a esse conceito pelo sociólogo Florestan Fernandes. Em seu livro *Nova República?*, publicado em 1985 por meio da Jorge Zahar Editor, esse autor tece várias críticas à chamada “transição” entre o período da ditadura civil-militar e o momento de “democratização” no Brasil. Segundo Florestan Fernandes, a “Nova República” “não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a” (FERNANDES, 1986, p. 20). Evidentemente que outros autores, entre eles historiadores, também criticaram a forma como se procedeu a “transição” encabeçada pelos militares e civis que lhe davam sustentação, dos quais cito o historiador Carlos Fico, por meio de seu artigo “Brasil: a transição inconclusa”, presente na obra *Violência na história: memória, trauma e reparação* (ver FICO; ARAUJO; GRIN, 2012). Contudo, evidenciei a argumentação de Florestan Fernandes por a mesma ser contemporânea a essa discussão em torno da chamada “Nova República” no Brasil.

aérea, contra 80 guerrilheiros “de mentira” emboscados em cidadezinhas no meio da selva. [...].
 Guerrilheiros de verdade começaram a chegar, no Sul e Sudeste do Pará, três anos antes da Operação Carajás, a partir do Natal de 67, pelos rios Tocantins e Araguaia, depois de pegar a Belém-Brasília, ainda uma estrada de terra batida, vez por outra interdita pelas chuvas.⁵¹

É com essa narrativa que o primeiro livro escrito sobre a Guerrilha do Araguaia, inicia seu registro sobre esse acontecimento da história contemporânea de nosso país. Sabe-se, no entanto, conforme já destaquei, que registros acerca desse acontecimento foram escritos pela imprensa no calor do conflito, por meio de uma reportagem, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, do repórter Henrique Gonzaga Júnior, que, driblando a censura na época, conseguiu divulgar informações gerais sobre uma guerra que até então poucos brasileiros sabiam que existia. Entretanto, o primeiro registro escrito em forma de livro só fora publicado em agosto de 1978, por meio da revista *História imediata*, portanto, três anos após o final do conflito, tendo como autores os jornalistas Palmério Dória, Vincent Carelli, Jaime Sautchuk e o historiador Sérgio Buarque.⁵² Os jornalistas, inicialmente, visitaram a região do Araguaia a fim de realizarem matérias sobre a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), e, sabendo que ali houvera um conflito armado entre os anos de 1972 e 1974, resolveram explorar essa temática. Na época o livro tratava de um assunto ainda inédito na história do Brasil contemporâneo — a Guerrilha do Araguaia —, daí a sua importância para a construção,

⁵¹DÓRIA, 1978, p. 14.

⁵² *Palmério Dória* nasceu em 1948 em Santarém (PA), mas foi criado na capital Belém. Sua carreira profissional enquanto jornalista deu-se em São Paulo, onde trabalhou em diversos órgãos de imprensa, dentre eles a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e a revista *Caros Amigos*. Ainda em relação à sua carreira, o jornalista trabalhou como chefe de reportagem da Rede Globo e na TV Cultura. É autor de vários livros, dentre os quais destaque: *Honorável bandido: um retrato do Brasil na era Sarney* (2009), *Mataram o Presidente? Memórias do pistoleiro que mudou a história do Brasil* (1976) e *A candidata que virou picolé* (2002). Disponível em: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/palmerio-doria/>. Acesso em: 8 mar. 2018. *Vincent Carelli* nasceu em Paris, França, em 1953. Enquanto profissional, Vincent Carelli atua como antropólogo, indigenista e também documentarista. Como indigenista trabalhou na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e como jornalista trabalhou nas revistas *Isto É*, *Repórter Três*, e no jornal *Movimento*. Em sua carreira merecem destaque os trabalhos realizados junto aos indígenas, em particular o seu projeto “Vídeo nas Aldeias” iniciado em 1986, em parceria com a sua esposa, a antropóloga Virgínia Valadão. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vincent_Carelli. Acesso em: 8 mar. 2018. *Jaime Sautchuk* natural de Joaçaba (SC). Jornalista e escritor, trabalhou em jornais como *O Globo*, *Estadão*, *Folha de São Paulo*, e na revista *Veja*. Durante a ditadura civil-militar no Brasil atuou nos jornais *Opinião* e *Movimento*. Dentre seus livros, destaque: *Projeto Jari: a invasão americana* (1979) e *Descaminhos do futebol* (2001). Atualmente coordena projeto do Conselho Mundial da Paz, para formar formadores na proposta de uma cultura da paz e dos direitos humanos. Disponível em: <http://jaimesautchuk.blogspot.com.br/>. Acesso em: 8 mar. 2018. *Sérgio Buarque*: dentre os autores do livro, o único com formação em História. Porém, antes de exercer essa profissão atuou como jornalista. Sua contribuição para a historiografia brasileira é indiscutível, e não cabe aqui uma análise de sua importância. Vou me restringir apenas a breve apresentação. Nasceu em São Paulo, em 1902, e faleceu nessa mesma cidade, em 1982. Das inúmeras contribuições desse autor, cito sua atuação como professor na Universidade de São Paulo (USP), de 1958 até 1969. De sua bibliografia, destaque: *Cobra de vidro* (1934), *Monções* (1945) e *Visão do Paraíso* (1958). Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SergBHol.html>. Acesso em: 8 mar. 2018.

a nosso ver, das múltiplas memórias para esse acontecimento. Os jornalistas agiriam enquanto correspondentes de uma guerra que já havia sido concluída pelas armas, mas que em termos de disputa por meio da escrita estava apenas começando. A partir dessa obra, outras serão elaboradas e publicadas, tornando o passado acerca desse acontecimento algo de disputa entre os principais grupos envolvidos, sobretudo as lideranças do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os militares. É válido ressaltar o importante papel desempenhado, inicialmente, pelos jornalistas no tocante ao registro dos fatos ocorridos no Araguaia na década de 1970. Suas matérias publicadas em jornais e revistas, posteriormente transformadas em livros, contribuíram para que o conflito armado no Araguaia fosse divulgado em outras regiões do Brasil e também no exterior.

Ora, a publicação desse livro em fins da década de 1970 é produto do contexto histórico, político e social desse período. Nessa época, o Brasil passava pelo período da chamada “transição” anunciada durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), cuja meta era a prática de uma “distensão lenta, gradual e segura”. Na análise do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, tratava-se de uma volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa. Portanto, a dinâmica do processo de abertura estaria sob o comando dos militares e garantiria a estes seus interesses. Assim, em termos de medidas práticas para a consolidação desse processo podemos destacar a supressão do Ato Institucional nº 5 (o AI-5) e o fim da censura prévia à imprensa.⁵³ Com tais medidas, aos poucos a imprensa passou a divulgar acontecimentos e reportagens que a censura não permitira em épocas anteriores. Nesse sentido, na nota introdutória da obra os autores chamam a atenção dos leitores a esse respeito e a respeito das fontes utilizadas em sua elaboração:

Durante negros e mudos anos, porém, à imprensa foi negada esta função. Hoje a situação é outra. Finalmente, temos oportunidade de publicar o material pacientemente coletado durante uns 5 anos. Nesse período entrevistamos bispos, padres, camponeses, fazendeiros, bate-paus, índios, militares. O principal personagem, porém, seria José Genuíno Neto, um ex-estudante cearense que hoje trabalha em São Paulo.⁵⁴

Dessa forma, os autores explicitam em linhas gerais como foi produzido o livro: por meio de material coletado durante cinco anos e principal fonte utilizada na escritura da obra, ou seja, as entrevistas com personagens protagonistas desse conflito, dentre eles religiosos, camponeses, índios, militares e, em especial, um ex-guerrilheiro, José Genoíno, evidenciando

⁵³ SILVA, 2003, p. 262-265.

⁵⁴ DÓRIA, 1978, p. 4.

assim uma limitação desse período de produção do livro — os documentos oficiais dessa guerra. Essa questão dos documentos oficiais da Guerrilha do Araguaia, ou seja, dos relatórios das operações, o contingente militar e os nomes e números dos guerrilheiros mortos vai perdurar ainda por um longo tempo em “segredo” até que alguns militares passem a divulgar seus arquivos pessoais e suas versões para aquele conflito. Essa prática, portanto, acontecerá apenas a partir da década de 1990. Além dos depoimentos, os autores destacam outras fontes, tais como: documentos judiciais de pessoas acusadas de participar de guerrilha, livros e artigos publicados no exterior sobre a luta armada no Brasil (não cita quais), jornais e livros sobre o PC do B.⁵⁵ Nesse sentido, percebe-se que o PC do B, partido que organizou o movimento no Sul do Pará, já começa a divulgar alguns dos seus documentos relacionados a essa experiência da luta armada. Considero essa prática algo importante, visto que esses primeiros escritos, em forma de livro, darão ênfase à versão desse partido e/ou de ex-guerrilheiros que atuaram no Araguaia. Assim, enquanto o Estado tenta silenciar esse fato por meio, por exemplo, da negação de divulgação dos seus documentos, o PC do B caminha em outra direção, isto é, busca dar visibilidade a esse fato. E, nesse caso, a obra em questão terá um papel fundamental nesse sentido.

O livro é, portanto, escrito a partir dos testemunhos de pessoas que participaram de forma direta e/ou indireta da Guerrilha do Araguaia. Sua escrita, nesse momento (fins da década de 1970), apresenta um caráter de documento a este movimento armado, que até então dispunha de poucos registros escritos conhecidos. Ricoeur (2007) nos traz uma reflexão acerca da importância do testemunho para a escrita da história. Um dos pressupostos destacados por este autor acerca da narrativa testemunhal está na indissociabilidade entre o acontecimento narrado e a experiência de seu autor.⁵⁶ Assim sendo, o livro *A Guerrilha do Araguaia* segue esse princípio. Pode-se observar, na sua organização, que cinco dos sete capítulos que compõe a obra são baseados em depoimentos de pessoas ligadas ao movimento armado ocorrido no sul do Pará.⁵⁷

Um aspecto relevante nessa obra é a sua apresentação, pois não se usou, como de praxe, o termo “prefácio”. . Nela, o sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) José de Souza Martins faz uma análise da questão fundiária no Brasil em geral e, em específico, da

⁵⁵ DÓRIA, 1978, p. 4.

⁵⁶ RICOEUR, 2007, p. 172.

⁵⁷ A obra *A Guerrilha do Araguaia: história imediata 1*, encontra-se organizada da seguinte maneira: Nota dos autores; Apresentação de José de Souza Martins; Capítulo 1 – Entrando na história; Capítulo 2 – O militar: entrevista com Jarbas Passarinho; Capítulo 3 – O guerrilheiro: depoimento de José Genoíno Neto; Capítulo 4 – Os combatentes na selva, segundo o Araguaia; Capítulo 5 – Os índios suruis contam o fim da guerra; Capítulo 6 – A Igreja: Depoimento do padre Humberto Riolland; Capítulo 7 – Araguaia hoje: volta ao centro da guerrilha; Anexos – a militante, o regulamento, o programa.

Amazônia a partir do contexto social e político no qual a Guerrilha do Araguaia esteve inserida. Herdeiro da escola sociológica ligada a Florestan Fernandes⁵⁸, José de Souza Martins não economizou, em sua apresentação, críticas à política de ocupação da região amazônica desenvolvida durante os governos militares. Assim, ao analisar a política econômica praticada durante o regime civil-militar, disse:

A internacionalização da economia brasileira, o seu ajustamento à dinâmica das multinacionais, consumada pelo golpe de Estado de 1964, produziu a grave repressão política, a drástica intolerância ideológica que encaminhou para a clandestinidade as tendências político-partidárias opostas ao novo regime e as tendências ideológicas que dele mais significativamente divergiam.

Ao mesmo tempo o próprio Estado, com peso de sua força, econômica e militar, abriu espaços novos, geográficos e econômicos, para o capital. De um lado, transferindo largas parcelas de recursos públicos para as mãos privadas, através dos chamados incentivos fiscais.⁵⁹

Percebe-se, pois, na análise de José de Souza Martins em relação ao chamado “desenvolvimento” da região Norte (*slogan* utilizado pelos governos militares para demonstrar o quanto o país crescera durante essa época) uma espécie de denúncia, seja ela a repressão às tendências políticas opostas ao regime, seja ao uso do capital estatal (público) para financiar as empresas privadas no norte do país. É importante destacar ainda na análise do autor em sua apresentação da obra o uso de pressupostos marxistas, tais como a expansão do capitalismo pelo norte do país e o conflito de classes.⁶⁰ Nesse sentido, seu texto pode ser considerado mais teórico: usando uma linguagem acadêmica, José de Souza Martins insere a Guerrilha do Araguaia dentro do contexto da questão fundiária no Brasil ao longo dos anos de 1960.

Outro aspecto importante na apresentação desse autor é a sua crítica à concepção de história praticada no Brasil durante o período de exceção. Segundo José de Souza Martins, o presente livro representa um questionamento a essa visão oficial da história, caracterizada por ele como elitista, reacionária e centrada no Estado. Ao contrário, a narrativa dos autores

⁵⁸ As análises realizadas por Florestan Fernandes (1920-1995) contribuíram para o pensamento de vários pesquisadores sociais no Brasil. A partir do que os seus seguidores denominam de “sociologia crítica”, este pesquisador interpretou a sociedade brasileira num estilo reflexivo que questiona a sua realidade social. De acordo com Octávio Ianni (1996, p. 26), uma parte da sociologia de Florestan Fernandes concentra-se na interpretação das condições e possibilidades das transformações sociais. Nesse sentido, a revolução social é um dos temas mais recorrentes em suas análises. Dentre as obras que se referem a essa questão, destaco: *A sociologia numa era de revolução social, A revolução burguesa no Brasil, Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. Para uma visão mais detalhada acerca da sociologia de Florestan Fernandes e sua contribuição para o pensamento sociológico brasileiro, ver IANNI, Octávio. *A sociologia de Florestan Fernandes*. In: *Estudos Avançados* nº 10, 1996, p. 25-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a06.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2018.

⁵⁹ MARTINS, 1978, p. 8.

⁶⁰ MARTINS, 1978, p. 8-12.

ênfatisa uma história enquanto processo, conflito e movimento, não de alguns, mas de todo o povo.⁶¹ Para construir essa narrativa acerca da Guerrilha do Araguaia, com ênfase nessa concepção de história, José de Souza Martins destaca ainda as fontes utilizadas pelos autores: “[c]omo convém no jornalismo responsável e sério, empenharam-se na coleta de testemunhos, no registro o mais minucioso dos depoimentos que foi possível ouvir.”⁶²

Pelo fato de a história oficial da época tentar “ocultar” os acontecimentos ocorridos no Araguaia, José de Souza Martins expõe na sua apresentação desse livro a necessidade de os cidadãos brasileiros conhecerem a sua história. Encarando a história enquanto dialética, o autor também destaca que a narrativa presente no livro não é neutra, ela está inserida dentro de uma determinada visão política, e, por isso, pode aguçar outra espécie de guerrilha, “a da palavra”. Assim disse: “[é] um elemento direito político democrático dos cidadãos do país o de serem informados do que se passa. Por isso estas reportagens são políticas. Além do que a *guerrilha da palavra* é um instrumento legítimo na luta pelo direito de falar e ouvir.”⁶³ Aqui merece destaque o termo utilizado pelo sociólogo e que nos anos posteriores vai se constituir numa prática para os grupos envolvidos nesse conflito armado: “guerrilha da palavra”, cuja tese central desse trabalho caracteriza enquanto “livros em guerra”, ou seja, um tipo de guerra por meio da escrita, cujas armas não são as bélicas, mas as próprias palavras. Para isso, o sociólogo destaca a importância dos personagens envolvidos na luta armada no Araguaia de falar e expor, isto é, de testemunhar o que teria ali acontecido. Dessa forma, afirmou:

E precisam falar, contar. Ninguém passa impunemente por uma experiência dessas, mesmo que não se suponha envolvido nela. Até mesmo soldados e oficiais desesperaram-se na necessidade de falar, embora se policiem para não fazê-lo. Em várias regiões do Norte ouve-se histórias sobre isso. Nem poderia ser diferente.⁶⁴

A participação de José de Souza Martins na apresentação desse primeiro livro sobre a Guerrilha do Araguaia, não deve ser menosprezada. Sua reflexão em torno da questão fundiária no norte do Brasil e, além disso, seu lugar de intelectual ligado a uma das principais universidades do Brasil, a USP, garantiu a esta obra certa legitimidade. Portanto, a narrativa enfatizada pelos jornalistas acerca do que teria sido a Guerrilha do Araguaia adquiriu na época a veracidade dos fatos ali apresentados.

A obra traz uma capa cujas imagens centrais são um soldado com uma espécie de metralhadora a mirar o seu alvo, e a foto de um dos líderes da guerrilha, o guerrilheiro

⁶¹ MARTINS, 1978, p. 7.

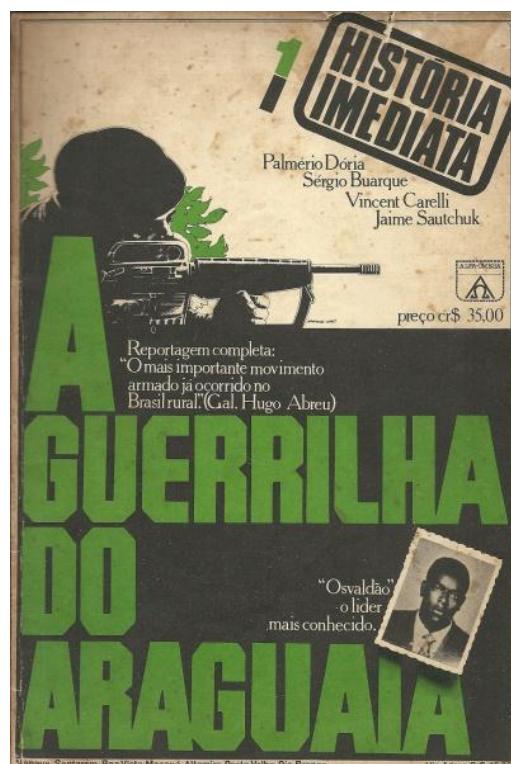
⁶² MARTINS, 1978, p. 6.

⁶³ MARTINS, 1978, p. 6; grifos meus.

⁶⁴ MARTINS, 1978, p. 6.

Oswaldo Orlando da Costa (o Osvaldão). Entre essas duas imagens consta o título do livro, *A Guerrilha do Araguaia*, e a chamada para os fatos ali narrados — “Reportagem completa: ‘O mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural.’ (Gal. Hugo Abreu)” (ver figura 3). No aspecto físico, sua capa remete à fisionomia de uma revista. E é esse aspecto físico e narrativo, isto é, em forma de reportagem, que permeia toda a obra. A sua capa, assim, representa uma das principais características dessa obra: a narrativa da Guerrilha do Araguaia a partir do olhar jornalístico. Por isso, o uso do recurso da função apelativa da linguagem, por meio, por exemplo, da citação da frase do general Hugo Abreu em sua capa. Essa obra, assim como o livro do jornalista Fernando Portela, seu contemporâneo, foram produzidas para o grande público, numa linguagem simples, direta e sem preocupações do ponto de vista teórico.

Figura 3 - Capa História Imediata 1 – *A Guerrilha do Araguaia*
DÓRIA, 1978.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Seguindo a discussão em torno dessa obra, analiso como esse primeiro livro escrito sobre a Guerrilha do Araguaia narra esse fato contemporâneo da história do Brasil e, ao mesmo tempo, contribui para provocar os diversos grupos envolvidos nesse acontecimento a disputar a escrita do seu passado. É perceptível, em torno da narrativa criada pelos autores, uma preocupação inicial de situar os leitores sobre o que de fato foi a guerrilha, seu objetivo, os guerrilheiros e a região escolhida para a sua organização. Dessa forma, sendo ainda um

assunto pouco conhecido pela população nessa época, tais informações eram imprescindíveis para se entender aquele movimento armado. Destaco que essa metodologia de apresentação sumária da Guerrilha do Araguaia geralmente foi utilizada, com maior ou menor número de informações, pelos demais jornalistas e estudiosos da temática.

Além das informações acerca da chegada e organização dos chamados guerrilheiros às regiões sul e sudeste do Pará, a narrativa dos autores traz a atuação dos militares nessa área por meio das operações de combate àquele movimento armado. Contudo, o que chama a atenção são as entrevistas realizadas pelos jornalistas e/ou reproduzidas de jornais da época, com alguns personagens envolvidos direta ou indiretamente com esse conflito armado. São eles: o ex-ministro Jarbas Passarinho, representando a versão “oficial”; o ex-guerrilheiro José Genoíno Neto, em nome dos guerrilheiros; o índio Areni da tribo dos Suruí; o padre Humberto Riolland, em nome da Igreja Católica; e dois moradores do Araguaia que serviram de guias para os soldados na época do conflito.⁶⁵ O que essas entrevistas trazem? Qual é a versão da Guerrilha do Araguaia construída a partir delas? Há em suas falas evidências de disputas de memórias? São alguns questionamentos que tentaremos responder a partir da sua análise. Para isso, partindo do princípio de que a escrita desse livro foi baseada em sua grande parte nesses depoimentos, selecionamos alguns dos seus trechos com o objetivo de perceber como as suas reminiscências constroem o passado desse acontecimento.

Seguindo a ordem estabelecida pelo livro, inicio a reflexão a partir da entrevista do ex-senador Jarbas Passarinho.⁶⁶ Em primeiro lugar, é importante salientar que essa entrevista não

⁶⁵ DÓRIA, 1978, p. 55.72.

⁶⁶ *Jarbas Gonçalves Passarinho* nasceu em Xapuri (AC), no dia 11 de janeiro de 1920, filho de Inácio de Loiola Passarinho e de Júlia Gonçalves Passarinho. Aos três anos de idade a família mudou-se para Belém (PA), onde se deu sua formação primária e o segundo grau. Em 1940 ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ) e, em 1943, foi transferido para Belém como instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) daquela cidade. Durante o governo de João Goulart alcançou o posto de tenente-coronel e passou a chefiar o Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar (8ª RM), sediada em Belém. Participou do movimento político-militar que, em março de 1964, derrubou o governo de João Goulart. Foi indicado pelo presidente Castelo Branco para o governo do Pará entre 1964-1966. No governo Costa e Silva assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social (1967-1969). Nesse período, ainda participou da aprovação do Ato Institucional nº 5 — AI-5 — em 13 de dezembro de 1968, sendo favorável à sua edição. No governo Médici assumiu o Ministério da Educação, pasta na qual permaneceu entre os anos de 1969 a 1974, época em que se deu a chamada Guerrilha do Araguaia. No Ministério da Educação Jarbas Passarinho implementou, em 1970, de fato, a reforma educacional iniciada em 1968, na qual o ensino universitário (superior) passou a funcionar por meio do sistema de créditos e o ensino médio tornou-se mais profissionalizante, ou seja, voltado para o mercado de trabalho. Ainda no seu ministério junto a esta pasta, ocorreu a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em setembro de 1970. Em 1974, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, Jarbas Passarinho reassumiu sua cadeira no senado, sendo reeleito pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) nas eleições parlamentares desse mesmo ano. Entre 1975 e 1977, foi o vice-líder do governo e da Arena no senado. No governo do general João Batista Figueiredo assumiu, a partir de novembro de 1983, o Ministério da Previdência e Assistência Social, cargo que ocupou até março de 1985. Jarbas Passarinho ainda ocupou o cargo de Ministro da Justiça durante o governo de Fernando Collor de Melo em outubro de 1990, ficando nessa pasta até abril de 1992, quando voltou ao senado. Percebemos, portanto, nessa síntese biográfica do ex-ministro uma

foi concedida aos autores do livro, mas feita ao jornal *Movimento*⁶⁷, publicada em julho de 1978. No entanto, sua reprodução foi feita na íntegra, segundo os próprios autores.⁶⁸ Cabe ressaltar a importância, nesse caso, que o livro exerce. A entrevista é dada a um jornal — *Movimento* —, mas é transcrita em seguida nessa obra, assim representando, dentre outras coisas, a abrangência que a versão do ex-senador poderá alcançar e o caráter documental proporcionado também por meio do livro. Em relação ao uso do jornal enquanto fonte pelos autores, identifiquei duas questões centrais. A primeira: diante da carência na época, de documentos elaborados pelos militares, a entrevista de Jarbas Passarinho representa essa função na obra, o olhar do militar sobre a Guerrilha do Araguaia. A segunda: publicada no livro, a entrevista, provavelmente, alcançou uma maior circulação entre os leitores, ampliando assim a versão desse grupo para os fatos ocorridos no sul do Pará.⁶⁹

Jarbas Passarinho fala de um lugar especial nesse momento. Ele representa o discurso de alguém ligado ao poder, ou seja, aos militares e/ou o governo. Contudo, não constitui a versão oficial do Estado ou dos militares para os acontecimentos ocorridos no Araguaia, que preferiu (ou optou), inicialmente, por ignorar a guerrilha. (Ou pela indiferença em relação à guerrilha.) Uma observação pertinente em relação ao ex-ministro Jarbas Passarinho, que o diferencia dos demais militares, é a sua disponibilidade em conceder entrevistas narrando a sua versão para os acontecimentos envolvendo o período dos governos militares. Ao longo dos anos, seus posicionamentos em defesa do regime militar e contra os grupos denominados por ele de “subversivos” não sofreram alterações.⁷⁰ Há outro dado que considero importante,

estreita ligação durante toda a sua vida com o centro do poder político no Brasil. (Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Fundação Getúlio Vargas). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho> Acesso em: 30 jan.17.

⁶⁷ O jornal *O movimento* foi fundado em 7 de julho de 1975, a partir da dissidência do jornal *Opinião*, de Fernando Gasparian. Enquanto veículo de comunicação, o periódico fazia oposição aos governos militares publicando matérias dentre as quais se denunciava a exploração dos trabalhadores e as violações aos direitos humanos. Também em sua trajetória o periódico inspirou e divulgou campanhas em defesa da anistia e da Assembleia Nacional Constituinte. Foi fortemente perseguido pela censura prévia à imprensa durante a maior parte de sua existência. Seus fundadores foram: Raimundo Rodrigues Pereira, Tonico Ferreira, Marcos Gomes, Bernardo Kucinski, Maurício Azedo, Jean Claude Bernardet, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Chico de Oliveira, Teodomiro Braga, Aguinaldo Silva e Chico Pinto. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/livros/jornal-o-movimento/>. Acesso em: 5 fev. 2018. Ver também AZEVEDO; AMARAL; VIANA, 2011.

⁶⁸ DÓRIA, 1978, p. 21.

⁶⁹ De acordo com a pesquisadora Inara Bezerra Ferreira Sousa, o jornal *Movimento* tinha uma tiragem média de 20 mil exemplares. SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. *O jornal Movimento: a experiência na luta democrática*. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, DF, 2014. p. 43. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17056/1/2014_InaraBezerraFerreiraSousa.pdf. Acesso em: 2 ago. 2018.

⁷⁰ Cito, nesse caso, duas circunstâncias nas quais o ex-ministro Jarbas Passarinho reafirmou seu posicionamento a favor do governo militar. Em 2001, no depoimento concedido para o documentário *Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da história*, do diretor Eduardo Castro, e, em 2010, na entrevista concedida ao jornalista Geneton

no que concerne a esta entrevista, em particular o fato de o jornal *Movimento* seguir uma tendência de “esquerda”, e assim trazer determinadas críticas ao regime.

Destaco, nessa entrevista, quatro pontos, representativos da disputa acerca do passado da luta armada no Araguaia. O primeiro deles, a região escolhida para implantação da guerrilha, questão considerada central, seja para os militares, seja para o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Nesse sentido, o ex-ministro Jarbas Passarinho enfatizou dois aspectos: do ponto de vista estratégico e militar, a região do Araguaia representava certa dificuldade para o combate a guerrilha pelas Forças Armadas, e, do ponto de vista social, era uma área abandonada pelo Estado. Dessa forma, disse o ex-ministro:

Muito bem escolhida, em primeiro lugar porque era uma área de junção de comandos. Entre os militares isso é muito interessante, porque três comandantes se superpõem. Então daqui a pouco ninguém sabia quem era o responsável. Então entrava o Comando Militar da Amazônia, entrava a Região Militar sediada em Fortaleza, que é a 10ª, e a Região Militar do Planalto. Quer dizer: daqui a pouco tava a complicação pra saber quem era quem. [...] Então essa guerrilha escolheu uma área do Sul do Pará, de Marabá, etc., a área de exploração de castanha. Uma área onde o Governo só se fazia presente para cobrar impostos. Não tinha assistência, não dava assistência, porque era precária em tudo. E os castanheiros, que eram explorados por financiadores da produção de castanha, seriam então muito sensíveis a qualquer movimento que fosse capaz de dar a eles a assistência que nunca tiveram.⁷¹

Essa interpretação de Jarbas Passarinho acerca da área escolhida pelos guerrilheiros para implantar a guerrilha manteve-se presente em outras entrevistas concedidas pelo ex-ministro, geralmente destacando essas duas características, estratégica e política-social. Encontramos no depoimento de Jarbas Passarinho um dos pressupostos enfatizados por Ricoeur (2007) no que concerne ao testemunho. Segundo ele, para que o mesmo seja confiável e adquira a veracidade é necessário mantê-lo ao longo do tempo. Dessa forma, afirma: “[a] testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo. Essa manutenção aproxima o testemunho da promessa, mais precisamente da promessa anterior a todas as promessas, a de manter sua promessa, de manter a palavra.”⁷² Percebe-se, assim, na narrativa do ex-ministro e também de outros personagens ligados à Guerrilha do Araguaia, a prática desse recurso nas construções de suas versões para esse acontecimento. A partir dos seus lugares, cada um desses personagens vai priorizando determinados eventos, pessoas e concepções políticas.

Moraes Neto. Ver CASTRO, 2007. MORAES NETO, Geneton. Entrevista com Jarbas Passarinho. Globo News. 2010, 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bv4zGawrR2A>. Acesso em: 22 mar. 2017.

⁷¹ DÓRIA, 1978, p. 22.

⁷² RICOEUR, 2007, p. 174.

O segundo ponto dessa entrevista é justamente a interpretação dada pelo ex-ministro Jarbas Passarinho à Guerrilha do Araguaia. Segundo ele, a guerrilha pode ser caracterizada enquanto uma “guerra suja”, para ambos os lados (guerrilheiros e militares). Assim, excessos, intolerância e desrespeitos às convenções internacionais foram praticados tanto pelos militares quanto pelos guerrilheiros. Essa visão, portanto, vai perpassar a maioria dos militares que publicaram seus livros acerca desse movimento. Dessa forma, ao se referir a esta questão, afirmou: “[a] guerrilha, a guerra subversiva, ela é uma guerra suja. E eu acho que ela termina sendo suja de ambos os lados. Porque é uma guerra do terrorismo. É uma guerra suja, uma guerra porca. Então a Convenção de Genebra vai para o diabo, desaparece a Convenção de Genebra.”⁷³ De fato, tal afirmação e/ou posicionamento para os entraves entre as Forças Armadas e os militantes do PC do B no sul do Pará, na década de 1970, é utilizado enquanto uma possível justificativa para as ações praticadas pelos militares nessa época. Consiste em um dos principais pontos de divergências entre a versão dada pelos militares e a dos intelectuais de esquerdas e lideranças do PC do B, uma das evidências de que a guerra continua hoje pela disputa desse passado, e se concretiza por meio da escrita.

O terceiro aspecto destacado por Jarbas Passarinho em sua entrevista consiste na ideia de que o movimento ocorrido no Araguaia, foi o melhor e mais bem preparado já ocorrido no Brasil, diferentemente de outras experiências de lutas armadas, como por exemplo, a de Caparaó. Na visão de Jarbas Passarinho, essa característica ocorreu devido à preparação e ao treinamento militar dos guerrilheiros no exterior, em especial em Cuba.

Tinha havido uma tentativa de guerrilha, de muito má preparação, provavelmente dirigida por grupos aventureiros, que tinha sido facilmente destruída, que foi a guerrilha de Caparaó, que se diz que era inspirada por grupos do Brizola. Essas guerrilhas não tiveram o menor apoio da população e foram tipicamente aventureiras. [...]

[...] Você vê por exemplo que essa guerrilha de Xambioá, que foi a única no meu entender bem preparada, a única mais conseqüente. A organização era típica de quem aprendeu guerrilha no exterior.⁷⁴

Há alguns aspectos importantes a serem considerados nesse posicionamento do ex-ministro Jarbas Passarinho. O primeiro deles é o reconhecimento da peculiaridade da guerrilha ocorrida no sul do Pará — sua preparação e o apoio da população local aos guerrilheiros. Ora, esse diferencial, segundo o ex-ministro, teria contribuído para o quarto ponto na disputa pelo passado desse acontecimento: o silêncio por parte do Estado em relação

⁷³ DÓRIA, 1978, p. 23.

⁷⁴ DÓRIA, 1978, p. 24.

à guerrilha. A justificativa apresentada pelo ex-ministro, nessa entrevista de 1978, para essa prática se resume na expressão “tático”. Dessa forma, quando questionado a esse respeito, respondeu:

Acho que esse silêncio foi tático. O auge da guerrilha urbana pegou o general Médici quando assumiu. [...] Tático. Porque uma divulgação disso, na medida por exemplo em que uma guerrilha de Xambioá durasse um ano para ser combatida ela poderia, pelo noticiário feito a respeito dela, induzir a ações semelhantes. A grande massa desconheceu pura e simplesmente o assunto e sobre ela não se fez o efeito multiplicador da propaganda.⁷⁵

Os motivos elencados por Jarbas Passarinho constituem um dos primeiros posicionamentos, feitos por alguém ligado ao poder político de então, sobre a não divulgação dos fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia. Na sua concepção, se tais acontecimentos fossem divulgados, isso poderia influenciar outros movimentos semelhantes no país. É notória na afirmação do ex-ministro a preocupação central com os órgãos de imprensa, e não em relação, por exemplo, aos documentos oficiais do movimento produzidos durante as campanhas das Forças Armadas. Sobre esses, quando questionados sobre a sua existência, seja por jornalistas, familiares dos mortos ou pesquisadores, alega-se que foram “queimados”.⁷⁶

Talvez o melhor termo para especificar esse posicionamento do ex-ministro Jarbas Passarinho acerca do silêncio praticado pelo Estado sobre a Guerrilha do Araguaia seja “estratégia”. Ambos os termos são geralmente utilizados no vocábulo militar (tática e estratégia). Entretanto, seguindo a conceituação destacada por Michel de Certeau no tocante a esses dois termos⁷⁷, pode-se considerar nas atitudes dos militares e do próprio governo em relação aos fatos ocorridos no Araguaia muito mais uma prática da estratégia do que

⁷⁵ DÓRIA, 1978, p.24.

⁷⁶ Em relação a essa temática da ocultação dos documentos do período de exceção no Brasil, ver o livro do jornalista Lucas Figueiredo: *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura* (2015). A tese central da obra consiste no pacto estabelecido entre militares e civis que dificulta a publicação dos documentos relacionados ao período da ditadura civil-militar no Brasil. Para Lucas Figueiredo, que participou dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), essa prática se explica a partir do que o autor denominou de “política da boa vizinhança”, ou seja, a conveniência para ambas as partes.

⁷⁷ Segundo Michel de Certeau, o termo “estratégia” se aplica ao planejamento racionalizado de uma ação de longo ou médio prazo. O conceito na sua visão se aplica na ação e também em nível de discurso. Assim, podemos ter uma estratégia em nível de ações de instituições e indivíduos e também no que se refere aos discursos construídos por essas instituições e indivíduos, isto é, uma estratégia discursiva. Para Certeau, nem sempre o resultado de uma determinada estratégia é alcançado, significando que ela pode fracassar. A tática é definida enquanto a “arte do fraco”, ou seja, ela é uma prática que as pessoas comuns utilizam para agir em resposta à atitude dos fortes, visando, assim, desviar, dobrar uma dada força. Está relacionada mais ao campo da intuição do que ao da razão, e se passa num tempo curto. Nesse sentido, afirma: “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 2005, p. 99-101).

propriamente de tática. Pois, como afirma Michel de Certeau, a estratégia é um planejamento racionalizado de uma determinada ação, e, nesse caso, tal planejamento consistia em não divulgar e/ou dificultar as informações sobre os acontecimentos envolvendo a Guerrilha do Araguaia.

Após essas considerações em torno da entrevista do ex-ministro Jarbas Passarinho, vejamos como o livro de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vincent Carelli e Jaime Sautchuk apresentou a entrevista concedida pelo ex-guerrilheiro José Genoíno Neto (Geraldo).⁷⁸ Uma das características dessa entrevista está na sua forma, isto é, a sua narrativa soa mais enquanto um longo depoimento do que propriamente uma entrevista jornalística. Não há ao longo da fala do ex-guerrilheiro José Genoíno Neto uma única intervenção dos autores. Não é feito por eles nenhum questionamento expresso no texto. Apenas na apresentação da entrevista, na qual são destacados alguns dados biográficos do entrevistado, os autores advertem o que eles teriam indicado enquanto temas, tais como: a viagem para a região e a sua escolha, os companheiros, a preparação para a guerrilha, o convívio entre os guerrilheiros, a chegada do Exército e a sua prisão.⁷⁹

⁷⁸ *José Genoíno Guimarães Neto* nasceu em Quixeramobim (CE), em 3 de maio de 1946. De acordo com o *Dicionário Biográfico Brasileiro*, durante a sua infância morou no vilarejo Encantado onde fez seus estudos primários, trabalhando na roça para ajudar seus pais, que eram agricultores. Com 13 anos de idade mudou-se para Senador Pompeu (CE). Nessa cidade, cursou o ginásio até se transferir em 1964 para Fortaleza. Foi nessa cidade que José Genoíno iniciou sua atividade política, inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1967, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B), como membro do Diretório Central dos Estudantes da UFC, em outubro de 1968, durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna (SP). Foi preso juntamente com todos os demais participantes desse congresso. Em julho de 1970, foi para a região do Araguaia, no sul do Pará, local onde o PC do B desenvolvia a chamada “guerra popular prolongada”, que em seguida foi nomeada de Guerrilha do Araguaia. Nessa área, atuou enquanto “clandestino”, usando o nome de “Geraldo” até abril de 1972, quando foi preso pelos militares durante a primeira operação de combate aos guerrilheiros do PC do B no Araguaia. Condenado, ficou preso durante cinco anos, sendo, em 1977, libertado. Em 1979, foi anistiado após a aprovação da Lei de Anistia. Foi em 1981 que José Genoíno se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), iniciando sua carreira parlamentar em 1982, como deputado federal por São Paulo, na legenda do PT. Em fins de 1983, participou do movimento pelas “Diretas Já” e, enquanto parlamentar nesse período, votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Em fins dos anos de 1990, foi eleito líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara e foi vice-líder do partido no biênio 2000-2001. Durante o primeiro mandato de Lula foi indicado para o Ministério da Defesa, mas teve seu nome rejeitado pelos militares. Em 2005, José Genoíno teve seu nome envolvido no chamado “mensalão”, levando-o à renúncia da presidência do PT. Mesmo com as denúncias envolvendo o seu nome, ele conseguiu se eleger deputado federal pelo partido em 2007. Em 2011, já durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, foi nomeado assessor especial do Ministério da Defesa, sendo um dos articuladores para a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foi condenado em 2012, pelo ministro Joaquim Barbosa, por corrupção ativa, mas mesmo assim, tomou posse como deputado federal enquanto suplente, em 2013. Foi preso no processo do “mensalão” em novembro de 2013; seu mandato de deputado federal foi cassado em dezembro desse mesmo ano. Devido a problemas de saúde, o ministro Joaquim Barbosa concedeu ao ex-deputado o regime de prisão domiciliar a partir de 27 de dezembro de 2013 até o final de fevereiro de 2014. O ex-deputado teve a sua pena extinta em março de 2015, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que levou em consideração o decreto de indulto natalino assinado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-genoino-neto>. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁷⁹ DÓRIA, 1978, p. 27.

Além dessa característica, identifico três outras no depoimento concedido por José Genoíno nesse livro. Uma delas é a narrativa minuciosa de sua prisão, em abril de 1972, durante a primeira campanha dos militares à região da guerrilha. Na disputa pelo passado da Guerrilha do Araguaia, esse fato representa uma das questões que evidenciam a continuidade da guerra, por meio das versões apresentadas. Na narrativa de José Genoíno, por exemplo, são destacadas a prática da tortura e a negação de que tenha entregado os demais companheiros. Por outro lado, na versão dos militares, não houve no momento de sua prisão a prática da tortura, e, mesmo assim, por “medo e covardia”, José Genoíno teria entregado os companheiros e os locais (depósitos) onde estariam as armas e alimentos utilizados pelos guerrilheiros.⁸⁰

Por ser um dos pontos de divergência entre essas narrativas, e que representa um dos indícios da continuidade dessa guerra por meio da construção de suas memórias, selecionei alguns trechos da narrativa apresentada por José Genoíno e que expressam essas contradições. Assim, ao se lembrar de sua prisão na época da chegada dos primeiros militares à região sul do Pará, disse:

No dia 18, ia voltando pro meu destacamento quando encontrei um bando de bate-paus, conhecia alguns deles, nenhum era do Exército. A gente se cumprimentou, perguntei como estava a estrada. Ao passar no meio deles, me pegaram. Eram uns 10. Tentei reagir, não consegui. Com eles tava o delegado de Xambioá, que me conhecia.⁸¹

Após detalhar sua tentativa de fuga frustrada, e a recaptura, continuou:

Me amarraram pela cintura, amarraram no cavalo e começaram a bater com relho de cipó até a casa onde eu tinha ido procurar o pessoal; depois me levaram de volta pro Caiano. Eles mesmos começaram a interrogar, perguntar pelo pessoal, pela Dina, pelo Antônio, diziam que eu tinha dormido na casa deles. Ficaram das 7 da manhã às 2 da tarde me interrogando, dando pontapés... eu estirado no chão do barraco, com os braços espichados numa direção e as pernas para outra.⁸²

A narrativa de José Genoíno para o momento de sua prisão, conforme observar-se, é permeada de detalhes, como por exemplo o dia, o número de homens, destacando um deles “o delegado de Xambioá”, e a descrição minuciosa do seu interrogatório e da tortura que sofreu. Esse modo narrativo bem comum nos depoimentos de alguns ex-guerrilheiros, como é o caso

⁸⁰ Quanto à escrita da versão da Guerrilha do Araguaia a partir da perspectiva dos militares, ver o Capítulo 2 da tese.

⁸¹ DÓRIA, 1978, p. 44.

⁸² DÓRIA, 1978, p. 42.

de José Genoíno, mas também de vários militares que atuaram no Araguaia, nos remete a denominar o que a pesquisadora Beatriz Sarlo chamou nas suas reflexões de “modo realista-romântico”. Nesse sentido, afirma: “[o] primado do detalhe é um modo realista-romântico de fortalecimento da credibilidade do narrador e da veracidade de sua narração.”⁸³ Entretanto, em nenhum momento, nesses fragmentos aqui citados, e em toda a sua entrevista, no geral, o ex-guerrilheiro chegou a afirmar que tenha contribuído de alguma forma para a localização e/ou prisão dos demais guerrilheiros.

Outra característica presente na entrevista de José Genoíno, nessa obra, é a sua concepção de que o seu depoimento constitui uma versão para o que ele vivenciou no Araguaia. Portanto, sua narrativa não constitui a ideia de uma verdade absoluta, mas a percepção de algo que ainda está em aberto. Nesse sentido, concluiu:

A história da guerrilha do Araguaia não se resume nesse depoimento. Ela não está totalmente contada. Meu depoimento é baseado nos dois anos em que vivi na região, não falo pelo conjunto dos que dela participaram. Quem pode melhor contar ainda esse história são os que sobreviveram durante todos os combates.⁸⁴

A última característica da entrevista de José Genoíno aos autores desse primeiro livro sobre a Guerrilha do Araguaia concretiza-se nas críticas feitas pelo ex-guerrilheiro aos posicionamentos do ex-ministro Jarbas Passarinho, em sua entrevista ao jornal *Movimento* e também reproduzida nesse livro, a primeira acerca da afirmação de Jarbas Passarinho de que os guerrilheiros teriam feito treinamento de guerrilha em Cuba. Assim, discordando dessa visão, e reafirmando seu posicionamento sobre essa questão, disse:

Lendo, posteriormente, a entrevista do senador Jarbas Passarinho, tenho algumas observações a fazer. Primeiro: os guerrilheiros do Araguaia nunca foram treinados em Cuba. Aprendemos a arte da guerra e o manejo das armas vivendo, pesquisando e aprendendo na própria Amazônia.⁸⁵

Embora, José Genuíno não concorde com a alegação de Jarbas Passarinho sobre o treinamento dos militantes do PC do B em Cuba, por outro lado ele não comenta o fato de alguns desses militantes terem sido treinados na China, pois o paradigma de guerrilha seguido pelo PC do B era o chinês. Sua segunda crítica foi em relação ao conceito de “guerra suja” para ambos os lados (militares e guerrilheiros), destacado por Jarbas Passarinho. Na versão de

⁸³ SARLO, 2007, p. 51.

⁸⁴ DÓRIA, 1978, p. 44.

⁸⁵ DÓRIA, 1978, p. 45.

Genoíno, o que houve no Araguaia, portanto, foi uma “guerra de resistência”. Nessa perspectiva, disse:

Segundo: a luta no Araguaia não foi uma guerra de terrorismo, “uma guerra suja dos dois lados”. Os guerrilheiros foram atacados, tiveram que fugir para o mato, a maioria da população ficou sendo perseguida. Decidiram resistir, contando com apoio da maioria da população local.

As Forças Armadas entraram na região com muitas armas, bombas e ordem de matar quem resistisse, sem levar em conta qualquer respeito aos direitos humanos ou até mesmo às leis de exceção vigentes no país. [...] Se os guerrilheiros resistiram ao serem presos, expressavam o seu forte desejo de continuar vivos, de não serem supliciados, como acontecia sempre que alguém era preso. Lá travou-se uma guerra de resistência, onde evidenciou-se o heroísmo dos que viviam na mata.⁸⁶

Percebem-se, na argumentação de José Genoíno, alguns pontos de embate no que concerne ao conceito de “guerra”, empregado por Jarbas Passarinho. Para o ex-guerrilheiro, a guerra praticada no Araguaia pode ser caracterizada como “resistência”. É, de fato, uma visão que ao longo dos anos foi se consolidando em relação à Guerrilha do Araguaia, produto, portanto, da construção da memória de ex-guerrilheiros sobreviventes, do PC do B e de alguns intelectuais de esquerda.

Essa resistência se justifica, dentre outros fatores, pela forma violenta pela qual os militares atuaram na região da guerrilha, não respeitando, por exemplo, as convenções internacionais no caso de guerra. Um último aspecto na afirmação de José Genoíno em resposta ao ex-ministro encontra-se na ideia da construção do guerrilheiro enquanto herói, produto de uma visão binária construída pelas memórias de ex-guerrilheiros e militares, na qual o passado é narrado a partir de uma perspectiva maniqueísta do herói contra o vilão. E nesse caso, partindo do olhar de cada personagem, esses adjetivos tendem a se flexionar, ou seja, para os guerrilheiros os militares geralmente são tidos como os “vilões” da história, enquanto que para os militares a situação é oposta. Tal imagem sobre o período da luta armada no Brasil contribuiu, segundo o historiador Carlos Fico, para uma leitura reducionista deste período. Dessa maneira, disse:

De um lado, naturalmente, os militares como “bandidos”, assim generalizadamente mencionados, como se a repressão tivesse sido praticada exclusivamente por eles — e não foi: basta lembrar dos empresários torturadores, dos legistas que reanimavam presos torturados, das senhoras de Santana que clamavam por censura. Do outro, a paulatina heroificação dos que sofreram a repressão, muito especialmente dos que participaram da luta armada e foram vítimas, sujeitos de uma história de equívocos e sofrimento, mas que estão longe do protagonismo que acabaram assumindo na memória romantizada que se construiu sobre eles.⁸⁷

⁸⁶ DÓRIA, 1978, p. 45.

⁸⁷ FICO, 2012, p. 29.

O livro *A Guerrilha do Araguaia* também enfatizou a versão do conflito no Araguaia a partir da perspectiva de três outros personagens: o índio da tribo Suruí (Areni), índios que teriam contribuído com os militares na localização dos guerrilheiros; o padre francês Humberto Rialland, na época missionário na região, preso pelos militares confundido com um guerrilheiro; e dois moradores locais, Venâncio de Jesus e Alexandre de Oliveira, ex-guias dos militares durante a caçada aos guerrilheiros. Essa multiplicidade de fontes utilizadas pelos autores nessa obra demonstra a característica do lugar de quem escreve — são jornalistas buscando “desvendar” os acontecimentos, e, portanto, é importante coletar informações dos vários grupos envolvidos no conflito armado, para garantir o que consideram “imparcialidade”.

Nessa perspectiva, em novembro de 1976 os autores visitam a aldeia dos índios Suruí e entrevistam o índio Areni, que assim narrou aos jornalistas como ocorreu a participação dos índios na busca aos guerrilheiros:

Então os soldados pediu licença da Funai. Maravi e Arecachu, os dois entrou primeiro na mata — veio um Toyota buscar. Nós procurava a pinicada, via barraquinha dele embaixo do cipozal — a gente achava muita coisa... remédio, farinha... no buraco do cupim —, mas terrorista se escondeu mesmo.⁸⁸

Assim, nas lembranças do índio Areni, o tempo da guerra é marcado pelas buscas efetuadas pelos militares com a participação de alguns índios aos militantes do PC do B, aqui identificados enquanto “terroristas” devido à conceituação utilizada pelos soldados. Sua narrativa também demonstra as moradias e os esconderijos usados pelos guerrilheiros para guardar comida, remédio e, algumas vezes, armas — “buraco do cupim” —, tipo de abertura no solo (vala) feita na vertical e, em seguida, na horizontal onde eram armazenados alimentos e remédios. Tal prática também é constantemente narrada tanto por ex-guerrilheiros como por militares, e aqui foi destacada nas reminiscências do índio Areni.

Outro personagem entrevistado pelos autores foi o padre francês Humberto Rialland. Na entrevista, o padre narrou sua chegada à área do Araguaia em 1970 e o seu trabalho junto aos moradores, em especial os camponeses. Recordando sua chegada à região e o seu contexto na época, comentou:

Nunca encontrei nenhum dos guerrilheiros, porque quando cheguei a Palestina eles já tinham se embrenhado no mato. Sei só que um médico e um farmacêutico tinham

⁸⁸ DÓRIA, 1978, p. 56.

ficado lá até quando chegou a Transamazônica, mais ou menos janeiro e fevereiro — cheguei em maio.
 Naquele tempo ninguém falava diretamente e soube da existência deles só quando os militares começaram a falar. Em 72 os militares chegaram em massa e de farda, sem preparação nenhuma para a guerrilha. Por isso se retiraram rapidamente e foram se formar em Manaus.⁸⁹

Dessa forma, nas lembranças do padre Humberto Rialland, no período da guerra contra os militantes do PC do B pouco se falava sobre o assunto. Havia, portanto, um clima de desconfiança entre os moradores locais com a presença dos militares na região. Outro ponto relevante em suas lembranças é a falta de preparação desses militares, em especial na primeira campanha contra os guerrilheiros.

As entrevistas realizadas pelos autores se concluem com os depoimentos de dois ex-guias dos militares durante o período de caça aos guerrilheiros: Venâncio de Jesus e Alexandre de Oliveira. Suas lembranças destacam, dentre outros aspectos, a caça aos guerrilheiros, o clima tenso na região e os esconderijos e equipamentos utilizados pelos “terroristas”. Ora, além de destacar a época da guerra, como denominam o período da guerrilha, os ex-guias apresentam um pouco do contexto do seu presente na região do Araguaia, ou seja, o final da década de 1970, quando os mesmos foram entrevistados. Do que vivem? O que ganharam em troca da ajuda que deram aos militares?

A obra *A Guerrilha do Araguaia* tornou-se uma referência para os demais livros escritos acerca do conflito armado no Araguaia e/ou de outras ações praticadas pelas esquerdas durante o período de exceção no Brasil. Assim, as informações constantes nessa obra serviram de base para a escrita de outras obras.⁹⁰ Além desses livros, encontrei em alguns trabalhos acadêmicos sobre a temática da Guerrilha do Araguaia (dissertações e teses), ainda não publicadas em livros, referência à obra organizada por Palmério Dória.⁹¹ Tais evidências demonstram a importância de seu livro nos estudos posteriores sobre a guerra no Araguaia e também à circulação dessa obra, em especial, entre os pesquisadores da temática. Dessa forma, esse primeiro livro escrito por jornalistas, e direcionado, inicialmente, a um público de leitores amplo, adquiriu ao longo dos anos a leitura de um público mais específico: os pesquisadores da História e áreas afins.

⁸⁹ DÓRIA, 1978, p. 61.

⁹⁰ Na análise realizada acerca da influência desse livro na escrita de outras obras sobre a Guerrilha do Araguaia e/ou questões relacionadas aos grupos de esquerda, encontrei sua referência nas seguintes obras (de acordo com o ano de sua publicação): GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993; CAMPOS FILHO, 1997; MOURA E SOUSA, 2002; GASPARI, 2002; CARVALHO, 2004; MORAIS, 2005; STUDART, 2006; BRASIL, 2007; MECHI, 2015.

⁹¹ FELIPE, 1993; GALDINO, 1994; ROCHA JÚNIOR, 1995; SILVA, 2002; SILVA, 2008; SOUZA, 2011; CORRÊA, 2014.

2.2.2 A guerrilha narrada pelo jornalista Fernando Portela em *Guerra de Guerrilhas no Brasil*

Em fins da década de 1970, o jornalista Fernando Portela⁹² percorreu a região do Araguaia e, a partir das narrativas de alguns moradores dessa área, de depoimentos de ex-guerrilheiros e de depoimentos de militares não identificados, publicou no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, uma série de reportagens que culminou na publicação do livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, em 1979,⁹³ o segundo livro a ser publicado sobre a temática da Guerrilha do Araguaia. Sua escrita, de certa forma, dá continuidade às informações apresentadas pela obra *A Guerrilha do Araguaia*, dos jornalistas Palmério Dória, Vincent Carelli e Jaime Sautchuk e do historiador Sérgio Buarque, buscando ampliar a versão dada por eles.

A apresentação da primeira edição desse livro foi feita pelo chefe de reportagem geral do *Jornal da Tarde*⁹⁴, Elói Gertel, e começa dessa forma:

Em 13 de janeiro de 1979, um sábado, o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, teve sua edição de 105 mil exemplares esgotada em poucas horas. A manchete, ocupando metade da primeira página, era “Guerra de Guerrilhas”. E, em sete páginas, publicava a primeira parte de uma grande reportagem que, durante sete dias, se revelou no mais completo trabalho jornalístico sobre um fato que, até agora, para o governo brasileiro, não existe.⁹⁵

⁹² Natural de Olinda, Pernambuco, Fernando Portela começou sua carreira como jornalista aos 17 anos, no *Diário da Noite* do Recife. Em 1965 transferiu-se para São Paulo e nessa cidade, passou a trabalhar para o *Jornal da Tarde*, do qual foi um dos seus fundadores. Nesse jornal, Fernando Portela exerceu vários cargos: repórter, redator, pauteiro, chefe de reportagem, editor-geral e repórter especial. Foi durante o período como repórter especial que o referido jornalista visitou a região do Araguaia, palco da “Guerrilha do Araguaia”, escrevendo como repórter os primeiros depoimentos dos moradores da região, dos ex-guerrilheiros sobreviventes ao conflito e de um militar não identificado pelo autor. As matérias publicadas, inicialmente, no *Jornal da Tarde* culminaram na publicação do livro *Guerra de guerrilhas no Brasil* por meio da Editora Global, em 1979, constituindo, assim, no segundo livro publicado por jornalistas acerca do movimento armado no Araguaia nos anos de 1970. Permaneceu no *Jornal da Tarde* até 1989. Enquanto autor, Fernando Portela transita entre obras de ficção e jornalísticas para vários públicos: juvenil, adulto e infantil. Dentre suas obras, merece destaque: *Violência e repressão* (1978), *Lampião, o cangaceiro e o outro* (1982), *Bonde, saudoso paulistano* (2006), *São Paulo, 1860-1960: a paisagem humana* (2004). Nos anos de 1989 a 1998, Fernando Portela trabalhou como responsável pela imagem corporativa da Fiat do Brasil, dirigindo a comunicação do grupo. Disponível em: <http://fernandoportelablog.blogspot.com.br/p/perfil.html>. Acesso em: 29 jan. 2018.

⁹³ PORTELA, 2002.

⁹⁴ Jornal diário e vespertino lançado por Rui Mesquita e um grupo de jornalistas liderado por Mino Carta, em São Paulo, em 3 de janeiro de 1966. Sua linha editorial seguiu o do jornal *O Estado de São Paulo*, ao qual esse diário esteve ligado. Apresentou-se na época como uma alternativa de leitura mais leve para concorrer nas bancas com a *Folha de São Paulo*. Foi favorável à candidatura do general Costa e Silva à presidência da República, e nos anos seguintes ao Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1968, passou a substituir as notas censuradas por “receitas culinárias”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-matico/jornal-da-tarde>. Acesso em: 15 mar. 2018.

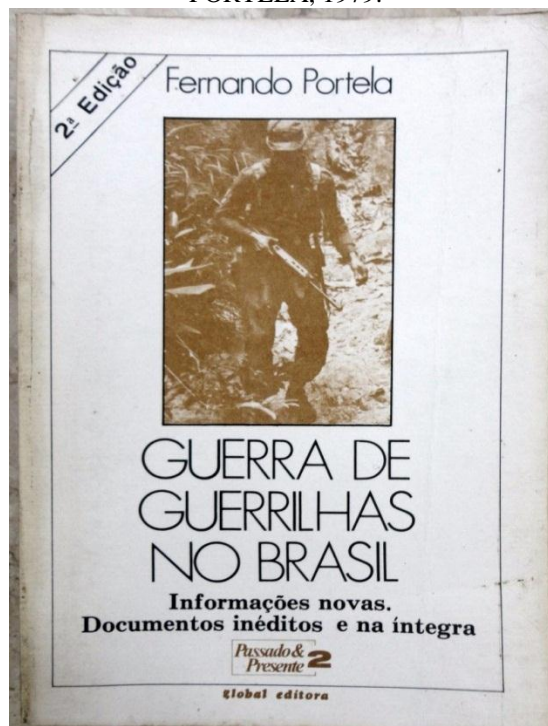
⁹⁵ GERTEL, 2002, p. 11.

Elói Gertel, portanto, localiza o lugar de produção inicial do livro *Guerra de guerrilhas*, resultando de um trabalho de reportagem de Fernando Portela publicado no *Jornal da Tarde*. Destaca, em linhas gerais, o objetivo da reportagem e do presente livro como uma forma de contribuir para a história contemporânea do Brasil: “[a]brir espaços para a História Contemporânea foi o objetivo do *Jornal da Tarde*, ao publicar o trabalho de seu repórter. Ampliar essa tentativa é o nosso objetivo.”⁹⁶

Nela também expôs o trabalho inédito realizado pelo jornalista por meio das múltiplas fontes disponíveis nesse período acerca desse fato. Nesse sentido, destacou: entrevistas realizadas com militares que participaram das operações — não identificados, dirigentes comunistas, ex-guerrilheiros e familiares dos mortos, seja de militares, seja de guerrilheiros. Numa linguagem clara e direta, fez duras críticas à censura imposta no país e ao silêncio do governo diante dos acontecimentos ocorridos no Araguaia.⁹⁷

Partindo do pressuposto de que a obra de Fernando Portela obteve sete edições, desde sua primeira publicação em 1979 pela Global Editora, escolhemos a representação de sua primeira edição, que não será alterada até a quarta edição, a fim de refletir um pouco sobre a relação entre as imagens representadas em sua capa e o conteúdo discutido no livro (ver figura 4).

Figura 4 - Capa do livro *Guerra de guerrilhas no Brasil*
PORTELA, 1979.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

⁹⁶ GERTEL, 2002, p. 15.

⁹⁷ GERTEL, 2002, p. 12-13.

A capa da obra traz a imagem de um soldado com a metralhadora/fuzil em mãos em meio a uma vegetação de mata aberta. É importante observar que a imagem não é colorida, o que dificulta a visualização e identificação do personagem e do meio no qual ele está inserido. Acima dessa imagem consta o nome do autor e, logo abaixo dela, o título do livro.

A representação desse militar caminhando sozinho e armado em meio à vegetação e deixando transparecer tristeza e desolação, pode significar, de certa forma, o despreparo inicial das Forças Armadas para combater uma guerra não habitual às forças regulares, ou seja, a guerra de guerrilhas, título do livro de Fernando Portela. Essa guerra pressupõe um tipo de enfrentamento militar diferente de uma guerra convencional. É descrita no próprio campo teórico como uma guerra irregular em meio à selva, isolada para dificultar a ação das tropas regulares.

Qual a versão da guerrilha enfatizada por Fernando Portela? Como narrou esse acontecimento? Quais as suas ênfases? Como construiu o cenário do Araguaia? A versão da guerrilha construída por Fernando Portela parte de sua visão de jornalista. Observamos, pois, nesses primeiros anos após o fim dos conflitos no Araguaia a tentativa de a imprensa desvendar o que ali teria acontecido. Os brasileiros de forma geral pouco sabiam do ocorrido, e a preocupação central dessa matéria e de outras do final da década de 1970 e início da década de 1980 é justamente apresentar a região da guerra, o que a provocou, quem eram os militantes do PC do B e porque foram utilizadas tamanha força dos militares para combater aproximadamente 70 guerrilheiros.

A versão da guerrilha enfatizada por este autor levou em consideração, em primeiro lugar, uma apresentação geral do Partido Comunista do Brasil (PC do B), sua fundação em 1962 a partir da cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os principais nomes desse processo de divisão entre os comunistas brasileiros.⁹⁸ Em seguida, o autor narra a própria guerrilha destacando: a chegada dos “paulistas”, como eram chamados os militantes do PC do B pelos moradores da região, inclusive apresentando as características e as funções exercidas por alguns deles; a organização militar da guerrilha, com sua Comissão Militar e os três destacamentos; o relacionamento dos guerrilheiros com a população local; o contexto político e social da região do Araguaia; a chegada dos militares e as três operações das Forças Armadas para combater os guerrilheiros.⁹⁹

⁹⁸ PORTELA, 2002, p. 67-69.

⁹⁹ PORTELA, 2002, 73-120.

Ao discutir a questão social no Araguaia nos anos de 1960, Fernando Portela constrói a imagem do guerrilheiro como um tipo de “herói” justiceiro capaz de enfrentar, por exemplo, a prática da grilagem de terras, comum nessa região do Brasil. Assim, utilizando uma espécie de cordel, criado pelos militantes do PC do B para sensibilizar os moradores a lutar por seus direitos, o autor disse:

Não havia lei alguma no Araguaia, porque a própria Polícia Militar mais parecia um bando de jagunços fardados que os próprios jagunços, que eram empregados de grileiros, e até os fazendeiros ironizavam: “Sentou praça porque não tem competência pra trabalhar pros doutor”. Mas as PMs e os jagunços, assim como os bate-paus (dedos-duros), sempre se deram bem por ali. Era o poder do dinheiro, que eles defendiam, contra um povo triste, doente, abúlico. [...] “Vão lutar pra ter valor” — o povo começava a acreditar, porque os “paulistas” diziam que era possível enfrentar de igual para igual seus inimigos. [...] E, no caso do Araguaia, Osvaldão não era o único a distribuir heroísmo.¹⁰⁰

Portanto, as condições sociais pelas quais os moradores do Araguaia estavam inseridos poderiam contribuir para um envolvimento/participação desses, juntos aos guerrilheiros na luta armada. Era assim que os líderes da guerrilha pensavam, e foi assim que, ao longo dos anos posteriores ao fim do conflito, foi se construindo uma versão de que uma parcela da população dessa área teria se envolvido na luta armada. Narrativas semelhantes são, assim, apresentadas, por exemplo, no *Diário da Guerrilha do Araguaia*.¹⁰¹ Dessa maneira, a argumentação de Portela vem reforçar essa ideia construída pelo próprio partido.

Consta ainda nessa obra a publicação de alguns documentos elaborados pelos líderes da guerrilha, tais como: “O programa dos 27 pontos”, no qual são apresentados aos moradores do Araguaia o projeto de sociedade defendido pelos militantes do PC do B; “A primeira carta da guerrilha”, escrita pelo ex-guerrilheiro José Genoíno Neto, em fevereiro de 1975; dois comunicados sobre a guerrilha (nº 1 e nº 8), durante a luta no Araguaia, foram redigidos a população local, segundo Fernando Portela, nove comunicados. Desses, o livro do autor traz esses dois.¹⁰² Diante desse contexto, é perceptível na obra uma escolha do autor, talvez pela documentação na época disponível, da versão da guerrilha apresentada pelo PC do B.

No que se refere à população local, Fernando Portela em sua visita à região no final da década de 1970, também fez algumas considerações, em especial ao clima nas principais cidades visitadas pelo autor após os primeiros anos do final da guerrilha. Nesse caso, disse:

¹⁰⁰ PORTELA, 2002, 79-80.

¹⁰¹ Sobre o apoio da população local aos guerrilheiros, assim narra o *Diário da Guerrilha do Araguaia*: “Desde o primeiro momento, os guerrilheiros contaram com a simpatia e o apoio caloroso da população. O Exército não conseguiu seus objetivos. Pensava liquidar os rebeldes numa rápida investida. Fracassou.” Ver MOURA, 1985, p. 42.

¹⁰² PORTELA, 2002, p. 239-274.

Marabá e Xambioá, as duas cidades-quartéis da guerrilha do Araguaia, estão condenadas a um branco em suas histórias: autoridades em geral e *moradores mais antigos sabem que o período de abril de 1972 a janeiro de 1975 é para ser esquecido*, e os mais comunicativos podem se dar mal.¹⁰³

Portanto, no final dos anos de 1970, o clima descrito por Fernando Portela nos mostra um olhar de desconfiança e intimidação da população do Araguaia em falar dos acontecimentos da guerrilha. Mesmo assim, o jornalista conseguiu que alguns moradores relatassem suas versões sobre o ocorrido. Temos, assim, a partir de seu trabalho, os primeiros relatos de memórias da população acerca do cotidiano com os guerrilheiros, da chegada e das ações dos militares e das torturas sofridas pelos camponeses da região. Dessa forma, ao narrar a terceira operação militar ocorrida a partir de outubro de 1973, afirma o autor:

A ação é rápida: depois dos saltos, os homens invadem as casas e vão retirando os suspeitos com a guerrilha: seu Abdias, o farmacêutico, seu Sinésio, seu Mariano... são doze moradores, ao todo, que são levados de São Domingos. [...] E começou o suplício: primeiro cansaço, depois fome, e, como a temperatura sempre ultrapassa, em Marabá, os trinta graus, uma sede insuportável. As necessidades dos presos começaram a ser feitas ali mesmo, e eles em pé, um contra o outro.¹⁰⁴

Nota-se, assim, na narrativa de Fernando Portela, uma crítica à forma como os militares trataram os moradores locais durante o combate aos militantes do PC do B. Sua descrição soa como uma espécie de denúncia aos maus tratos, às arbitrariedades e às torturas física e psicológica sofridas por esses moradores. O autor, para narrar essa prática dos militares, possivelmente deve ter se fundamentado nos primeiros depoimentos orais de alguns desses moradores, visto que nessa época o governo ainda não havia divulgado informações das ações praticadas pelas forças oficiais no Araguaia.

Além dessa questão, a obra de Fernando Portela trouxe três depoimentos bastante significativos acerca dos acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia. É, portanto, na parte três de sua obra, denominada “Os depoimentos”, que essas entrevistas estão inseridas. O primeiro, de um militar não identificado – “Fala o soldado do governo”; o segundo, do ex-guerrilheiro José Genoíno Neto (Geraldo) – “Fala o guerrilheiro” e o terceiro, do dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B), na época, Haroldo Lima – “Fala o líder comunista”. Em relação ao depoimento do militar, por exemplo, o autor fez a seguinte observação:

¹⁰³ PORTELA, 2002, p. 143; grifos meus.

¹⁰⁴ PORTELA, 2002, p. 116-117.

A entrevista foi extremamente tensa. O oficial excedeu-se na medição de palavras que acabaram por lhe faltar, em vários trechos. E ele só se convenceu a prestar o depoimento por coerência pessoal. Está, como todos os militares envolvidos naqueles acontecimentos, proibido de falar a quem quer que seja. Fez juramento. [...] Portanto, diante do seu pacto de silêncio, afinal transitório, e uma contribuição à História do Brasil, ele optou pela História.¹⁰⁵

Há algumas reflexões que merecem ser feitas na constatação do jornalista Fernando Portela a respeito da entrevista desse militar. Uma delas é o clima, descrito pelo autor, de tensão e cuidado para com as palavras por parte do entrevistado. É importante frisar que a mesma tática também foi utilizada nos questionamentos feitos pelo próprio jornalista ao militar, como veremos. Fazia poucos anos que o conflito armado havia acabado: estamos em 1978, portanto, há quatro anos de seu final. A entrevista do jornalista pode ainda ser considerada como uma experiência no “calor dos acontecimentos”. Assim, não justificando a atitude do militar, mas buscando entendê-lo dentro desse contexto, é compreensivo, talvez, esse seu comportamento pela hierarquia existente entre os militares. Daí a sua opção pela não identificação. O jornalista também não identificou a patente desse oficial, se era tenente, cabo ou soldado. Não especificou da mesma forma a função desempenhada por tal oficial durante a guerrilha, apenas denominou o capítulo “Fala o soldado do governo”. Outro aspecto relevante a ser considerado, é o tipo de censura imposta pelo Estado em relação à divulgação dos acontecimentos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia. Essa iniciativa de não expor sua versão para os fatos lá praticados foi algo comum, inicialmente, entre aqueles militares que lá estiveram. Ou seja, tudo o que lá houve está definitivamente encerrado. A vitória pelas armas foi alcançada, a pátria ficou livre da ameaça comunista e assunto encerrado. Talvez essa ideia, predominante entre alguns setores militares e o próprio governo, tenha malogrado, pois se de um lado a censura foi mantida, por outro sua existência nem foi cogitada. Assim, nos referimos à prática dos líderes do PC do B e de alguns ex-guerrilheiros, que logo após o fim do conflito expuseram e publicaram suas versões para aqueles acontecimentos.

Nesse sentido, essa observação foi feita pelo próprio jornalista ao se referir ao depoimento de José Genoíno Neto. Dessa maneira, pontuou:

José Genoíno Neto, o guerrilheiro, não tem problemas de identificação como o oficial que deu depoimento no capítulo anterior. Faz questão de assinar em baixo. (...) Também ao contrário do militar, Genoíno não tem maiores constrangimentos

¹⁰⁵ PORTELA, 2002, p. 151-152.

com as palavras. Toma seus cuidados, mas em vários momentos chega a ser torrencial.¹⁰⁶

Assim, tenciono refletir, nesse capítulo, sobre as primeiras versões acerca da Guerrilha do Araguaia e a sua escrita por meio dos livros, e como essa prática possibilitou a construção das múltiplas memórias sobre a guerrilha, acarretando os conflitos, as disputas e a guerra em torno dessas narrativas. Nesse sentido, acredito ser pertinente destacar alguns aspectos presentes nos depoimentos (entrevistas) concedidos ao jornalista Fernando Portela durante a escrita de sua obra, pois foi a partir dos mesmos, e também por meio dos documentos elaborados pelo PC do B, que o seu livro foi elaborado. Por se tratar de depoimentos longos, selecionei algumas questões consideradas “polêmicas”¹⁰⁷ para os dois grupos aqui representados: militares e guerrilheiros.

Dessa forma, inicio a reflexão acerca dessas versões sobre o conflito armado no Araguaia apresentando algumas questões levantadas pelo militar. Em relação à descoberta do movimento pelos militares, sua versão, em fins da década de 1970, é bem diversa da construída e mantida por outros militares, que ao longo dos anos posteriores foram publicando suas memórias. Nesse sentido, questionou Fernando Portela:

R – Como as Forças Armadas descobriram que se armava um esquema de guerrilhas no Araguaia?

O – Ao que me consta, foi por acaso. Quando cheguei à área, o negócio já estava fervendo. Mas sempre ouvia a expressão “por acaso”. Não me lembro mais como foi esse “por acaso”, se foi a Operação Aciso (Ação Cívico Social, do Exército, de caráter assistencialista) ou... não, a Aciso não tinha naquela área... [...] O Exército foi fazer alguma operação no Araguaia, dessas de treinamento, e deu com alguma coisa lá que chamou a atenção... [...] só não acredito muito em vazamento de informações através de guerrilheiro, nisso realmente eu nunca ouvia falar. Há muita fantasia, sabe? Se fosse algo assim eu saberia com certeza.¹⁰⁸

Ora, essa ideia de “por acaso” para a descoberta dos militantes do PC do B no Araguaia, não parece ser tão convincente assim para o próprio oficial. É tanto que ele já faz sua correção ao narrar que essa descoberta se deu, provavelmente, durante uma operação de treinamento dos militares na época na região. Essa versão, portanto, do treinamento dos militares nessa área no início dos anos de 1970 — e que ela teria sido organizada nesse lugar por haver suspeitas de presença de militantes de esquerda fomentando ações comunistas, embora eles não soubessem, inicialmente, a que grupo pertencesse —, é bastante presente em

¹⁰⁶ PORTELA, 2002, p. 179.

¹⁰⁷ Considero aqui enquanto questões polêmicas, por exemplo, a descoberta do movimento guerrilheiro, as estratégias adotadas pelos militares no Araguaia, a prática da tortura aos guerrilheiros e aos moradores da região e o apoio ou não desses moradores aos guerrilheiros.

¹⁰⁸ PORTELA, 2002, p. 154.

outras narrativas de militares a partir do momento em que estes passam a publicar as suas memórias.¹⁰⁹ Contudo, o oficial não faz menção, por exemplo, à hipótese de delação, afirmação que se tornou hegemônica entre os militares para a descoberta e confirmação do movimento.

No que se refere à prática da tortura física aos guerrilheiros e à população local, o próprio jornalista, ao inquirir o oficial, o fez de maneira sutil. Assim disse:

R – Esse pessoal que esteve envolvido na guerrilha hoje me diz que foram bastante... mexidos por vocês... quando eram presos...
 O – É possível que tenha havido... Bom, psicologicamente eles foram exaustivamente apertados, eles sofriam muitos interrogatórios, havia interrogatório inicial para identificação e coleta de dados estratégicos, mas depois que o pessoal era retirado da área, quando eles tinham condição de sair da área — e não foram muitos os que tiveram condição, não, porque estavam bastante feridos ou já muito maltratados pelo tempo; a maioria morreu lá, poucos saíram vivos de lá —, eu não posso dizer... iam para Brasília... [...]Não se se havia violência física. Não assisti a nenhum interrogatório fora da área convulsionada.¹¹⁰

Observa-se, portanto, que não há o uso do termo “tortura” nem por parte do repórter, nem do militar. O repórter fez uso da expressão “mexidos por vocês”, ou seja, um eufemismo para talvez conseguir alguma afirmação e/ou declaração dos maus tratos praticados aos poucos guerrilheiros prisioneiros na guerrilha. Quem sabe, uma tática do jornalista para obter alguma informação nesse sentido. Assim, o mesmo cuidado e a mesma cautela que o entrevistado usa para com as palavras, o repórter também o faz. Entretanto, a resposta do militar a esse questionamento também foi tática: “eles foram exaustivamente apertados, eles sofreram interrogatórios... Não havia violência física...”, isto é, o militar busca uma saída para manter-se neutro, não se envolver nessa questão e, portanto, nega a prática da tortura aos poucos guerrilheiros que haviam sido presos.¹¹¹ Essa problemática da prática da tortura não constituiu um tabu para os militares apenas nessa década do depoimento desse oficial, pois ela

¹⁰⁹ No tocante a essa questão, tem-se a narrativa do coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel por meio de sua obra *Guerrilha do Araguaia*: relato de um combatente, p. 28-31.

¹¹⁰ PORTELA, 2002, p. 161.

¹¹¹ Utilizo para esse argumento as informações constantes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Nele consta que no momento da chegada dos militares a região do Araguaia, isto é, em abril de 1972, havia 69 militantes do PC do B nessa área. Ainda segundo o referido relatório, as prisões aconteceram durante a primeira e a segunda campanhas militares; na terceira campanha, todos os guerrilheiros que ainda se encontravam na região teriam sido mortos, não havendo, portanto, prisioneiros nessa fase. Ver BRASIL, 2014, p. 679-685. No que concerne ao número de guerrilheiros presos pelas Forças Armadas, o historiador Hugo Studart destaca 12 nomes. Dessa forma, num universo de aproximadamente 69 pessoas, apenas 12 foram presas. Considero esse número pequeno. Ver STUDART, 2006, p.382-383.

perdurou e perdura até o presente, embora as evidências indiquem o contrário.¹¹² De certa forma, essa é uma das questões mais evidentes na guerra de memórias sobre a luta armada no Araguaia, pois enquanto os ex-guerrilheiros, como, por exemplo, Criméia Alice¹¹³, Danilo Carneiro¹¹⁴ e o próprio José Genoíno, afirmam a prática da tortura em suas prisões, por outro lado alguns militares que atuaram no Araguaia geralmente negam a sua existência, e quando são questionados acerca dessa prática optam por termos como “interrogatórios” e “técnicas de interrogatórios” ou silenciam, em suas narrativas, tal prática.¹¹⁵

No que concerne à relação dos militares com os moradores da região e o seu trato para com eles, a versão dada pelo oficial ao jornalista buscou justificar a forma violenta e truculenta utilizada, inicialmente, pelos soldados para obter informações e localizar os guerrilheiros. Ao questionar o oficial sobre o “aperto” dado aos moradores locais, disse Fernando Portela:

R – Eu vou voltar a um detalhe que me parece muito importante. A maioria das pessoas com quem falei sobre o assunto guerrilha aponta como o maior erro do governo o “aperto” que deu na população local. Interrogando, como você diz, em excesso...

O – [...] Mas não foi bom, enfim, esse ataque a tudo o que parecia guerrilha. É que o pessoal dava apoio, as populações achavam os guerrilheiros bonzinhos e os ajudavam. E então chega o Exército lá e começa a apertar o crânio deles. Lógico, é uma reação natural, voltar-se contra o Exército. Se o governo tivesse entrado um pouco mais maliciosamente... [...] É, é muito fácil a gente falar agora, depois que

¹¹² Sobre essa questão, ver Comissão Nacional da Verdade – Audiência Pública Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, Brasília, 12 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/jpg/docs_araguaia/araguaia_versao_final.pdf. Acesso em: 10 ago. 2016.

¹¹³ Criméia Alice Schmidt de Almeida nasceu em Santos (SP), em 1945. Iniciou sua atividade política (militância) ainda na escola secundária. cursou enfermagem na Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, de cujo curso era presidente do diretório estudantil em 1968. Participou e foi presa durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, SP. Entrou para a clandestinidade e foi para a região do Araguaia em janeiro de 1969. Deixou a região com a autorização de seus comandantes em fins de 1972, depois de engravidar do guerrilheiro André Grabois. Foi presa em São Paulo, em dezembro de 1972. Foi durante a prisão que ela deu à luz a seu filho em Brasília. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, Criméia afirmou que sofreu torturas durante o período em que ficou presa, e acusou o chefe do DOI-CODI do II Exército de São Paulo, na época, major Carlos Alberto Brilhante Ustra, dessa prática (Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 1, p. 368). Faz parte, atualmente, da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/crimeia-de-almeida/index.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

¹¹⁴ Danilo Carneiro (Nilo), natural de Vitória (ES), na época da Guerrilha do Araguaia era estudante secundarista (STUDART, 2006, p. 261). Durante a primeira campanha dos militares na região do Araguaia (abril de 1972), Danilo Carneiro foi um dos primeiros guerrilheiros presos, e, segundo informações dos jornalistas Eumano Silva e Taís Morais, esse militante teria sido bastante torturado com golpes de fuzil, sofrendo choques e tentativas de afogamento. Ficou preso cerca de um ano e meio. Até 2005, morava em Florianópolis (MORAIS, 2005, p. 596).

¹¹⁵ Em relação à Audiência Pública sobre os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia realizada em Brasília em 12 de agosto de 2014, a Comissão Nacional da Verdade disponibilizou trechos e/ou vídeos dos depoimentos dos militares e de ex-guerrilheiros do PC do B. Ver <https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0Ix12jfhJwR89FzargkV66-2p7La>. Acesso em: 28 fev. 2018. Especificamente acerca da memória construída através dos livros escritos por militares sobre a Guerrilha do Araguaia, analiso essa questão no Capítulo 2 da tese.

passou e a distância, sem ter sentido no pêlo, mas realmente o que me parece é isso, não tínhamos experiência, faltava experiência e faltava um pouco de malícia.¹¹⁶

Nota-se, no questionamento do jornalista ao oficial, certa cautela ao se referir à forma como os militares atuaram no trato para com as pessoas da região ao chegar ao Araguaia. As ações lá praticadas pelas Forças Armadas junto aos moradores são denominadas por Portela “aperto”, “excesso”, não “violência” e/ou “tortura”, como os próprios moradores vão alegar em seus depoimentos. Por outro lado, a versão apresentada pelo oficial, procura justificar as práticas das prisões, das queimas de roças, da expulsão de suas posses, dos interrogatórios e das torturas à população do Araguaia por meio da “falta de experiência” e “malícia” por parte dos militares. Assim, portanto, a versão inicial dos militares para os fatos ocorridos no Araguaia vai sendo construída e divulgada para a sociedade brasileira. Nesse momento, por meio de um depoimento de um oficial não identificado, busca-se “suavizar” e não ser tão polêmico, mas, sim, diplomático, para com as questões acerca da guerrilha. Dessa maneira, o debate mais contundente, as polêmicas, as trocas de acusações e as disputas de memórias só irão se acentuar a partir da década de 1990, quando os depoimentos e as versões de alguns militares, não mais no anonimato, serão publicadas.

A segunda entrevista realizada por Fernando Portela e publicada em seu livro foi com o ex-guerrilheiro José Genoíno Neto (Geraldo).¹¹⁷ Quais questões foram enfatizadas por ele? Qual a versão apresentada nesse depoimento para os acontecimentos no Araguaia? Selecionei também nesse depoimento alguns aspectos que considero relevantes na reflexão para a construção das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia. Um dos pontos enfatizados por Fernando Portela e comentado por José Genoíno se refere à censura imposta à imprensa no tocante aos fatos ocorridos no Araguaia. Nesse sentido, perguntou:

Repórter: Você acredita que a censura imposta aos meios de comunicação superdimensionou a ação e a repercussão da guerrilha do Araguaia?

José Genoíno: É. Acho que o silêncio imposto aos acontecimentos do Araguaia envolve uma questão maior do que o problema da superdimensão e repercussão. O movimento que existiu desde 66 até 75, e nós estamos em 79, é uma história ainda não contada. Criou-se um mistério, um complô de silêncio em cima de um fato histórico, em cima de uma luta ocorrida no território nacional. A divulgação do que

¹¹⁶ PORTELA, 2002, p. 171.

¹¹⁷ Ressalto que o ex-guerrilheiro José Genoíno Neto (Geraldo) foi um dos personagens da Guerrilha do Araguaia mais presentes nas entrevistas sobre esse movimento. Há depoimentos desse ex-militante do PC do B em vários jornais, revistas, documentários e na sua própria biografia, publicada em 2007. Resolvemos analisar esse depoimento concedido ao jornalista Fernando Portela por constituir um de seus primeiros após o fim do conflito no Araguaia. Sua biografia e seu papel na Guerrilha do Araguaia, discutiremos no Capítulo 2 da tese. Em relação à sua biografia ver COELHO, 2007.

ocorreu no Araguaia é um direito do povo brasileiro, que precisa conhecer o que acontece no seu país.¹¹⁸

Segundo o ex-guerrilheiro, a prática do silêncio envolvendo as questões concernentes ao Araguaia constitui, nesse momento, uma questão central. Ele questiona, assim, que os eventos lá ocorridos ainda eram desconhecidos da maioria dos brasileiros, e destaca a necessidade de as pessoas conhecerem a história do movimento que teria acontecido nesse lugar. Parece propício, nessa reflexão sobre os silêncios em torno da Guerrilha do Araguaia, mencionar uma afirmação da pesquisadora Elizabeth Jelin, quando diz: “*Los borramientos pueden ser producto de una voluntad o política de olvido y silencio por parte de actores que elaboran estrategias para ocultar y destruir pruebas y rastros que impidan la recuperación de los recuerdos en el futuro.*”¹¹⁹ Percebe-se, portanto, no caso do Araguaia, essa prática por parte dos governos militares, e, posteriormente, nos primeiros governos do período da chamada redemocratização em nosso país.

É importante ressaltar ainda, nessa e outras respostas dadas por José Genoíno na entrevista, o seu lugar enquanto militante político. Ou seja, após os anos que ficou preso (cinco anos, segundo ele), o ex-guerrilheiro passou a atuar no cenário político nacional, e nessa época, quando se discutia a redemocratização do país, a anistia e o fim da censura à imprensa, a construção de uma memória sobre a luta no Araguaia tem o seu valor para uma sociedade que está buscando construir os valores democráticos após os anos de exceção em nosso país.

Outra temática importante abordada na entrevista e que considero uma das questões mais polêmicas, seja para os militantes do PC do B, seja para os militares, é a versão para a descoberta da guerrilha por parte desses últimos. Nesse caso, questionou o jornalista Fernando Portela:

R – Vamos falar mais do Araguaia. Como o grupo de guerrilheiros ainda em formação foi descoberto na região? Acaso ou delação?

G – A situação que vivi a partir da minha prisão me dá elementos para depor o seguinte: fui preso logo após o ataque das Forças Armadas, fiquei isolado cinco anos e depois não estive com nenhum outro companheiro com quem convivia no Araguaia, de forma que não posso saber de que maneira elementos do Exército entraram na região. É evidente que quem atacou, se quiser contar honestamente a verdade, tem todos os elementos reais para revelar isso.¹²⁰

¹¹⁸ PORTELA, 2002, p. 180.

¹¹⁹ JELIN, 2009, p. 121.

¹²⁰ PORTELA, 2002, p. 193.

Percebe-se que, na versão dada ao jornalista, José Genoíno encontrou possivelmente uma saída diplomática para o debate que perpassou os acontecimentos relativos à guerrilha após o seu final. As lideranças do PC do B e também alguns intelectuais de esquerda, ao estudarem e discutirem como a guerrilha teria sido descoberta pelo governo, vão apontar alguns ex-guerrilheiros como prováveis delatores desse movimento. Genoíno, aqui, não quis polemizar nesse debate, nesse momento; talvez tenha encontrado uma justificativa em “fiquei isolado cinco anos e depois não estive com nenhum outro companheiro com quem convivia no Araguaia, de forma que não posso saber de que maneira elementos do Exército entraram na região”. E, assim, o ex-guerrilheiro não buscou questionar nem apresentar uma possível hipótese para a descoberta da presença do PC do B no Araguaia nos anos de 1970 pelos militares.

Na sua entrevista também foi ressaltado o que teria acontecido com ele após sua prisão pelo Exército no Araguaia. Nesse sentido, sua narrativa é contundente ao acusar os militares de tortura:

[...] Logo após a minha prisão, que foi numa picada da mata, eu fui amarrado numa árvore, fui pendurado de corpo inteiro, com a cabeça para baixo. Sofri afogamentos, queimaram minhas pernas, me obrigaram a ficar em cima de duas latinhas de leite condensado, toda uma tarde e uma noite.¹²¹

A narrativa de José Genoíno ao descrever em detalhes a prática da tortura que sofreu quer tornar pública, em forma de denúncia, os atos arbitrários cometidos pelos militares no Araguaia, em particular à sua pessoa, mas também cometidos contra os próprios moradores da região. Nesse momento, no final dos anos de 1970, torna-se necessário divulgar para a sociedade os atos de violência realizados pelos militares na época da guerrilha no Araguaia e em outras localidades do país. Percebemos nessa narrativa sobre a sua prisão e tortura publicada na obra de Fernando Portela uma espécie de complemento à entrevista concedida ao jornalista Palmério Dória. Aqui, o ex-guerrilheiro descreveu com detalhes a tortura sofrida, destacando os métodos utilizados pelos militares (afogamento, queimaduras) não citados na sua entrevista anterior.

E sobre os objetivos dos jovens militantes do PC do B na época? O que buscavam? Quais suas intenções na região do Araguaia? Essas e outras questões também foram levantadas por Fernando Portela na entrevista realizada com José Genoíno. Nesse caso, o entrevistado, por meio de sua versão, foi construindo a ideia de que o movimento que se

¹²¹ PORTELA, 2002, p. 193-194.

buscava instaurar no Araguaia era de oposição ao regime militar. Ao questionar, portanto, sobre os objetivos do PC do B na região, perguntou o repórter a Genoíno:

R – O que pretendia o Comitê Central do PC do B com o Araguaia? Você acredita mesmo no desencadeamento, a partir do Araguaia, da guerra popular no Brasil? Ou vocês estavam querendo organizar uma espécie de território livre, ou estado independente, como queira, naquela região? Qualquer dessas hipóteses não lhe parece, hoje, um sonho?

G – Em primeiro lugar, as decisões, as resoluções de que você está falando, sobre o Comitê Central do PC do B, não tenho elementos de avaliação. [...]E quanto ao movimento do Araguaia, gostaria de dizer que não se trata de sonho, não é aventura como algumas pessoas já afirmaram. [...]Trata-se de um movimento político, opositor, que surgiu numa região onde o povo sofre muito, abandonado, espoliado das mais diversas maneiras, principalmente pelas grandes empresas estrangeiras, multinacionais.¹²²

Há no discurso de José Genoíno alguns aspectos fundamentais que ao longo dos anos, após o fim da luta armada no Araguaia, em específico, e no Brasil, de forma geral, foram sendo construídos pelos líderes dos grupos de esquerda, pelos ex-guerrilheiros e por alguns intelectuais de esquerda de que a luta armada nos anos de 1960 e 1970 constituía apenas um movimento de oposição ao governo atual, e que, portanto, os guerrilheiros estavam lutando pela liberdade. Essa construção memorialística foi analisada pelo historiador Reis Filho por meio de seu artigo¹²³, no qual o autor faz uma discussão acerca das interpretações realizadas por militantes de esquerda sobre as ações revolucionárias na década de 1960. Segundo ele, a primeira interpretação difundida e bastante aceita pela sociedade brasileira foi criada por Fernando Gabeira por meio de seu livro *O que é isso, companheiro?*, e Zuenir Ventura, na sua obra *1968: o ano que não terminou*. Nelas, os autores apresentam a luta política dos anos de 1960 como “uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade.” A segunda interpretação, defendida por intelectuais como Jacob Gorender e Marcelo Ridenti, defende as ações da esquerda nos anos 1960 como “resistência democrática”, ideia ressaltada na narrativa de José Genoíno. A terceira visão, defendida por meio da tese de Aarão Reis¹²⁴, parte do pressuposto

¹²² PORTELA, 2002, p. 182.

¹²³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Este imprevisível passado: um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60. In: *Teoria & debate*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, n° 32, p. 81-85, jul/ago/set 1996. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/livros-este-imprevisivel-passado>. Acesso em: 26 fev. 2018.

¹²⁴ Sua tese publicada em livro pela editora Brasiliense em 1989, sob o título *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, analisa, dentre outras questões, o fracasso das organizações comunistas nas décadas de 1960 e 1970. De forma geral, o referido autor destaca quatro hipóteses que explicam esse fracasso: 1) Pressupostos fundadores, ou mitos coesionadores — a revolução socialista é historicamente inevitável —; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda. 2) A dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas enquanto elite política que detém as chaves do conhecimento da “necessidade histórica”. 3) A estratégia utilizada pelas organizações comunistas de tensão máxima, coesão e

de que as esquerdas não foram apenas vítimas da ditadura, mas formaram uma “contra-elite, alternativa que parte ao assalto do poder político”. A quarta interpretação analisada pelo autor, ainda inicial na época da escrita desse seu artigo, considera as ações dos grupos de esquerda enquanto um “processo de constituição de um ethos, um conjunto de valores, sem a compreensão dos quais nunca será possível compreender aquele período.”¹²⁵

Referindo-se à resposta dada por José Genoíno ao jornalista Fernando Portela quanto aos objetivos do PC do B no Araguaia, o que pretendiam suas lideranças, essa questão ele de fato não respondeu. Sabe-se, hoje, pela documentação divulgada pelo próprio PC do B, e por meio de várias pesquisas sobre esse período da história do Brasil, que o tema de destaque entre os jovens envolvidos na política nessa época era a ideia de se fazer a revolução.¹²⁶ Como seria feita? Seguindo qual estereótipo? Onde e quando? Era uma questão bastante discutida e polêmica nesse tempo. O PC do B escolheu o seu. Contudo, a resposta dada pelo ex-militante pode ser tida como emblemática no sentido de se construir uma memória na qual essa luta armada foi sinônimo da “luta pela liberdade” e “democracia”, visão que se tornou predominante na década de 1980, conforme já afirmei. Dessa maneira, ele ocultou que, além dessa luta pela melhoria das condições do povo do Araguaia, havia a intenção de implantar por meio do campo, aos moldes chineses, o comunismo no país.¹²⁷

Procurei destacar alguns temas abordados nas duas entrevistas concedidas por José Genoíno para esses dois livros, buscando perceber os pontos comuns e, quem sabe, divergentes acerca de sua narrativa. Além disso, analisei a metodologia de entrevista aplicada pelos autores dos dois livros para caracterizar as particularidades de cada depoimento. Assim, as duas entrevistas embora sejam contemporâneas, ou seja, concedidas no final da década de 1970, apresentam características comuns, e também peculiares, em algumas passagens. Quanto ao método de entrevistar, por exemplo, o jornalista Palmério Dória e os seus colaboradores não entrevistaram durante a entrevista ao ex-guerrilheiro, deixando transparecer ao leitor um depoimento. Já o jornalista Fernando Portela questiona e cobra determinados posicionamentos de José Genoíno. Essas metodologias diferenciadas, portanto, podem ter

disciplina ao corpo de revolucionários profissionais de vanguarda. 4) O papel das elites sociais intelectualizadas no comando (REIS FILHO, 1989, p. 182).

¹²⁵ Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/livros-este-imprevisivel-passado>. Acesso em: 26 fev. 2018.

¹²⁶ No que se refere a essa questão, ver REIS FILHO, 1997, p. 31-46; RIDENTI, 2005, p. 219-241.

¹²⁷ Observa-se ao longo dos anos de 1960, por meio dos artigos e matérias publicadas no jornal *A Classe Operária*, uma série de referências à Revolução Chinesa e mensagens dirigidas ao Partido Comunista Chinês, o que evidencia, a nosso ver, uma aproximação do PC do B com os ideais e modelo dessa revolução. Ver *A Classe Operária*, julho de 1967, nº 16, p. 2; fevereiro de 1968, nº 20, p. 3; abril de 1968, nº 21, p. 3; maio de 1968, nº 22, p. 2; julho de 1968, nº 23, p. 3; setembro de 1968, nº 24, p. 1; novembro de 1968, nº 25, p. 3; janeiro de 1969, nº 26, p. 4; fevereiro de 1969, nº 27, p. 4; março de 1969, nº 28, p. 2, dentre outros números do periódico.

contribuído para uma maior ou menor ênfase a determinados temas. Alguns estão presentes em ambas as entrevistas, tais como a sua ida para o Araguaia, o cotidiano com os “camaradas” do partido e com a população local, a sua prisão e tortura e o silêncio em torno do assunto por parte do Estado.

Analisando essas duas obras, que inauguram por meio da escrita a história da Guerrilha do Araguaia e a divulgam nacionalmente, não encontrei pontos divergentes entre os temas nelas apresentados. Há, sim, uma continuidade das questões levantadas, sobretudo acerca de informações mais completas e detalhadas em relação à economia do Brasil no período da guerrilha, à história do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e aos métodos utilizados pelos militares para torturar os guerrilheiros e moradores da região do Araguaia. Outro ponto comum nos dois livros são os tipos de documentos utilizados pelos autores para a sua escrita. Assim, foram utilizados documentos do PC do B e os depoimentos orais.

No que se refere à circulação desses livros, não tenho condições de mensurar em números a quantidade de livros produzidos e comercializados ao longo dos anos, desde a primeira edição das duas obras em análise. O que é possível afirmar a partir de informações contidas na própria contracapa da edição de 2002 do livro *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia* é que, entre 1979 e 1986, foram publicadas sete edições dessa obra por meio da Global Editora.¹²⁸ Já em relação ao livro *A Guerrilha do Araguaia: história imediata I*, não encontrei nenhuma evidência que possibilite afirmar que ocorreram outras edições dessa obra além da publicada em 1978.

É importante ressaltar que, assim como as demais obras analisadas ao longo desse capítulo da tese, o livro de Fernando Portela *Guerra de guerrilhas no Brasil* serviu de referência a vários outras obras relativas à questão da Guerrilha do Araguaia¹²⁹ e trabalhos acadêmicos acerca dessa temática¹³⁰, o que demonstra também a circulação desse livro, em especial entre os pesquisadores do assunto.

2.3 A escrita da Guerrilha do Araguaia por intelectuais de esquerda (1980-1987)

¹²⁸ Na contracapa de sua 4ª edição, de agosto de 1980, por meio da Global Editora, encontramos os anos das publicações anteriores. Dessa maneira, temos: a 1ª edição em agosto de 1979, a 2ª edição em setembro de 1979 e a 3ª edição em dezembro de 1979. Ver PORTELA, 1980.

¹²⁹ Seguindo o ano de publicação das obras, temos: GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993; CAMPOS FILHO, 1997; MOURA E SOUSA, 2002; GASPARI, 2002; CARVALHO, 2004; MORAIS, 2005; STUDART, 2006; BRASIL, 2007; NOSSA, 2012; MECHI, 2015.

¹³⁰ A partir do ano de suas defesas: FELIPE, 1993; GALDINO, 1994; ROCHA JÚNIOR, 1995; SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2008; GUERRA, 2008; SOUZA, 2011; CORRÊA, 2014.

Após as publicações das obras dos jornalistas, em fins da década de 1970, na década de 1980 a escrita dos acontecimentos relativos à Guerrilha do Araguaia passou a se constituir uma das preocupações dos intelectuais ditos de esquerda. Considero, nesse estudo, como o segundo momento das construções das memórias sobre a luta armada no Araguaia. Nesse período, o Brasil passava pelo período de abertura política e redemocratização após os anos da ditadura civil-militar. Nesse sentido, havia a necessidade de dar visibilidade às lutas da esquerda pela conquista da democracia no país. Diante desse contexto, tem-se a publicação de dois livros destacando e construindo esse lugar dos grupos de esquerda na história contemporânea de nosso país. São eles: *Araguaia: o partido e a guerrilha*, de Wladimir Pomar, publicado em 1980, e *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender, publicado em 1987. Ambos enfatizam a história da guerrilha na perspectiva do PC do B. Vejamos, então, como essas duas obras analisam a experiência da luta armada no Brasil na década de 1970 e contribuem para a disputa acerca do passado desse período de nossa história.

2.3.1 As disputas dentro do PC do B: o Partido e a Guerrilha

Em outubro de 1980, foi publicado o primeiro livro escrito por um intelectual considerado de esquerda acerca dos acontecimentos concernentes à Guerrilha do Araguaia: *Araguaia: o partido e a guerrilha*, de Wladimir Pomar.¹³¹ É importante ressaltar que, até o presente ano, já haviam sido publicados, principalmente por meio do jornal do PC do B, *A Classe Operária*, de relatórios, de cartas e de comunicados sobre o Araguaia¹³², e, por meio

¹³¹ Natural de Belém do Pará, Wladimir Pomar foi um dos personagens centrais da história do Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir dos anos de 1940. Fez parte do grupo de dissidentes desse partido, contribuindo para a criação do PC do B em 1962. Filho de Pedro Pomar, outra importante liderança desse partido nos anos de 1960 e 1970, Wladimir Pomar deu continuidade à tese defendida pelo seu pai em relação a uma avaliação crítica da experiência de luta armada no Araguaia. Sua postura e, sobretudo, as críticas as críticas a João Amazonas e às suas ideias culminou com a expulsão do PC do B, em 1981. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. Nele integrou, entre os anos de 1984 e 1990, a executiva nacional. Dentre suas obras, destaco: *O enigma chinês, capitalismo ou socialismo* (1987), *Cuba: revolução e reforma* (1996), *Era Vargas a modernização conservadora* (1998), *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (2003). Disponível em: <https://wladimirpomar.wordpress.com/biografia/>. Acesso em: 30 jan. 2018.

¹³² Destaco a título de informação os principais artigos relacionados à Guerrilha do Araguaia e publicados no jornal *A Classe Operária*: Nº 64 – Maio de 1972 – “Resistência armada à ditadura” p.12; Nº 66 – Julho de 1972 – “Relevante acontecimento político” p. 1-2; Nº 67 – Agosto de 1972 – “Ações corajosas no Pará” p. 1-2; Nº 68 – Setembro de 1972 – “Intrépidos lutadores do povo” p. 1-2; Nº 69 – Outubro de 1972 – “Definição política” p. 1-2, “Carta a um deputado federal” p. 8-10, “Nova investida contra guerrilheiros” p. 11; Nº 70 – Novembro de 1972 – “A ditadura será varrida” p. 3, “Repercute a luta armada” p. 12; Nº 71 – Dezembro de 1972 – “Verdadeiro caminho do povo” p. 5; Nº 73 – Abril e Maio de 1973 – “Saudação aos Guerrilheiros do Araguaia” p. 5-6; Nº 74 – Junho de 1973 – “Intrépidas combatentes da liberdade” p. 14-16; Nº 75 – Julho de 1973 –

da imprensa, várias reportagens¹³³, bem como o *Diário da Guerrilha do Araguaia*, publicado por Clovis Moura.¹³⁴ A análise feita por Wladimir Pomar perpassa o simples fato de narrar os acontecimentos. Ele vai além, se posiciona, questiona e critica determinados posicionamentos do partido na época da guerrilha e do pós-guerrilha. Contudo, sabemos que tais posicionamentos se inserem no próprio debate travado dentro do PC do B no período posterior à experiência no Araguaia. Sua fala, portanto, expressa o pensamento do seu pai, Pedro Pomar.¹³⁵

A obra de Wladimir Pomar foi escrita a partir de documentos do PC do B publicados, em sua grande parte, no jornal *A Classe Operária*. Também utilizou o relatório de Ângelo Arroyo sobre a luta no Araguaia e um artigo escrito pelo ex-guerrilheiro José Genoíno Neto, no qual este faz uma avaliação da experiência da luta armada no Araguaia. Além de narrar e se posicionar acerca da Guerrilha do Araguaia, Wladimir Pomar também publicou, nesse livro, vários artigos de *A Classe Operária*, até então restritos ao conhecimento das lideranças

“Amplia-se a luta popular” p. 11; Nº 76 – Agosto de 1973 – “Combativa organização das massas” p. 3-4; Nº 77 – Setembro de 1973 – “Programa popular” p. 10-12; Nº 78 – Outubro de 1973 – “Prenúncio de tormentas no campo” p. 6-12; Nº 79 – Novembro de 1973 – “Êxitos das forças guerrilheiras” p. 9-10; Nº 80 – Dezembro de 1973 – “O caminho da libertação” p. 4-5; Nº 82 – Fevereiro de 1974 – “Desenvolver a ação de massas” p. 5-6; Nº 83 – Março de 1974 – “Resistência intrépida” p. 1-2, “Comunicado nº 8 Das Forças Guerrilheiras” p. 3-4; Nº 84 – Abril de 1974 – “Dois anos de luta gloriosa” p. 8-9; Nº 86 – Junho de 1974 – “Mensagens de esperança” p. 1-2; Nº 87 – Julho de 1974 – “Romance da libertação” p. 9; Nº 88 – Agosto de 1974 – “Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior” p. 7-12; Nº 90 – Outubro de 1974 – “Caminho do Araguaia caminho do povo” p. 11-12; Nº 91 – Novembro de 1974 – “Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia” p. 8; Nº 93 – Janeiro de 1975 – “A bandeira de luta do Araguaia” p. 9-11; Nº 95 – Março de 1975 – “Não arriaremos nossa bandeira” p. 15-17; Nº 96 – Abril de 1975 – “Três anos de luta guerrilheira” p. 1-4. Sobre o jornal *A Classe Operária*, ver <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>. Acesso em: 11 ago. 2016.

¹³³ FON, 1980, p. 15.

¹³⁴ MOURA, 1985.

¹³⁵ Pedro Ventura Filipe de Araújo Pomar nasceu na cidade de Óbidos, no estado do Pará, em 23 de setembro de 1913. Filho de Filipe Cossio Pomar e de Rosa de Araújo Pomar. Já com os seus 19 anos de idade participou de um movimento no Pará em apoio ao Movimento Constitucionalista em São Paulo, em 1932. Em 1935, passou a fazer parte do Partido Comunista Brasileiro, que nessa época denominava-se Partido Comunista do Brasil (PCB). A partir de então sua trajetória política de militância nesse partido passa a ocupar uma das prioridades de sua vida. Com a instalação no Brasil do Estado Novo (1937), Pedro Pomar passou a atuar na clandestinidade, e compôs junto com João Amazonas a direção regional do PCB no Pará. Durante a ditadura varguista foi preso várias vezes, e só em 1942, já morando no Rio de Janeiro, passou a compor a Comissão que reorganizou o partido e liderou a chamada Conferência da Mantiqueira, em 1943, responsável por essa reorganização. Em janeiro de 1947 foi eleito deputado federal por São Paulo, mas teve seu mandato cassado quando o PCB foi colocado na ilegalidade durante o governo Dutra. Participou dos debates e disputas que resultaram na divisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962, ao lado de Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e João Amazonas. Durante os anos de exceção no Brasil, viveu na clandestinidade, mas continuou atuando junto ao partido publicando artigos no jornal *A Classe Operária*, sem a sua assinatura. Após o final da luta armada no Araguaia, foi um dos militantes mais críticos dessa experiência do partido, defendendo a tese de que a derrota no Araguaia deveria ser assumida pelo partido. Foi morto pela polícia juntamente com Ângelo Arroyo e João Batista Drumond, em 16 de dezembro de 1976, no bairro da Lapa, em São Paulo. Ver Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-ventura-filipe-de-araujo-pomar>. Acesso em: 15 mar. 2017.

do PC do B.¹³⁶ Dessa maneira, seu livro, para a época, constitui um tipo de registro histórico para a versão do Partido relacionada à experiência do Araguaia e dos seus posicionamentos para as questões políticas e sociais do Brasil das décadas de 1960 a 1970.

Sua análise foi construída a partir do enfoque nas questões políticas, destacando a própria história da fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) com a cisão, em 1962, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse sentido, apresentou as correntes divergentes dentro do PCB, conceituando-as de duas maneiras: uma “revolucionária”, fiel aos princípios do marxismo-leninismo, e a outra “reformista”, adepta do papel progressista das Forças Armadas e no caminho parlamentar para alcançar o poder político no país.¹³⁷ Após uma longa discussão em torno dessa questão, Wladimir Pomar inicia a reflexão em torno do caminho que levou o partido à escolha pela luta armada.

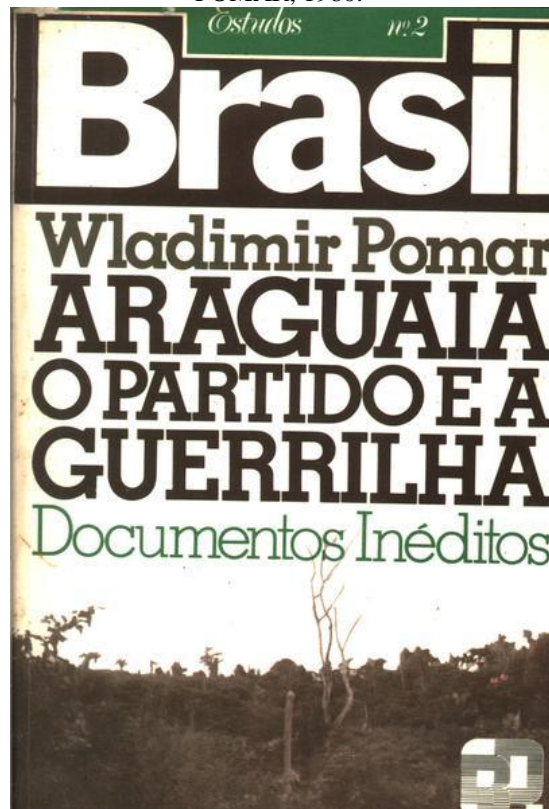
A capa desse livro destaca no primeiro plano o título da coleção a qual a obra está inserida, “Estudos nº 2 Brasil”, o nome do autor e o título. Ao fundo tem-se a imagem de uma floresta, possivelmente representando o lócus da luta armada organizada pelo PC do B, pois,

¹³⁶ O livro trouxe publicados os seguintes artigos: “Nada salvará a ditadura” – *A Classe Operária*, nº 28, março de 1969; “O CC salienta o ascenso revolucionário” – *A Classe Operária*, nº 31, junho de 1969; “Manter o rumo” – *A Classe Operária*, nº 33, agosto de 1969; “Nota do PC do Brasil sobre a atual crise política” – *A Classe Operária*, nº 34, outubro de 1969; “Sequestro do diplomata ianque” – *A Classe Operária*, nº 34, outubro de 1969; “Crise em gestação” – *A Classe Operária*, nº 38, fevereiro de 1970; “No caminho da revolucionarização” – *A Classe Operária*, nº 38, fevereiro de 1970; “Esquema falido” – *A Classe Operária*, nº 39, março de 1970; “A ditadura em apuros” – *A Classe Operária*, nº 40, abril de 1970; “Cresce a oposição popular” – *A Classe Operária*, nº 42, junho de 1970; “Romper a passividade” – *A Classe Operária*, nº 44, agosto de 1970; “A pantomima eleitoral” – *A Classe Operária*, nº 44, agosto de 1970; “Achincalhe ao povo” – *A Classe Operária*, nº 45, setembro de 1970; “Imagem da ditadura” – *A Classe Operária*, nº 46, outubro de 1970; “Povo desmascara farsa eleitoral” – *A Classe Operária*, nº 47, novembro de 1970; “Os generais estão com medo” – *A Classe Operária*, nº 47, novembro de 1970; “Desenvolver ações mais vigorosas” – *A Classe Operária*, nº 48, dezembro de 1970; “Significativos êxitos” – *A Classe Operária*, nº 49, janeiro de 1971; “Data memorável” – *A Classe Operária*, nº 50, fevereiro de 1971; “Reforçar a oposição popular” – *A Classe Operária*, nº 51, março de 1971; “Novo salário mínimo de fome” – *A Classe Operária*, nº 53, maio de 1971; “Ampliar e radicalizar as ações populares” – *A Classe Operária*, nº 54, junho de 1971; “Os verdadeiros objetivos dos “impactos” – *A Classe Operária*, nº 55, julho de 1971; “Combater ilusões de “aberturas” – *A Classe Operária*, nº 56, agosto de 1971; “Conquistar a verdadeira independência” – *A Classe Operária*, nº 57, setembro de 1971; “Atrever-se de lutar contra a ditadura” – *A Classe Operária*, nº 58, outubro de 1971; “Vitória dos povos” – *A Classe Operária*, nº 59, novembro de 1971; “1972 – Maior impulso à luta contra a ditadura” – *A Classe Operária*, nº 61, janeiro de 1972; “Nova e gloriosa fase na vida do Partido” – *A Classe Operária*, nº 62, fevereiro de 1972; “PC do Brasil – vanguarda combativa do proletariado e do povo brasileiro” – *A Classe Operária*, nº 63, março de 1972; “União pela liberdade” – *A Classe Operária*, nº 63, abril de 1972; “Medida fascista” – *A Classe Operária*, nº 63, abril de 1972; “Relevante fato político” – *A Classe Operária*, nº 93, janeiro de 1975; “A bandeira de luta do Araguaia” – *A Classe Operária*, nº 93, janeiro de 1975; “Três anos de luta guerrilheira” – *A Classe Operária*, nº 96, abril de 1975; “A fala dos generais” – *A Classe Operária*, nº 96, abril de 1975; “Disputa e compromisso entre camarilhas militares” – *A Classe Operária*, nº 100, setembro de 1975; “Tarefa primordial” – *A Classe Operária*, nº 100, setembro de 1975; “Exacerbação fascista” – *A Classe Operária*, nº 105, abril de 1976; “Invencível bandeira de luta” – *A Classe Operária*, nº 105, abril de 1976. É importante ressaltar que atualmente todos esses documentos estão disponíveis digitalmente por meio do site da Fundação Maurício Grabois; entretanto, no período da escrita do seu livro, início dos anos de 1980, não havia ainda este recurso para os estudiosos interessados em analisar a trajetória do PC do B. Assim, a publicação desse material por meio de sua obra também contribuiu para outras pesquisas e o conhecimento da história do PC do B, facilitando o acesso a estes documentos.

¹³⁷ POMAR, 1980, p. 9.

diferentemente das demais organizações de esquerda atuantes nos anos de 1960 e 1970, que preconizaram a ação de guerrilha urbana, esse partido optou pela ação armada no campo, e, nesse caso, a capa da obra de Wladimir pomar vislumbra esse escolha, isto é, a região sul do estado do Pará. É o lugar onde a luta foi travada e vários militantes de lá não voltaram; talvez por isso, a imagem deixe transparecer um ambiente melancólico, sombrio e de pouca cor (ver figura 5).

Figura 5 - Capa do livro *Araguaia: o partido e a guerrilha*
POMAR, 1980.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

De forma geral, qual o objetivo desse livro? Por que publicá-lo nesse momento? Quais as questões políticas centrais discutidas no Brasil desse período? Na apresentação da obra, o próprio autor nos dá pistas para algumas dessas questões. Mesmo sem indicar de onde vêm as críticas ao partido nesse momento, Wladimir Pomar inicia sua narrativa com o intuito de defendê-lo. Assim, afirmou:

Afirma-se hoje, por exemplo, que o PC do B não adotava uma tática de ofensiva no período imediatamente anterior à deflagração da guerrilha. Quem viveu aquele período sabe muito bem que isto não é verdade. Para demonstrá-lo, melhor caminho não haveria que recorrer aos editoriais do jornal oficial do Partido. Mas onde encontrá-los? Como fazer, por exemplo, para recuperar e avaliar a luta ideológica

que, desde o final dos anos 60, já se desenvolvia no interior do PC do B em torno do caminho para montar o Araguaia?¹³⁸

Sua escrita, portanto, soa enquanto uma resposta às críticas de que o Partido só passou a ter postura combativa contra a ditadura civil-militar a partir do momento da deflagração da Guerrilha do Araguaia. Para desconstruir essa tese, Wladimir Pomar reuniu uma série de documentos do PC do B e, baseados neles, reconstruiu a trajetória de embates e conflitos dentro do partido, estruturando sua narrativa para a história do PC do B. Ora, essa iniciativa do autor não se encontra deslocada do contexto do país nesse período, quando o Brasil passava pelo período de abertura política e redemocratização após os anos da ditadura civil-militar. Nesse sentido, havia a necessidade de dar visibilidade às lutas da esquerda pela conquista da “democracia” no país. Sua obra reflete o debate político em torno do projeto de país que se buscava construir nesse período de transição, e, nesse aspecto, conhecer a trajetória do próprio Partido Comunista do Brasil como referencial de luta contra a ditadura civil-militar era fundamental para a nova geração de brasileiros que pouco conheciam, nessa década, a história da Guerrilha do Araguaia. É válido ressaltar que, devido à censura imposta no país, os acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia só passaram a ter visibilidade da maioria dos brasileiros na década de 1980. Nessa perspectiva, disse Wladimir Pomar na introdução do livro:

Foi pensando em ajudar a esclarecer tais questões que concebemos este livro. Nosso objetivo maior é contribuir para a discussão, é fornecer ao leitor um número maior de elementos, possibilitando uma visão mais ampla, mais completa, do quadro geral que envolveu a montagem e o desenvolvimento da guerrilha.¹³⁹

Dessa forma, a contribuição proporcionada pela obra se estende desde a ampliação das questões sobre o Araguaia, por meio, portanto, da visão reflexiva do autor, até a divulgação e publicação de documentos do próprio PC do B, nessa época ainda não disponíveis para consulta. Nesse aspecto, a obra tem uma função histórica de construção do passado do partido, para valorizar sua luta e contribuir com o presente da sociedade brasileira. Nesse sentido, conhecer a luta travada no Araguaia na década de 1970, reconhecer aqueles que foram protagonistas desse processo, avaliar seus erros e acertos são de suma importância para a própria esquerda que buscava se constituir enquanto uma opção política para o Brasil desse período de transição. Assim, concluindo a apresentação de seu livro, afirmou Wladimir Pomar:

¹³⁸ POMAR, 1980, p. V.

¹³⁹ POMAR, 1980, p. V-VI.

Ao mesmo tempo em que procuramos abrir algumas picadas que nos permitam ir aos pontos nevrálgicos dos erros cometidos, analisando e recolhendo os ensinamentos da luta, valorizamos devidamente os mortos na luta contra o regime, e em particular os mortos do Araguaia. Eles são heróis do povo brasileiro. Os ideais pelos quais deram a vida são dos ideais das grandes massas exploradas e oprimidas e não os empana o fato de haverem cometido erros, mesmo sérios. Dar continuidade a esses ideais é tarefa daqueles que se dispuseram a criticar seus erros e aprender com sua lição de sangue.¹⁴⁰

Portanto, de acordo com as palavras do autor, os ideais pelos quais os guerrilheiros deram a vida devem servir de exemplo no presente para os que desejam a emancipação dos explorados. Só a partir do conhecimento do passado desses “heróis” é possível não se cometer, no tempo presente, os mesmos erros. Há, nesse sentido, o uso político do passado para se justificar as ações no presente. Wladimir Pomar, nesse caso, por meio de sua escrita sobre o passado dos acontecimentos do Araguaia, da publicação por meio de sua obra de documentos do partido e da ênfase no caráter exemplar da luta armada, passa a atuar enquanto um “empreendedor de memória”, conceito destacado pela pesquisadora Elizabeth Jelin para caracterizar pessoas e grupos que buscam construir as memórias em torno dos acontecimentos pretéritos e com isso interferir de forma política e pública nas questões do presente. Dessa forma, afirma Elizabeth Jelin:

Un grupo humano puede recordar un acontecimiento de manera literal o de manera ejemplar. En el primer caso, se preserva un caso único, intransferible, que no conduce a nada más allá de sí mismo. O, sin negar la singularidad, se puede traducir la experiencia en demandas más generalizadas. A partir de la analogía y la generalización, el recuerdo se convierte en un ejemplo que permite aprendizajes y el pasado se convierte en un principio de acción para el presente.¹⁴¹

A obra de Wladimir Pomar apresenta um caráter de combate, pois toda a sua narrativa está pautada na crítica à postura de algumas lideranças do PC do B, no passado, e, sobretudo, ao não reconhecimento por parte das lideranças do partido no presente aos equívocos praticados durante a luta armada no Araguaia. Seu livro contribui, nesse sentido, para, reconhecendo os erros do passado, construir o presente, seja do partido, seja do Brasil, utilizando-se da memória com o objetivo de “recordar para não repetir”. A narrativa construída pelo autor remete à ideia de que as esquerdas deveriam aprender a partir de seus erros.

¹⁴⁰ POMAR, 1980, p. VII-VIII.

¹⁴¹ JELIN, 2002, p. 50.

A escrita de Wladimir Pomar, além de narrar a Guerrilha do Araguaia — isto é, a escolha da área, a chegada dos primeiros guerrilheiros na região, seu treinamento, a descoberta pelas Forças Armadas e as operações militares, pontos comuns, por exemplo, aos dois livros anteriores publicados pelos jornalistas —, realiza uma avaliação crítica do movimento. Nesse aspecto, pode-se considerar essa obra como a primeira a propor esse tipo de análise.

Proponho nesse estudo acerca do livro de Wladimir Pomar, em especial em torno de sua reflexão sobre o PC do B e a Guerrilha do Araguaia, quatro pontos centrais: visão binária da história do período militar, críticas aos posicionamentos do PC do B nas décadas de 1960 e 1970, dificuldade do Partido em avaliar a experiência do Araguaia e o papel exemplar da luta armada para a agremiação no presente. Em relação à primeira questão, percebemos na construção da narrativa do autor sobre o período do regime civil-militar a ênfase da história do Brasil centrada em dois grupos. De um lado, o idealismo representado pelos grupos de “esquerda”, e, do outro, a violência praticada pelos militares ao longo dos anos contra as “revoltas populares”. Dessa forma, ao se referir a esse período de nossa história, expôs:

As publicações posteriores vieram acrescentar novos dados à história desse período, colocando diante de todos dois comportamentos completamente distintos: de um lado, uma tentativa cheia de idealismo e desprendimento, uma vontade sem limites de transformar a sociedade brasileira e abrir para o seu povo uma perspectiva real de liberdade e de melhores condições de existência; *do outro, uma atitude própria das tropas facinorosas que aniquilaram Canudos, Contestado e um sem-número de revoltas populares no Brasil*¹⁴².

A segunda questão central do livro é a sua avaliação dos caminhos tomados pelo PC do B, nas décadas de 1960 e 1970, que culminaram na organização da luta armada no Araguaia. Nesse caso, identifiquei em sua escrita quatro críticas principais: 1) a concepção de guerra popular; 2) a escolha da área para a guerrilha; 3) a estratégia adotada pelas lideranças do partido; e 4) a defesa das condições objetivas favoráveis para o processo revolucionário.

Em síntese, a crítica de Wladimir Pomar ao conceito de “guerra popular” defendido por parte das lideranças do PC do B na década de 1960 está centrada na análise feita pelo autor do documento *Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil*, publicado em janeiro de 1969 pelo Comitê Central desse partido. Em sua narrativa, Pomar apresenta os “equivocos” presentes nesse documento em relação a essa questão e às demais críticas destacadas anteriormente. Segundo o autor, a preparação, o desencadeamento e a condução da luta guerrilheira no Araguaia não corresponderam à concepção teórica de uma guerra popular.

¹⁴² POMAR, 1980, p. 1; grifos meus.

Houve, sim, uma mistura das concepções de foco e, também, de guerra popular prolongada.¹⁴³ No tocante à escolha da área (sul do Pará, norte de Goiás, atual Tocantins e sul do Maranhão), os dirigentes do partido levaram apenas em consideração as necessidades militares, deixando para um segundo plano, por exemplo, as condições sociais e o protagonismo dos operários na revolução.¹⁴⁴ A terceira crítica contundente é feita às estratégias adotadas pelas lideranças do PC do B na época. Nesse caso, as críticas se voltaram para a não realização do chamado “trabalho de massas” junto aos moradores locais, as transferências de várias lideranças do partido para o Araguaia sem levar em consideração o enfraquecimento do trabalho partidário e o equívoco da avaliação dos dirigentes do partido, pois afirmavam que as condições objetivas do Brasil daquela época eram favoráveis ao processo revolucionário.¹⁴⁵

Observa-se também na escrita de Wladimir Pomar indícios de uma disputa pelo passado desse período da história do Brasil. Essa disputa acontece de duas formas: no embate em relação aos métodos utilizados pelos militares para abafar a luta armada e dentro do próprio PC do B, a partir do momento em que algumas lideranças desse partido assumem a vanguarda de qual versão deve ser divulgada para a sociedade brasileira. No caso da disputa interna em torno desse passado, temos, por exemplo, as dificuldades do partido em avaliar a experiência de sua luta armada no Araguaia, a terceira questão que consideramos importante na escrita do livro *Araguaia: o partido e a guerrilha*.

No subtítulo, denominado pelo autor como “A dolorosa avaliação”, Wladimir Pomar expõe o quanto foi difícil para o que restou das lideranças do partido após a luta armada o processo de avaliação da guerrilha. Sua análise demonstra a disputa interna dentro do PC do B para se reconhecer, em primeiro lugar, que a guerrilha havia acabado. Estamos em 1976, ano em que esse debate se tornou mais contundente, e o jornal do partido, *A Classe Operária*, continuava a divulgar notícias de que o conflito continuava no sul do Pará, embora os últimos militantes tenham sido abatidos no final de 1974. Era difícil, portanto, reconhecer a derrota e buscar reconstruir o partido. Por quê? Para o autor há duas respostas para essa questão: o desconhecimento de quem realmente morrera e a publicação dessas mortes para os familiares e para a sociedade como um todo.¹⁴⁶

É dentro desse contexto que duas concepções se tornaram hegemônicas em torno desse debate: uma liderada pelo ex-guerrilheiro e um dos comandantes militares da guerrilha, Ângelo Arroyo, e outra liderada por Pedro Pomar. Quais as argumentações de cada uma

¹⁴³ POMAR, 1980 p. 26-27.

¹⁴⁴ POMAR, 1980, p. 22-23.

¹⁴⁵ POMAR, 1980, p. 27-29.

¹⁴⁶ POMAR, 1980, p. 48.

delas? A avaliação da guerrilha defendida por Ângelo Arroyo considera que a derrota sofrida no Araguaia foi temporária. Seus argumentos evidenciam que a experiência da luta armada foi mais positiva que negativa, e por isso o movimento deveria continuar.¹⁴⁷ Já a avaliação defendida por Pedro Pomar evidencia um rumo contrário. Mesmo valorizando alguns aspectos positivos da guerrilha, como o heroísmo e o acerto na escolha do local, Pedro Pomar aponta para a derrota completa do movimento. E caberia ao Partido aceitá-la.¹⁴⁸

A quarta e última questão presente na obra de Wladimir Pomar se refere ao papel exemplar da experiência da Guerrilha do Araguaia para o PC do B no presente. Não foi por acaso a sua escrita no início dos anos de 1980, conforme já destaquei anteriormente quando apresentei o contexto histórico do país nesse momento. Entretanto, sua publicação também está relacionada com as próprias disputas internas dentro do partido. Para entender um pouco essa questão é necessário conhecer um pouco a trajetória do PC do B no final dos anos de 1970. Sendo assim, tem-se em 1978, a VII Conferência do Partido realizada na cidade de Tirana, capital da Albânia.¹⁴⁹ Nela, o PC do B formulou seu posicionamento para a sua atuação no Brasil e também para as questões relacionadas à Guerrilha do Araguaia.¹⁵⁰ No tocante à Guerrilha do Araguaia, a VII Conferência confirmou os posicionamentos de Ângelo Arroyo por meio do seu documento “Gloriosa jornada de luta”, publicado no jornal *A Classe Operária* em 1976.¹⁵¹

Essa decisão acirrou as disputas já existentes dentro do grupamento político desde 1974, no tocante à avaliação da experiência da luta armada no Araguaia. A partir do final da década de 1970, e nos anos seguintes, dois grupos vão se posicionar contrários às formulações da VII Conferência; são eles: o Comitê Regional Estrutura 1, de São Paulo, e o Comitê Regional da Bahia. Assim, em dezembro de 1979, o Comitê Regional da Bahia fez circular um texto destacando os pontos centrais de seu descontentamento com as decisões da VII Conferência. Dentre eles, cito a adoção da avaliação da Guerrilha do Araguaia a partir da

¹⁴⁷ POMAR, 1980, p. 48.

¹⁴⁸ POMAR, 1980, p. 50.

¹⁴⁹ Sobre os posicionamentos do PC do B e as diretrizes que deveriam ser colocadas em prática pelo partido, ver jornal *A Classe Operária*, nº 137, junho de 1979, p. 1-11. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 11 ago. 2016.

¹⁵⁰ Sobre a história do PC do B nas décadas de 1970 e 1980, ver SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História* [online]. 2007, vol. 26, n. 2, p. 346-347. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000200017>. Acesso em: 19 fev. 2017.

¹⁵¹ Sobre esse documento elaborado por Ângelo Arroyo, instrumento de muitas polêmicas dentro do PC do B após o final do conflito no Araguaia, ver *A Classe Operária*, nº 109, 05 de setembro de 1976, p. 6-18. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 11 ago. 2016. Esse mesmo documento também consta enquanto anexo na obra de Wladimir Pomar, *Araguaia: o partido e a guerrilha*, p. 145-155.

perspectiva de Ângelo Arroyo e o abandono do legado teórico de Mao Tse-Tung e da ligação com a China.¹⁵² Essas disputas (ou querelas) internas culminaram com a intervenção do Comitê Central do partido nos comitês Regionais de São Paulo e da Bahia, e com a sua dissolução em agosto de 1980.¹⁵³ Já em março de 1981, as lideranças que defendiam a postura crítica em relação às diretrizes da VII Conferência foram expulsas do PC do B, dentre elas Wladimir Pomar, autor do livro em análise.¹⁵⁴ Por que destaquei essa breve passagem pelas disputas políticas dentro do PC do B? Para buscar compreender o contexto no qual a obra de Wladimir Pomar, *Araguaia: o partido e a guerrilha*, foi escrita, sendo produto desse conflito interno, e, ao mesmo tempo, para apontar uma possível consequência de sua expulsão do partido, pelas ideias que defendia e por sua consequente publicação por meio desse livro.

Diante dessa perspectiva de disputa dentro do PC do B, Wladimir Pomar conclui sua obra expondo o papel de importância que a luta armada no Araguaia trouxe para o Partido, mesmo que a mesma não tenha alcançado seus objetivos. Com ela, o PC do B obteve experiência e poderia, se assim desejasse, corrigir seus erros para continuar o embate contra a burguesia. Nesse sentido, afirmou:

A luta da classe operária por sua libertação e a libertação de toda a sociedade passa, inevitavelmente, por um processo dialético de derrotas. Nesse sentido, as derrotas parciais são mais importantes que as vitórias parciais, pois elas forçam a classe operária a analisar suas causas e extrair delas as lições e ensinamentos e corrigir sua forma de luta contra a burguesia.¹⁵⁵

Entretanto, essa concepção defendida por Wladimir Pomar e outros membros do PC do B, não eram aceitas pelo Comitê Central do Partido. Sua avaliação crítica da experiência da luta armada e sua versão para os fatos no Araguaia não agradaram determinadas lideranças do PC do B, entre as quais João Amazonas. Este se tornou, após a chamada “chacina da Lapa”, ocorrida em dezembro de 1976, uma das principais lideranças da agremiação. Para estas, apenas alguns estão autorizados a narrar e a externar seus posicionamentos, e eles devem estar em consonância com o pensamento predominante dos líderes daquele movimento

¹⁵² Para maiores detalhes das críticas formuladas pelo Comitê Regional da Bahia e do Comitê Regional Estrutura 1 de São Paulo, ver SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História* [online]. 2007, v. 26, n. 2, p. 349. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000200017>. Acesso em: 19 fev. 2017.

¹⁵³ Em relação à destituição do Comitê Regional da Bahia e do Comitê Regional Estrutura 1 de São Paulo, ver *A Classe Operária*, nº 144, julho-agosto de 1980, p. 7. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 11 ago. 2016.

¹⁵⁴ Os nomes das lideranças expulsas do partido foram publicados em *A Classe Operária*, nº 146, fevereiro de 1981, p. 7. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 11 ago. 2016.

¹⁵⁵ POMAR, 1980, p. 63.

armado. Por esse motivo, as ideias e a escrita do livro de Wladimir Pomar não soaram, para as lideranças do Partido nos anos de 1980, enquanto uma perspectiva positiva. Talvez reconhecer as frustrações e os erros praticados nas décadas anteriores pudessem enfraquecer o PC do B, que parecia ressurgir das “cinzas”.

O livro de Wladimir Pomar também se tornou uma referência para os demais trabalhos acerca do PC do B e da Guerrilha do Araguaia. Sua análise contribuiu, até o momento, para cerca de nove trabalhos acadêmicos sobre essa temática (dissertações e teses).¹⁵⁶ Da mesma forma, a obra *Araguaia: o partido e a guerrilha* serviu de referência para a escrita de doze outros livros sobre a temática da luta armada no Araguaia ou sobre alguma questão voltada para o período da ditadura militar no Brasil.¹⁵⁷ Entendo, pois, que os usos da obra de Wladimir Pomar como referência para os estudos relacionados à temática da Guerrilha do Araguaia evidencia, dentre outros aspectos, a circulação que o seu livro adquiriu, em especial entre os pesquisadores dessa questão. Também demonstra o diálogo e a disputa acerca das narrativas desse acontecimento. Seja para se contrapor e/ou concordar com a análise do autor, os trabalhos citados utilizaram o livro de Wladimir Pomar como referência em sua escrita.

1.3.2 A luta armada em questão através do livro *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*

O livro *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de autoria de Jacob Gorender, é considerado nesse estudo a segunda obra escrita por um intelectual de esquerda que buscou abordar de forma crítica a trajetória das organizações esquerdistas no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. O seu lugar de fala¹⁵⁸ é, portanto, do

¹⁵⁶ De acordo com o ano de defesa, temos: FELIPE, 1993; GALDINO, 1994; ROCHA JÚNIOR, 1995; SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2008; GUERRA, 2008; SOUZA, 2011; CORRÊA, 2014.

¹⁵⁷ Seguindo o ano de publicação das obras, temos: GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993; CAMPOS FILHO, 1997; CARVALHO, 1998; MOURA E SOUSA, 2002; GASPARI, 2002; CARVALHO, 2004; MORAIS, 2005; STUDART, 2006; BRASIL, 2007; NOSSA, 2012; MECHI, 2015. Além desses livros, a obra de Wladimir Pomar *Araguaia: o partido e a guerrilha* também foi utilizada como referência para a escrita dos artigos “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, de Marcelo Ridenti e “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PC do B)”, de Jean Rodrigues Sales, ambos os textos parte da coletânea organizada pelos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis no livro *Revolução e democracia (1964 ...)*. Ver FERREIRA; REIS FILHO, 2007.

¹⁵⁸ Apropriei-me, nesse sentido, do conceito utilizado por Michel de Certeau em seu livro *A escrita da história*, mais especificamente do capítulo no qual discute a operação historiográfica. Segundo ele, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção: sócio-econômico, político e cultural” (1982, p. 66). No caso em questão, ampliei esse conceito de “lugar de produção” para analisar as obras aqui escritas e publicadas pelos vários autores acerca da Guerrilha do Araguaia. Cada autor, seja ele jornalista, militante e/ou militar, fala (escreve) a partir de um determinado lugar social, econômico, político e cultural (CERTEAU, 1982, p. 66).

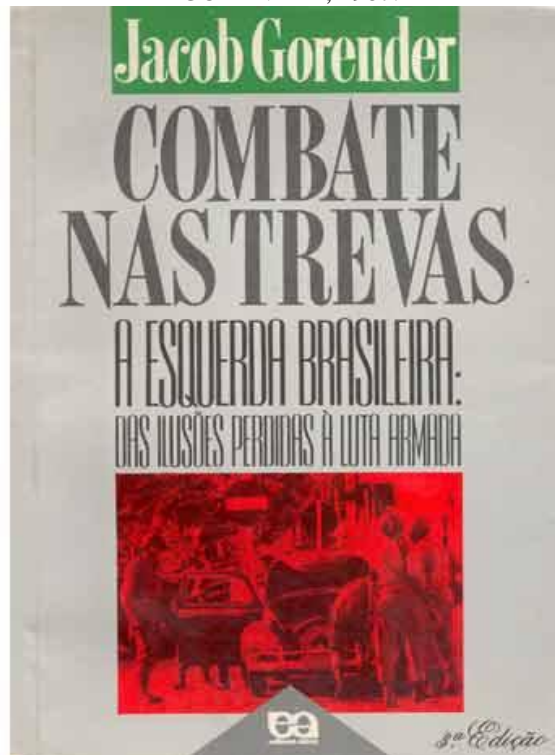
militante que participou diretamente das ações planejadas e executadas por militantes de esquerda que, nesse período, se colocaram enquanto oposição ao regime civil-militar instituído no país a partir de abril de 1964. Nesse sentido, sua obra não deixa de apresentar uma característica autobiográfica. Assim, sua escrita é o testemunho de alguém que presenciou, viu e experimentou os conflitos, as expectativas, os medos e as esperanças daqueles jovens de classe média que contestaram das mais variadas formas a ditadura civil-militar.

Aqui é pertinente uma reflexão sobre o próprio título da obra. Ele parece bem sugestivo — *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* —, dando a ideia de como o autor caracteriza o período de exceção no Brasil (1964-1985). Dentre os múltiplos significados do vocábulo “trevas”, pode-se encontrar “escuridão” e “ignorância”. É assim conceituado, segundo o título do livro, esse momento da história do Brasil. Portanto, a partir do golpe de 1964 e com a instauração do regime militar no país, a metáfora utilizada por Jacob Gorender remete à ideia da censura imposta à imprensa, das perseguições às oposições, das torturas praticadas pelos agentes do Estado e da falta de conhecimento que boa parte da população dispunha sobre o que acontecia no Brasil. Ao mesmo tempo, o seu título também sinaliza para o papel desempenhado pelos agrupamentos de esquerda nesse período. Assim, embora o autor teça críticas à esquerda, sua visão acerca do período da ditadura militar não é concebida enquanto um período de desenvolvimento para o país, mas é tida como retrocesso e supressão das liberdades individuais dos brasileiros.

Em relação à capa do livro, as três primeiras edições publicadas através da Editora Ática (1987) trazem a mesma imagem. Nela, tem-se o nome do autor e o título da obra em destaque, bem como uma foto de época representando uma espécie de “barreira” policial, na qual os soldados fardados e armados se encontram fiscalizando um veículo (Fusca) e o seu condutor (ver figura 6), talvez uma cena comum no período que a obra abrange. Dentro do contexto da chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, qualquer cidadão poderia ser tido como suspeito de ser um potencial “inimigo interno” da nação, e, dessa forma, representar um “perigo para o país”.¹⁵⁹ Nesse sentido, a imagem parece emblemática. Ela representa, portanto, o clima de desconfiança, medo e incertezas que havia nas grandes cidades do país no período de ápice da luta armada, tema central da obra.

¹⁵⁹ Acerca da Doutrina de Segurança Nacional, ver artigo do pesquisador Nilson Borges, “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”, no qual o referido autor discute os pilares dessa doutrina, sua origem e aplicação no Brasil desde o período pós Segunda Guerra Mundial, e, de forma mais intensa, durante a ditadura civil-militar (BORGES, 2003, p. 13-41).

Figura 6 - Capa do livro *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* GORENDER, 1987.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

É importante destacar que, mesmo tendo formação na área de jornalismo e história, esta obra de Jacob Gorender não foi escrita dentro da academia. Dessa forma, as regras de sua produção não seguiram os pressupostos acadêmicos, mas essa característica não empobreceu o livro; pelo contrário, contribuiu para que o autor tivesse mais liberdade na exposição dos acontecimentos, sem estar, necessariamente, preso a determinadas exigências teórico-metodológicas. Embora não destaque em seu prefácio o público-alvo para a sua obra, suponho a partir de sua narrativa e da análise acerca das ações dos grupos de esquerda durante o período dos governos militares que além dos leitores em geral, ou seja, do grande público, seu livro é também destinado aos militantes de esquerda do Brasil em fins da década de 1980. Sua análise, dentre outros aspectos, também pretende informar as novas gerações de militantes de esquerda o que fizeram e por que entraram para a luta armada a geração de militantes dos anos de 1960 e 1970.

A sua análise não priorizou apenas as ações do PC do B e da Guerrilha do Araguaia, mas os vários agrupamentos de esquerda organizados no Brasil durante a fase da ditadura civil-militar.¹⁶⁰ Sendo assim, o autor faz uma avaliação crítica do papel da esquerda no

¹⁶⁰ No seu livro, Jacob Gorender estudou os seguintes agrupamentos de esquerda: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T); Política Operária (POLOP); Ação Popular (AP); Ação Libertadora Nacional (ALN); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Movimento

período pós-golpe de 1964, destacando inclusive os exageros praticados por esses grupos. Nesse sentido, são discutidos os sequestros de diplomatas, os assaltos a bancos e os justicamentos aos “companheiros” tidos como “traidores”. Contudo, partindo do pressuposto de que o meu objeto de análise é a escrita acerca da Guerrilha do Araguaia, optei por problematizar na obra de Jacob Gorender a sua ênfase em relação a esse acontecimento.

No tocante às fontes para a escrita dessa temática, Jacob Gorender utilizou depoimentos com ex-guerrilheiros como José Genoíno Neto e João Amazonas, documentos do PC do B sobre a luta armada, artigos publicados nos jornais *A Classe Operária*, *Movimento*, *Jornal da Tarde*, matérias publicadas em revistas como *Veja*¹⁶¹, *Isto É*¹⁶², e os livros de Palmério Dória, Fernando Portela e Wladimir Pomar.¹⁶³ Observa-se, nesse sentido, o diálogo do autor com as obras já publicadas acerca da temática da Guerrilha do Araguaia. Entretanto, cabe ressaltar que os usos dessas obras em sua escrita não constituirão motivo de conflito ou, mesmo, de críticas, mas, sim, como complemento de sua análise.

Considero uma das questões principais da obra de Jacob Gorender em análise a sua caracterização para a luta armada no Brasil. Nesse sentido, como este autor a caracteriza? Ela é sinônimo de resistência à ditadura civil-militar? É interpretada como luta pela democracia? Ou como um caminho para se implantar no Brasil o comunismo? Gorender explicita na sua obra que por múltiplos caminhos e/ou métodos, com algumas exceções, os vários grupos de esquerda no Brasil tinham como objetivo central nas décadas de 1960 e 1970 a conquista do

Nacionalista Revolucionário (MNR); Comando de Libertação Nacional (COLINA); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares); Dissidência Universitária da Guanabara (Dissidência); Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

¹⁶¹ A *Veja* nasceu em setembro de 1968, em São Paulo, como aposta comercial da Editora Abril. O semanário foi dirigido inicialmente por Mino Carta. De forma geral, a revista adotou de início uma posição de confronto com o regime militar, em especial, no tocante aos direitos humanos, o que ocasionou ao aumento da censura prévia ao semanário. A partir do governo do general Ernesto Geisel e, sobretudo, do seu projeto de “abertura lenta gradual e segura”, seguida pelo seu sucessor João Figueiredo, a revista *Veja* foi uma das entusiastas desse processo. Durante a década de 1970, *Veja* tornou-se o semanário nacional mais importante do país, com tiragens que alcançaram cerca de trezentos mil exemplares no final dessa década. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>. Acesso em: 5 mar. 2018. Para um aprofundamento da questão da imprensa no Brasil, em especial, das revistas, ver CORRÊA, 2008.

¹⁶² A revista *Isto É* nasceu em maio de 1976, em São Paulo, editada pela Encontro Editorial Ltda., inicialmente publicada como um periódico mensal. A partir de março de 1977, a revista passou a circular semanalmente. Desde o seu lançamento, ela trouxe assuntos ligados a política, economia, ciência, comportamento, artes, esportes e variedades. Sua primeira diretoria foi composta por Mino Carta, que havia deixado a *Veja* em 1974, devido às pressões da censura exercidas sobre a Editora Abril. No período no qual a *Isto É* foi lançada, o governo do general Ernesto Geisel dava continuidade ao seu projeto de “distensão, lenta, gradual e segura”, e, nesse sentido, a revista buscou ocupar espaços possíveis para a crítica política. Ao longo de sua história, a *Isto É* foi editada por diferentes editoras. Assim, na década de 1980, a Caminho Editorial Ltda. assumiu sua publicação, e, ao final dessa mesma década, por meio da Editora Três, de propriedade de Domingo Alzugaray. Nesse momento, a *Isto É* passou por um processo de fusão com a revista *Senhor*. Nasce, assim, a revista *Isto É Senhor*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/istoe>. Acesso em: 5 mar. 2018.

¹⁶³ GORENDER, 1987, p. 213.

Estado através de um movimento revolucionário. Assim, dentro dessa perspectiva, afirmou Jacob Gorender:

Na Conferência Nacional Extraordinária, o PC do B aprovou um Manifesto-Programa que retomou as teses do Programa do Quarto Congresso do PCB. *Como objetivo principal, colocou a conquista de um governo popular revolucionário — fórmula emprestada à Aliança Nacional Libertadora, de 1935 — e repeliu a luta pelas reformas de base. Tarefa imediata devia ser a instauração do novo regime — anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. O que não se daria pelo caminho pacífico, porém pela violência revolucionária.*¹⁶⁴

Essa postura de Gorender em relação à caracterização da luta armada desmitifica a ideia construída por determinados grupos e/ou personagens da esquerda, a qual afirma que a luta armada visava apenas ao combate contra a ditadura militar e à conquista da democracia no Brasil. Sua posição em torno dessa prática se apresenta de forma crítica e direta. O autor, portanto, mostra os grupos de esquerda na luta política pelo poder, aqui conceituado nas relações macro, isto é, de controle do Estado. Nesse caso, é válido destacar a análise da historiadora Denise Rollemberg acerca das esquerdas e da sua atuação na luta armada. Segundo a autora, o passado construído pelas esquerdas sobre esse acontecimento enfatizou o caráter da resistência em defesa da democracia e contra o autoritarismo. Entretanto, o referencial que norteava as lutas nas décadas de 1960 e 1970 não era este, mas, sim, a revolução. Nesse sentido, a construção da luta armada enquanto resistência e a favor da democracia é resultado do contexto histórico dos anos de 1980, quando esse valor passa a ser predominante.¹⁶⁵

A avaliação do autor sobre as ações e o papel desempenhados pela esquerda durante a ditadura civil-militar não busca esconder a postura violenta, autoritária, personalista e fragmentária dos grupamentos políticos que a compõe, mas apresentá-los sem a necessidade de construção de heróis ou de vítimas do regime instaurado. Nesse sentido, referindo-se aos diversos grupos analisados e às suas atividades durante os anos de 1960 e 1970, disse:

Este livro não apresenta a esquerda no papel de vítima passiva. Toda a esquerda se opôs à ditadura militar e a maior parte dela adotou a linha da luta armada. Organizações de esquerda praticaram atos aqui expostos sem subterfúgios: atentados a bombas e armas de fogo, assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e de aviões, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justicamento de inimigos, guerrilha urbana e rural.¹⁶⁶

¹⁶⁴ GORENDER, 1987, p. 34; grifos meus.

¹⁶⁵ ROLLEMBERG, 2003, p. 48.

¹⁶⁶ GORENDER, 1987, p. 235.

A análise de Jacob Gorender para a Guerrilha do Araguaia confirma, de certa forma, a versão enfatizada pelo próprio PC do B, por autores como Palmério Dória, Fernando Portela, Wladimir Pomar e demais jornalistas que escreveram sobre este movimento. Assim, percebem-se em sua narrativa aspectos comuns a essas versões anteriores, como, por exemplo, a justificativa para a escolha da região do Araguaia como local para implantação da guerra popular prolongada; a chegada dos militantes e a sua relação com a população local, especialmente através da prática assistencial (ensino nas escolas, mutirões e serviços de enfermagem); e a chegada dos militares em abril de 1972.¹⁶⁷

O autor também reforça em sua análise a hipótese de delação para a descoberta do movimento, hipótese esta já levantada na década de 1970 pelas lideranças do PC do B. Dessa forma, ao se referir a esta questão, disse Gorender:

Atribui-se a delação a uma militante de nome Regina, que viajou do Araguaia a São Paulo a fim de receber assistência médica. Quando um desertor, preso em Fortaleza, forneceu informações aos órgãos policiais, estes já tinham conhecimento da trama no Sul do Pará.¹⁶⁸

Da mesma maneira, o autor também seguiu a versão construída pelo PC do B em relação ao despreparo das Forças Armadas nas primeiras campanhas de combate à guerrilha. Ao narrar as campanhas militares, Jacob Gorender apenas cita alguns acontecimentos, não se alongando nessa temática. Optou por um breve resumo no qual destacou, dentre outras questões, o uso da violência dos militares aos moradores locais, a mudança de tática das Forças Armadas diante da dificuldade em acabar com a guerrilha, infiltrando agentes de inteligência disfarçados entre a população local, e a vitória final sobre a guerrilha na terceira campanha.¹⁶⁹

Seguindo uma prática comum aos demais autores que escreveram sobre a Guerrilha do Araguaia a partir do final da década de 1970, Jacob Gorender critica o silêncio imposto pelos governos militares acerca desse acontecimento da história do país e, por conseguinte, o desconhecimento dos brasileiros sobre o que teria ocorrido no Araguaia. A guerrilha, na sua concepção, teria sido “abafada” e “escondida” dos brasileiros. Assim, questionou: “[a] guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefando. Devia ser extirpada,

¹⁶⁷ GORENDER, 1987, p. 207-208.

¹⁶⁸ GORENDER, 1987, p. 208-209.

¹⁶⁹ GORENDER, 1987, p. 209-210.

porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o Governo Médici decidiu ocultá-lo na treva cósmica.”¹⁷⁰

A principal crítica, feita por Jacob Gorender ao PC do B em relação à Guerrilha do Araguaia foi à dificuldade que a direção do partido teve em admitir a derrota sofrida no Araguaia e avaliar criticamente essa experiência. Nesse aspecto, as obras de Jacob Gorender e Wladimir Pomar se aproximam, pois, ao analisarem a luta armada no Araguaia, se posicionam contrários à versão “escolhida” por parte dos seus dirigentes, a qual privilegiou a visão de Ângelo Arroyo, por meio do documento “Gloriosa jornada de luta”. Ao mesmo tempo, Gorender também criticou a mudança radical dos líderes do PC do B no tocante ao rompimento deste partido com a China e a sua aproximação com a Albânia em fins dos anos de 1970. Na visão do autor, é contraditória a postura do partido que exaltou e construiu a imagem de Mao Tse-Tung enquanto herói e modelo a ser seguido de repente passar a menosprezá-lo. Nesse sentido, ao concluir sua análise acerca dessa questão, afirmou:

Ainda por ocasião da morte de Mao Tse-Tung, a direção do PC do B exaltou sua glória eterna e se derramou em elogios à “[...] *personalidade mais destacada do movimento comunista mundial contemporâneo*”, como se pode ler em *A Classe Operária* (n. 110, setembro de 1976). A partir de 1978, passou a vituperá-lo. Declarou que Mao nunca foi marxista, nunca passou de um líder nacionalista e democrático-burguês.¹⁷¹

A obra de Jacob Gorender tem como um dos pontos fortes o seu posicionamento crítico em relação à luta armada no Brasil no pós-golpe civil-militar de 1964. Ao contrário, por exemplo, de muitos militantes dos grupos de esquerda, a posição do autor acerca dessa prática é que ela estava fadada ao fracasso. Jacob Gorender defende a resistência das esquerdas no momento em que o golpe civil-militar estava acontecendo, não após a sua concretização. Sua crítica às esquerdas dá-se pela sua falta de iniciativa neste momento. Nesse contexto, ao avaliar a experiência armada dos diversos grupos de esquerda no Brasil, disse:

A meu ver, teve a significação de violência retardada. Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.¹⁷²

¹⁷⁰ GORENDER, 1987, p. 210.

¹⁷¹ GORENDER, 1987, p. 213; grifos do autor.

¹⁷² GORENDER, 1987, p. 249.

Ora, sua visão pode até parecer paradoxal, pois uma das críticas de Gorender ao PCB na época consistia justamente ao seu pacifismo diante do contexto político do Brasil, assim forçando o autor a deixar esse partido e contribuir para a criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), visando dessa forma consumir a revolução. É importante enfatizar na obra de Jacob Gorender a sua análise acerca do fracasso da esquerda diante do golpe de 1964 e, conseqüentemente, da luta armada como método para a conquista do Estado. Nesse aspecto, sua obra não ficou restrita apenas à descrição dos fatos e acontecimentos, pois ela procura ir além, expondo, segundo a ótica do autor, os motivos principais desse fracasso. Dentro dessa perspectiva, afirmou:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre as chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas — tudo isso em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida.¹⁷³

Portanto, segundo Jacob Gorender, os grupos de esquerda teriam cometido equívocos na época, os quais provocaram o fortalecimento da chamada burguesia nacionalista, dentre eles: a falta de unidade em torno de um projeto comum, a disputa entre as lideranças e a sua frágil organização. Sua análise evidencia, nesse caso, os pontos frágeis da esquerda naquele período, incapaz de superar suas divergências teóricas e ideológicas e enfrentar, inicialmente, o golpe de 1964. A argumentação do autor explicita, na nossa concepção, a ideia de que o golpe civil-militar poderia ter sido evitado, ou melhor, enfrentado, se a esquerda houvesse tomado à ação protagonista contra o mesmo. Contudo, para isso era necessário deixar de lado os personalismos e as dissidências.

O livro *Combate nas trevas* teve uma boa repercussão na imprensa na época de sua primeira edição — outubro de 1987. Foram publicadas matérias nos principais veículos da imprensa escrita de então, como é o caso dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*. A revista *Veja*, por exemplo, dedicou seis páginas do seu número 996, de 7 de outubro de 1987, à obra de Jacob Gorender.¹⁷⁴ Segundo a reportagem dessa revista, intitulada “Segredos revelados”, a primeira edição de “Combate nas trevas” teve a impressão de 10.000 exemplares.¹⁷⁵ A

¹⁷³ GORENDER, 1987, p. 67.

¹⁷⁴ VEJA. Segredos revelados. São Paulo: Editora Abril, Edição nº 996 de 7 de outubro de 1987, p. 88-94. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/996?page=88§ion=1&word=1987>. Acesso em: 10 mar. 2017.

¹⁷⁵ Ainda em 1987, a Editora Ática publicou a 2ª e a 3ª edições do livro *Combate nas trevas*. Em 1990, a mesma editora publicou a 4ª edição e, em 1998, publicou sua 5ª edição. Em 2014, a 5ª edição da obra foi reeditada por meio da Fundação Perseu Abramo e da Editora Expressão Popular.

reportagem fez uma apresentação geral do livro, destacando, dentre outras questões, as chamadas ações “terroristas” dos grupos de esquerda, tais como os assaltos a bancos, os ataques ao Quartel-General do II Exército em São Paulo, os sequestros de embaixadores e os “assassinatos” de militares. Assuntos tratados no livro, mas narrados na reportagem com um tom irônico, buscando-se desconstruir a imagem de uma esquerda “ingênua” e “vítima” do regime, como a maioria de suas lideranças defenderam após o fim do período de exceção. Tecendo, portanto, uma crítica às ações dos grupos de esquerda, afirmou a reportagem: “[u]ma luta que levou a esquerda a explodir caminhonetes da *Folha da Tarde*, nos anos 60, para atacar o dono do jornal. As vítimas em potencial dos atentados eram os motoristas dos caminhões, e não o dono do jornal.”¹⁷⁶

Ainda se referindo à repercussão do livro de Jacob Gorender na imprensa, é importante destacar a entrevista concedida pelo autor, em Milão, na Itália, em 9 de outubro de 1987, ao historiador Mário Maestri, na época correspondente do Diário do Sul, publicação sulina do grupo *Gazeta Mercantil*, naquele país. Segundo a reportagem, Jacob Gorender encontrava-se na Europa de férias e para visitar alguns lugares desse continente, que conhecera como pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial. A entrevista é extensa, e, nesse caso, optei por tecer um comentário geral sobre os principais temas abordados.¹⁷⁷

Nela consta certa apresentação do livro *Combate nas trevas*, seu período de elaboração e os tipos de documentos utilizados pelo autor. Segundo a entrevista, Jacob Gorender começou se interessar acerca da temática a partir dos depoimentos dos primeiros exilados. Assim, desde 1979, o autor iniciou a coleta de materiais e só em 1984 começou a escrita da obra. Além dos depoimentos de ex-militantes de esquerda, Jacob Gorender utilizou os documentos do projeto *Brasil: nunca mais*.¹⁷⁸ Foram destacados da mesma forma os temas

¹⁷⁶ VEJA. Segredos revelados. São Paulo: Editora Abril, Edição nº 996 de 7 de outubro de 1987, p.94. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/996?page=94§ion=1&word=1987>. Acesso em: 10 mar. 2017.

¹⁷⁷ Sobre essa entrevista concedida por Jacob Gorender ao historiador Mário Maestri, ver: http://correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9697:submanchete110614&catid=29:cultura&Itemid=61. Acesso em: 8 mar. 2017.

¹⁷⁸ O Projeto *Brasil: nunca mais* teve início em 1979 por meio de um grupo de religiosos ligados ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e uma equipe do escritório de advocacia de Sobral Pinto. O objetivo era obter junto ao Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, informações e/ou evidências que comprovassem a prática de violações aos direitos humanos praticadas por agentes do Estado durante o regime de exceção no Brasil. Os documentos foram microfilmados e enviados para o exterior. Em 1985, foi lançado o livro de igual nome no qual constam, nas suas 900 páginas, a prática da violência cometida durante a ditadura civil-militar brasileira. Em junho de 2011 esse acervo ganhou uma versão digital na internet, visando, dentre outros objetivos, facilitar o acesso de pesquisadores e demais interessados no assunto. Sobre a versão digital, ver: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>. Acesso em: 28 fev. 2016. Sobre o Projeto *Brasil: nunca mais*, e, em específico, em relação à publicação do livro e a criação das memórias acerca da repressão no Brasil, indico o documentário *Coratio – 30 anos do “Brasil: nunca mais”*, dos jornalistas Ana Castro e Gabriel Mitani, editado

centrais da obra, isto é, o processo que resultou no golpe de 1964, o populismo, o posicionamento do PCB na época, as influências externas na organização da luta armada no Brasil e as ações dos agrupamentos de esquerda nos anos 1960 e 1970.¹⁷⁹

Além da repercussão de seu livro na imprensa, é importante destacar a utilização como referência de sua escrita e análise em vários trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) ao longo dos anos. Nesse sentido, identifiquei a citação a esta sua obra em onze desses trabalhos cuja temática se refere à luta armada.¹⁸⁰ Da mesma forma, esse impacto é percebido em alguns livros relacionados à Guerrilha do Araguaia ou a alguma questão relativa ao período dos governos militares no Brasil. Identifiquei, nesse caso, quatorze obras.¹⁸¹

Considero dois momentos bastante significativos para a publicação da obra de Jacob Gorender. O primeiro deles é a sua primeira edição, publicada em outubro de 1987 pela Editora Ática. Nesse momento, a obra de Gorender foi concluída e circulou dentro de um contexto político, social e econômico permeado de “esperanças” por boa parte dos brasileiros. O país passava pelo período posterior à eleição indireta de um civil para presidente da República que se elegeu por meio das alianças políticas, o mineiro Tancredo Neves. Mas, devido à sua doença e consequente morte, assumiu o governo José Sarney, o seu vice na chapa. As expectativas dos grupos políticos, intelectuais e sindicalistas, bem como dos

em 2015, em comemoração aos 30 anos da obra *Brasil: nunca mais*. Sua reflexão faz uma comparação entre as violações aos direitos humanos no Brasil, na época dos governos militares e atualmente. Para ter acesso ao documentário: <http://www.videocamp.com/pt/movies/coratio-30-anos-de-brasil-nunca-mais>. Acesso em: 3 abr. 2018.

¹⁷⁹ MAESTRI, Mário. Entrevista de Jacob Gorender a Mário Maestri. Disponível em: http://correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9697:submanchete110614&catid=29:cultura&Itemid=61. Acesso em: 8 mar. 2017.

¹⁸⁰ De acordo com o ano de defesa: FELIPE, 1993; RIDENTI, 1993; GALDINO, 1994; ROCHA JÚNIOR, 1995; SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2008; GUERRA, 2008; SOUZA, 2011; REIS, 2013; CORRÊA, 2014; BARBOSA, 2016.

¹⁸¹ Seguindo o ano de publicação das obras tem-se: CAMPOS FILHO, 1997; CARVALHO, 1998; GASPARI, 2002; CARVALHO, 2004; MORAIS, 2005; STUDART, 2006; USTRA, 2006; BRASIL, 2007; FIGUEIREDO, 2009; GONÇALVES, 2009; DUARTE, 2012; CARDOSO, 2012; MECCHI, 2015. É importante ressaltar, além desses livros, a coletânea de artigos organizados pelos historiadores Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*, em específico os artigos escritos por Denise Rollemberg, “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, e Carlos Fico, “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, nos quais a obra de Jacob Gorender, “Combate nas trevas”, é citada. Ver FERREIRA; DELGADO, 2003. Da mesma forma, também identifiquei na obra *Revolução e democracia (1964...)*, organizada pelos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, alguns artigos que utilizaram como referência este livro de Jacob Gorender; são eles: “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, de Marcelo Ridenti; “Carlos Marighela e Carlos Lamarca: memória de dois revolucionários”, de Denise Rollemberg; “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”, de Daniel Aarão Reis; “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”, de Alessandra Ciambarella; “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PC do B)”, de Jean Rodrigues Sales; “O MDB e as esquerdas”, de Rodrigo Patto Sá Motta. Ver FERREIRA; REIS FILHO, 2007. Evidentemente, tais obras não encerram a influência do livro de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, nas discussões acerca das esquerdas; busquei demonstrar apenas em algumas que serviram de referência para a escrita da tese em questão.

estudantes e dos brasileiros em geral, estavam em torno das discussões da Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição para o país. Ensaia-se, nesse momento, a prática da democracia no Brasil, ausente durante os anos de exceção (1964-1985).¹⁸² Nesse contexto, os grupos e personagens ditos de “esquerda” passam a desempenhar um papel importante no cenário brasileiro, em especial nos debates dentro do Congresso Nacional. Dessa forma, a obra de Jacob Gorender busca destacar qual o papel da esquerda durante os anos da ditadura civil-militar, os seus desafios e erros, sem a idealização de heróis.

No que concerne ainda a esse período no qual as primeiras edições do livro *Combate nas trevas* foi publicado, merece observar o mercado editorial. É válido destacar o crescimento desse mercado nas décadas de 1970 e 1980. Segundo a historiadora Lucileide Cardoso, o sucesso do mercado editorial se dinamiza nos esquemas de distribuição, de técnicas de *marketing* e de divulgação das obras. Em específico, no caso da editora Ática, houve, segundo a pesquisadora, o investimento em técnicas de *marketing* modernas, capitalizando várias formas de comercialização dos livros. Assim, as obras relacionadas às temáticas do período de exceção no Brasil, em específico da construção da versão das chamadas esquerdas, terão um bom crescimento nessas décadas no mercado editorial.¹⁸³ Esse é o caso, por exemplo, do livro de Jacob Gorender, publicado em cinco edições por meio da editora Ática.

O segundo momento é a reedição da obra *Combate nas trevas*, em 2014. Aqui, a memória desempenha um papel central, pois nesse ano completaram-se 50 anos do golpe civil-militar de 1964. Nesse cinquentenário, o debate em torno desse acontecimento evidenciou-se em vários eventos acadêmicos, como simpósios, seminários, publicações de livros e documentários, e também não acadêmicos, como, por exemplo, as várias comissões da verdade instituídas no país, dentre outros meios. Nesse contexto, a obra de Jacob Gorender foi reeditada por meio da Fundação Perseu Abramo¹⁸⁴ e da Editora Expressão Popular.¹⁸⁵

¹⁸² No que se refere à política no Brasil nesse período, ver KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.4, p.3-12. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400002>.

¹⁸³ CARDOSO, 2012, p. 143.

¹⁸⁴ Fundação criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 5 de maio de 1996, cujo o objetivo, segundo a própria instituição, é “constituir um espaço, fora das instâncias partidárias, para desenvolvimento de atividades como as de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas, com a abrangência, a pluralidade de opiniões e a isenção de ideias pré-concebidas que, dificilmente, podem ser encontradas nos embates do dia-a-dia de um partido político.” O seu nome foi dado em homenagem ao jornalista Perseu Abramo, importante militante dentro do Partido dos Trabalhadores, e, entre os anos de 1995 e 1996, secretário nacional de formação política desse partido. A fundação dispõe, atualmente, de um bom acervo de pesquisa na sua página na internet e, dentre outras atividades por ela exercida, consta a publicação de livros. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Suas análises sobre as esquerdas, feitas 27 anos atrás, são retomadas (ver figura 7.). Embora essa capa apresente um aspecto mais simples quanto à qualidade do papel utilizado e ao aspecto da imagem mostrada (em preto e branco), sua representação traz uma foto de época na qual os militares (soldados) estão em uma espécie de operação repressiva às pessoas nas ruas. Possivelmente, alguma manifestação contra o regime militar na época. Contudo, não há referência, na imagem, a que ato e a quando essa investida está sendo praticada. Mesmo assim, a imagem é coerente com o título da obra, cujo objetivo é discutir as ações dos grupos de esquerda durante o período do regime militar no Brasil. A imagem traduz, portanto, a repressão dos militares contra os grupos opositores a esse regime, e contribui para a memória construída por estes acerca desse período de nossa história. O que considero mais emblemático nessa capa é a mensagem exposta acima da imagem: “Assim lutam os povos.” Qual o seu significado no período da publicação desse livro em 2014? Sua função, nessa obra, não seria uma espécie de “apelo” à sociedade brasileira nesse momento? Uma convocação para a luta?

Figura 7 – Capa da 5ª edição do livro *Combate nas trevas*, 2014.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

¹⁸⁵ GORENDER, 2014. A Editora Expressão Popular nasceu em fins da década 1990 ligada, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Segundo Carlos Bellé, um dos membros da equipe da editora desde o seu início, a sua criação se deu no momento em que o mundo assistia à queda do Muro de Berlim, e o “triunfo do capitalismo” parecia não deixar outra alternativa. A editora se propõe a produzir materiais para a formação dos movimentos populares e, assim, os preços dos livros editados e comercializados por ela são, geralmente, mais baratos do que os comercializados no mercado. Sua linha editorial prioriza a escrita e a visão das esquerdas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/03/expressao-popular-uma-editora-construida-pelos-movimentos-sociais/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Analisando as duas capas desse livro, isto é, a de sua primeira edição (1987) e a atual, de 2014, identifiquei uma relação de semelhança. A capa de sua primeira edição, conforme já destaquei anteriormente, apresenta como figura central a foto de uma barreira policial a um automóvel da época (Fusca), tipo de carro utilizado diversas vezes por grupos de esquerda em suas ações armadas nas cidades. A capa da edição atual traz a investida policial a uma espécie de manifestação nas ruas. Ambas as imagens buscam representar a repressão, as arbitrariedades praticada pelos militares contra os militantes de esquerda.

No que concerne à repercussão dessa edição da obra, o historiador Mário Maestri, o mesmo que havia entrevistado o autor anos atrás em Milão, na Itália, na ocasião escreveu um artigo intitulado “Jacob Gorender e o caráter da Ditadura Militar de 1964-85”, rerepresentando o livro e discutindo a contribuição deixada por Gorender para a historiografia brasileira.¹⁸⁶

Para o presente estudo é importante enfatizar a construção das versões para a Guerrilha do Araguaia realizada pelos jornalistas, por meio dos depoimentos de pessoas ligadas direta ou indiretamente à luta armada no Araguaia, dos documentos do PC do B, dentre outras fontes, e pelos intelectuais de esquerda, pois elas constituem as primeiras memórias escritas acerca desse acontecimento por meio de livros, memórias estas que podem ser inseridas dentro do que denominei de primeira e segunda fase de suas criações. A partir da década de 1990, com a prática da escrita e publicações de livros mais frequente entre os militares que aturam no Araguaia contra os militantes do PC do B, tem-se um terceiro momento dessas criações de memórias, nas quais se tornam mais contundentes as práticas de acusações, de ressentimentos, de conflitos e de disputas em torno do passado desse acontecimento, questão a ser discutida no Capítulo 2 da tese.

¹⁸⁶ MAESTRI, Márcio. Jacob Gorender e o caráter da Ditadura Militar de 1964-85. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/51754-jacob-gorender-e-o-car%C3%A1ter-da-ditadura-militar-de-1964-85.html>. Acesso em: 8 mar. 2017.

3. A DISPUTA PELO PASSADO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: A ESCRITA DOS MILITARES

Proponho, nesse capítulo, analisar a escrita de alguns militares participantes direta e/ou indiretamente do combate à luta armada no Araguaia. Por que resolveram publicar suas reminiscências-, ou seja, o que os motivou? Em qual contexto suas obras foram produzidas? Quais as versões construídas por esses personagens? Quais caminhos eles buscaram para publicar essas versões? São algumas questões que pretendo responder ao longo desse capítulo.

A escrita dos militares acerca da Guerrilha do Araguaia é algo mais recente, se tomarmos como referência as narrativas construídas pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, já durante a guerra, elaborou diários, comunicados aos moradores locais, cartas, manifestos, tornando esses documentos públicos de modo que, ao longo dos anos, jornalistas e intelectuais de esquerda analisaram e avaliaram essa experiência de guerrilha, tornando-a conhecida para a sociedade. No caso dos militares, a iniciativa de publicar suas memórias sobre a Guerrilha do Araguaia por meio de livros acontece a partir da década de 1990, isto é, quase duas décadas após o fim do conflito armado no Araguaia. Considero, nesse estudo, a prática das criações das memórias dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia por meio de livros como a terceira fase de construção das memórias desse acontecimento. Em termos cronológicos, suas escritas estão inseridas entre os anos de 1990 a 2012. Tomo como marco inicial 1993, quando o capitão aviador Pedro Corrêa Cabral publicou o seu livro de memórias acerca de sua atuação na terceira fase da guerra no Araguaia, e como referência final de análise das memórias construídas pelos militares o ano de 2012, ano da publicação da obra *Orvil*, que, embora não trate apenas da Guerrilha do Araguaia, dedicou uma parte considerável de sua escrita a esse acontecimento.¹⁸⁷ É importante ainda destacar que um dos organizadores dessa versão do *Orvil*, o coronel Lício Augusto Maciel, participou de forma direta do combate aos militantes do PC do B no Araguaia.

¹⁸⁷ Chamo a atenção, nesse caso, que estou levando em consideração a publicação do *Orvil* através de livro, ocorrida em 2012, pois, desde o ano 2000, fragmentos dessa obra passaram a ser publicados digitalmente no site do grupo Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), e, em 2007, uma cópia do livro teria sido entregue ao jornalista Lucas Figueiredo, que publicou parte de seu conteúdo no jornal *O Estado de Minas*. A partir de então, uma versão digital e completa foi disponibilizada na internet através de *sites* criados e mantidos por militares e/ou adeptos dos mesmos. Cito, dentre estes *sites*, o próprio Ternuma, o Grupo Inconfidência e o blog de Lício Maciel, este último um coronel do Exército que atuou na época da Guerrilha do Araguaia. Sobre o livro *Orvil* e a sua versão para a Guerrilha do Araguaia, ver Capítulo 3 da tese.

Para os militares, a guerra já havia sido vencida pelas armas e não havia, necessariamente, necessidade de ficar lembrando tais batalhas, mas de esquecê-las.¹⁸⁸ Contudo, os “perdedores”, diga-se, os militantes de esquerda, optaram por uma postura diferente. Passaram ao longo dos anos após o final da luta armada a escreverem suas memórias, a publicarem livros, a concederem entrevistas, passando a divulgar para a sociedade suas versões para o período de exceção no geral, e para a luta armada em específico. Diante dessa prática e temendo perder essa outra guerra, a de memórias, os militares entram na disputa acerca do passado desse período da história do Brasil. Passam a construir suas versões, publicam livros e se lançam nessa nova guerra, agora por meio da escrita. É importante ressaltar que os militares entraram nessa disputa acerca do passado do período no qual detiveram o poder político no Brasil (1964-1985) por meio de livros, de acordo com o historiador João Roberto Martins Filho¹⁸⁹, a partir de 1986, com a publicação do livro *Brasil Sempre*, escrito pelo major Marco Pollo Giordani.¹⁹⁰ Segundo o mesmo historiador, a sua escrita e publicação nesse ano (1986) teria sido uma resposta dos militares às obras dos militantes de esquerda, tais como o livro de Renato Tapajós, *Em câmara lenta* (1977), e o de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* (1979), e, em especial, o livro *Brasil: nunca mais*, prefaciado pelo então arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns.¹⁹¹

Seguindo a resposta e/ou reação dos militares à produção da chamada esquerda, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra publicou um ano depois, ou seja, em 1987, o seu livro *Rompendo o silêncio*.¹⁹² Esses dois exemplos, portanto, demonstram, num primeiro momento,

¹⁸⁸ Em vários escritos de militares essa ideia é destacada; selecionei dentre eles, um fragmento da apresentação do livro *Orvil*, pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, no qual é enfatizado por este que a luta armada já era um assunto “resolvido”, ou melhor, “concluído” para os militares, não havendo necessidade de rememorar-la. Dessa maneira, disse: “[a]s mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados — as mãos dos vencedores da luta armada —, porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que procuram manter abertas até os dias de hoje” (USTRA, 2012, p. 21).

¹⁸⁹ MARTINS FILHO, 2002.

¹⁹⁰ De acordo com a historiadora Lucileide Cardoso, Marco Pollo Giordani nasceu em 1950, em Porto Alegre (RS). Dentre os cargos que ocupou enquanto militar, temos a sua atuação enquanto agente do DOI-CODI e como tenente da 2ª Seção do Comando Militar do Sul na década de 1970. No ano de 1972, o tenente Marco Pollo Giordani participou da Operação Charrua, organizada pelas Forças Armadas, cujo objetivo seria invadir o Uruguai caso os Tupamaros tomassem o poder. Ver CARDOSO, 2012, p. 39. Sobre o livro do tenente Marco Pollo Giordani, ver GIORDANI, 1986.

¹⁹¹ *Ibidem* p. 182-183.

¹⁹² Carlos Alberto Brilhante Ustra nasceu em Santa Maria (RS), em 1932. Formou-se em 1954, na Academia Militar das Agulhas Negras, e durante sua carreira militar ocupou diversos cargos dentro desta instituição. Dentre eles, foi o chefe do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército em São Paulo, no período de 1970 a 1974, ou seja, durante o governo Médici. Após essa função, chefiou a Seção de Operações de Informações do Exército (CIE), em Brasília, entre os anos 1974 e 1977. Durante o governo Sarney, o coronel Brilhante Ustra exerceu o cargo de adido do Exército junto à

certa preocupação de alguns militares com a versão construída pelos grupos de esquerda sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil. Há, assim, a necessidade de responder também por meio da escrita, em especial com a publicação de livros, as consideradas acusações desses grupos aos militares. É, portanto, dentro desse contexto que se inserem os livros escritos pelos militares acerca da Guerrilha do Araguaia.

3.1 A escrita da Guerrilha do Araguaia enquanto romance

Há muito tempo venho cismado a respeito da ideia de escrever sobre alguns dos mais dramáticos acontecimentos que marcaram com cores muito fortes os primeiros anos da década de setenta. Época tida como a mais dura e a mais cruel do regime militar, os veículos de comunicação a ela se referem, quase sempre, com informações distorcidas, seja por carência de fontes seguras, seja por uma orquestrada cortina de fumaça produzida por pessoas, ou grupos, que temem a divulgação da verdade dos fatos. [...]

Passados anos, penso que é chegada a hora de trazer à luz aquela página negra de nossa história. Não se trata, entretanto, de procurar vilões e de lançar culpas, ou de buscar bodes expiatórios e de clamar por punições. Não! O próprio tempo já se encarregou de prescrever tais crimes. Sem falar, é claro, da chamada Lei da Anistia.¹⁹³

É dessa maneira que o capitão-aviador Pedro Corrêa Cabral inicia sua narrativa acerca da Guerrilha do Araguaia. Em forma de romance, o seu livro *Xambioá: guerrilha no Araguaia*¹⁹⁴ foi o primeiro a ser escrito por um militar diretamente envolvido nesse conflito. Escolhi iniciar esse capítulo utilizando a própria escrita do autor para questionar alguns pontos que considero relevantes em sua apresentação da obra. O primeiro deles encontra-se na afirmação de que os acontecimentos narrados são verdadeiros. Ou seja, o autor busca dar legitimidade à sua escrita e à versão apresentada, e assim passa a questionar “as pessoas ou grupos que temem a divulgação dos fatos”. Porém, que pessoas ou grupos seriam esses? O autor não responde. O segundo aspecto refere-se à sua justificativa para a escrita do livro, após aproximadamente vinte anos do fim da Guerrilha do Araguaia: “Passados anos, penso

embaixada brasileira no Uruguai. Ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Eletrônico. Vol.1. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 20 fev. 2016, p. 858. Em relação a esta obra, ver USTRA, 1987.

¹⁹³ CABRAL, 1993, p. I.

¹⁹⁴ Além de o próprio autor definir o seu livro enquanto novela, a trama se desenrola a partir do romance da guerrilheira “Lúcia” e do agente militar “Simplicio”, enviado durante a operação de inteligência chamada “Sucuri” à região onde se encontravam os militantes do PC do B. A narrativa do autor gira em torno desse personagem fictício que representa os militares que atuaram nessa operação disfarçados a fim de identificar os guerrilheiros e os moradores que, de alguma forma, mantinham contato com eles, bem como os lugares frequentados e habitados por estes guerrilheiros. Na trama, o agente mantém um relacionamento com uma das guerrilheiras chamada “Lúcia”. Ver CABRAL, 1993, p. 50-53.

que é chegada a hora de trazer à luz aquela página negra de nossa história.” Na frase de Pedro Corrêa, o momento propício para divulgar sua versão para os fatos ocorridos durante o conflito no Araguaia era aquele, isto é, o início dos anos de 1990, quando o Brasil experimentava o seu retorno ao regime democrático e também o próprio autor já era um militar reformado. Entretanto, o mais significativo em sua justificativa está na ideia de reconciliação com o passado. Cabe, aqui, uma reflexão sobre a concepção de anistia defendida pelos militares que escreveram suas obras acerca da Guerrilha do Araguaia, analisadas nesse capítulo. Há, entre esses autores, uma unanimidade em relação à Lei de Anistia 6.683¹⁹⁵, aprovada durante o governo do general João Batista Figueiredo, segundo a qual se consolidou no país “a pacificação e a reconciliação de todos os brasileiros”, nas palavras do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.¹⁹⁶ Contudo, essa visão construída pelos militares acerca da Lei de Anistia deve ser questionada. Nesse sentido, concordo com o historiador Carlos Fico quando afirma que

A Lei de Anistia compunha uma estratégia delineada por um grupo restrito de integrantes do regime (especialmente os generais Geisel, Golbery e o ministro Petrônio Portela) e fazia parte da lógica segundo a qual era preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de garantir o controle da abertura política, planejada para ocorrer sem maiores problemas, sem que os responsáveis pelos desmandos do regime fossem punidos.¹⁹⁷

Dessa maneira, é dentro desse contexto que se enquadra a afirmação de Pedro Corrêa Cabral quando diz em sua obra que “não pretende construir heróis ou vilões nem servir de busca por justiça”. Além disso, sua percepção para os fatos por ele narrados não foge das disputas acerca do passado desse acontecimento da história contemporânea do Brasil. Assim, embora teça algumas críticas à atuação das Forças Armadas no combate aos militantes do PC do B, o seu lugar de fala não deixa de ser o de militar, e, nesse aspecto, alguns dos seus posicionamentos são os mesmos dos demais colegas de farda. Dessa forma, os fatos por ele destacados na obra, já podem assim ser considerados parte da história do Brasil.

Mineiro de Belo Horizonte, Pedro Corrêa Cabral se apresenta como sendo de origem simples. Segundo matéria do repórter Rinaldo Gama, publicada pela revista *Veja*, em outubro de 1993, Pedro Corrêa, na infância, desejava ser escritor, mas, devido às condições financeiras de sua família, a melhor alternativa foi ingressar na carreira militar. Assim, cursou

¹⁹⁵ Chamo a atenção que, quando aqui me refiro à Lei de Anistia, não estou levando em consideração a Campanha pela Anistia iniciada em 1975, mas, sim, a própria lei 6.683, aprovada em agosto de 1979.

¹⁹⁶ USTRA, 2012, p. 21.

¹⁹⁷ FICO, 2012, p. 30.

a Escola de Cadetes de Barbacena (MG), mas, por gostar de aviões, formou-se na Academia da Força Aérea, no Rio de Janeiro. Em 1968, trabalhou em Natal (RG), e em 1970, em Fortaleza (CE). Já em 1974 Pedro Corrêa foi transferido de Fortaleza para Belém, e dessa cidade foi enviado para servir durante a terceira campanha militar no Araguaia. Na época, o capitão-aviador tinha 35 anos.¹⁹⁸ A construção de suas memórias, portanto, estão inseridas nessa sua vivência enquanto piloto.

Durante a terceira fase da guerra, Pedro Corrêa atuou como piloto de helicóptero transportando as tropas para as áreas de combate, e também, segundo ele, na “Operação Limpeza”, quando os corpos de alguns guerrilheiros teriam sido desenterrados e levados para a Serra das Andorinhas. Lá, teriam sido queimados com o uso de pneus velhos e combustível. Nessa operação, segundo o capitão aviador, também vários documentos relativos a Guerrilha do Araguaia foram incinerados para evitar que a sua existência fosse um dia questionada. Dessa forma, sua versão foi a primeira a admitir que a destruição de alguns documentos foi realizada propositalmente pelos militares.

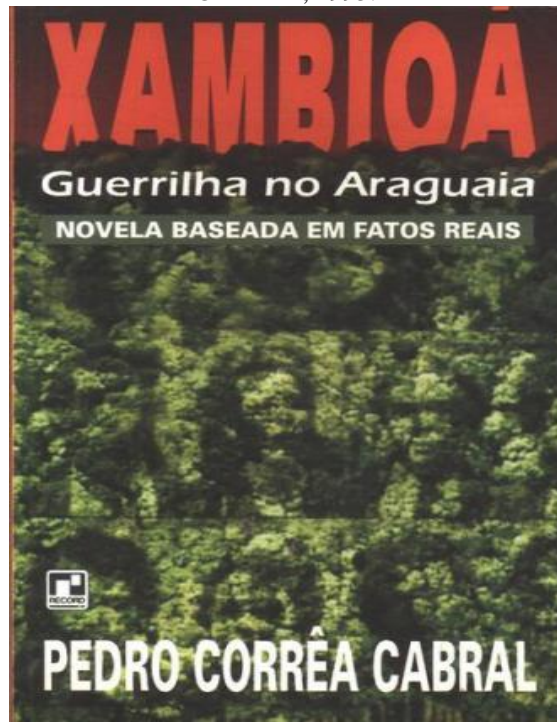
O título de seu livro, *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, publicado em 1993 por meio da Editora Record, faz referência à cidade de Xambioá, na época do conflito, no norte de Goiás, atual Tocantins, palco da base dos militares no período da guerra, onde havia uma pista de pouso para aviões e helicópteros utilizados na caça aos guerrilheiros. Nesse local também funcionou uma espécie de prisão, lugar onde ficavam detidos moradores da região e, às vezes, alguns militantes do PC do B capturados pelos militares. Não há prefácio nem introdução da obra, apenas uma nota do autor, na qual apresenta ao leitor a necessidade de escrever sobre os acontecimentos vividos por ele na época em que atuou como piloto da Aeronáutica, na terceira e última fase da Guerrilha do Araguaia.

A capa do livro é bastante sugestiva: ela traz a imagem de uma floresta bastante fechada e com árvores altas¹⁹⁹ (ver figura 8). A floresta foi o cenário de atuação e esconderijo dos membros do PC do B durante o conflito contra os militares. Sua capa, portanto, é uma imagem aérea dessa floresta, quem sabe significando a visão de Pedro Corrêa Cabral, que atuou enquanto piloto na época. Seu livro pode ser também analisado como o olhar sobre a guerrilha a partir da perspectiva de quem estava acima, isto é, os militares. É a narrativa de alguém que venceu a batalha pelas armas, mas que ainda luta para vencê-la por meio das disputas de memórias.

¹⁹⁸ GAMA, Rinaldo. O fim da guerra no fim do mundo. *Veja*. São Paulo, 19 out. 1993. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/em_dia_2001/reportagens/araguaia.html. Acesso em: 28 jul. 2015.

¹⁹⁹ A título de informação, a capa do livro foi produzida por Alexandre Arrabal e pela ZYX Produção Visuais.

Figura 8 - Capa do livro *Xambioá: guerrilha no Araguaia*.
CABRAL, 1993.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

A escrita de *Xambioá: guerrilha no Araguaia* está inserida dentro do contexto dos anos de 1990 no Brasil, em específico aos acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia ocorridos nesse período. Dessa forma, durante esta década tem-se a continuidade das expedições dos familiares dos mortos e desaparecidos à região do Araguaia, iniciada na década de 1980, com o objetivo de localizar os restos mortais dos guerrilheiros. Em abril de 1991 são realizadas as primeiras escavações, por iniciativa dos familiares no cemitério de Xambioá (TO), onde são encontradas duas ossadas suspeitas, mas a identificação só ocorreu em 1996. Era de Maria Lúcia Petit da Silva (Lúcia). Ora, com a publicação da obra de Pedro Corrêa Cabral, essa questão passou a ter uma maior evidência no decorrer dos anos de 1990, despertando, por exemplo, o interesse da mídia nacional pelos fatos ocorridos no Araguaia na década de 1970.²⁰⁰ Nota-se que algumas dessas reportagens fazem referência à obra de Pedro Corrêa Cabral, e outras foram realizadas tempos depois da publicação do seu livro.

²⁰⁰ Destaco, nesse sentido, algumas reportagens acerca da Guerrilha do Araguaia publicadas ao longo da década de 1990 pela imprensa a nível nacional: GAMA, Rinaldo. O fim da guerra no fim do mundo. In: *Veja*. São Paulo: Editora Abril, Edição de 13 out. 1993, p. 16-28. Essa primeira reportagem enfatiza a versão do capitão aviador Pedro Correia Cabral acerca de sua atuação no Araguaia, sua vida e, em especial, o seu livro publicado nesse mesmo ano. É, assim, uma síntese dos fatos narrados em seu livro. A segunda reportagem, KLINKE, Angela; FRANCESCO, Luciana de. Guerrilha e paz. In: *Isto É*, São Paulo: Editora Três, edição 28 jul. 1993. P. 48-51, é uma matéria que mescla informações sobre o turismo na região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, destacando as praias de água doce ao longo do rio Araguaia e a própria história da guerrilha. A terceira matéria, TELES, Lília. *Fantástico*. Rio de Janeiro: Rede Globo, 12 de mai. 1996. Programa de TV. Disponível em:

Em sua justificativa para a escrita das suas memórias, Pedro Corrêa Cabral estabelece uma forte ligação entre o passado e o presente, e, numa espécie de desabafo, faz uma resumida avaliação da guerrilha e de sua participação. Nesse sentido, afirma o autor:

Uma complexa concorrência de eventos e circunstâncias, todavia, colocou-me no centro daqueles tristes acontecimentos e, por malfadada sina, propiciou que eu fosse, não apenas e simplesmente testemunha dos episódios mas também, e principalmente, alguém que os vivenciei com um nó de revolta e de vergonha que, ainda hoje, me revolve e me amarga as entranhas. Revolta por ter presenciado feitos sobre os quais eu não tinha qualquer poder para modificar-lhes o curso. Vergonha por ter assistido, completamente impotente, à tortura e ao assassinato de brasileiros, levados a cabo por outros brasileiros, numa nojenta carnificina de irmãos contra irmãos.²⁰¹

A afirmação do autor é emblemática em alguns aspectos. Há na mesma, por exemplo, o reconhecimento das arbitrariedades praticadas por alguns militares durante a guerra, entre elas a prática da tortura aos prisioneiros, prática na maioria dos casos negada pelos militares. Por outro lado, parece-nos, que o autor tenta se eximir de tais práticas: “[r]evolta por ter presenciado feitos sobre os quais eu não tinha qualquer poder para modificar-lhes o curso”, e quem sabe encontrar uma justificativa plausível para os seus traumas.

Ora, Cabral, além de narrar — assim como os demais militares que escreveram sobre a guerrilha — as operações militares, as prisões de alguns guerrilheiros e as mortes de outros, vai além, no sentido de fazer uma espécie de denúncia daqueles acontecimentos. Também afirmou na obra, em depoimentos na imprensa e na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (em 20 de outubro de 1993 e 23 de maio de 2001), a existência da “Operação limpeza”, na qual todos os indícios da guerra foram destruídos ao final da mesma, inclusive a exumação de alguns corpos de guerrilheiros que foram transportados para a Serra das Andorinhas e lá queimados com o uso de pneus e gasolina.²⁰² Ao se referir a esta prática, afirmou:

Um a um, vários corpos foram desenterrados, colocados em sacos plásticos especiais, do tipo usado pelo IML, lacrados e levados para aeronave. [...] Minutos depois, o Sapão pousava a cerca de trinta metros de uma palmeira que, aparentemente, era uma grossa carnaúba. A equipe transportou a carga macabra para

<http://www.youtube.com/watch?v=cMfd43BK5TM&hd=1>. Acesso em: 15 out. 2014, é uma reportagem televisiva acerca da história da Guerrilha do Araguaia, enfatizando de forma geral o que foi esse movimento armado ocorrido no sul do Pará na década de 1970, seus objetivos e personagens.

²⁰¹ CABRAL, 1993, p. I.

²⁰² Sobre essa questão, ver reportagem em GAMA, Rinaldo. O fim da guerra no fim do mundo. *Veja*. São Paulo, 19 out. 1993. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/em_dia_2001/reportagens/araguaia.html. Acesso em: 28 jul. 2015. CASTRO, Eduardo. *Guerrilha do Araguaia* – as faces ocultas da história. [Documentário]. Ideia Produções/TV Brasil Central. Goiânia, 2007, 55 min.

o pé da altaneira planta. Os sacos eram jogados sem qualquer outra formalidade. [...] Os pneus foram jogados por cima. Um agente espalhou a gasolina e outro ateou o fogo, afastando-se do local.²⁰³

A narrativa do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral possibilita refletir acerca das tentativas utilizadas pelos militares e o Estado por eles representado, no sentido de apagar os rastros ou indícios de que a guerra teria existido. O fato, portanto, segundo o autor, da destruição de documentos relativos às operações militares e a própria queima dos cadáveres dos guerrilheiros evidenciam a tentativa de se esquecer os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia. Refletindo sobre essa prática e o seu uso, disse Elizabeth Jelin: “*Los borramientos pueden ser producto de una voluntad o política de olvido y silencio por parte de actores que elaboran estrategias para ocultar y destruir pruebas y rastros que impidan la recuperación de los recuerdos en el futuro.*”²⁰⁴ Entretanto, conforme pode-se observar, a tentativa de impor o esquecimento aos fatos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia logrou, ou seja, mesmo que os agentes do Estado tenham dificultado o acesso aos documentos oficiais, a localização dos corpos e a própria existência da prática dos abusos cometidos, as reminiscências dos ex-guerrilheiros, moradores locais e familiares dos desaparecidos no conflito contribuíram para que os militares reagissem e passassem a publicar suas narrativas, como os casos analisados nesse capítulo.

A partir de suas lembranças Pedro Corrêa Cabral teceu críticas às primeiras operações militares de combate a guerrilha, destacando o despreparo das tropas para uma guerra de guerrilha, o desconhecimento da região e do inimigo a ser combatido. Assim avaliou:

os donos da revolução e do poder, decidiram fazer uma demonstração de força, na vã esperança de dissuadir os subversivos de seu intento. Montaram, pois, a manobra militar Marabá 70, engajando nela largos contingentes das forças de terra, ar e mar. Várias unidades do Exército, dezenas de aeronaves da Força Aérea e, até, uma companhia de fuzileiros navais foram mobilizadas e deslocadas para a região. [...] Conhecia-se muito pouco da região e não se tinha qualquer informação concreta a respeito dos supostos guerrilheiros. Enfim, um fracasso e um desastre completos. Depois, em 1971 e 72, ainda com levantamentos falhos por parte dos órgãos de inteligência, lançaram-se as operações Axixá e Papagaio, ambas com resultados pouco palpáveis e, o que é pior, com algumas lamentáveis baixas, por incompetência e despreparo.²⁰⁵

Mesmo Pedro Corrêa Cabral tecendo a partir de sua escrita essa visão crítica dos fatos, a sua opção por narrá-los por meio do romance não teria sido uma maneira de não se comprometer com a instituição a qual um dia pertenceu? No caso, a Aeronáutica? Esse foi um

²⁰³ CABRAL, 1993, p. 248-249.

²⁰⁴ JELIN, 2009, p. 121.

²⁰⁵ CABRAL, 1993, p. 23-24.

questionamento que fiz ao longo da leitura do seu livro. Contudo, o próprio autor, por meio da nota introdutória de seu livro, justificou a sua opção de narrar os fatos através do que denominou “novela”. Assim escreveu: “[a]inda que baseado em fatos reais, escolhi a novela como forma de comunicação, imaginando que, por essa maneira, me fosse mais fácil preencher os claros da memória que o tempo tentou esmaecer.”²⁰⁶ E, continuando sua justificativa para sua escolha, acrescentou:

Nesse sentido, está é, pois, uma obra de ficção. Não obstante, procurei ser fiel à descrição dos cenários; conservei, sempre que possível, os nomes de lugares e localidades; bem como empreguei, em casos especialíssimos, a verdadeira identidade de alguns poucos participantes, os quais não se encontram mais entre nós, como um modo de lhes prestar uma homenagem.²⁰⁷

Em todo o caso, tal escolha desse autor não invalida as informações presentes no livro, pois o fato de ser uma ficção não significa que os acontecimentos narrados não tenham existido. Nesse sentido, afirma Lloyd Kramer:

A dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas, sim, que qualquer tentativa de *descrever* os acontecimentos (mesmo enquanto estão ocorrendo) deve levar em conta diferentes formas de imaginação.²⁰⁸

Nesse contexto, realidade e ficção se mesclam em toda a narrativa do autor, deixando muitas vezes o leitor confuso ao desejar separá-las. Talvez a riqueza da narrativa de Pedro Cabral esteja justamente nesse fato, pois os detalhes de sua descrição colocam o leitor dentro do próprio cenário da guerra. Os personagens, suas ações e os lugares são apresentados de tal maneira que possibilita ao leitor conhecê-los com certa facilidade. Um exemplo disso é a sua narrativa da chegada de dois agentes do serviço de inteligência, na fase que antecedeu a terceira operação dos militares contra os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a chamada “Operação Sucuri”, em março de 1973. Os agentes foram para a região disfarçados, alguns como comerciantes, outros como agricultores e/ou ficais do INCRA. Ao se referir, portanto, a essa operação de inteligência das Forças Armadas, disse o autor:

Era março de 1973. O sol estava quase a pino, e o calor, como sempre, abrasador. O ar, praticamente, parado. Nem uma brisa, por leve que fosse, perturbava os ramos mais finos do arvoredo. O suor escorria, preguento, pelos rostos, peitos e costas dos dois viajantes. [...] Caminhando a passos cautelosos, os dois andaram cerca de oito

²⁰⁶ CABRAL, 1993, p. II.

²⁰⁷ CABRAL, 1993, p. II.

²⁰⁸ KRAMER, 1995, p. 136-137; grifo original.

quilômetros pela mata. Atravessaram um igarapé, e, pouco depois, chegaram às bordas da clareira. Permaneceram ali por uns bons quarenta minutos, espreitando atentamente o movimento do lugar. Nada de especial aconteceu. Uma mulher madura, cinquenta anos talvez, saiu da casa com um balde, sumiu do outro lado após uma roça de mandioca, para reaparecer dez minutos depois, carregando a vasilha d'água na cabeça. [...] Manuel e os rapazes foram chegando, ainda um pouco ressabiados, mas curiosos. Manuel das Duas, assim conhecido e assim tratado por todos na região, era um caboclo de feições rudes, mas também simpáticas, cuja alcunha decorria de sua convivência harmônica com duas mulheres, ao mesmo tempo e sob o mesmo teto.²⁰⁹

Os fragmentos da narrativa, embora um pouco longa, são oportunos para analisar o caráter detalhista (minucioso) da descrição do autor e também para observar o quanto realidade e ficção são mescladas pelo mesmo na construção de suas memórias. Nesse sentido, a descrição do clima da região e suas características são condizentes com as afirmações do autor, assim como a figura do senhor Manuel das Duas. Ele, de fato, era um morador da região e vivia com duas irmãs, por isso a sua alcunha “Manuel das Duas”.²¹⁰ Durante a terceira operação dos militares, seu Manuel foi preso, e após uns dias na prisão passou a servir de guia para os soldados do Exército. Dessa maneira, o autor vai narrando os fatos que possivelmente tenha presenciado e/ou ouvido e construindo a sua narrativa.

A escrita de seu livro trouxe informações relacionadas às prisões de alguns guerrilheiros e também à prática da tortura, seja contra os militantes do PC do B, seja contra alguns moradores da região. Segundo a versão de Pedro Corrêa Cabral, alguns desses prisioneiros eram levados para a base militar chamada de Bacaba, localizada próxima a cidade de Marabá (Pará). Dessa maneira, afirma:

Os prisioneiros não paravam de chegar. Tão logo o helicóptero UH-1H, aeronave usada para transporte de tropa na zona de combate, assalto e ataque com foguetes, balizada pelos agentes de “Sapão”, pousava na pista de Bacaba, os presos eram conduzidos para uma espécie de barracão nos fundos da casa, algemados a troncos de madeira, ou colocados no pau-de-arara. As sessões de tortura eram quase contínuas. Os gritos e gemidos de terror e sofrimento povoavam o ambiente.²¹¹

Embora um romance, escolha do autor para narrar suas memórias, o livro despertou reações de vários grupos envolvidos no conflito, desde ex-guerrilheiros, passando por familiares desses, e, sobretudo, até no meio militar. Críticas das mais variadas formas foram feitas ao autor por colegas de farda, que o acusaram de “não ter participado da guerrilha”,

²⁰⁹ CABRAL, 1993, p. 11-13; 15.

²¹⁰ Há várias referências ao senhor “Manuel das Duas”, morador da região, que, no período da chamada caça aos “terroristas”, trabalhou enquanto guia do Exército nas matas. Sobre ele, ver Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Eletrônico. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 20 fev. 2016, p. 1444.

²¹¹ CABRAL, 1993, p. 89-90.

“mentiroso”, “não narrar os fatos com precisão”, dentre outras. Dentre as críticas feitas, especialmente por militares, ao capitão aviador Pedro Corrêa Cabral em virtude da publicação de sua obra, como também pelos seus depoimentos à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, destacamos o texto publicado no livro do coronel Lício Maciel, *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*,²¹² no qual várias acusações foram feitas à versão do capitão aviador Pedro Cabral. Nesse sentido, disse o coronel:

Um belo dia, aparece um coronel aviador reformado declarando exatamente o que Nilmário e Greenhalgh queriam ouvir. Fizeram um estardalhaço enorme para nada. No final, ficaram mais desmoralizados que até então. *Era tudo invenção de um mentiroso contumaz*. O tal coronel teria visto tudo o que eles “desconfiavam”. Queima de cadáveres na Serra das Andorinhas, cremação e muitas outras coisas interessantes que os comunas procuravam. O coronel era testemunha ocular da história. As famílias dos desaparecidos se encheram de esperanças; afinal ninguém iria imaginar que *o sujeito era um lunático cara de pau*.²¹³

Pode-se perceber, portanto, que a publicação do livro de Pedro Corrêa Cabral provocou entre os seus pares algumas críticas a sua versão. Houve, assim, reações múltiplas às suas lembranças. Elas constituem a construção de memórias conflitantes que buscam um lugar de legitimidade na sociedade atual. Para isso, cada versão construída tenta se firmar como “verdadeira”, “imparcial” e “idônea”. Essas disputas e/ou conflitos de memórias não acontecem exclusivamente entre grupos diferentes, como, por exemplo, militares e militantes do PC do B, mas dentro do próprio grupo dos militares.

A publicação do livro de Pedro Corrêa Cabral atraiu a imprensa para a versão apresentada pelo capitão aviador acerca da Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, a revista *Veja*, na sua edição de 13 de outubro de 1993, trouxe uma ampla reportagem realizada pelo jornalista Rinaldo Gama, intitulada “O fim da guerra no fim do mundo”, na qual a obra *Xambioá: guerrilha no Araguaia* e o seu autor foram apresentados aos leitores dessa revista.²¹⁴ A reportagem ocupou doze páginas da revista, destacando uma síntese da história da própria guerrilha, a chegada dos primeiros militantes do PC do B à região, a descoberta da área pelos militares em 1972 e, a partir daí, as operações militares contra os guerrilheiros, a organização e a execução da Operação Sucuri e os últimos momentos da guerrilha.²¹⁵

Sendo a *Veja* uma revista de circulação nacional, abrangendo leitores das diversas regiões do Brasil, a história da Guerrilha do Araguaia é apresentada nessa reportagem

²¹² MACIEL, 2011.

²¹³ MACIEL, 2011, p. 277; grifos do autor.

²¹⁴ GAMA, Rinaldo. O fim da guerra no fim do mundo. *Veja*. São Paulo, 19 out. 1993. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/em_dia_2001/reportagens/araguaia.html. Acesso em: 28 jul. 2015.

²¹⁵ GAMA, 1993, p. 16-22.

utilizando-se de mapas e fotos da região no passado (período da guerrilha) e do presente. Assim, a matéria trouxe o mapa da área do conflito (norte de Goiás, atual Tocantins, sudeste do Pará e sul do Maranhão), destacando nele as principais bases militares — Marabá (a Casa Azul, Centro das operações), Bacaba (local utilizado para prender moradores da região e/ou guerrilheiros) e Xambioá (local onde funcionava uma pista de pouso de aviões e duas empresas de “fachada” —, a Agropecuária Araguaia, sob o comando do Exército, e a DDP Mineradora, sob o comando da Aeronáutica). Há também a localização dos três destacamentos guerrilheiros — A, B e C. Já no tocante às fotos da região e/ou dos locais utilizados pelos militares no período da guerrilha, a matéria trouxe imagens da sala de operações da “mineradora” utilizada pelos agentes da Aeronáutica e um modelo de avião utilizado na época. Segundo o jornalista Rinaldo Gama, essas fotos teriam sido repassadas pelo coronel da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral. Ora, essas representações estão ali colocadas com certa intencionalidade. Elas não constituem, assim, um simples adorno na matéria, mas podem significar, dentre outras possibilidades, a comprovação documental para a narrativa exposta pelo coronel Pedro Corrêa Cabral. Nesse caso, é propício tomar como referência a reflexão feita por Ricoeur (2007) sobre o papel do testemunho como um processo epistemológico da memória declarada. De acordo com esse autor, o testemunho, portanto, faz uso da memória e a conduz do campo da oralidade para o campo da escrita. É, assim, o principal recurso para assegurar que algo aconteceu.²¹⁶ Portanto, quando o coronel concede sua entrevista (testemunho) e, ao mesmo tempo, apresenta ao jornalista fotos de época na qual comprovam a sua narrativa, é como o depoente assim declarasse “eu estava lá”, “aqui está a prova”. Podem contribuir também para convencer os leitores e, quem sabe, a sociedade brasileira para a versão apresentada. Assim, temos no testemunho uma característica comum presente na escrita dos militares analisadas ao longo desse capítulo.

Por ser o primeiro militar a escrever e a publicar suas memórias acerca da Guerrilha do Araguaia através de livro, a obra de Pedro Corrêa Cabral se tornou ao longo dos anos uma referência para outros livros sobre esse acontecimento. A fim de verificar as apropriações de outros autores em relação ao seu livro, parto do pressuposto enfatizado por Chartier (1998) de que a leitura é sempre uma apropriação, uma invenção, pois por meio dela há a produção de significados e os leitores podem se apropriar do que leem para criarem seus próprios sentidos.²¹⁷ Assim, as apropriações podem ser percebidas como os diferentes processos através dos quais “é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma

²¹⁶ RICOEUR, 2007, p. 155-170.

²¹⁷ CHARTIER, 1998, p. 77.

significação.”²¹⁸ Dentro desse postulado, pode-se considerar as apropriações realizadas por alguns autores acerca do livro de Pedro Corrêa Cabral. Identifiquei, nesse caso, cinco obras nas quais as suas memórias foram utilizadas, demonstrando, assim, de certa forma, a circulação e a apropriação de sua versão nesses trabalhos.²¹⁹ Da mesma forma, constatei o uso de seu livro em sete trabalhos acadêmicos relacionados à temática da Guerrilha do Araguaia.²²⁰

3.2 A versão da Guerrilha do Araguaia centrada na ideia de “revanchismo”

Outra obra na qual a disputa do passado em torno da Guerrilha do Araguaia se constituiu enquanto uma questão central é *Guerrilha do Araguaia: revanchismo: a grande verdade*, escrita pelo coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza e publicada em 2002.

No caso desse militar, as poucas informações biográficas a que tive acesso foram conseguidas a partir da contracapa do seu livro. Nela, o coronel é apresentado como natural do Rio de Janeiro (RJ). Participou da Operação de Inteligência que antecedeu a terceira e última campanha militar aos guerrilheiros no Araguaia. Destaco a partir das informações contidas nessa contracapa, entre os vários trabalhos do coronel, a sua atuação enquanto comandante do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado em Uberlândia (MG) e os trabalhos prestados junto ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao Centro de Informações do Exército. Atualmente, reside em Brasília.²²¹

A narrativa do coronel Aluísio Madruga difere em alguns aspectos da narrativa de Pedro Corrêa Cabral. O próprio título da obra já indica indícios de revanchismo, questão não enfatizada por Pedro Corrêa Cabral, por exemplo. Segundo o dicionário de política, revanchismo “é um comportamento político tendente a anular as desvantagens de uma derrota sofrida”.²²² Ora, no caso da Guerrilha do Araguaia, esse comportamento estaria presente, segundo os militares, nos ex-militantes do PC do B e também naqueles que aceitam a sua versão para esse acontecimento. Dessa maneira, a vitória pelas armas das Forças Armadas não significou uma vitória na “batalha de memória” instituída após o conflito. Nessa outra batalha,

²¹⁸ CHARTIER, 1990, p. 24.

²¹⁹ CAMPOS FILHO, 1997; MOURA E SOUSA, 2002; MORAIS; SILVA, 2005; STUDART, 2006; MECI, 2015.

²²⁰ ROCHA JÚNIOR, 1995; SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2006; GUERRA, 2008; SILVA, 2008; SOUSA, 2011; BARBOSA, 2016.

²²¹ MOURA E SOUZA, 2002.

²²² BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2003.

a da memória, inicialmente os militantes do PC do B e seus partidários estavam saindo “vitoriosos”. Era necessário, portanto, revidar com a mesma moeda. Para isso, alguns militares iniciaram a prática de publicar suas memórias por meio de livros. Narrar sua versão para esse acontecimento em resposta às “acusações” dos seus adversários. Assim, a obra do coronel Aluísio Madruga seria uma resposta à prática do que considera revanchismo presente na versão das esquerdas. Considero, pois, a ideia de combate ao que o autor denomina de “revanchismo” o cerne da obra de Aluísio Madruga. Toda sua argumentação parte dessa perspectiva.

Outro aspecto a ser considerado na narrativa do coronel Aluísio Madruga e que também evidencia essa disputa pelo passado é a tentativa de se construir uma versão verdadeira para a chamada “Revolução de 1964”. Segundo ele, existe uma versão que foi construída pelas esquerdas e que se tornou hegemônica, “a grande mentira”, e é necessário desconstruí-la. Nesse contexto, iniciando sua narrativa, enfatiza o objetivo da obra:

O objetivo não é outro senão o de contribuir para evitar que os comunistas brasileiros, de todos os matizes, permaneçam contando “UMA GRANDE MENTIRA”: a respeito dos acontecimentos da Contra-Revolução de 1964; sobre porque ela foi desencadeada; sobre as razões pelas quais durou mais de duas décadas. Tem ainda o objetivo de homenagear de forma permanente àqueles que enfrentaram o flagelo do terrorismo comunista e também às suas famílias.²²³

Assim, “revanchismo” e “verdade” são dois conceitos bastante evidentes em toda a narrativa do autor. Para construir a sua tese, Aluísio Madruga discute o movimento comunista partindo das Internacionais até as origens e a formação do Partido Comunista Brasileiro.²²⁴ No tocante à história do comunismo no Brasil, o autor faz uma análise que, não deixa de ser historicista, buscando as origens desse movimento no país. Nesse sentido, faz uma discussão da influência das ideias comunistas a partir da vinda dos imigrantes italianos e espanhóis. Eles teriam influenciado com ideias anarquistas o movimento operário em nosso país. Assim, em 1908, no Rio de Janeiro foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), e, em 1918, teriam surgido os sintomas da formação do Partido Comunista no Brasil, embora ele fosse institucionalizado em 1922.²²⁵ As argumentações do coronel Aluísio Madruga parte sempre de um lugar institucional — Centro de Informações do Exército (CIE) — o qual a tradição

²²³ MOURA E SOUZA, 2002, p. 12; grifos do autor.

²²⁴ MOURA E SOUZA, 2002, p. 16-33.

²²⁵ MOURA E SOUZA, 2002, p. 28-29.

anticomunista constituiu uma prática entre os seus membros.²²⁶ Desse lugar, as suas análises em relação ao movimento comunista foram sempre caracterizada pela negatividade.

Segundo a tese defendida pelo autor, houve três momentos nos quais os comunistas tentaram tomar o poder no Brasil. A primeira delas teria ocorrido em 1935, com a Intentona Comunista²²⁷; a segunda durante o governo de João Goulart, quando os comunistas se alinharam a uma parcela da burguesia, culminando na “contrarrevolução” de 1964; e a terceira tentativa foi, na visão do autor, a Guerrilha do Araguaia (1966-1974).²²⁸

Sua narrativa é semelhante, por exemplo, ao livro *Orvil*, cuja análise será feita no Capítulo 3 da tese. Este também defende a ideia de que em alguns períodos da história de nosso país os comunistas tentaram chegar ao poder. A diferença da tese do coronel Aluísio Madruga em relação ao livro *Orvil* se encontra na quarta tentativa de tomada do poder, questão não trabalhada por esse autor. Essa quarta tentativa pode ser interpretada a partir da ideia do que o autor denomina de práticas “revanchistas” das esquerdas em relação aos militares, pois segundo o autor, mesmo sendo derrotadas pelos militares, no caso da Guerrilha do Araguaia, as esquerdas passaram a assumir postos nos governos pós-militares, instituindo leis que passaram a beneficiá-las. Assim, afirma:

A realidade é que, após quase quatro décadas, muitos dos assaltantes de bancos, sequestradores, assassinos frios e terroristas, beneficiados que fora pela lei de anistia de 1979 que lhes foi concedida, hoje, desempenhando funções públicas de mando e com o apoio de grande parte da mídia, estão desenvolvendo um revanchismo covarde, desnecessário e impatriótico, porque não permite que os objetivos previstos pela referida lei sejam atingidos, dentre eles o esquecimento de período tão cruel da vida nacional, criado pelas esquerdas no Brasil.²²⁹

Defendo ser pertinente destacar essa visão do coronel Aluísio Madruga, pois, na sua concepção, a Guerrilha do Araguaia foi apenas um momento da tentativa de tomada do poder pelos comunistas, mas a guerra ainda não terminou; ela continua, portanto, a partir das

²²⁶ O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em julho de 1967 durante o governo do General Costa e Silva. O seu primeiro diretor, o coronel Adyr Fiúza de Castro, era favorável ao uso da tortura, sobretudo psicológica. Durante o governo Médici (1969-1974), o CIE teve como diretor o coronel Milton Tavares de Sousa. Nesse período, tornou-se o órgão que mais propôs censura à televisão e a imprensa escrita. O CIE era composto por pessoas de confiança do regime militar. E, assim, tendo os comunistas como principal inimigo a ser combatido, agentes desse órgão atuaram na época da guerra no Araguaia, sobretudo no período da chamada “Operação Sucuri”. Sobre o CIE, ver D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 15-16.

²²⁷ Levante militar deflagrado a partir de 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. Além dessa cidade, também houve sublevação em Recife e no Rio de Janeiro. Movimento de influência comunista, não contou com a adesão do operariado conforme seus líderes esperavam. O movimento foi rapidamente abafado pelas forças do governo. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em: 8 nov. 2018.

²²⁸ MOURA E SOUZA, 2002, p. 237.

²²⁹ MOURA E SOUZA, 2002, p. 223.

práticas e iniciativas dos grupos de esquerda, que atualmente dominam determinadas áreas da sociedade. Dentre elas, o autor destaca a imprensa (mídia), o ensino (educação) e alguns cargos políticos, seja no governo, seja no legislativo.

Diante desse cenário, pode-se inserir a produção da obra do coronel Aluísio Madruga, assim como as demais escritas ao longo dos anos 2000, dentro do contexto político e social que o Brasil passava nesse período. A partir de 2003 temos, no Brasil, a chegada à Presidência da República do primeiro operário eleito de forma direta. Luiz Inácio Lula da Silva representava, assim, de certa forma, alguns ideais que a esquerda vislumbrava nas décadas de 1960 e 1970. Com ele, alguns daqueles militantes de esquerda dos anos 60 e 70, assumiram cargos importantes no governo. Cito como exemplo a ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia e, posteriormente, Casa Civil)²³⁰ e, na Câmara dos Deputados, José Genoíno Neto, que se torna um dos principais articuladores do governo na Câmara. Ora, esse cenário político e, também, as medidas adotadas pelo governo despertam em alguns setores dos militares um posicionamento de oposição e de fortes críticas ao governo. É, portanto, dentro desse contexto que se destaca a atuação do Grupo Ternuma (Terrorismo Nunca Mais),²³¹ pois, nos anos 2000, teremos uma forte atuação desse grupo por meio de artigos e posicionamentos em seu *site* na internet contra o governo e, respectivamente, suas medidas.

Pode-se inferir que a produção memorialista dos militares nessa década pode estar relacionada, dentre outros fatores, a duas questões centrais. A primeira delas, uma reação à produção e à publicação das memórias por parte das lideranças do PC do B, de alguns guerrilheiros que atuaram no Araguaia e das obras de jornalistas. Isto é, diante das versões das esquerdas e do silêncio do próprio Estado, alguns militares perceberam a necessidade de

²³⁰ Nascida em Belo Horizonte (MG), em 14 de dezembro de 1947, Dilma Vana Rousseff participou durante o período da ditadura civil-militar no Brasil de grupos de esquerda, ou melhor, de grupos que atuaram na chamada luta armada, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Foi presa em 1970 pela Operação Bandeirantes (Oban) e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em 1977, graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi no Rio Grande do Sul que ela participou da atividade política desse estado, por meio do Partido Democrático Trabalhista (PDT), exercendo cargos de Secretária da Fazenda do Município de Porto Alegre (1985-1988); no início de 1990, atuou como presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul; e, em 1993, assumiu a secretaria de Energia, Minas e Comunicações desse estado. De 1999 a 2002, foi Secretária de Minas e Energia também do Rio Grande do Sul. Foi em 2001, que Dilma Rousseff filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, a partir de 2003, atuou como Ministra de Minas e Energia até o ano de 2005, quando assumiu o Ministério da Casa Civil, quando houve o escândalo do “Mensalão” e o então ministro José Dirceu foi exonerado do cargo. Em 2010 foi eleita a primeira mulher a governar o Brasil, sendo, em 2014, reeleita para o mandato de 2015 a 2018. Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou o “*impeachment*” de Dilma Rousseff, interrompendo, assim, o seu segundo mandato. Disponível em: https://www.ebiografia.com/dilma_rousseff/. Acesso em: 19 mar. 2018.

²³¹ “TERRORISMO NUNCA MAIS” (TERNUMA), grupo formado por militares, ex-militares, familiares e simpatizantes, criado em 1998 “a fim de resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e, mais uma vez, opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas, travestidos como se fossem democráticos.” Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 17 out. 2014.

narrarem suas versões. E a segunda, as medidas tomadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que proporcionaram, por exemplo, o direito à reparação aos perseguidos políticos no período de exceção, a discussão sobre o direito à memória e à verdade e a abertura e acesso a alguns documentos da época da ditadura em nosso país. Nesse sentido, podemos destacar a homologação da lei 10.559, em 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, garantindo o direito aos perseguidos políticos a indenização por parte do Estado brasileiro, bem como a publicação do livro *Direito à memória e à verdade*, em 2007, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.²³²

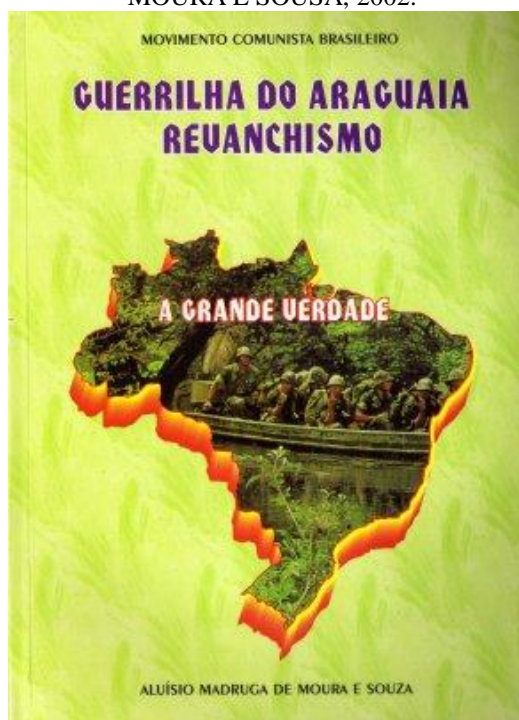
A obra do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, *Guerrilha do Araguaia: revanchismo: a grande verdade*, apresenta uma capa com o desenho do mapa do Brasil, dentro dele uma foto de soldados armados navegando numa “voadeira”²³³ e, ao fundo, a imagem de uma densa floresta.²³⁴ É, portanto, a representação do cenário da região palco da guerrilha: o sudeste do Estado do Pará. Essa imagem se completa com o subtítulo do livro escrito acima, dentro do mapa do Brasil: “A grande verdade”. Como analiso mais à frente neste capítulo, uma das preocupações centrais do autor é o estabelecimento da “verdade” relacionada aos acontecimentos concernentes à Guerrilha do Araguaia, o que evidencia as constantes disputas em torno da busca e construção de uma narrativa que dê conta dessa questão (ver figura 9).

²³² BRASIL, 2007.

²³³ A *Voadeira* é uma embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio, a maioria composta com motor de popa. É largamente utilizada no transporte fluvial e em pescarias, sendo um meio de transporte bastante comum na Amazônia, no Cerrado brasileiro e no Pantanal. A voadeira também é utilizada como embarcação de auxílio em portos fluviais, ancoradouros ou até mesmo em grandes embarcações fluviais, sendo que esta é uma embarcação leve e que pode ser transportada com facilidade. Ver Dicionário Português. Disponível em: <http://dicionarioportugues.org/pt/voadeira>. Acesso em: 15 maio 2016.

²³⁴ É importante salientar que a obra não traz informações técnicas sobre o autor da capa, como desenho, ilustração, projeto gráfico. A única informação que consta é sobre a gráfica e editora que produziu o livro: abc BSB Gráfica e Editora Ltda. Endereço: S. Ind. Bernardo Sayão – Qd. 03 – Conj. A – Lt. 43/45 – 71701-970 – N. Bandeirante – DF.

Figura 9 - Capa do livro *A Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade*.
MOURA E SOUSA, 2002.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Diferentemente do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, a obra do coronel Aluísio Madruga, traz o prefácio assinado pelo general Raymundo Maximiliano Negrão Torres²³⁵, no qual enfatiza o trabalho narrativo de Aluísio Madruga em mostrar o papel que os militares exerceram nas tentativas de tomadas do poder político em nosso país pelos comunistas. Em seu prefácio, também deixa evidente os conflitos de memórias presentes na atualidade entre os dois grupos principais envolvidos na Guerrilha do Araguaia: militares e comunistas. Os primeiros caracterizados como os “defensores da ordem” e das “instituições democráticas”, e os últimos, como responsáveis pela “desordem”. Assim, ao prefaciá-lo e destacar a importância narrativa da obra do coronel Aluísio Madruga para desconstruir os mitos construídos pelas esquerdas, afirmou o general Raymundo Maximiliano:

Percorre as últimas quatro décadas da história política de nosso país — às vezes com necessárias ondulações cronológicas — para mostrar, de forma resumida e ágil, os entrecabos entre defensores da lei e os que pretendiam derrubar a ordem legal. Cita fontes e transcreve o que outros escreveram, para mostrar — entre tantas coisas

²³⁵ Raymundo Maximiliano Negrão Torres nasceu em Belém (PA), em 1925. Entrou no Exército em 1942, e, durante sua carreira nessa instituição, desenvolveu diversas funções, atingindo a patente de general em 1978. Atuou enquanto militar no Paraná, em Brasília e no Rio Grande do Sul. Entrou para a reserva em 1983, porém continuou participando da vida militar por meio de diversos artigos em defesa da “Revolução de 1964” e de sua instituição — o Exército. Faleceu em 2006. Disponível em: <https://liciomaciel.wordpress.com/2014/09/15/general-raimundo-negrao-torres-desanca-o-mentiros-elio-gaspari/>. Acesso em: 3 maio 2017.

— como nos meandros de uma tramitação legislativa se construiu uma arma eficaz para alimentar o revanchismo que pretende transformar “bandidos” em “mocinhos” e jogar os que tiveram o duro dever de levantar do chão a luva do desafio comunista lançada à face da Nação, na rua da amargura do desprezo da sociedade, a serviço da qual deram os melhores anos de suas carreiras e, alguns, a própria vida.²³⁶

Nesse sentido, a argumentação do general Raymundo Maximiliano demonstra todo o cerne do livro do coronel Aluísio Madruga, isto é, os conflitos e disputas presentes nas narrativas em torno dos acontecimentos da história política do Brasil pós-1964, em geral, e da própria Guerrilha do Araguaia, em específico, narrativas estas que, na visão do general, tendem a desclassificar as Forças Armadas e a transformar os “bandidos” do passado em “mocinhos” do presente. Portanto, a obra do coronel Aluísio Madruga representa para o general uma resposta dos militares a essa versão “esquerdista” que se tornou predominante em nosso país.

Após essa discussão em torno dos aspectos gerais da obra do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, analiso como esse autor construiu a sua narrativa acerca da Guerrilha do Araguaia. Qual a sua versão para os acontecimentos desse conflito armado? Quais as suas ênfases? Quais os aspectos comuns destacados por outros militares sobre a guerrilha? Quais questões foram silenciadas em sua narrativa? Há na sua narrativa uma maior ênfase nas operações militares de combate aos guerrilheiros. Sendo um membro do Centro de Informações do Exército (CIE), na época do conflito, o autor enfatiza, inicialmente, a versão dos militares para a descoberta da guerrilha. Segundo Aluísio Madruga, já em 1969 havia certa suspeita dos órgãos de segurança da existência de um “trabalho de campo” que estaria sendo realizado pelo PC do B na região norte do estado de Goiás, atualmente Tocantins. Assim sendo, o Exército aproveitou o término do período de preparação de recrutas, iniciado em janeiro de 1970, para realizar seus exercícios finais do Grupamento A nessa região. Dessa forma, em novembro de 1970, teria sido organizada a “Operação Carajás”.²³⁷ Para o autor, tal iniciativa mais que treinar os recrutas, servia para marcar a presença das Forças Armadas na região e, quem sabe, confirmar a atuação de membros do PC do B naquela área. Contudo, a

²³⁶ TORRES, 2002, p. 10.

²³⁷ Sobre essa operação militar realizada em novembro de 1970 na área onde se encontravam os militantes do PC do B, assim se refere o Relatório da Comissão Nacional da Verdade: “Em novembro daquele mesmo ano, as Forças Armadas realizariam uma manobra conjunta na região, denominada Operação Carajás. Publicamente, afirmavam que se tratava de um exercício de adestramento das tropas, isto é, de um simples exercício de treinamento na selva. No entanto, a operação tinha como objetivo o levantamento de informações sobre possíveis atividades guerrilheiras na região.” Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Vol. 1, p. 687. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 3 maio 2017.

única certeza que se constatou era que a região seria propícia para o estabelecimento de uma guerrilha.²³⁸

A confirmação dessa suspeita, segundo o autor, só viria em 1972, por meio da prisão, em Fortaleza, de Pedro Albuquerque Neto²³⁹ e sua esposa Tereza Cristina²⁴⁰ pela Polícia Federal. A partir de seus depoimentos, os militares teriam chegado ao conhecimento da guerrilha e de sua provável localização. Organizam, então, uma operação de inteligência na região sudeste do Pará que teve início com a chegada dos primeiros agentes em Marabá (PA) no dia 25 de março de 1972, e em Xambioá (GO) em abril do mesmo ano. O autor argumenta que, em alguns momentos, os agentes tiveram a oportunidade de capturar suspeitos, mas, devido às poucas informações que dispunham sob o grau de “subversão”, não o fizeram. Contudo, essa operação teria sido suspensa devido à descoberta, por parte dos guerrilheiros, de sua existência. Mesmo assim, algumas prisões de guerrilheiros foram feitas e destacadas pelo autor: Danilo Carneiro (Nilo), na localidade de Caiano; em Marabá, Rioco Kaiano²⁴¹ e José Genoíno Neto.²⁴²

Além de destacar as demais operações militares (setembro a outubro de 1972 e outubro de 1973 a dezembro de 1974), Aluísio Madruga narra em detalhes a estrutura organizacional dos guerrilheiros, seu modelo político chinês, os destacamentos com sua localização, o número aproximado de guerrilheiros, os comandantes da guerrilha e a comissão militar. Dessa forma, ao longo da guerra no Araguaia, os órgãos de inteligência dispunham de uma série informações sobre o movimento. É importante ressaltar que em nenhum momento o autor enfatiza o fracasso das duas primeiras operações militares para combater os

²³⁸ MOURA E SOUZA, 2002, p. 131.

²³⁹ Pedro Albuquerque Neto iniciou sua militância ainda bem jovem e chegou ao Araguaia em 1970. Quando foi para o Araguaia, Pedro era estudante de Direito. Na região, sua esposa Tereza Cristina ficou grávida e o casal decidiu fugir da área da guerrilha em meados de 1971. Foram presos em Fortaleza, em fevereiro de 1972, e acusados pelas lideranças do PC do B de “delação”, “traição” e descoberta da guerrilha por parte dos militares. De acordo com o historiador Hugo Studart, ao longo dos anos, o PC do B apontou vários nomes que, segundo este partido, teriam sido os “delatores” para o movimento armado no sul do Pará. Assim, nos anos de 1970, esse nome foi o de Pedro Albuquerque. Segundo o historiador, a partir de então Pedro passou a carregar o estigma de traidor, tendo dificuldades, inclusive, de conseguir emprego. Nos anos de 1980, a acusação do partido caiu sobre outra ex-guerrilheira, Lúcia Regina, e, na década de 1990, as suspeitas passaram a cair sobre João Carlos Winesky. Ver STUDART, 2014, p. 392. Ver também MORAIS; SILVA, 2005, p. 599.

²⁴⁰ Segundo os jornalistas Eumano Silva e Taís Morais, após sua fuga da região do Araguaia com o seu marido na época, Pedro Albuquerque Neto, Tereza Cristina Albuquerque teria ficado escondida na casa de parentes no Recife até o nascimento de sua filha, Isabela. Ainda de acordo com os referidos jornalistas, depois desse momento teria passado a viver no Canadá e não costuma falar sobre a época da Guerrilha do Araguaia. Ver MORAIS; SILVA, 2005, p. 599.

²⁴¹ Rioco Kayano, natural de Guaimbê, em São Paulo, e descendente de orientais, na época da Guerrilha do Araguaia era estudante de enfermagem e tinha 24 anos. Foi presa assim que chegou à região do Araguaia e ficou cerca de dois anos presa. Casou-se com José Genoíno Neto (Geraldo) e teve com ele três filhos. STUDART, 2014, p. 256.

²⁴² MOURA E SOUZA, 2002, p. 133-134.

guerrilheiros. Sua narrativa centraliza toda a discussão acerca da permanência dos guerrilheiros na selva, suas mortes, o próprio fracasso da guerrilha e a responsabilidade das lideranças do PC do B. Nesse contexto diz:

Quando os elementos operacionais das forças legais estavam psicologicamente preparados para prosseguirem em sua missão, o período previsto terminou e não havia a intenção de se permanecer na ação, porque o Exército ainda tinha a esperança de que os dirigentes da cúpula do Partido, ou seja, o Comitê Central do PC do B concluísse que tinha jogado um grupo de jovens, despreparados, em uma aventura suicida e que o mínimo que deveriam fazer seria determinar o abandono da área. Porém, lamentavelmente não foi assim. De maneira insana, à revelia dos demais membros do Comitê Central do Partido, os quatro membros do “Bureau Político” — João Amazonas, Elza Monerat, Maurício Grabois e Ângelo Arroio — permitiram que a guerrilha prosseguisse com suas ações.²⁴³

Dessa maneira, sua versão retira dos militares a culpa pelas mortes e demais acontecimentos ocorridos no Araguaia e coloca essa responsabilidade na cúpula do PC do B. Esse argumento não é recente entre os militares, pois desde o fim do conflito bélico no sul do Pará, geralmente alguns dos que participaram das ações de combate e resolveram externar seus posicionamentos, vêm afirmando a mesma posição do coronel Aluísio Madrugá. Seguindo, portanto, o mesmo argumento, o coronel Lício Augusto Maciel disse: “[g]randes chefes comunistas, abandonaram seus companheiros à própria sorte numa região a que não estavam acostumados, numa selva amazônica semi-virgem, enquanto ficavam comodamente em suas salas bem refrigeradas, nas mordomias de São Paulo.”²⁴⁴ O referido autor também faz uso de suas memórias para criticar as lideranças da guerrilha que conseguiram deixar a região do conflito abandonando os demais “camaradas”. Nesse caso, as acusações recaem sobre Ângelo Arroyo (Joaquim)²⁴⁵ e Micheas Gomes Almeida (Zezinho)²⁴⁶, militantes do PC do B que, segundo Lício Augusto, abandonaram covardemente seus companheiros. Assim, afirma:

²⁴³ MOURA E SOUZA, 2002, p. 140.

²⁴⁴ MACIEL, 2011 p. 123.

²⁴⁵ Ângelo Arroyo (Joaquim), operário metalúrgico que ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1945. Militante do movimento sindical em São Paulo, torna-se um dos líderes do Sindicato dos Metalúrgicos na década de 1950. No Araguaia, era um dos comandantes da guerrilha. Em janeiro de 1974, em companhia de Micheas Gomes de Almeida (Zezinho) conseguem sair da região do conflito e encontrar outros militantes do PC do B em São Paulo, aos quais entregou um relatório detalhado sobre as atividades da guerrilha. Foi morto em 16 de dezembro de 1976, numa casa onde estavam reunidos os dirigentes do PC do B no bairro da Lapa, em São Paulo, acontecimento denominado de “Chacina da Lapa”. Ver: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/arroyo_angelo.htm. Acesso em: 30 out. 2014.

²⁴⁶ Micheas Gomes Almeida (Zezinho) nasceu em Capanema (PA), em 1934, mas foi criado em Belém. Filiou-se ao PC do B no início da década de 1960, e foi um dos militantes enviados por este partido à China, em 1966, para treinamento de guerrilha. Na volta ao Brasil, foi para o Araguaia e lá era chamado de “Zezinho”. Enquanto guerrilheiro, era o elo entre a Comissão Militar e os destacamentos guerrilheiros. Em 1974, juntamente com Ângelo Arroyo, conseguiu fugir da região. Viveu cerca de 33 anos na clandestinidade, adotando o nome de “Antônio Pereira de Oliveira”. Ver MORAIS; SILVA, 2005, p. 599. Ver também: <http://www.vermelho.org.br/noticia/123122-1>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Arroyo e “Zezinho” poderiam ter levado junto alguns companheiros, ou até mesmo todos, mas os abandonaram por saberem que quanto menos, maiores seriam as chances de fuga. “Zezinho” sabia como levar todos em segurança; deve ter falado com Arroyo, que optou covarde e egoisticamente pela fuga apenas dos dois. Micheas desertou com Arroyo e só reapareceu trinta anos depois (declarou que perdeu a memória...). Seu “esquecimento” foi causado pela vergonha.²⁴⁷

O uso das memórias aqui é utilizado no sentido de se contrapor às afirmações das memórias construídas pelo PC do B sobre o conflito no Araguaia. Esse conflito é exacerbado e bastante evidente nas memórias de ambos os grupos (militares e PC do B). Nesse sentido, reafirmo a tese de que a guerra não terminou, ela continua muito presente nas disputas políticas, na escrita dos livros, nas versões construídas, nas acusações e justificativas de ambos os lados.

Ainda no que se refere à Guerrilha do Araguaia, o coronel Aluísio Madruga dá ênfase, em sua narrativa, à chamada “Operação Sucuri”, da qual participou durante seis meses. O autor descreve em detalhes essa operação que, na visão dos militares, foi decisiva para eliminar a guerrilha. Por meio de agentes disfarçados, infiltrados no meio da população local, “sendo um deles”, os militares conseguiram obter informações necessárias para, conhecendo o inimigo, liquidá-lo. Em sua narrativa, destacam-se os aspectos principais da preparação, do desenvolvimento e da execução da operação, considerando-se: a área operacional, ou seja, os aspectos físicos, econômicos e geográficos da região palco da guerrilha; a população e suas principais características; e o inimigo e os meios necessários para combatê-lo.

Em relação à preparação da operação, o autor descreve em detalhes como foram escolhidos os agentes para essa missão, que, segundo ele, teriam sido trinta, indicados pelos respectivos comandantes. As características fundamentais para essa escolha foram o elevado grau de discrição, o bom senso, a coragem física e moral, o espírito de iniciativa, o tipo físico, a linguagem característica da região e a disciplina.²⁴⁸ A estratégia utilizada pelos militares nesse período é semelhante à utilizada pelos militantes do PC do B na época em que chegaram ao Araguaia, ou seja, os agentes infiltrados deveriam tornar-se “um deles”, isto é, ser e agir da mesma maneira que as pessoas da região. Assim os agentes exerceriam trabalhos como de bodegueiros, posseiros, compradores de cereais, fiscais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e agentes da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública). Para alcançar esse objetivo, os militares foram treinados para agir como tal. Dessa maneira, afirma:

²⁴⁷ MACIEL, 2011, p. 125.

²⁴⁸ MOURA E SOUZA, 2002, p. 154.

Esse grupo foi ainda treinado em suas “profissões”. Foi então conseguida a chácara de um membro da operação e nela os “posseiros” passaram a trabalhar, de modo a ficarem com as mãos cheias de calos, queimados do sol, aclimatados com machado, enxada, foice e facão, além de lidar com galinhas, porcos, vaca leiteira etc.²⁴⁹

A narrativa do coronel Aluísio Madruga é enfática nessa fase da guerra contra os militantes do PC do B no Araguaia, pois, a partir dessa operação de inteligência, a vitória dos militares era uma questão de dias. Todos os dados referentes aos guerrilheiros, aos moradores que davam algum tipo de assistência aos mesmos e ao próprio conhecimento da região foram todos obtidos pelos militares que participaram da operação. Portanto, a Operação Sucuri é tida pelo autor como um marco que estabeleceu a vitória dos militares sobre o comunismo. Após aproximadamente seis meses investigando e colhendo dados junto à população local e aos guerrilheiros, o mapa da próxima operação de combate estava concluído. Os dados coletados foram organizados e repassados para os militares que combateram na terceira operação militar. Alguns militares que estiveram à frente da Operação Sucuri elaboram relatórios, como é o caso do major Sebastião Rodrigues de Moura (Curió), cujos alguns fragmentos já foram publicados em livros.²⁵⁰ A descrição do coronel Aluísio Moura acerca dessa operação é bastante semelhante a um relatório, embora o autor não tenha em nenhum momento feito referência a esse respeito. Contudo, ao comparar a descrição feita por este autor com fragmentos do relatório elaborado na época da Guerrilha do Araguaia pelo major Sebastião de Moura Rodrigues (Curió), é perceptível essa semelhança.²⁵¹

No tocante ao tratamento dos militares junto à população local, o coronel Aluísio Madruga minimiza, ou melhor, nem faz referência à prática da tortura. Pelo contrário, destaca os aspectos positivos da prisão de algumas pessoas da região no que se refere à quebra da rede de apoio aos membros do PC do B. Destaca, ainda, o trabalho social realizado pelos militares relacionados à expedição de documentos pessoais dessa população, como por exemplo, registro de nascimento, casamento e identidade. Dentro desse contexto, diz:

Há que destacar que a retirada dos componentes da rede de apoio da região, aí incluídos esposa e filhos, teve os seguintes objetivos: negar aos guerrilheiros informações, alimentos (principalmente o sal e óleo) e o querosene, além de tentar até mesmo proteger estas pessoas, já que muitas, sob suspeitas de estarem apoiando as forças legais estavam sendo ameaçadas. Aqui é importante deixar claro que estas

²⁴⁹ MOURA E SOUZA, 2002, p. 155.

²⁵⁰ Um exemplo é a obra MORAIS; SILVA, 2005, p. 507.

²⁵¹ Sobre o relatório da Operação Sucuri e demais documentos referentes à Guerrilha do Araguaia até a presente data disponíveis, ver http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/06/documentos-e-relatorios_araguaia_parte1.pdf. Acesso em: 22 abr. 2017.

peças residiam em pequenas palhoças de chão batido e quase sempre sem portas e janelas. De uma maneira geral não possuíam certidão de nascimento nem casamento, sendo lógico que com seus filhos não era diferente.²⁵²

Na sua versão, o coronel Aluísio Madruga ainda enfatiza que a prisão de algumas pessoas também tinha o objetivo de protegê-las dos guerrilheiros devido ao apoio dessas aos militares. Ora, essa afirmação do autor é totalmente oposta à versão de alguns moradores locais a respeito de suas prisões.²⁵³ Mesmo constituindo uma versão interessada, assim como a dos militares, alguns moradores da região, especialmente aqueles que foram presos e interrogados, destacam aspectos silenciados na narrativa de Aluísio Madruga.

Um exemplo disso é que o livro de Aluísio Madruga silencia o teatro de terror²⁵⁴ imposto pelos militares aos moradores da região, tais como toque de recolher, a exposição de alguns corpos de guerrilheiros mortos à população e os problemas causados pelas prisões de moradores às suas esposas e aos seus filhos. A narrativa da guerra, portanto, centra-se nas estratégias organizadas e montadas pelos militares para combater o perigo do comunismo. Outras questões que circundam o cenário dessa guerra, tais como as dificuldades encontradas sejam pelos militares, guerrilheiros e moradores locais, são negligenciadas na narrativa de Aluísio Madruga. Ao enfatizar as estratégias de combate contra os militantes do PC do B, o coronel utilizou em seu livro uma série de organogramas, mapa da região do conflito, figuras

²⁵² MOURA E SOUZA, 2002, p. 162.

²⁵³ Na disputa pelo passado acerca do conflito no Araguaia, é importante destacar a versão dos moradores da região, em especial, aqueles que na época foram presos pelos militares. Em entrevista oral com alguns desses personagens, encontramos uma narrativa bem diferente da apresentada pelo coronel Aluísio Madruga no seu livro. De acordo com os moradores que foram presos e também torturados pelos militares, a ação praticada pelas Forças Armadas durante o conflito armado foi excessivamente violenta. Dentre os vários moradores entrevistados, temos as lembranças do senhor Gilberto Leite, atualmente morador da cidade de São Domingos do Araguaia (PA). Ao se lembrar desse período da guerra, em particular de sua prisão pelos militares, disse: “Então, eu dizer o seguinte... quando foi na época de 1970 que o Exército chegou acabando com o povo, aí foi que o sofrimento entrou. Eles pegaram muita gente, bateram demais. Aí, nessa época aí eu fui preso; eu fui preso porque eles queria que eu amostrasse os homi aonde tava e eu não sabia aonde é que eles tava, né? Quando eles chegaram, me prenderam logo; os homi correram e eles me prenderam. Você vai pagar o pato! Pagar o pato de quê? Eu sei lá o que é isso? Amaram os pés, as mãos, e me jogaram dentro do carro. Aí eu fiquei amarrado lá, aí me levaram pra cadeia lá. Quando foi... eu entrei na cadeia sete hora da noite, cadeia da PM porque eles não tinha cadeia ainda, né?” (entrevista oral concedida ao pesquisador em São Domingos do Araguaia [PA], em 23 de abril de 2015). Arquivo do pesquisador.

²⁵⁴ Apropriei-me, aqui, de um conceito do historiador inglês E. P. Thompson em seu ensaio “Folclore, antropologia e história social”, no qual esse autor analisa a forma como, na Inglaterra do século XVIII, se punia os transgressores. Assim, para explicar a violência praticada pelo Estado, E. P. Thompson denominou essa prática de “teatro de controle”. Inspirado nesse autor, e a partir da análise das práticas de violências instituídas pelos militares durante a chamada Guerrilha do Araguaia, passamos a conceituar essas ações enquanto “teatro do terror”, pois a violência, nesse período, impetrada na região pelos militares por meio da caçada e morte dos guerrilheiros, da apresentação de alguns de seus corpos à população local, da negação de um sepultamento aos mesmos, da queima das roças e da intimidação aos moradores locais, do toque de recolher nas cidades e vilarejos, para citar alguns exemplos, evidencia, na nossa visão, a prática de um teatro de terror, visando dessa forma manter o controle dos moradores locais por meio da intimidação e do medo. Sobre o teatro de controle, ver THOMPSON, 2001, p. 240-242.

e tabelas que demonstram, na sua concepção, as características, a linha, o modelo e as prioridades das organizações comunistas no Brasil.²⁵⁵ Também apresenta a estrutura montada pelos militares na chamada Operação Sucuri, isto é, de busca por informações sobre o movimento, na qual destaca os papéis exercidos pelos integrantes da mesma, discutindo as ações de cada agente do Exército à paisana no meio da população local. Tais recursos e estratégias utilizadas pelo autor demonstram a influência de sua atuação junto ao Centro de Informações do Exército (CIE); além disso, também aponta evidências do conhecimento que os militares dispunham sobre o movimento. Apesar de sua narrativa ser construída *a posteriori*, ou seja, em 2002, e dessa forma já se ter um maior conhecimento sobre essa questão, a mesma é importante no sentido de se desmitificar as versões construídas pelas memórias das lideranças do PC do B, que enfatizam o despreparo dos militares que atuaram no Araguaia. Os relatórios feitos na época da operação de inteligência, e hoje disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade também confirmam essas informações passadas pelo autor.²⁵⁶

Na guerra de memórias acerca das narrativas sobre a Guerrilha do Araguaia, uma questão que provoca trocas de acusações e sentimentos de “revanchismo” é o tipo de tratamento dado aos prisioneiros e aos mortos no conflito. As memórias construídas pela direção do PC do B, pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e pelos moradores locais enfatizam e denunciam o caráter “desumano” dispensado aos guerrilheiros, segundo o qual o Estado brasileiro utilizou a força para torturar, matar e ocultar os corpos dos militantes do PC do B. Na busca por dar uma resposta a essa questão, o coronel Aluísio Madruga justifica que oportunidades teriam sido dadas para que os guerrilheiros se entregassem, e aqueles presos na primeira campanha dos militares contra a guerrilha tiveram sua integridade preservada. Contudo, aos que resistiram não restou outra alternativa que as forças legais, pois diante da ação dos “terroristas” a reação dos militares foi a de atacar. Dessa forma, argumenta:

Nas fases anteriores todas as oportunidades lhes foram dadas. Aqueles que receberam voz de prisão e sentindo que estavam em desvantagem se entregaram foram presos e bem tratados. O mesmo ocorreu com os que por questões pessoais, fora da situação de combate, também se entregaram. E nem por isto receberam tratamento não condizente com o previsto neste tipo de guerra irregular. [...] E nessa nova e última fase de combate a guerrilha, as mesmas oportunidades lhes

²⁵⁵ MOURA E SOUZA, 2002, p. 156-17; p. 139; p. 25-27.

²⁵⁶ Sobre o relatório da Operação Sucuri que confirma a versão do coronel Aluísio Madruga, ver Relatório da Operação de Informações realizada pelo CIE no Sudeste do Pará – Operação Sucuri. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2039,%2043,%2060,%2070,%2081%20-%20BR_DFANBSB_VAY_0058_d.pdf. Acesso em: 30 maio 2016.

foram oferecidas. Porém, enganados inicialmente por parte do Comitê Central do PC do B que lhes informava da importância de resistirem nas posições em busca dos objetivos do Partido, e depois abandonados, os “guerrilheiros” se negavam a ser presos.²⁵⁷

Portanto, para o autor, a culpa pelas mortes dos militantes do PC do B não está nas forças legais, no caso, o Exército, mas na resistência dos guerrilheiros a se entregar e nas ordens recebidas pela direção do partido de resistir. Não há, assim, na versão de Aluísio Madrugá maiores problemas na prática da execução dos guerrilheiros; para ele essa é uma atitude condizente com o tipo de guerra à qual eles estavam expostos, isto é, uma guerra irregular. A responsabilidade pelo que ocorreu aos guerrilheiros é atribuída ao Partido, não aos militares. Além disso, é uma visão unânime entre os militares, em especial estes aqui estudados através da escrita e publicação de seus livros, o alcance proporcionado pela Lei de Anistia de 1979, a qual lhes assegurou o “perdão” pelas ações praticadas por estes durante o período de exceção no Brasil.²⁵⁸ Ao se referir a essa questão, afirmou o general Francisco Batista Torres de Melo: “Derrotados no governo Médici, segue-se Geisel com o início da abertura e terminada por Figueiredo. O processo da Anistia foi o ponto de honra deste último. Anistia significa passar a borracha e começar tudo de novo”.²⁵⁹ Portanto, segundo o general Torres de Melo, a Anistia teria “apagado” as práticas dos militares e dos grupos de esquerda durante os governos militares em nosso país. Ou seja, a função principal da Lei da Anistia, de acordo com essa afirmação do general, seria o esquecimento das ações cometidas por ambos os lados, e, assim, essa questão já estaria resolvida, cabendo a partir do presente, seguir em frente, isto é, “começar tudo de novo”.

É importante, em relação a essa problemática, levar em consideração as reflexões de Ricoeur (2007) em torno do uso do esquecimento motivado por questões políticas, isto é, o esquecimento comandado: a anistia. Nesse caso, o seu papel objetiva a reconciliação entre cidadãos inimigos²⁶⁰, prática geralmente utilizada em países que passaram por regimes de exceção. Entretanto, no Brasil a lei que institucionalizou a nossa anistia em 1979 é, geralmente, utilizada pelos militares no sentido de encobrir determinadas práticas de torturas e assassinatos de opositores do período da ditadura civil-militar.

Sua análise permite perceber que havia “dois países” aqui nas décadas de 1960 e 1970. Por quê? Por um lado, o autor destaca os aspectos positivos dos governos militares, tais como:

²⁵⁷ MOURA E SOUZA, 2002, p. 162-163.

²⁵⁸ Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 30 out. 2015.

²⁵⁹ MELO, 2011, p. 190.

²⁶⁰ RICOEUR, 2007, p. 459.

o avanço no setor de telecomunicações por meio da criação da EMBRATEL; na área de transportes, cita o exemplo da Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói; na educação, a Reforma Universitária na agricultura, o aumento de incentivos fiscais e financeiros, só para citar alguns exemplos. Por outro lado, na região palco da guerrilha - sudeste do Pará, norte de Goiás (atual Tocantins) e sul do Maranhão — a realidade era outra. Nesse sentido, Aluísio Madruga reconhece em sua argumentação essa contradição. Assim se expressa:

A área conflagrada possuía uma população pobre, em sua maioria constituída por posseiros, vivendo em regime alimentar deficiente e carente de uma assistência educacional e sanitária. A omissão dos governos federal e estadual, aliada à forte corrupção das administrações municipais e à exploração dos trabalhadores rurais pelos grandes proprietários, contribuíram, com maior ênfase, para tornar a população descrente e sem perspectiva de um futuro melhor.²⁶¹

Dessa forma, me parece contraditório esse reconhecimento. Por isso, questiono: e o governo diante disso? Não conhecia? Ou a região não era uma prioridade do ponto de vista social para os militares? Se os militares tinham conhecimento de tudo isso, o que explica o tratamento dispensado à população por meio, por exemplo, das torturas praticadas?²⁶² Tendo todo esse conhecimento, não deveria ter sido tratada com dignidade? Assim, o tratamento dispensado pelos militares à população local não condiz com o conhecimento que dispunham dessa população. Parece que o “Brasil do desenvolvimento” que os militares defendiam ainda não havia chegado a essa região. E essas evidências ficam claras na narrativa do autor.

Considero sua narrativa, como qualquer outra, interessada. Nessa perspectiva, há uma preocupação em buscar justificar as ações dos militares na época da guerra no Araguaia e

²⁶¹ MOURA E SOUZA, 2002, p. 143.

²⁶² Há vários relatos feitos pelos moradores da região do Araguaia acerca da tortura praticada pelos militares contra a população local. São construção de memórias a partir das lembranças dos moradores do Araguaia, em especial daqueles que sofreram a ação autoritária dos militares. Escolhi, dentre estes, o depoimento do senhor Osvaldo Pires Costa, atualmente morador da cidade de São Domingos do Araguaia (PA), em entrevista oral concedida a este pesquisador, em janeiro de 2010. Ao se referir à sua prisão e tortura disse: “Pegou todo mundo... [...] ai eles pegaram... todo mundo que pegava chegava e trancava dentro de um quartuzinho de 3 metros mais ou menos de largura, daí botava umas latinhas que nem dessas latinhas de Skol, butava a gente cá em cima e passava rasteira na gente caía, aí quando caía ele metia o taco, era na boca do estômago, era telefone, telefone é batendo nas oreia, que até hoje eu ainda me sinto surdo por causa dessa época, e aí nós sofremo muito.” (Entrevista com o senhor Osvaldo Pires Costa, concedida a este pesquisador em São Domingos do Araguaia – PA, em 13/01/2010. Gravação digital e transcrita. Arquivo Pessoal). No Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, consta em sua conclusão acerca das violações aos direitos humanos praticadas durante a Guerrilha do Araguaia junto aos moradores da região a seguinte afirmação: “[n]o tratamento dos camponeses e indígenas, prevaleceu a integração de ações puramente coercitivas, de um lado, e a oferta de serviços do Estado, por outro. Ao mesmo tempo que buscaram angariar apoio da população por meio de medidas como a organização de serviços médicos e sanitários, *prenderam qualquer pessoa que tivesse travado o mínimo contato com os guerrilheiros, de maneira a ressaltar os custos envolvidos na colaboração ou simples convivência pacífica com eles*” (ver Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 1. p. 717; grifos meus). Essas evidências, portanto, demonstram o tratamento dado pelos militares à população local no Araguaia durante as expedições de combate aos militantes do PC do B.

também durante todo o período de exceção no Brasil. Essas ações são geralmente tidas como afirmativas, pois o crescimento do país em vários setores e a guerra vencida contra o comunismo evidenciam o desenvolvimento e a garantia dos princípios democráticos. Por outro lado, as práticas dos grupos de esquerda são tratadas como negativas. Nesse caso, são enfatizados os sequestros, os atentados, os assaltos a bancos e as tentativas de guerrilhas urbana e rural.

É perceptível na escrita do coronel Aluísio Madruga indícios do uso do esquecimento e também do silêncio em determinados assuntos. Em relação ao esquecimento, percebe-se a sua prática a partir da ênfase do autor no tocante à Lei de Anistia, como destaquei anteriormente. No que concerne aos silêncios em sua narrativa, isto é, os “não ditos”, cito como exemplo a prática da tortura, seja contra os guerrilheiros, seja contra os moradores da região; a existência da “operação limpeza” quando os corpos de alguns guerrilheiros teriam sido desenterrados e transportados para a Serra das Andorinhas e lá queimados; e de onde teriam vindo às ordens para a eliminação dos guerrilheiros. É válido destacar que outros militares, através de suas memórias, destacam algumas dessas práticas. Entretanto, a versão de Aluísio Madruga é uma visão predominante à de outros militares, as quais analiso a seguir.

Aqui é pertinente refletir um pouco sobre esses dois conceitos, inúmeras vezes apropriados pelos pesquisadores que atuam nos estudos da construção de memórias. Parto, inicialmente, das definições trazidas pelo dicionário. Segundo o lexicólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “esquecer” significa “deixar sair da memória, pôr de lado, desprezar, tirar da memória”²⁶³, já “silenciar” significa “estado de quem se cala”.²⁶⁴ Ao problematizar o esquecimento, Ricoeur (2007) enfatiza dois tipos desse fenômeno: o primeiro é o esquecimento por apagamento dos rastros, isto é, aquele que está relacionado às disfunções das operações mnésicas. Para o autor, esse esquecimento, portanto, é caracterizado enquanto uma fronteira entre o normal e o patológico.²⁶⁵ Está relacionado aos problemas da memória e, dessa forma, provoca as distorções da mesma. Já o segundo tipo, o esquecimento reversível, ou seja, de reserva, é caracterizado por Ricoeur enquanto uma função positiva da memória. Assim, afirma: “Em resumo, o esquecimento reveste-se de uma significação positiva na medida em que tendo-sido prevalece sobre o não mais ser na significação vinculada à ideia do

²⁶³ FERREIRA, 2001, p. 291.

²⁶⁴ FERREIRA, 2001, p. 636.

²⁶⁵ RICOEUR, 2007, p. 428.

passado. O tendo-sido faz do esquecimento o recurso imemorial oferecido ao trabalho da lembrança.”²⁶⁶

Ora, além desses dois tipos de esquecimento relacionados ao caráter da operação da memória, Ricoeur também analisa o esquecimento motivado por questões políticas, isto é, o esquecimento comandado: a anistia. Nesse caso, o seu papel objetiva a reconciliação entre cidadãos inimigos.²⁶⁷ É um recurso para estabelecer a paz após um período de exceção, por exemplo. É nesse sentido que a prática do esquecimento é usada nos escritos dos militares, conforme pode-se observar ao longo da discussão. Mesmo que não tenha se referido em sua narrativa à chamada “teoria dos dois demônios”²⁶⁸, a argumentação dos militares por meio dos seus livros reforça essa interpretação segundo a qual o perdão é utilizado seja para os crimes praticados pelos militares, seja para os crimes praticados pela esquerda. Há, dessa forma, uma equivalência para os crimes cometidos por ambos os grupos. Entretanto, essa interpretação é bastante criticada por alguns historiadores brasileiros, dentre os quais cito Daniel Aarão Reis, que a caracterizou como “uma vesguice sem tamanho igualar os que lutavam por reforma agrária (os camponeses) e os que a recusavam (os latifundiários).”²⁶⁹ Portanto, equiparar as forças, em outras palavras, é um equívoco.

Sobre os “não ditos”, é pertinente a análise realizada por Michael Pollak classificando essa prática em três formas de lembranças: as proibidas, as indizíveis e as vergonhosas.²⁷⁰ De acordo com a análise realizada por este autor, em relação ao primeiro caso, tem-se como exemplo os crimes cometidos por Stalin na União Soviética; o segundo tipo se refere aos sobreviventes do campo de concentração nazista ao retornarem para a Alemanha ou para a Áustria, e lá chegando tiveram que encontrar uma forma de viver (*modus vivendi*) com as pessoas que assistiram à sua deportação. O terceiro e último exemplo de silêncio enfatizado por Pollak está relacionado ao recrutamento forçado de alsacianos para combater junto aos alemães durante a Segunda Guerra. Após a guerra, o caráter coercitivo da sua participação ao lado dos nazistas passou a ser questionado. Ora, para o caso da obra do coronel Aluísio Madruga não identifiquei nenhum desses exemplos. O que suponho, nesse caso em específico, é

²⁶⁶ RICOEUR, 2007, p. 451.

²⁶⁷ RICOEUR, 2007, p. 459.

²⁶⁸ Teoria elaborada na Argentina que atribuiu a erros de direita e de esquerda a instauração da ditadura naquele país. No caso do Brasil, essa teoria é defendida pela cientista política Argelina Cheibud Figueiredo por meio do seu livro *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*, publicado pela Paz e Terra em 1993.

²⁶⁹ REIS, Daniel Aarão. “Toffoli imagina amaciar a extrema direita com acenos conciliadores”, diz historiador citado por ministro. *El País*. São Paulo, 3 out. 2018. Entrevista concedida a Felipe Betim. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538497133_463693.html. Acesso em: 5 nov. 2018.

²⁷⁰ POLLAK, 1989, p. 6-7.

que talvez externar determinados acontecimentos praticados pelos militares durante o conflito no Araguaia, nesse momento da escrita do seu livro (2002), pode ocasionar, perante parte da opinião pública atual, uma visão negativa dos militares. Por essa razão, ocultá-los de sua narrativa parece ter sido uma escolha e/ou estratégia desse autor para não comprometer as Forças Armadas.

No caso do livro do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, encontrei referências e apropriações de sua obra em três livros sobre a Guerrilha do Araguaia²⁷¹ e em dois trabalhos acadêmicos na área de História.²⁷² Talvez por ser uma obra mais recente, o seu livro, em comparação com o de Pedro Corrêa Cabral, teve até a presente data uma circulação menor como referência para outras obras.

3.3 A escrita da Guerrilha do Araguaia através das memórias dos combatentes no Araguaia

Dentre os militares que escreveram livros narrando suas versões para os acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia, temos o caso do tenente José Vargas Jiménez (“Chico Dólar”) e do coronel Licio Augusto Ribeiro Maciel (“Dr. Asdrúbal”). Ambos atuaram no Araguaia durante os combates contra os militantes do PC do B na década de 1970. São militares, portanto, que estiveram na “linha de frente” desse conflito, e por isso seus lugares da fala representam aqueles ligados diretamente a ação de abafar aquela experiência de luta armada. Assim, é possível perceber nas suas narrativas de memórias através de suas obras esse lugar especial do qual falam, isto é, o de militares que estiveram no combate direto junto aos considerados “terroristas”. Por esse motivo, seus livros enfatizam a perspectiva da investida dos militares à luta armada a partir da ideia de combate, de luta, de guerra contra a “subversão” representada pela ameaça da presença dos militantes do PC do B no Araguaia.

3.3.1 As memórias da Guerrilha do Araguaia construídas pelo tenente José Vargas Jiménez em seus livros: a narrativa da guerrilha na visão do “combatente de selva”

²⁷¹ MORAIS; SILVA, 2005; STUDART, 2006; NOSSA, 2012.

²⁷² GUERRA, 2008; CORRÊA, 2014.

Em 2007, o então tenente-coronel José Vargas Jiménez publicou o seu primeiro livro de memórias narrando a sua participação durante a terceira campanha militar no Araguaia: *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*. Financiada com recursos próprios, a obra, segundo o próprio autor, provocou algumas reações dentro dos setores militares, o que o teria levado, em 2011, a escrever um outro livro, relatando essa repercussão: *Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964*. As repercussões segundo o autor foram: sindicância instituída pelo Comando Militar do Oeste, o qual ele era subordinado; audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; e audiência pública na Comissão Especial da Anistia.²⁷³ Dessa maneira, seu segundo livro seria, na versão do tenente José Vargas, uma resposta às repercussões de sua primeira obra, além da narrativa da sua “verdade” para a “Revolução de 1964”. Consideramos, para efeito de análise de suas memórias, as duas obras, pois, como os próprios títulos sugerem, uma é continuação da outra.

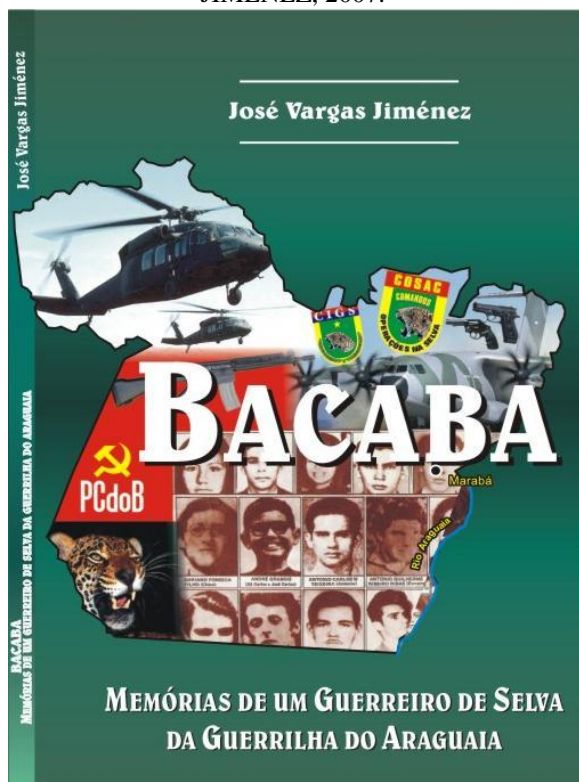
Para falar um pouco sobre a vida do tenente José Vargas Jiménez, utilizei os dados biográficos contidos no seu livro de memórias *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*.²⁷⁴ Nessa obra, tem-se uma breve biografia do autor, destacando, sobretudo, a sua carreira militar, os cursos realizados e as funções nas quais atuou. Segundo essa obra, José Vargas Jiménez nasceu em 1948, em Corumbá (MS). Entrou para o Exército no 17º Batalhão de Caçadores (1967), em Corumbá. Em 1972, José Vargas foi transferido para a 1ª Companhia do 3º Batalhão de Fronteiras, na Colônia Militar do Oiapoque, com sede em Clevelândia, do norte no Amapá. Foi um militar que se aperfeiçoou na área de guerra em selva e, por isso, em 1973, foi selecionado para atuar no combate aos militantes do PC do B no Araguaia, fazendo parte da chamada terceira operação militar.²⁷⁵ Atualmente residia em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Faleceu em 31 de agosto de 2017, aos 68 anos, provavelmente vítima de suicídio.

²⁷³ JIMÉNEZ, 2011, p. 85-100.

²⁷⁴ JIMÉNEZ, 2007.

²⁷⁵ JIMÉNEZ, 2007, p. 26-27. É importante frisar que, durante o período de escrita deste trabalho, mais precisamente em 31 de agosto de 2017, o tenente José Vargas Jiménez (Chico Dólar), com 68 anos, foi encontrado por sua esposa caído no chão do quarto do casal. De acordo com informações dos jornalistas Osvaldo Júnior e Guilherme Henri, o tenente teria cometido suicídio disparando dois tiros contra o peito. Socorrido com vida, não resistiu à cirurgia e veio a falecer. Entretanto, os jornalistas destacaram que os familiares não comentaram o que teria motivado o suicídio. Ainda na matéria, destacam a pouca repercussão de sua morte na mídia. Ver: <https://www.campograndenews.com.br/politica/defensor-da-ditadura-chico-dolar-e-encontrado-morto-com-2-tiros-no-peito>. Acesso em: 18 abr. 2018.

Figura 10 - Capa do livro *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*. JIMENEZ, 2007.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Início a análise a partir da capa do seu primeiro livro, *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia* (ver figura 10). Nela, tem-se o mapa do estado do Pará, e, dentro dele, uma série de imagens como helicópteros e aviões do Exército, armas (metralhadoras e revólveres), algumas fotos dos militantes do PC do B, o símbolo desse partido (a foice e o martelo), a indicação do Rio Araguaia, da cidade de Marabá, e, no meio desse mapa, o título da obra, *Bacaba*.²⁷⁶ O que essas imagens procuram significar? Mesmo podendo representar uma multiplicidade de interpretações, as imagens da capa dessa obra já externam toda a discussão apresentada pelo autor ao longo do livro, isto é, os conflitos de memórias existentes acerca desse acontecimento. Assim, o combate ocorrido no passado por meio das armas, dos aviões, dos helicópteros dos militares, hoje se externa a partir das narrativas publicadas por esse militar.

O seu livro pode ser também caracterizado como uma produção “artesanal”, visto que sua publicação não foi uma iniciativa de nenhuma editora de renome nacional, ou, pelo menos, com uma certa influência no mercado editorial. O prefácio da obra é feito pelo próprio autor. Nele, o tenente José Vargas explica a sua participação na terceira operação de combate

²⁷⁶ De acordo com informações constantes no livro, a capa, o projeto gráfico e a editoração eletrônica foram produto da Plus Assessoria. Ilustração: Daniel G. Dorilêo. Impressão e acabamento: Gráfica Santana.

aos membros do PC do B e cita vários documentos que serão apresentados pelo autor no decorrer do livro. Além disso, o livro também traz uma breve biografia do autor, destacando, sobretudo, de forma resumida, sua carreira no Exército e as medalhas conquistadas ao longo de sua vida militar. É importante frisar que esse livro do tenente José Vargas Jiménez, assim como outros escritos também por militares que atuaram no Araguaia na época do conflito armado, foram iniciativas individuais, não tendo o Exército, enquanto instituição, uma participação direta em sua elaboração e publicação. Dessa forma, o próprio autor já salienta em seu título e no prefácio o caráter memorialista da obra. Ainda em seu prefácio, o autor destaca a ausência de escritos de outros militares acerca da Guerrilha do Araguaia e atribui esse “silêncio” a possíveis “represálias” da instituição e/ou do governo. Assim disse:

Nenhum guerreiro de selva que realmente esteve na linha de “front” e participou ativamente da preparação da tropa, como instrutor e posteriormente como combatente, teve a coragem de falar sobre o assunto, por medo de represália, tanto do governo (união e Exército), quanto do Partido Comunista do Brasil e dos familiares de guerrilheiros que combateram no Araguaia.²⁷⁷

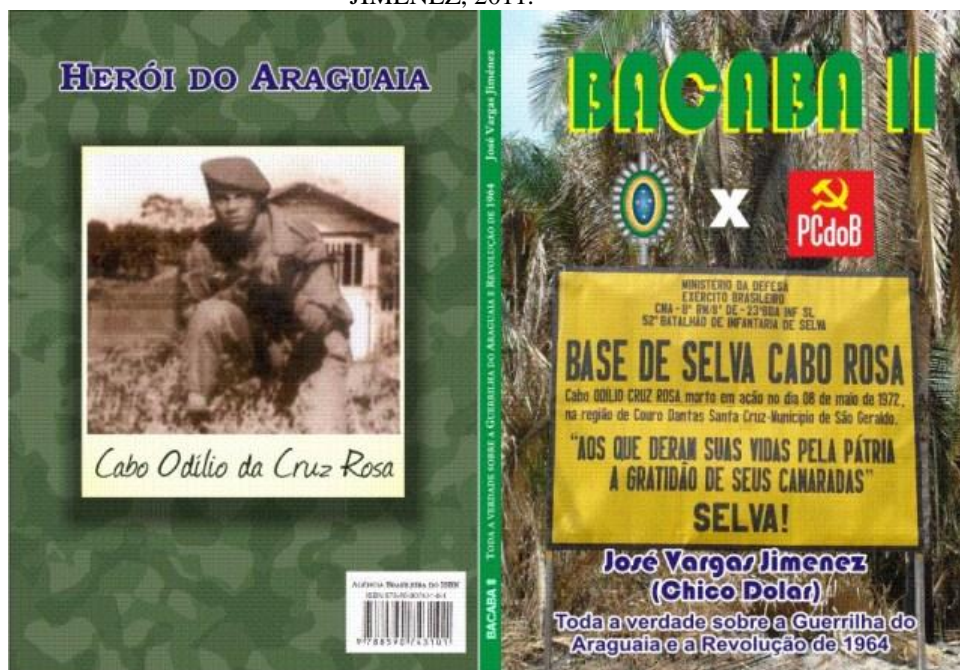
Contudo, a afirmação do tenente José Vargas Jiménez em relação à “ausência” e/ou “silêncio” por parte de militares que atuaram no Araguaia em narrar suas versões é questionável. O autor, nesse caso, não mencionou duas obras escritas por militares e publicadas antes do seu livro, *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, publicada em 1993, e *Guerrilha do Araguaia: revanchismo: a grande verdade*, do coronel Aluísio Madruga de Moura e Sousa, publicada em 2002. Além disso, não se pode deixar de levar em consideração acerca das memórias construídas pelos militares o livro do jornalista Luiz Maklouf de Carvalho, *O coronel rompe o silêncio*, publicado em 2004, sobre as memórias do coronel Licio Augusto Maciel. Dessa forma, o livro *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia* é apenas mais uma obra acerca da Guerrilha do Araguaia escrita por um militar, mas isso não significa afirmar que tenha sido o primeiro a relatar a versão desse grupo para esse conflito.

Em relação à capa de sua segunda obra, *Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964*, tem-se a imagem de um tipo de palmeira com folhas secas, e na frente dessas palmeiras consta o símbolo do Exército brasileiro *versus* o símbolo do PC do B (ver figura 11). Ora, essa representação, remete à ideia de disputa, que pode ser aqui interpretada em torno das versões sobre a guerrilha elaboradas/construídas pelo Exército e as construídas pelo PC do B. É o símbolo de que a guerra através das narrativas continua.

²⁷⁷ JIMÉNEZ, 2007, p. 11.

Há, como o próprio subtítulo da obra sugere, a necessidade de autoafirmar a versão dos militares para o “golpe” de 1964 e para a Guerrilha do Araguaia como uma narrativa verdadeira. Em contraposição, nesse sentido, as versões do PC do B eram tidas como “inverídicas” pelos militares.

Figura 11 - Capa do livro *Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964*. JIMENEZ, 2011.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Já a apresentação desse segundo livro de José Vargas Jiménez foi feita pelo capitão Félix Maier.²⁷⁸ É possível observar, inicialmente, na narrativa desse capitão, um destaque atribuído às repercussões do primeiro livro do autor, tais como a Sindicância que o tenente José Vargas respondeu e da qual foi inocentado junto ao Exército, a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em 2008 e as ameaças feitas ao autor por parte dos familiares dos desaparecidos políticos. Dessa forma, afirma:

Por ter lançado a obra em papel, o autor respondeu a uma Sindicância do Exército e foi inocentado. Deu várias entrevistas em jornais e revistas e foi alvo de investigação na Câmara dos Deputados, onde, em 2008, foi chamado para uma Audiência Pública. Na ocasião, Deputados Comunistas ameaçaram prendê-lo se não entregasse

²⁷⁸ Natural de Luzerna (SC), Félix Maier nasceu em 3 de janeiro de 1950. Entre os anos de 1970 e 2002 exerceu carreira militar, inicialmente como soldado e chegando à patente de capitão. Dentre as funções que exerceu enquanto militar, destaca-se o seu trabalho como auxiliar do Adido Militar na Embaixada do Brasil no Cairo (Egito), nos anos de 1990 a 1992. Félix Maier é um dos militares que frequentemente tem publicado artigos em sites que defendem a versão dos militares para a história do Brasil. Dentre eles, destacamos: “Ternuma”, “A verdade sufocada”, “Usina de letras”, “Usina das palavras”, entre outros. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/autor.php?id=39179>. Acesso em: 23 abr. 2017.

os documentos originais à Comissão, e até foi ameaçado de morte por familiares dos “desaparecidos” no Araguaia.²⁷⁹

Após essas constatações, Félix Maier defende na apresentação dessa obra a necessidade dos militares exporem sua versão para os fatos ocorridos no Araguaia. Segundo ele, dessa maneira é possível construir uma história na qual o “contraditório seja levado em consideração”, e a versão dos vencidos, então hegemônica, possa ser desconstruída. Assim, disse:

É muito importante que haja o contraditório, para o bem da própria História recente do Brasil, não somente a versão dos simpatizantes dos guerrilheiros derrotados, que apresentam os comunistas como heróis e vítimas inocentes, e os militares como vilões. O maniqueísmo simplório e o revisionismo rasteiro são comuns entre as esquerdas e sempre deverão ser desmascarados.²⁸⁰

A afirmação de Félix Maier também indica indícios das disputas de narrativas que permeiam os acontecimentos concernentes ao Araguaia. Nesse sentido, a obra de José Vargas Jiménez desempenha um papel importante na perspectiva do olhar dos militares para esses acontecimentos. Considero que os prefácios e/ou apresentações dos livros dos autores por outros militares, geralmente de uma patente superior a esses, demonstram o papel de autoridade e veracidade da narrativa apresentada.

A narrativa de José Vargas Jiménez enfatiza, sobretudo, sua participação na terceira operação militar, da qual participou de forma direta, fazendo incursões na mata e caçando os guerrilheiros. Assim, o autor narra as missões na selva, as prisões dos moradores locais e os combates com os guerrilheiros. Ao narrar a sua primeira missão na mata, disse:

Na madrugada do dia 3 de outubro de 1973, o meu GC, o do Sgt Elizeu e do Sgt Brito, comandados por Curió e guiados por Ivan, saímos da “Casa Azul”, com as missões de captura, destruição, busca e apreensão, em caminhonetas pretas do INCRA, que nos conduziram pela rodovia Transamazônica, até o povoado de Bom Jesus, onde, após cercá-lo, entramos de casa em casa, fazendo prisioneiros, os camponeses que apoiavam os guerrilheiros, que totalizaram aproximadamente trinta, todos suspeitos de dar cobertura e apoiar os guerrilheiros.²⁸¹

Percebe-se, portanto, uma preocupação do autor ao narrar de forma minuciosa as operações militares no Araguaia, descrevendo os acontecimentos e o cotidiano dos militares na sua relação com os moradores locais, inclusive as prisões de alguns que teriam sido levantados pela “Operação Sucuri”, comprovando suas ligações com os guerrilheiros. O livro

²⁷⁹ MAIER, 2011, p. 17.

²⁸⁰ MAIER, 2011, p. 18-19.

²⁸¹ JIMÉNEZ, 2007, p. 41.

também traz transcritos alguns documentos que teriam sido utilizados pelos soldados nessa terceira campanha militar. Segundo o autor, eles teriam sido produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e distribuídos para cada soldado nessa terceira fase das operações de combate aos guerrilheiros. Esses documentos se referem: ao plano de captura e destruição, no qual estavam relacionados todos os grupos de guerrilheiros que atuavam na região; ao plano de busca e apreensão, que trazia a relação dos camponeses com alguma ligação com os guerrilheiros, as localidades onde estes deveriam ser feitos prisioneiros e o grau de prioridade de captura, variando de um (1) a quatro (4); e ao trato com a população, no qual eram destacadas normas de como o soldado deve tratar os moradores locais, além de enfatizar como essa população era utilizada pelos guerrilheiros para que eles alcançassem seus objetivos.²⁸² Em sua versão, o tenente José Vargas relata de forma objetiva as mortes de alguns guerrilheiros e militares durante as campanhas de combate à guerrilha. Contudo, o que nos chamou mais a atenção em sua narrativa é a descrição da prática de “interrogatório” utilizada pelos militares para conseguir as informações dos moradores da região acerca dos guerrilheiros. Nesse aspecto, sua versão está bem próxima daquela apresentada pelo capitão aviador Pedro Corrêa Cabral. Ao se referir ao tratamento dispensado pelos militares aos moradores locais, disse José Vargas:

Certa vez “Curió” saiu com meu GC a fim de confirmar informação de um encontro entre guerrilheiros e um camponês que os apoiava. Preparamos uma emboscada no local, porém só apareceu o camponês de nome Frederico Lopes que foi feito prisioneiro. Foi interrogado no mesmo local por métodos convencionais e como se recusou a falar sobre qual grupo de guerrilheiros estava esperando e o assunto que tratariam, recebemos ordens para mudar a tática de interrogatório. Foi então amarrado nu, num pau viveiro de formigas (pau-de-arara) e seu corpo lambuzado com açúcar e sua boca cheia de sal. Quando as formigas começaram a andar pelo seu corpo e picá-lo, nos relatou tudo o que queríamos saber. Depois o desamarramos, retiramos do pau-de-arara, deixamos que tomasse banho num igarapé e o conduzimos prisioneiro para nossa base em Bacaba.²⁸³

A escrita do tenente José Vargas, descreve, uma prática comum utilizada durante a Guerrilha do Araguaia — a tortura aos moradores locais —, assunto geralmente pouco comentado nas narrativas dos militares, aos quais alguns preferem não se referir, e, quando questionados sobre sua existência, buscam minimizar tal prática utilizando para isso a tese da chamada “guerra suja”. Em sua descrição, José Vargas usou o recurso do eufemismo “interrogatório”, para se referir a essa prática junto aos moradores do Araguaia. Sua descrição é a prova do sofrimento da população local diante do “fogo cruzado” entre militares *versus*

²⁸² JIMÉNEZ, 2007, p. 36-40.

²⁸³ JIMÉNEZ, 2007, p. 64. Na narrativa do autor, “GC” significa “grupo de combate”.

guerrilheiros e a sua limitação de não ter a quem apelar. São agentes que cometem a tortura em nome do Estado brasileiro.

Outra informação importante na narrativa do tenente José Vargas é a execução de guerrilheiros que já estavam sobre o poder dos militares, ou seja, já eram prisioneiros. Essa mesma afirmação também foi feita pelo capitão aviador Pedro Corrêa Cabral em seu livro. Nesse caso, o autor destacou dois exemplos, o dos guerrilheiros Divino Ferreira de Souza (Nunes)²⁸⁴ e Antônio de Pádua Costa (Piauí).²⁸⁵ Em relação a este último guerrilheiro, afirma o autor:

Dos guerrilheiros que foram interrogados, “Piauí” foi o mais corajoso e valente. Não era como os outros que não aguentava as técnicas de interrogatório que lhes eram aplicadas e gritavam pedindo pelo amor de Deus que os matássemos. “Piauí” aguentava o interrogatório sem gritar ou reclamar, era um dos poucos guerrilheiros bem preparados para a luta. Depois de alguns dias em Bacaba, ele e “Zezinho” foram levados para a “Casa Azul”.²⁸⁶

Considero que a narrativa do tenente José Vargas Jiménez difere em algumas questões das demais narrativas de seus pares, pois ele destaca práticas não abordadas e/ou negadas por outros militares que também chegaram a publicar suas memórias. Uma delas, conforme se pode observar na citação, é o uso da tortura aos moradores da região e aos guerrilheiros presos durante as operações militares. O autor apenas cita e descreve os fatos que, segundo ele, teriam ocorrido durante sua participação no combate à guerrilha. De fato, o que o tenente José Vargas Jiménez traz em sua narrativa nesse livro, e que poucos militares reconhecem e/ou narram, são as descrições do tratamento dado aos guerrilheiros e aos moradores presos pelos militares na época da Guerrilha do Araguaia, embora não emita juízos de valor.

Além de afirmar que houve casos de guerrilheiros que foram presos e, depois, mortos, contrariando a versão oficial das Forças Armadas, e, também, de muitos militares que externaram suas versões sobre a guerra no Araguaia e que insistem na tese de que os

²⁸⁴ Divino Ferreira de Souza (Nunes), nascido na cidade Caldas Novas (GO), em 1942. Entretanto, foi em Goiânia que viveu a maior parte de sua vida. Lá, entrou para o movimento estudantil quando era secundarista e tornou-se uma figura de destaque na União Goiana de Estudantes Secundaristas. Em 1966, também foi um dos militantes do PC do B escolhidos para o treinamento de guerrilha na China. Após o seu retorno ao Brasil, em 1967, foi para a região do Araguaia e lá viveu como comerciante, utilizando o nome de “Nunes”. Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 3, p. 1335.

²⁸⁵ Antônio de Pádua Costa (Piauí), natural de Luís Correia (PI). No início dos anos de 1960 mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde iniciou seus estudos de Astronomia/Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os anos de 1967 e 1970, participou do movimento estudantil. Em 1968 foi preso no XXX Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). Em 1970, já participando do PC do B, foi para a região do Araguaia, onde ficou conhecido como “Piauí”. Lá, tornou-se o vice-comandante do Destacamento A. Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 3, p. 1522.

²⁸⁶ JIMÉNEZ, 2007, p. 56.

guerrilheiros foram mortos em combate, o tenente José Vargas descreve o que denomina de “técnicas de interrogatório”, ou seja, práticas de tortura às quais eram submetidos os prisioneiros. Assim diz:

As técnicas de interrogatório a que eram submetidos os guerrilheiros em Bacaba consistiam em: choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefone de campanha portáteis; telefone (consistia em dar tapas com força, simultaneamente nos dois ouvidos com as mãos abertas); coloca-los em pé, descalços em cima de duas latas de leite condensado se apoiando somente com um dedo na parede; socos em pontos vitais tais como no fígado, rins, estômago, pescoço, rosto e cabeça, além de fazê-los passar fome e sede.²⁸⁷

É oportuno frisar que essa afirmação provocou estranhamento por parte dos demais militares e, sobretudo, pelas lideranças do Exército, mas evidencia, nesse estudo, o caráter heterogêneo e múltiplo das memórias e versões dos militares acerca da atuação das Forças Armadas no Araguaia. Além disso, confirma que entre os militares existem múltiplos grupos com posições diferenciadas em algumas questões. Demonstra, também, o caráter autoritário do Estado brasileiro nesse período, que permitiu que em nome da “democracia”, e para se combater o inimigo “o comunismo”, pessoas fossem acusadas e torturadas sem o direito de se defenderem. Por outro lado, a visão oficial de boa parte dos militares argumenta que a violência também era praticada pelos guerrilheiros, “terroristas” e comunistas, como são adjetivados.

Feitas essas ressalvas, e continuando a análise das memórias do tenente José Vargas, é importante destacar na sua versão alguns aspectos comuns às versões de outros militares aqui já abordadas. Uma delas é a ênfase nos aspectos militares, os combates, as prisões e as mortes de alguns guerrilheiros. Outro aspecto já ressaltado por outros militares está relacionado com a guerra contra o comunismo. Para o tenente José Vargas, o combate no Araguaia era para impedir a imposição desse sistema em nosso país. Assim, em Audiência Pública na Comissão Especial da Anistia, realizada em Brasília, disse:

então hoje eu vejo que nós temos que contar a história verdadeira para o povo brasileiro. Não essas falsas histórias que os comunistas e jornalistas estão contando que lutaram para impor a Democracia no Brasil queriam sim, era impor o Comunismo.²⁸⁸

O tenente José Vargas faz ainda no seu livro *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia* uma avaliação da atuação dos militares no Araguaia,

²⁸⁷ JIMÉNEZ, 2007, p. 56.

²⁸⁸ JIMÉNEZ, 2011, p. 113.

destacando as falhas e os acertos. Dentre as falhas, o autor enfatiza: a falta de senha e contrassenha para identificar os grupos de combate e outras tropas auxiliares, o que, para o autor, levou a alguns confrontos entre tropas amigas; a constante substituição de soldados; a falta de planejamento e coordenação dos superiores; a falta de coordenação relativa à distribuição das missões para os grupos de combates; a falta de um médico na base. Esses pontos negativos apontados pelo autor são outra característica de sua narrativa, quando ele faz uma análise crítica da atuação dos militares na guerrilha. Em relação aos acertos, o autor destaca: a preparação e o treinamento da primeira tropa enviada para a terceira operação militar; o pagamento em prêmios à população por informações ou captura de guerrilheiros; o levantamento geral da área feito pelo Centro de Informações do Exército (CIE); a destruição dos depósitos de mantimentos, remédios e munição dos guerrilheiros; a evacuação de quase todos os camponeses da área; as ordens de atirar primeiro e perguntar depois e o bloqueio da ajuda interna e externa aos guerrilheiros.²⁸⁹ Embora o autor não tenha, em sua introdução, indicado a qual público de leitores o seu livro é direcionado, pode-se observar pela forma simples e direta de sua linguagem que a obra é direcionada para leitores em geral.

A narrativa do tenente José Vargas também traz alguns aspectos do cotidiano dos militares e dos moradores locais. Embora não aprofunde esses aspectos, sua versão nos leva a perceber as relações estabelecidas entre soldados e moradores da região, especificamente nas relações pessoais. Geralmente, as narrativas acerca da guerrilha por parte dos militares privilegiam as batalhas, as prisões, as mortes e as estratégias utilizadas para vencer o inimigo — o comunismo. Porém, mesmo que de forma superficial, José Vargas cita algumas práticas dos militares nos momentos em que estes não estavam em combate no meio da selva, ou seja, nos momentos de folga. Assim, afirma o autor:

A cada dois meses que os GC ficavam na selva combatendo guerrilheiros eram dispensados, juntamente com seu comandante, por dois dias, pra irem à cidade de Marabá-PA, fazerem “higiene mental”, divertir-se e fazer outras necessidades fisiológicas que o corpo humano pede, nas casas noturnas e boates da cidade.²⁹⁰

Pode-se observar como características da escrita do autor sua linguagem coloquial, simples e objetiva. Ele não faz uso de eufemismos para narrar determinadas práticas dos militares no Araguaia; opta por uma descrição mais direta, por exemplo, quando se refere à tortura praticada contra os moradores da região e os guerrilheiros, os momentos de lazer da tropa e a forma como se refere às mortes dos militantes do PC do B. A sua narrativa, embora

²⁸⁹ JIMÉNEZ, 2007, p. p. 75.

²⁹⁰ JIMÉNEZ, 2007, p. 68.

apresente práticas ocultadas por outros militares que publicaram suas versões, não foge à regra dos seus pares externando uma visão linear, anticomunista e autoritária. Sua linguagem reflete as ideias e os costumes dos militares que lutaram contra a guerrilha naquela época. Nesse sentido, sua escrita ao mesmo tempo em que pode chocar aqueles leitores simpatizantes das versões construídas pelas esquerdas, também provoca a atenção e a curiosidade dos leitores em geral. Talvez esse tenha sido o recurso utilizado pelo tenente José Vargas para que o seu livro alcance um maior número de leitores e a sua versão tenha legitimidade.

A presença dos militares na região provocou mudanças na vida diária dos moradores. Com um número maior de homens nas cidades e vilarejos do Pará e Goiás (atual Tocantins), a vida noturna, a boemia e as festas tornam-se mais constantes. Parece um paradoxo que, em plena guerra, cidades como Marabá (PA) e Xambioá (GO), onde ficavam as principais bases militares, presenciavam uma efervescência de pessoas devido à presença constante de militares nesses locais. Nesse contexto, José Vargas lembra uma prática que muitas vezes tem sido silenciada, seja pelos moradores, seja por ex-guerrilheiros ou militares, que é a prostituição. O tenente ainda afirma, na sua versão, que essa prática acontecia inclusive com filhas e esposas de alguns camponeses presos pelos militares. Nesse sentido, diz:

As jovens adolescentes, filhas dos camponeses que haviam sido feitos prisioneiros, bem como suas mulheres que ficaram sozinhas nos seus sítios no meio da selva, abandonavam suas casas e iam para os vilarejos que existiam à beira da rodovia Transamazônica, ou para as cidades de Marabá e Xambioá, onde procuravam sobreviver, se prostituindo, até que seus pais ou maridos, que se encontravam prisioneiros, fossem soltos.²⁹¹

Talvez a afirmação do tenente José Vargas seja uma hipérbole, partindo do pressuposto de que o autor generaliza a respeito da prática da prostituição entre as filhas e esposas dos camponeses presos. Evidentemente que casos podem ter acontecido, pois, em uma cultura na qual os padrões de provimento da casa era dada ao papel do homem, eles estando presos, as dificuldades das famílias aumentariam, especialmente porque os militares queimavam todas as plantações e demais víveres dessas pessoas. O que, de certa forma, chama a atenção na afirmação do autor é o reconhecimento dessa prática, muitas vezes ocultadas nas próprias narrativas dos moradores. Contudo, o tenente silencia sobre os abusos sexuais que foram praticados por alguns soldados do Exército contra as mulheres da região, conforme depoimentos dos moradores locais.²⁹²

²⁹¹ JIMÉNEZ, 2007, p. 69.

²⁹² No que se refere à prática de abusos sexuais cometidos por soldados que atuaram na Guerrilha do Araguaia, temos o depoimento da senhora Maria do Carmo Viana Feitosa, moradora da cidade de Xambioá (TO), que, ao

José Vargas também faz algumas críticas à própria instituição, o Exército, após o fim dos combates no Araguaia. A experiência de guerra produziu traumas nos vários grupos envolvidos no conflito: ex-guerrilheiros que conseguiram escapar, militares e moradores da região. Em relação aos militares, o autor enfatiza a ausência da instituição (o Exército) no apoio aos soldados que atuaram combate à guerrilha. Assim, afirma:

Quando retornei da guerrilha para me reintegrar à sociedade, tive que contar com a ajuda de minha família, pois fiquei neurótico de guerra. Meu comportamento bruto e a vontade de matar ou ferir alguém para mim era muito natural, pois acreditava ainda que me encontrava na Guerrilha do Araguaia, combatendo guerrilheiros. Alguns companheiros tiveram que ser internados em clínicas psiquiátricas e fizeram um longo tratamento para retornarem ao convívio de suas famílias e à sociedade.²⁹³

De acordo com a narrativa os impactos e problemas que a guerra trouxe para os soldados e suas famílias não foi uma prioridade para o Exército após o fim do conflito. O problema destacado pelo tenente José Vargas é apenas um exemplo, dentre tantos outros, de militares que atuaram na linha de frente da guerra. Encontramos depoimento semelhante de outro militar, um recruta que atuou na segunda campanha das Forças Armadas na região.²⁹⁴ No seu estudo acerca dos agentes que atuaram no DOI/Codi do II Exército em São Paulo durante a repressão aos grupos de esquerda, Marcelo Godoy (2014) constatou alguns problemas psiquiátricos nestes. Um dos casos relatados pelo jornalista se refere à tenente Neuza (o autor não cita o sobrenome) que alegou em seu depoimento que após o seu trabalho no DOI/Codi teria ficado com “neurose de guerra”.²⁹⁵ Além desse caso da agente Neusa, era

se referir à presença dos militares nessa cidade durante o conflito, afirmou: “Os soldados chegavam aqui, se tivesse com o homem ele tomava a mulher do homem e queria... Eu, no outro depoimento que eu dei, eu não falei nisso não porque eu esqueci. Até eu e minha irmã correu... Eu fiquei mais a minha irmã na beira do rio tomando banho à noite e os homens correram, eles botaram os homens pra correr e se serviram de nós.” Entrevista oral concedida ao pesquisador em Xambioá (TO), em 01 de outubro de 2015. Arquivo do pesquisador. As lembranças, portanto, da senhora Maria do Carmo demonstram o outro lado de quem presenciou a guerra no Araguaia na década de 1970: os moradores da região. Em suas lembranças, esses personagens geralmente narram as arbitrariedades praticadas pelos soldados contra a população local, e, nesse caso em específico, o abuso sexual às mulheres da cidade de Xambioá.

²⁹³ JIMÉNEZ, 2007, p. 76.

²⁹⁴ A versão do ex-recruta do Exército Divino Martins dos Santos, atualmente morador de Xambioá (TO), é bastante semelhante à do tenente José Vargas Jiménez. Em depoimento oral concedido ao pesquisador ao se referir à época que atuou no Araguaia (setembro e outubro de 1972), disse: “Então, foi... foi uma experiência muito terrível que eu tive, certo? E eu peguei uma psicose aí de dá tiro, eu tive problemas depois que eu dei baixa do Exército, eu ficava parece com aquela... *aquela barulho daquelas explosões na cabeça, e passou muito tempo pra mim esquecer aquilo*, chegou ao ponto de eu dá baixa e fui ser inspetor de treinamento num curso de capatazia rural pela Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás, e um dia eu peguei uma arma, uma carabina 22, né, eu chamo ‘flobor’, ela era 15 tiro, e eu descarreguei ela todinha dentro do alojamento à noite, certo? Quando eu vi, tinha feito aquilo... e o pessoal vieram mim procurar porque... eu disse: — Tive na guerrilha, aí lá eu dei muito tiro, deu esse problema, me deu... eu fui olhando pra arma me deu aquela vontade de carregar a arma, aí aconteceu.” Entrevista oral concedida ao pesquisador em Xambioá (TO), em 06 de julho de 2007. Arquivo do pesquisador. Grifos meus.

²⁹⁵ GODOY, 2014, p. 153.

comum, segundo Marcelo Godoy, a prática do uso abusivo de álcool por parte de muitos agentes que aturam nesse órgão de repressão. O estudo realizado por Marcelo Godoy, portanto, evidencia que casos de problemas psiquiátricos entre alguns agentes atuantes na repressão aos opositores do regime são mais comuns do que se pode imaginar. Há, assim, uma ausência do Estado brasileiro em relação aos danos psíquicos causados, durante a guerrilha, nos próprios militares que o representaram.

No que se refere à documentação sobre a guerrilha sob a guarda das Forças Armadas, José Vargas, assim como os demais militares aqui estudados, afirma que foram destruídas. É o silêncio imposto pelo Estado acerca de vários fatos ocorridos no Araguaia. Os documentos existentes, segundo os próprios militares, são cópias e fazem parte do acervo pessoal de alguns deles, como é o caso, por exemplo, do próprio autor.

De forma geral, o que considero mais relevante nas memórias do tenente José Vargas, enquanto militar, é a sua postura de reconhecer fragilidades na ação dos militares no Araguaia. Nesse sentido, o autor enfatiza que a vida numa guerra não é fácil, seja ela para guerrilheiros, para militares ou para a população local. Os medos e as angústias dos militares no Araguaia são também levados em consideração pelo autor, inclusive conforme se pode observar nos traumas que ele e outros soldados enfrentaram no pós-guerra. Além dessas questões, o tenente José Vargas tocou no “calcanhar de Aquiles” para os militares, de uma maneira geral: o reconhecimento de que alguns guerrilheiros já prisioneiros foram executados. Essa questão é algo omitido pelas Forças Armadas e por boa parte dos militares que lutaram no Araguaia. Tal constatação já havia sido feita, por exemplo, pelo capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, mas que, por tal afirmação, foi bastante criticado pelos seus pares. Essa atitude desses dois militares, deve ser problematizada. Quais intenções estariam aí presentes? Por que trazer a tona questões conflitantes nesse momento? Uma possível resposta para essas intervenções pode ser a busca de conquistar o apoio da sociedade brasileira às suas versões para o conflito ocorrido no Araguaia, visto que as versões predominantes sobre esse fato, até a década de 1990, foram das lideranças do PC do B, de jornalistas, de intelectuais de esquerda e/ou de alguns moradores da região. Diante do silêncio do próprio Estado brasileiro, as memórias dos militares emergem nessas obras buscando dar possíveis respostas para a sociedade brasileira daquilo que ocorreu no Araguaia no início da década de 1970. Nas disputas das narrativas, é cabível em alguns momentos construir versões que às vezes se aproximam e às vezes se distanciam das narrativas até então predominantes.

A versão publicada do tenente José Vargas Jiménez, assim como a do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, chamou na época a atenção da imprensa. Nesse sentido, a revista *Isto É*,

edição de 12 de novembro de 2008, publicou uma matéria do jornalista Alan Rodrigues sob o título “A tropa do extermínio”, na qual são destacadas a narrativa do tenente acerca da luta armada no Araguaia, documentos da época presentes no seu livro e publicados na reportagem e uma entrevista com o autor.²⁹⁶ É oportuno frisar que a entrevista concedida pelo tenente José Vargas Jiménez a essa revista de circulação nacional confirmou a sua narrativa publicada no seu livro *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*, servindo, assim, como um meio de divulgação de sua obra.

Em relação ao livro *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*, apenas identifiquei o seu uso em dois outros livros²⁹⁷ e em uma tese de doutoramento em história.²⁹⁸ Já o seu segundo livro, *Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964*, foi apenas citado pelo coronel Licio Augusto Maciel em sua obra.²⁹⁹

3.3.2 Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente — a escrita centrada na ideia de “testemunho”

Assim como o tenente José Vargas Jiménez, outro combatente no Araguaia que escreveu sua versão acerca da Guerrilha do Araguaia foi o coronel Licio Augusto Ribeiro Maciel (“Dr. Asdrúbal”, como ficou conhecido na região). Suas memórias foram publicadas através de dois livros. O primeiro, publicado em 2004, de autoria do jornalista Luiz Maklouf Carvalho, *O coronel rompe o silêncio*, e o segundo, de sua própria autoria, publicado em 2008, *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Nessa obra, o próprio subtítulo já nos dá uma ideia de testemunho “relato de um combatente”. É, portanto, a narrativa de um militar que esteve no palco da guerra e, sobretudo, atuou nela. Nesse caso, a sua versão para os fatos ocorridos no Araguaia tem um caráter de “verdade”, ao contrário do de outros militares que apenas produziam “relatos fictícios” sobre a guerrilha.³⁰⁰ Esse seu livro, pode ser interpretado

²⁹⁶ RODRIGUES, Alan. A tropa de extermínio. *Isto É*. São Paulo, Edição nº 2036, 12 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/1866_A+TROPA+DO+EXTERMINIO/1. Acesso em: 25 set. 2014.

²⁹⁷ NOSSA, 2012; MECCHI, 2015.

²⁹⁸ CORRÊA, 2014.

²⁹⁹ MACIEL, 2011.

³⁰⁰ Nesse sentido, o coronel Licio Augusto Maciel faz várias críticas à narrativa de Pedro Corrêa Cabral, considerando sua versão como fictícia.

também como uma resposta à versão construída pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho³⁰¹ a experiência do coronel Licio Augusto na guerrilha, quando publicou o livro *O coronel rompe o silêncio*. Nesse sentido, Licio Augusto faz várias críticas a essa obra do jornalista Luiz Maklouf. Escolhi, aqui, aquela que sintetiza uma visão que considero ao mesmo tempo irônica e também pitoresca da crítica do coronel ao jornalista:

O jornalista Luiz Maklouf Carvalho, escreveu o livro “O Coronel Rompe o Silêncio — Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história” — (isto é lá título de livro? Só vi semelhante em história de cordel em Caruaru). Baseado em minhas declarações, mas distorceu muitos fatos, fez comparações com falsas, suspeitas e mentirosas testemunhas, cortou muito do que foi por mim declarado, enfim, fez o que quis, com o objetivo de tirar o conteúdo dos fatos reais. Só o extenso título do livro já diz qual o objetivo do autor.³⁰²

Portanto, ao publicar a sua versão em 2008, o coronel Licio Augusto pretende mostrar o conteúdo “verdadeiro” para os acontecimentos passados no Araguaia, e nesse sentido a sua obra entra em conflito com o livro publicado pelo jornalista, que, segundo o coronel, teria “distorcido” e “cortado” os fatos por ele narrados.

Quem é o coronel Licio Augusto Ribeiro Maciel? Qual a sua participação no combate a luta armada no Araguaia? Os dados biográficos desse militar foram extraídos do livro do jornalista Luiz Maklouf Carvalho, *O coronel rompe o silêncio*. Segundo esse jornalista, Licio Maciel nasceu em Maceió (AL), em 4 de junho de 1930, em uma família que dispunha de um certo capital econômico e intelectual. Seu pai era advogado e escritor, e foi um dos fundadores da Academia Alagoana de Letras. Desde cedo, Licio Augusto despertou o interesse pela matemática e apresentava uma tendência para a área da engenharia. Com a morte do pai, em 1950, a vida da família tornou-se mais difícil, obrigando seus irmãos mais velhos e sua mãe a trabalharem. Aos 19 anos ingressou no Instituto Tecnológico de Pernambuco, desejando ser engenheiro, mas não concluiu o curso. Mudou-se para o Rio de

³⁰¹ Luiz Maklouf Carvalho nasceu em Belém (PA), em 1953. Exerce a profissão de jornalista desde 1974, mas também é graduado em direito pela Universidade Federal do Pará. Iniciou sua carreira como revisor no jornal *O Liberal*, em Belém. Ainda na área do jornalismo, atuou como repórter em *A Província do Pará* e o no *Diário do Pará*. Durante o período de exceção no Brasil, trabalhou nos chamados jornais da imprensa alternativa, em Belém, tais como o jornal *Resistência*, e como correspondente do jornal *Movimento*, no Pará. Em 1983 mudou-se para São Paulo, e nessa cidade atuou nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Dentre suas obras, destaque: *Contido a bala: A vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará* (Editora Cejup, 1994); *Mulheres que foram à luta armada* (Editora Globo, 1998) e *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro* (Editora Senac/SP, 2001). Disponível em: http://www.interconnect.com.br/clientes/Backup_pontes/biografia/maklouf.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

³⁰² MACIEL, 2011, p. 267.

Janeiro e prestou exames para a Escola Militar de Rezende, onde se formou. A partir daí, seguiu a carreira militar, geralmente se destacando nos cursos que realizava.³⁰³

Ainda tendo como fonte as informações colhidas pelo jornalista Luiz Maklouf, em 1959, Licio Maciel foi admitido na Escola Técnica do Exército, posteriormente Instituto Militar de Engenharia (IME), onde formou-se engenheiro de comunicação em 1963. Em 1964, foi trabalhar na 9ª Região Militar, em Campo Grande, na época Mato Grosso, com a tarefa de estabelecer ali a rede de rádio. A partir de 1968, entrou para o Centro de Informações do Exército (CIE) e adotou o codinome de “Dr. Asdrúbal”, como se tornou conhecido na época da guerra no Araguaia. Antes de iniciar os combates no Araguaia, Licio Maciel recebeu do coronel Carlos Sérgio Torres a missão de ir de carro de Brasília a Belém (PA) com uma turma do Ministério dos Transportes. O objetivo dessa missão, realizada em 1969, era sondar se havia algo de estranho nessas regiões, ou seja, identificar possíveis focos de guerrilha. Na década de 1970, durante a Guerrilha do Araguaia, participou das principais operações de combate aos militantes do PC do B.³⁰⁴

A capa do livro *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente* representa a imagem de soldados em combate. Essa imagem consta de homens, provavelmente do Exército, em posição de ataque, seja correndo, seja agachados em meio ao mato apontando armas. Bem ao meio dessas imagens vem o título da obra³⁰⁵ (ver figura 12). Suponho que essa escolha de capa faz uma analogia com o próprio subtítulo do livro, “relato de um combatente”, ou seja, a sua narrativa parte de um lugar em especial — lugar de quem esteve à frente no combate aos comunistas —, pois, segundo a sua narrativa, o coronel participou dos principais acontecimentos que teriam levado os militares a descobrirem a presença dos guerrilheiros na região do Araguaia. Além disso, segundo a sua versão, foi um dos soldados que mais tempo atuou na linha de frente de combate aos guerrilheiros.³⁰⁶

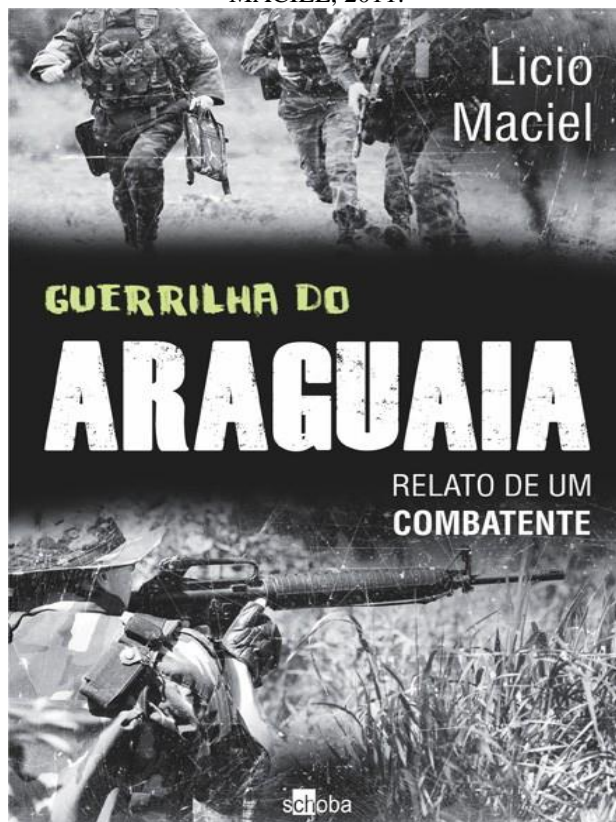
³⁰³ CARVALHO, 2004, p. 27-30.

³⁰⁴ CARVALHO, 2004, p. 33-36.

³⁰⁵ Segundo dados constantes no próprio livro, a capa foi produzida pela Editora Schoba e por Francis Manolio.

³⁰⁶ MACIEL, 2011, p. 23.

Figura 12 - Capa do livro *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. MACIEL, 2011.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

O prefácio do seu livro é assinado pelo ex-ministro³⁰⁷ do governo militar Jarbas Passarinho. Nele, o ex-ministro tece uma série de características do coronel Lício Augusto na época em que atuou no Exército brasileiro, e, em especial, durante a Guerrilha do Araguaia. Assim disse: “Cadete sério, sociável, de conduta exemplar, compenetrado, bom aluno, de elevado espírito militar, cumpridor das obrigações e muito disciplinado.”³⁰⁸

Considero o prefácio dessa obra importante, pois a partir dele já se observa a disputa em torno do passado da luta no Araguaia. Dessa maneira, após uma breve apresentação do autor, o ex-ministro Jarbas Passarinho faz uma série de críticas aos militantes de esquerda e, sobretudo, às práticas desses, na época dos governos militares. Nesse contexto, afirma:

O assassinato do Soldado Mário Kozel Filho, explodido quando de sentinela ao QG do II Ex, não é considerado crime. O atentado no Aeroporto dos Guararapes, no

³⁰⁷ Exerceu os seguintes ministérios durante os governos militares: Ministro do Trabalho e Previdência Social (1967-1969), durante o governo de Costa e Silva; Ministro da Educação (1969-1974), no governo de Emílio Garrastazu Médici; Ministro da Previdência Social (1983-1985), no governo de João Figueiredo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em: 8 nov. 2018.

³⁰⁸ PASSARINHO, 2011, p. 15.

Recife, não teve importância, foi apenas uma brincadeirinha que resultou na morte de um jornalista, de um almirante e deixando centenas de feridos e mutilados.³⁰⁹

Portanto, o ex-ministro Jarbas Passarinho deixa bem claro, em seu prefácio, o tom da narrativa que o leitor terá acesso nas próximas páginas da obra. Esse prefácio também evidencia a guerra de memórias personificadas nessa citação pelas acusações feitas aos grupos de esquerda nos atentados praticados pelos mesmos durante as décadas de 1960 e 1970. Ao se referir às narrativas acerca da Guerrilha do Araguaia, em especial a escrita de sua história, disse:

A História do Araguaia será escrita por historiadores confiáveis, seguramente de formação e reputação ilibadas, no tempo correto da historiografia. Não adianta os comunistas quererem inventar uma versão mentirosa e empurrá-la goela abaixo do brasileiro, que pode ser tudo menos imbecil.³¹⁰

Observa-se, assim, na afirmação do ex-ministro Jarbas Passarinho, no prefácio da obra do coronel Lício Augusto Maciel, fortes indícios das constantes disputas de memórias que envolvem as narrativas concernentes à Guerrilha do Araguaia. A versão do coronel, nesse sentido, tem o objetivo de lançar para a sociedade a história desse acontecimento a partir do testemunho de alguém que esteve lá, isto é, o seu lugar de narrador é institucionalizado por aquilo que Beatriz Sarlo denomina de “retórica testemunhal”, pois aquele que narra esteve ali onde os fatos aconteceram. Nesse sentido, a autora destaca alguns elementos que caracterizam a retórica testemunhal presentes nas narrativas. Uma delas é a utopia de se construir um relato “completo”, do qual nada seja deixado de lado. Tal procedimento, segundo a autora, tem a função de persuadir o interlocutor, isto é, de convencê-lo. Esse ato de elaboração de uma narrativa totalizadora para os acontecimentos é comum nos discursos da memória, nesse caso transformados em testemunho, buscando-se, assim, atribuir um sentido único à história. Outra característica presente nesse tipo de narrativa é a questão do detalhe. Aquele que narra descreve em detalhes o seu testemunho. É ele que garante a credibilidade do narrador e a veracidade de sua narração.³¹¹ Dessa forma, a sua narrativa, assim como as demais construídas e publicadas por outros militares, pretende se construir enquanto verdadeira.

Para situar os leitores do seu lugar de fala — “relato de um combatente” —, já na introdução do seu livro o coronel Lício Augusto define o que ele considera como a Guerrilha do Araguaia: “[a] Guerrilha do Araguaia foi uma tentativa armada do Partido Comunista do

³⁰⁹ PASSARINHO, 2011, p. 19.

³¹⁰ PASSARINHO, 2011, p. 20.

³¹¹ SARLO, 2007, p. 50-51.

Brasil (PC do B) de tomada do poder, visando à implantação do regime comunista no nosso país”.³¹² Essa definição para o movimento armado no Sul do Pará, durante a década de 1970, é unânime entre os militares que publicaram suas versões sobre esse acontecimento. Foi uma maneira encontrada pelos militares para demarcar o seu lugar na disputa pelo passado desse acontecimento, enfatizando, dessa forma, o papel exercido por estes para impedir que o Brasil se tornasse um país comunista. Ou seja, na construção da versão militar para a Guerrilha do Araguaia, a vitória final pelas armas significou a vitória do capitalismo e dos seus valores sobre o comunismo. São esses valores, portanto, que os leitores encontrarão por meio de sua narrativa.

A versão apresentada pelo coronel Licio Augusto é, de certa forma, semelhante em alguns aspectos à narrativa do coronel Aluísio Madruga. Dos militares que até então publicaram suas memórias, o coronel Licio Augusto foi um dos que mais tempo atuou no combate aos militantes do PC do B no Araguaia. Seu contato com a região palco da guerra, segundo o próprio coronel, começou em 1969, quando realizou, a serviço dos órgãos de inteligência do Exército, uma viagem através da rodovia Belém – Brasília (BR-153), com o intuito de localizar possíveis áreas de treinamento de guerrilha. Nessa missão, Licio Augusto passou-se por engenheiro da Embratel e percorreu sítios e fazendas, entrando em contato com fazendeiros e demais pessoas da região. Contudo, nada de concreto foi encontrado, apenas suspeitas. Em 1970, o coronel Licio Augusto participou como observador da Manobra Marabá 70³¹³, e nessa oportunidade teria visitado várias áreas da região e mantido contato com os moradores. Assim narra:

Os fazendeiros e moradores da mata tinham notícias de muita gente esquisita em diversos locais, fazendo tudo menos atividades agrárias ou semelhantes. No final, eu era capaz de garantir que eles, os discípulos de Marighela, estavam lá. O problema é que eu não tinha provas concretas, o argumento principal de convencimento, principalmente no meio militar.³¹⁴

Assim como o coronel Aluísio Madruga, Licio Augusto atribui à descoberta da área da guerrilha a prisão de Pedro Albuquerque Neto e sua esposa Tereza Cristina. É perceptível na

³¹² MACIEL, 2011, p. 27.

³¹³ Segundo o coronel Aluisio Madruga, em janeiro de 1970 o Exército Brasileiro realizou, na região de Marabá (Sudoeste do Estado do Pará), uma operação de treinamento de soldados recrutas incorporados naquele ano. Essa operação teria sido realizada nessa região diante das suspeitas ainda não confirmadas, nesse período, de focos de guerrilha. Entretanto, essa operação nada teria confirmado nesse sentido. É importante destacar que, em novembro desse mesmo ano, o Exército também realizou nessa mesma área outra operação, denominada na época de “Operação Carajás”, mas até esse momento nada teria sido confirmado pelos militares, segundo o coronel. Ver MOURA E SOUZA, 2002, p. 131.

³¹⁴ MACIEL, 2011, p. 31.

narrativa do coronel Licio a disputa política existente no presente entre os que estiveram com o poder na época da guerrilha e os que hoje fazem parte do poder no Brasil. Ao citar como exemplos o caso dos guerrilheiros Pedro Albuquerque (Jesuíno) e José Genoíno (Geraldo), ambos presos pelos militares durante as primeiras investidas contra a guerrilha, o coronel Licio faz fortes críticas a postura política e ética dos dois, e tece elogios aos militares. Dessa forma, diz:

Estive com ambos em minhas mãos, a mais de cem quilômetros para dentro das matas do Pará, no comando de uma equipe de cerca de oito militares. É fácil imaginar tudo que poderia ter acontecido aos dois. Um, tentando negar que fazia parte do bando, tentando inclusive fugir e não obedecendo aos tiros de advertência para o ar, sendo pegado em seguida enredado no cipoal, poderia facilmente ter sido “feito” legalmente, pois tentou fugir; o outro, já tendo confessado e cortado os pulsos por medo de ser justicado pelos próprios companheiros, como confessou, poderia ter tido o mesmo destino [...]. No entanto, estão aí os dois “lépidos e fagueiros”, mentindo e tentando aviltar a Instituição que lhes salvou a vida.³¹⁵

Há, portanto, nas afirmações do coronel Licio Augusto fortes indícios de ressentimento e disputas políticas. As memórias são aqui usadas para criar uma imagem positiva dos militares, “a Instituição que lhes salvou a vida”, e ao mesmo tempo acusar os ex-guerrilheiros de não serem coerentes com suas versões acerca do que lhes teria acontecido no Araguaia.³¹⁶ Ora, tais evidências reforçam a tese de que a “guerra ainda não terminou”, pois ao longo desses quarenta anos após o fim do conflito bélico, conforme se observa ao longo da discussão, os ataques são constantes, hoje não mais por meio das armas, mas através dos discursos, das acusações, dos ressentimentos e das narrativas de memórias construídas através dos livros.

Para o coronel Licio Augusto, a “revolução de 1964”, quando os militares passaram a exercer o poder político, foi a saída para evitar que o Brasil se tornasse um país comunista. A Guerrilha do Araguaia foi, na visão do autor, a maneira escolhida pelo PC do B para implementar, no Brasil, o comunismo; portanto, o que os guerrilheiros desejavam, de fato, não era uma resistência ao governo dos militares, mas conduzir o país ao sistema comunista. Assim diz: “[t]odos os líderes da guerrilha foram formados em terrorismo nos países comunistas. Sua luta não era contra a ditadura, mas para implantar o comunismo no país.”³¹⁷ Nesse sentido, o autor também compartilha das ideias do coronel Aluísio Madrugá nesse aspecto.

³¹⁵ MACIEL, 2011, p. 32-33.

³¹⁶ Sobre José Genoíno, ver COELHO, 2007.

³¹⁷ MACIEL, 2011, p. 53.

Há, ao longo de sua narrativa, várias acusações às lideranças do PC do B que recrutaram jovens para organizar uma guerrilha e implantar, no Brasil, o comunismo. Dessa forma, afirma: “[a]s raposas velhas do PC do B desviaram os jovens, os iludiram e os abandonaram à própria sorte nas selvas do Pará, fugindo antes do primeiro tiro e aboletando-se no conforto das cidades.”³¹⁸ Com essa afirmação, o autor responsabiliza os líderes do partido pelas consequências da resistência dos guerrilheiros às forças oficiais, ao mesmo tempo em que tece uma crítica contundente a esses líderes que fugiram e abandonaram esses jovens a própria sorte. Evidentemente, isso não deixa de ser uma estratégia interessada dos militares no sentido de não se responsabilizarem pelos fatos ocorridos durante a guerra.

A narrativa do coronel Licio Augusto apresenta alguns pontos em comum com a narrativa do tenente José Vargas Jiménez, em especial no tocante aos aspectos do cotidiano dos soldados no Araguaia, à sua forma de atuar contra os guerrilheiros, às dificuldades encontradas e superadas pelos soldados e às relações humanas estabelecidas para além da guerra, pois mesmo em tempos de guerra os militares encontravam espaço e tempo para se “divertirem”, em especial nas casas noturnas das principais cidades da região. Em relação às dificuldades encontradas no cotidiano da selva, argumenta:

A permanência na mata era um sufoco, um marchar constante, sempre com muita atenção, principalmente na expectativa do encontro. Todos viam o nosso estado físico na volta: cansados, magros, sujos, empolados de picadas de mosquito, pulgas, carrapatos, percevejos, formigas, maribondos, calos e esfolados os mais diversos, sem falar nos feridos, coisa rara, felizmente.³¹⁹

O coronel Licio Augusto descreve em detalhes os combates que participou no Araguaia. Um desses embates destacado pelo autor, se refere ao seu encontro com o grupamento militar da guerrilha, sob o comando de André Grabois (Zé Carlos)³²⁰, ocorrido em 13 de outubro de 1973. Discordando de outras versões acerca desse acontecimento, como a do próprio PC do B, que afirma ter sido emboscada, o coronel Licio Augusto apresenta outra versão. No que concerne à versão do PC do B, temos a narrativa de Ângelo Arroyo, um dos comandantes da guerrilha, que assim narrou esse acontecimento em seu relatório:

³¹⁸ MACIEL, 2011, p. 44.

³¹⁹ MACIEL, 2011, p. 152.

³²⁰ André Grabois (Zé Carlos), natural do estado do Rio de Janeiro e filho de Maurício Grabois (um dos líderes dos guerrilheiros no Araguaia), entrou para clandestinidade com 17 anos, quando deixou os estudos e viajou para a China, em 1966, onde treinou guerrilha na Academia Militar de Pequim. No retorno ao Brasil, morou na cidade de Porto Franco (MA) e, em 1968, foi para a região do Araguaia. Lá, foi comandante do destacamento A. Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 3, p. 1325.

No dia seguinte, saíram cinco companheiros para apanhar farinha num depósito e, se nada de anormal notassem, poderiam ir apanhar os porcos. Mas, no caminho, decidiram ir, primeiramente, apanhar os porcos. Lá chegaram cerca de 9 horas. Mataram os porcos com quatro tiros e os levaram para um lugar limpo a fim de retalhá-los. Fizeram fogo de palha para pelar os porcos. Uma hora depois estava terminado o serviço. Mas quando foram carregar a carne, as alças das mochilas se quebraram. Alfredo resolveu, então, improvisar um cipó (vira mundo) para carregar nas costas. Quando terminou o último atado, eram já 12 horas. Estavam presentes os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, Zebão (João Gualberto) e João (Demerval da Silva Pereira). Preparavam-se para sair, quando Alfredo ouviu um barulho esquisito. Chamou a atenção de João. Este, porém, achou que era uma palha de coqueiro que tinha caído. Ato contínuo, apareceram os soldados, apontando suas armas. Atiraram sobre o grupo. João conseguiu escapar, os outros foram mortos. Não tiveram tempo nem de pegar as armas.³²¹

A versão apresentada por Arroyo e, geralmente, aceita pelas lideranças do PC do B, é centrada nessa narrativa ora apresentada. Para as lideranças do partido, as mortes dos guerrilheiros Zé Carlos (André Grabois), Nunes (Divino Ferreira de Souza), Alfredo (Antônio Alfredo de Lima)³²² e Zebão (João Gualberto Calatrone)³²³ foram provocadas devido a uma emboscada orquestrada pelos militares. Ou seja, os soldados chegaram repentinamente, e de surpresa abriram fogo sobre os guerrilheiros, sem permitir, portanto, a possibilidade de se defenderem: “[a]tiraram sobre o grupo. Não tiveram tempo nem de pegar as armas”. Por outro lado, segundo a versão do coronel Lício Maciel, o que houve foi um combate entre os militares e os guerrilheiros. Dessa forma, narra:

Equipe em formação de combate em linha, eu sem poder mais rastejar devido à proximidade de um guerrilheiro, levantei-me e gritei a ordem de prisão, obtendo como resposta um tiro dado por um deles que estava de vigia mais atrás e que não tinha sido visto. O revide foi inevitável, imediato. Mero suicídio.³²⁴

Na narrativa do coronel, os militares em primeiro lugar, teriam dado voz de prisão. Só em seguida, após o ataque inicial dos guerrilheiros, teriam revidado. Dessa forma, constroem-

³²¹ ARROYO, 1980, p. 266.

³²² Antônio Alfredo de Lima (Alfredo) foi um dos moradores do Araguaia que participou de forma direta do movimento armado junto aos militantes do PC do B. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresenta-o como sendo natural do estado do Pará, posseiro que residia na época da Guerrilha do Araguaia com sua mulher e três filhos em São João do Araguaia (PA), numa região conhecida como “Chega com Jeito”. Em 1972, ele passou a integrar a guerrilha servindo aos militantes do PC do B alimentos e contribuindo para a locomoção desses pela região. Foi morto durante o ataque dos militares ao grupo liderado por André Grabois (Zé Carlos), João Gualberto Calatrone (Zebão) e Divino Ferreira de Souza (Nunes). Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 3, p. 1330.

³²³ João Gualberto Calatrone (Zebão), natural do Espírito Santo, iniciou sua participação na política ainda quando era estudante secundarista. Foi uma das lideranças do movimento estudantil no seu estado e se filiou ao PC do B. Após formar-se como técnico em contabilidade, João Gualberto foi para a região do Araguaia, em 1970, e passou a viver na localidade chamada de “Chega com Jeito”, integrando o destacamento A da guerrilha. Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 3, p. 1341.

³²⁴ MACIEL, 2011, p. 95. Nesse combate, além de André Grabois, foram mortos os seguintes guerrilheiros: Antônio Alfredo Lima (Alfredo), João Gualberto Calatrone (Zebão). Muito ferido teria ficado o guerrilheiro Divino Ferreira de Souza (Nunes).

se versões completamente antagônicas para os fatos, cada grupo defendendo seus posicionamentos conforme os seus interesses e tentando convencer o leitor de sua “verdade”. Outro acontecimento que marcou a passagem do coronel Licio Augusto pelo Araguaia foi a luta com o Destacamento A, na qual foi ferido no rosto pela guerrilheira Lúcia Maria de Souza (Sônia).³²⁵ Nesse mesmo conflito, a guerrilheira Lúcia Maria de Souza (Sônia) também atingiu o braço do major Sebastião Rodrigues de Moura (Curió), que estava na mesma equipe. Após essas ocorrências a guerrilheira teria sido metralhada por outro militar.³²⁶

O autor, narrando do seu lugar de militar, evidentemente priorizou na obra os aspectos dos combates e das operações militares durante o seu período na região da guerrilha. Como militar, vê a guerra de forma natural, sem grandes problemas, diferentemente de como a população civil percebe um conflito bélico. Nesse sentido, há uma afirmação na sua obra que sintetiza essa sua visão de homem de guerra. Assim afirma: “[a] guerra é, definitivamente, parte integrante da existência humana. A história da Humanidade é a história das guerras.”³²⁷ Ora, não poderia nesse contexto deixar de comparar sua máxima, a afirmação marxista de que “toda história é a história da luta de classes”. Para o coronel Licio Augusto, o motor da história não está na luta de classes, como afirmava Marx, mas nas guerras. Elas movem os seres humanos e ele, como os demais militares que atuaram no Araguaia, estava disposto a cumprir esse princípio. Para justificar o seu determinismo bélico, o autor cita exemplos das inúmeras guerras realizadas pelos seres humanos desde o princípio da história da humanidade até o período contemporâneo. Essa sua visão não deixa de ser uma contraposição ao princípio marxista da ideia de luta (revolução) para se instituir o comunismo. Nesse aspecto, a guerra enfatizada e praticada por Licio Augusto e outros militares no Araguaia era, afinal, para se combater esse sistema.

³²⁵ Lúcia Maria de Souza (Sônia), natural de São Gonçalo (RJ). O relatório da Comissão Nacional da Verdade apresenta-a como sendo de família pobre, e, devido a essa questão, desde cedo teve de trabalhar. Nesse sentido, foi funcionária de uma fábrica local da Coca-Cola, e por meio do seu trabalho financiou seus estudos. Entrou para a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro para cursar medicina e, em 1971, quando estava no quarto ano desse curso, mudou-se para a região do Araguaia, passando a integrar o Destacamento A. Lá, tornou-se conhecida como “Sônia” e, geralmente, atuava como parteira e em pequenos procedimentos médicos. Por esse motivo, contava com uma grande simpatia por parte dos moradores do Araguaia. Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 3, p. 1361.

³²⁶ Para efeito de comparação entre as narrativas, também verifiquei a versão oficial do PC do B para a morte de Lúcia Maria de Souza (Sônia), por meio do relatório atribuído a Ângelo Arroyo e o diário de Maurício Grabois. Ambos fazem referência à morte da guerrilheira, porém omitem a sua reação e resistência aos militares, atingindo dois deles: Licio Augusto (Dr. Asdrúbal) e Sebastião Rodrigues (Curió). Ver ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo (1974). Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/impriminot.php?id_sessao=49&id_noticia=873. Acesso em: 29 set. 2014. Diário de Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_31_12846.pdf. Acesso em: 18 ago. 2015.

³²⁷ MACIEL, 2011, p. 145.

Ao contrário do que hoje é defendido pelas organizações de direitos humanos, o coronel Licio Augusto é enfático em suas posições em relação aos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia. Defendendo a tese de guerra, mesmo que ela tenha sido do tipo irregular, ou seja, guerra de guerrilhas, o autor não considera que houve “abusos” por parte dos militares que atuaram no Araguaia. Os procedimentos lá adotados são considerados normais, em caso de guerra, pelo coronel. Buscando defender os militares, diz Licio Augusto:

Falar que os militares agiram como bárbaros no Araguaia é demonstrar ignorância total em assuntos de guerra ou muita pusilanimidade. Pegar terrorista escondido na mata nunca foi fácil. Se eles tivessem um mínimo de competência, teria morrido muito maior número dos nossos, sem a mínima dúvida. Eles mesmos hoje em dia reconhecem que eram um bando de incompetentes.³²⁸

No campo da guerra de memórias, Licio Augusto e também outros militares que publicaram suas versões acerca da guerrilha, buscando construir o seu lugar no cenário das memórias, geralmente enfatizam a vitória final dos militares através das armas e tentam demonstrar que a derrota sofrida pelo PC do B deu-se por “incompetência” dos guerrilheiros. Para reafirmar esse posicionamento, atribui aos atuais líderes do partido o próprio reconhecimento desse fato: “[e]les mesmos hoje em dia reconhecem que eram um bando de incompetentes”. Ora, não sei precisar baseado em qual declaração dos líderes do PC do B Licio Augusto se refere nessa afirmação, mas o que fica evidente nela é o fato de acusar os militantes do partido de ontem e de hoje pela derrota que sofreram.

Na visão do coronel, a guerra foi a responsável pelos atos ocorridos durante o conflito no Araguaia. Os militares apenas cumpriam a sua missão de defender a pátria contra o “grande mal” que pairava sobre a sociedade naquele período — o risco de o país tornar-se comunista. E, na guerra conta os defensores desse sistema político, a violência existiu de ambos os lados, da parte dos militares e da parte dos guerrilheiros. Nesse caso, quando o autor faz referência à violência praticada pelos militantes do PC do B, inúmeros exemplos são enfatizados, seja durante a Guerrilha do Araguaia, seja em outros momentos históricos ocorridos no Brasil, como é o caso da “Intentona Comunista”, do atentado no aeroporto dos Guararapes, em Pernambuco, e dos vários assaltos a bancos e sequestros arquitetados pelos grupos de esquerda. Em relação à Guerrilha do Araguaia, em específico, Licio Augusto destaca o “justicamento”³²⁹ de um filho de um camponês, por ter contribuído com as forças

³²⁸ MACIEL, 2011, p. 196.

³²⁹ Os livros escritos pelos militares geralmente enfatizam essa prática dos grupos de esquerda no período da luta armada. Entretanto, apenas utilizam o vocábulo sem explicitar de forma objetiva o seu significado. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conceitua como “justicamento” as práticas de “julgamento e condenação à morte

legais, além das mortes do cabo Odílio da Cruz Rosa e do soldado Francisco Valdir de Paula. Assim conclui “[e]m nenhum país no mundo onde tenha ocorrido guerrilha, as ações violentas ou estranhas foram praticadas só por um dos lados.”³³⁰ Dessa forma, na concepção do coronel Licio Augusto, as ações violentas praticadas durante o conflito foram de ambos os lados, característica da chamada “guerra suja”, na qual as convenções internacionais deixam de ser consideradas. A crítica externada pelo autor se refere, principalmente, ao reconhecimento por parte dos militantes do PC do B em admitir esses atos de violência que teriam praticado durante o conflito.

A versão do coronel Licio Augusto também destaca que os documentos relacionados à Guerrilha do Araguaia foram queimados. Nesse caso, a sua afirmação é semelhante à de outros militares que também estiveram no Araguaia, e por meio de seus depoimentos e livros confirmaram tal prática; são os casos, por exemplo, de Pedro Corrêa Cabral, de Aluísio Madruga de Moura e Souza e de José Vargas Jiménez, conforme já discutimos ao longo deste capítulo. Entretanto, existem documentos do período que foram guardados por militares e fazem parte de arquivos pessoais dos mesmos. Geralmente, sempre que lhes convêm, alguns deles tornam alguns fragmentos desses documentos públicos através da imprensa. Podemos destacar, como exemplo, os documentos apresentados no livro de Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*³³¹, publicado em 2005; outro exemplo é o livro do tenente José Vargas Jiménez, *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*, publicado em 2007. Além das obras citadas, frequentemente têm sido publicados na imprensa fragmentos de documentos dos arquivos pessoais de alguns militares acerca da guerra no Araguaia.

O coronel Licio Augusto discorda da tentativa de encontrar os corpos dos guerrilheiros mortos na guerra. Segundo o autor, o fato de os militantes terem sido mortos em combate

daqueles militantes acusados e/ou suspeitos de traição/delação dos demais membros do grupo e/ou organização de esquerda”. Nesse sentido, afirma: “[e]m nome da “democracia”, não davam direito a seus próprios companheiros de ter um minuto de dúvida sobre o mérito de tão insana luta. Baseados em suposições, condenavam-nos, sem direito à apelação” (USTRA, 2006, p. 350). Em outra passagem da obra, também diz: “[p]ara os terroristas o ‘Tribunal Revolucionário’ detinha o poder da vida e da morte e esse assassinato era um ‘justiçamento’” (USTRA, 2006, p. 358).

³³⁰ MACIEL, 2011, p. 197.

³³¹ Obra escrita pelos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva, publicada por meio da editora Geração Editorial, em 2005. O livro foi produto de uma pesquisa de três anos e contou com a participação de ex-guerrilheiros, de familiares dos guerrilheiros mortos, de moradores da região e de integrantes das Forças Armadas, por meio de documentos particulares produzidos e guardados por eles após o fim do conflito. A narrativa escolhida pelos autores para dar sentido à trama foi o romance, no qual são apresentadas as trajetórias que levaram os personagens centrais (militantes do PC do B ou militares) ao Araguaia. O livro também narra as operações militares e os embates entre guerrilheiros e militares.

exime as Forças Armadas desse papel, pois “guerra é guerra”. Nesse caso, o coronel teceu fortes críticas às buscas dos corpos dos guerrilheiros no Araguaia, e assim argumentou:

Depois de 34 anos de terminada a luta, pretendem procurar os restos mortais dos guerrilheiros, apelando à justiça. A sentença da Juíza Federal Solange Salgado não poderá ser cumprida, uma vez que os restos mortais dos desaparecidos não mais existem e o Exército não faz mágica, além de não ser sua função procurar ossos nas selvas do SE do Pará.³³²

Outra prática que acirra essa guerra, atualmente, são as indenizações que o Estado brasileiro tem concedido aos perseguidos políticos e/ou aos seus familiares, por meio da Lei 10.559. Essa visão crítica das indenizações é uma unanimidade entre os militares, um peso para a sociedade brasileira e uma injustiça para com os outros grupos envolvidos no conflito, ou seja, os militares. Nesse sentido, afirma o coronel Licio Augusto:

Na lógica da guerra não há devedores e tampouco credores. Há outras normas, também, como por exemplo: a morte de combatente é um evento habitual, não enseja indenizações extravagantes, excêntricas, que geram injustiças diante dos demais nacionais, mormente diante de uma nação constituída de pessoas carentes. Por isso é que os pseudo-combatentes comunistas e suas infelizes famílias estão desmoralizados com essas indenizações vergonhosas que passaram a receber.³³³

Aqui, mais uma vez, a lógica da guerra exclui a possibilidade de indenizar aqueles envolvidos no conflito: “não há devedores nem tampouco credores”, afirma Licio Augusto, pois numa guerra a morte é tida como algo “natural”; não há, portanto, necessidade de reparação, nem razões para lamentações. Essa visão, objetiva e direta, parece estranha para a algumas pessoas, em especial aquelas defensoras dos direitos humanos, e, na realidade, é, mas para um militar é algo que faz parte de sua formação enquanto combatente.

Outra evidência da continuidade da guerra está presente nos artigos inseridos pelo autor nos anexos de seu livro. São, no total, quatorze anexos, entre eles artigos já publicados pelo coronel Licio Augusto no *blog* “Ternuma” (Terrorismo Nunca Mais) e republicados no seu livro. Não pretendo aqui fazer uma análise de cada artigo do autor, mas apenas destacar alguns aspectos que evidenciam a continuidade da guerra através das memórias e das suas narrativas. De uma forma geral, há várias acusações e críticas às lideranças do PC do B, como João Amazonas e Elza Monnerat³³⁴, por terem abandonados os “camaradas” no Araguaia.

³³² MACIEL, 2011, p. 197.

³³³ MACIEL, 2011, p. 206.

³³⁴ Elza de Lima Monnerat nasceu em 1913, em Sapucaia, no estado do Rio de Janeiro. Em 1945, filiou-se ao PCB, e, em 1962, ficou ao lado de João Amazonas no racha que deu origem ao PC do B. Durante a Guerrilha do

Seguindo a mesma lógica, o autor faz várias críticas a três guerrilheiros que foram presos na época da guerra e que hoje acusam os militares de terem praticado tortura: Pedro Albuquerque Neto, José Genoíno Neto e Criméia Almeida. Faz duras críticas à prática dos justicamentos na época do conflito no Araguaia, demonstrando que a “guerra suja” não teria sido apenas uma peculiaridade dos militares, mas, também, dos guerrilheiros.

Em um dos artigos criticou o capitão aviador Pedro Corrêa Cabral (Anexo VIII – A testemunha) pelas suas afirmações por meio de uma entrevista concedida à revista *Veja*³³⁵ e pelo seu depoimento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em relação à versão de Pedro Corrêa, Licio Augusto é categórico em afirmar o seu caráter fictício, chegando a questionar a idoneidade do militar em ações anteriores à sua pequena atuação no Araguaia. Nesse aspecto, o coronel Licio Augusto destaca um incidente praticado pelo tenente aviador Pedro Corrêa quando este pilotava o avião em Maxaranguape, no Rio Grande do Norte, e por “imprudência” causou a morte de duas crianças e feriu uma. Segundo Licio, o tenente aviador teria ocultado os fatos verídicos desse acidente para a revista *Veja*. Esse é apenas um exemplo das várias críticas que Licio Augusto fez a pessoa do capitão aviador Pedro Corrêa. Sua postura em relação a esse militar revela, portanto, que as versões dos que participaram da guerrilha são múltiplas. Demonstra, de certa forma, que os militares não são homogêneos em suas posições, que existem entre os mesmos, como em qualquer outra relação humana, divergências, divisões, disputas e visões contrárias para a guerra ocorrida no Araguaia.

Nesse sentido, em seu estudo acerca do Massacre de Civitella Val di Chiana, episódio ocorrido durante a ocupação alemã na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, Portelli (2006), baseado nos argumentos de Giovanni Contini, afirma que a construção das lembranças sobre esse acontecimento produziu o que ele denominou de “memória dividida”.³³⁶ Contudo, é importante destacar que essa divisão não se deu apenas nas construções das memórias dos sobreviventes, das viúvas e dos filhos das vítimas em relação a outra memória oficial desse acontecimento, mas, também, entre as reminiscências dos próprios sobreviventes, constituindo-se, dessa forma, a criação de memórias plurais dentro de um mesmo grupo. Assim, afirma:

Araguaia, Elza Monnerat tinha a missão de levar e retirar militantes da área. Foi presa em 1976, na Lapa, e ficou detida por três anos em São Paulo, sendo liberada pela Lei de Anistia. Ver MORAIS; SILVA, 2005, p. 597.

³³⁵ GAMA, 1993, p. 16-28.

³³⁶ PORTELLI, 2006, p. 105.

quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.³³⁷

Dessa forma, as memórias construídas sobre a Guerrilha do Araguaia pelos militares podem ser pensadas dentro dessa perspectiva. Ou seja, embora pertencentes a um mesmo grupo (os militares), estas memórias se apresentam enquanto divididas, plurais, às vezes se aproximando e às vezes se distanciando. Tal prática pode ser percebida, por exemplo, na escrita dos livros escritos pelos militares em análise nesse capítulo.

Concluindo a análise acerca da narrativa do coronel Licio Augusto Maciel, selecionei um trecho do seu livro que sintetiza algumas questões levantadas ao longo da discussão aqui realizada. Assim, afirmou:

Não concordamos com: a exploração dos mortos; a distorção dos fatos; a exaltação de covardes; as acusações infundadas; o falso testemunho ocular de olhos vendados; as escutas impossíveis de ouvir; acusações com a ausência do contraditório; o assassinato de civis não-combatentes; a delação de companheiros; o esquecimento de “justiçamentos” praticados e não confessados; os feitos “heroicos” exaltados sem testemunho isento; o abandono de companheiros em combate; a citação de efetivos mirabolantes do inimigo para demonstrar valor decantado e pouco observado; o temor de afirmarem suas ideologias marxistas-leninistas ou de suas variantes, naquela época e até hoje, sempre travestidos de “democratas” e defensores dos direitos humanos que nunca praticaram.³³⁸

A citação, embora longa, não foi escolhida por acaso. Ela resume de maneira exemplar o pensamento de alguns militares em relação ao período dos governos militares e, especificamente, dos fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia. São, portanto, ações praticadas pelos guerrilheiros e/ou pelos adeptos e defensores dos mesmos, na ótica dos militares tidas enquanto “ações revanchistas”. As críticas externadas pelo coronel Licio Augusto representam indícios de uma guerra inconclusa e que, ao longo desses mais de quarenta anos, vem despertando sentimentos de ódio, rancor, intolerância, injustiça, vingança, medos e dores, envolvendo os mais diversos grupos que dela participaram direta e indiretamente: militantes do PC do B, seus familiares e amigos, militares e seus familiares e amigos, moradores da região e seus familiares e amigos.

Um aspecto comum nos livros dos militares, conforme é possível observar ao longo desse capítulo, é a afirmação de que a luta no Araguaia representava a batalha contra o

³³⁷ PORTELLI, 2006, p. 106.

³³⁸ MACIEL, 2011, p. 283.

comunismo e em defesa da democracia. Entretanto, cabe ressaltar, qual é a concepção de democracia defendida por estes militares? A historiadora Lucileide Cardoso, por meio do seu estudo acerca das criações da memória dos defensores e críticos da ditadura militar, nos apresenta cinco características da concepção de democracia presente entre os militares: responsabilidade, honestidade, ordem, progresso e luta contra a “subversão”.³³⁹ É esse, portanto, o ideário de democracia defendido pelos autores estudados nesse capítulo, motivo, segundo eles, da sua participação no enfrentamento aos terroristas no Araguaia.

É importante ressaltar nos livros dos militares estudados nesse capítulo algumas informações relacionadas às editoras que os publicaram, pois, com exceção da obra do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, publicada pela Editora Record, os demais livros foram publicados ou por iniciativa de cada autor, isto é, por iniciativa pessoal (os casos, por exemplo, de Aluísio Madruga de Moura e Sousa e José Vargas Jiménez), ou por meio de editoras pequenas, como o livro do coronel Lício Augusto, publicado pela Editora Schoba, da cidade de Salto, em São Paulo.³⁴⁰ Dessa maneira, observa-se que as produções das obras dos militares são mais simples, sem o apoio e a divulgação de editoras maiores que controlam o mercado editorial brasileiro. Esse fato talvez explique a pouca circulação dessas obras como referências para a escrita de outros livros. Outra provável hipótese pode estar relacionada à escolha dos pesquisadores em priorizar problemáticas que, necessariamente, não utilizaram os livros escritos por militares enquanto fonte e/ou referência para os seus estudos. Pode-se inferir, diante desse quadro, que esses livros, em comparação com os dos jornalistas e também dos intelectuais de esquerda analisados no Capítulo 1 da tese, obtiveram uma circulação mais restrita.³⁴¹

Embora os estilos narrativos de cada autor sejam peculiares, identifiquei nas obras dos militares analisadas neste trabalho alguns pontos em comum. Dentre eles, pode-se destacar o fato de a maioria dos autores seguirem uma visão anticomunista. Buscam construir uma narrativa que se pretende “verdadeira” em oposição às versões construídas pelas esquerdas,

³³⁹ CARDOSO, 2012, p. 132.

³⁴⁰ Com sede na cidade de Salto, no estado de São Paulo, a *Editora Schoba* foi fundada pelos irmãos João Lucas Schoba e Thiago Schoba, e se apresenta por meio do seu site como uma “editora instituída com o objetivo de desburocratizar a publicação de livros no Brasil”. Disponível em: <https://www.editoraschoba.com.br/a-editora-schoba/>. Acesso em: 10 abr. 2018. Seu foco principal, segundo Thiago Schoba, um dos fundadores da editora, “é oferecer uma espécie de assessoria para os novos autores”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O6Zfu31PGgY>. Acesso em: 10 abr. 2018. Nesse sentido, a editora prioriza os autores iniciantes e não tem um tipo de livro específico para sua publicação e comercialização, atuando, assim, em diversas áreas: ficção, acadêmico, técnico, dentre outras.

³⁴¹ No que se refere ao uso do livro do coronel Lício Augusto Maciel como referência na escrita de outras obras sobre a temática da Guerrilha do Araguaia, ver: MOURA E SOUSA, 2002; NOSSA, 2012; MECHI, 2015. Em relação aos trabalhos acadêmicos, ver: CORRÊA, 2014.

tidas por eles enquanto fantasiosas e falsas. São defensores da atuação das Forças Armadas no combate aos guerrilheiros, pois estes representavam a “desordem e o atraso” para o país. Já as Forças Armadas representam o contrário, “a ordem e o progresso” da nação. Nesse sentido, ao defenderem a sua instituição, acusam através de suas narrativas as lideranças do PC do B, no passado e também no presente, pelas mortes ocorridas durante a Guerrilha do Araguaia. Os autores aqui analisados também defendem o esquecimento para os atos cometidos durante o período de exceção no Brasil, de forma geral, e em específico para aqueles praticados durante a Guerrilha do Araguaia. Para eles, a Lei de Anistia sancionada durante o governo do general João Baptista Figueiredo, em 1979, teria resolvido todas as questões, sejam elas por parte dos militares, sejam por parte dos militantes de esquerda. Assim sendo, são críticos e contrários à prática da reparação aos perseguidos políticos garantida por meio da lei 10.559, sancionada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

É pertinente, no caso da Lei de Anistia e também em relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos, tecer alguns comentários, pois são questões de disputas e controvérsias para os militares que escreveram acerca da Guerrilha do Araguaia e também para determinados setores das Forças Armadas. É inegável que o contexto político no qual boa parte dos livros analisados neste Capítulo 2 foram escritos está relacionado com as discussões em torno de uma provável revisão da Lei de Anistia e da publicação do decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009³⁴², o qual estabeleceu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Nele, um dos eixos orientadores “é o direito à memória e à verdade”, com propostas de ações para elucidar as violações dos direitos humanos praticadas durante o regime militar. As reações ao decreto foram imediatas, e vieram, inicialmente, de dentro do próprio governo. O ministro da Defesa na época, Nelson Jobim, e os comandantes das três Forças Armadas ameaçaram pedir demissão ao presidente.³⁴³ O que o Programa Nacional de Direitos Humanos propunha e que incomodou o ministro da Defesa e os setores militares? Uma das causas foi a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade para investigar

³⁴² Em relação ao Decreto 7.037, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 7 nov. 2018. Chamo a atenção que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, também foram publicados dois decretos que instituíram o Programa Nacional de Direitos Humanos. O primeiro, Decreto 1.904, de 13 de maio de 1996, e, o segundo, Decreto 4.229, de 13 de maio de 2002. Entretanto, essas duas versões do programa não provocaram, entre os setores militares, fortes reações quanto este último, de 2009, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

³⁴³ Ver reportagem do *GI*, 08/01/2010 - Programa Nacional de Direitos Humanos recebe críticas de diversas áreas. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1439214-5601,00-PROGRAMA+NACIONAL+DE+DIREITOS+HUMANOS+RECEBE+CRITICAS+DE+DIVERSAS+AREAS.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

crimes cometidos durante a ditadura e a revogação de leis remanescentes do período de 1964 a 1985, que sejam contrárias à garantia dos direitos humanos.

No que concerne às discussões sobre a revisão da Lei de Anistia, as propostas, geralmente discutidas no âmbito do Poder Legislativo, não conseguiram até o presente obter unanimidade entre os parlamentares. Aqueles que representam os interesses da extrema direita ou os de centro sempre buscam criar obstáculos para que essa lei possa ser revista e possa contribuir com o julgamento daqueles que praticaram crimes contra a humanidade. O mesmo se pode afirmar do judiciário brasileiro. Em ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou contra a revisão da Lei de Anistia.³⁴⁴

³⁴⁴ Sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à revisão da Lei da Anistia, ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>. Acesso em: 8 nov. 2018.

4. “OS DERROTADOS TROCARAM AS ARMAS PELAS PALAVRAS”: A GUERRILHA DO ARAGUAIA EM ORVIL E A VERDADE SUFOCADA

4.1 A resposta dos militares à versão da esquerda: o Projeto Orvil versus o Projeto Brasil Nunca Mais

Em 1985, após a publicação do livro *Brasil: nunca mais*³⁴⁵, o general Leônidas Pires Gonçalves, à época Ministro do Exército, incumbiu ao Centro de Inteligência do Exército (CIE) a tarefa de preparar um livro que viesse a responder as críticas e afirmações contidas na obra da Arquidiocese de São Paulo. De acordo com o jornalista Lucas Figueiredo³⁴⁶, o escolhido para coordenar o projeto foi o general Agnaldo Del Nero Augusto³⁴⁷, homem ligado ao setor de inteligência do Exército e também ferrenho anticomunista. O projeto de escritura do livro dos militares, assim como o Projeto Brasil: nunca mais, foi mantido em segredo. Por esse motivo, o código utilizado por seus participantes constituía na palavra LIVRO, escrita ao contrário (ORVIL), originando, posteriormente, o nome da obra. Assim, no próprio título do livro já se vislumbra a guerra estabelecida através da escrita, ou seja, dos livros. Representa o conflito construído pelas diferentes memórias acerca dos acontecimentos relativos ao período

³⁴⁵ O *Projeto Brasil: nunca mais* teve início em 1979 através de um grupo de religiosos ligados ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e uma equipe do escritório de advocacia de Sobral Pinto. O objetivo era obter junto ao Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, informações e/ou evidências que comprovassem a prática de violações aos direitos humanos, praticadas por agentes do Estado durante o regime de exceção no Brasil. Os documentos foram microfilmados e enviados para o exterior. Em 1985, foi lançado o livro de igual nome, no qual constam, nas suas 900 páginas, a prática da violência cometida durante a ditadura civil-militar brasileira. Em junho de 2011, esse acervo ganhou uma versão digital na internet, visando, dentre outros objetivos, facilitar o acesso de pesquisadores e demais interessados no assunto. Sobre a versão digital ver: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

³⁴⁶ Utilizei como referência para a discussão acerca da obra *Orvil* as informações constantes no livro do jornalista Lucas Figueiredo, *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*, devido ao fato de o mesmo abordar a história de como essa obra foi pensada e produzida. Embora *Orvil* esteja, atualmente, ainda disponível para download no site do Grupo Ternuma (“Terrorismo Nunca Mais”), o mesmo não narra a sua história, ou seja, como foi planejado e escrito. Por esse motivo, optei pelas informações apresentadas por Lucas Figueiredo.

³⁴⁷ Agnaldo Del Nero Augusto nasceu em Pirassununga (SP). Na época do golpe de 1964 havia sido promovido a capitão e servia como instrutor na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), em Três Corações (MG). De acordo com Lucas Figueiredo, em 1971 ele ocupava o posto de adjunto da 2ª Seção, ou seja, do setor de informações do II Exército, com sede em São Paulo. Já em 1972 foi transferido para Brasília atuando na Agência Central do SNI, onde trabalhou como adjunto da Seção de Planejamento. De 1974 a 1977 atuou na Eceme, uma das academias de grande prestígio nas Forças Armadas. Nos anos de 1979 a 1980 foi assessor da Missão Brasileira de Instrução no Paraguai, e, em 1981, adjunto da Seção de Planejamento do II Exército. Nos anos de 1982 e 1983 atuou como comandante do 2º Regimento de Carros de Combate, em Pirassununga (SP). Era um anticomunista e publicou, nesse sentido, algumas obras, tais como: *Novembro de 1935, O jovem e a subversão e A nação que salvou a si mesma*. Além dessas obras também escreveu outros dois livros: *A grande mentira* (2001) e *Médici: a verdadeira história* (2011). Faleceu em 2009. (FIGUEIREDO, 2009, p. 74-75).

da ditadura civil-militar no Brasil. São versões opostas, e, portanto, conflitantes, construídas pelos vários grupos envolvidos nessa fase da história contemporânea do nosso país.

Para a escrita da obra *Orvil* os autores utilizaram, enquanto fonte, vários documentos; entre eles, processos de presos políticos, depoimentos destes à Justiça Militar, inquéritos, reportagens em jornais e revistas. Além desses, também utilizaram depoimentos de policiais e oficiais militares que atuaram na repressão naquela época. Dentro da perspectiva de se construir uma narrativa “verdadeira”, os autores fazem uso das fontes para a escrita do *Orvil* partindo da concepção de que o documento é o “real”. Ele constitui a “prova” para a forma violenta e truculenta (a luta armada) utilizada pela esquerda para tentar implementar, no Brasil, o regime comunista. Não há, assim, uma crítica documental, ou melhor, uma análise mais detalhada do mesmo, e, sim, o seu uso para justificar e sustentar a narrativa dos autores. Dispondo na maioria das vezes de uma documentação que apenas eles tinham acesso na época, constroem uma versão para a história da luta armada no Brasil para combater, ou melhor, guerrear a narrativa presente no livro *Brasil nunca mais*. A forma narrativa presente em boa parte da obra é memorialista, visão esta centrada na ideia de que os militares “evitaram” um “mal maior para o país”: o comunismo.

No que concerne à reflexão acerca dos usos dos documentos pelos historiadores, é pertinente a análise do historiador Jacques Le Goff nesse sentido. Assim, ao considerar o documento enquanto “monumento”, este historiador o toma enquanto produto da sociedade que o fabricou a partir das relações de forças daqueles que estão no poder. Portanto, o documento não é “neutro” e nem o detentor da “verdade absoluta”. É, sim, uma construção do passado a partir de um determinado olhar e cabível de questionamento por parte do historiador. Dessa forma, afirma:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.³⁴⁸

Durante a fase em que a obra ficou no ostracismo, três militares ficaram encarregados de guardar as cópias do livro: os generais Agnaldo Del Nero Augusto, Sérgio Augusto Avellar Coutinho e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.³⁴⁹ Nesse período anterior à

³⁴⁸ LE GOFF, 1994, p. 545.

³⁴⁹ Sérgio Augusto Avellar Coutinho, durante o governo Médici, exercia a função de uma espécie de “guarda-costas” informal do presidente. Em solenidades públicas, ele cuidava para que os jornalistas não “incomodassem” o presidente. Após o fim do período de exceção, Sérgio Augusto Avellar Coutinho tornara-se

publicação da obra *Orvil*, algumas obras foram escritas, de certa forma, com a contribuição das informações contidas no projeto e publicadas pelos militares. Assim, pode-se destacar o livro *Brasil sempre*, de Marco Pollo Giordani, publicado em 1986, *Rompendo o silêncio* (1987) e *A verdade sufocada* (2006), de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Essas obras, assim como aquelas analisadas no Capítulo 2 da tese, são produto de iniciativas pessoais, não uma publicação oficial da instituição à qual os seus autores pertencem, o Exército Brasileiro.³⁵⁰

Elas têm em comum o fato de se oporem à versão construída pelas esquerdas, de forma geral, e pelo livro *Brasil: nunca mais*, em específico. Dessa forma, enfatizam uma versão crítica a esta obra, em especial, a figura de Dom Paulo Evaristo Arns³⁵¹, tido enquanto um “bispo comunista”. Assim, até a publicação do livro *Orvil*, essas obras vão construir as memórias dos militares acerca da “Revolução de 1964”, das ações praticadas pelas esquerdas durante os governos militares, isto é, da luta armada, e, sobretudo, do papel desempenhado pelas Forças Armadas na defesa da “democracia” e no combate ao comunismo no país.

Nessa sua fase de ostracismo, de acordo com o jornalista Lucas Figueiredo, uma cópia do livro teria ficado com alguns militares que participaram de sua escrita, com o objetivo de preservar e proteger o material nele contido. A intenção, inicialmente, portanto, não era de

um “especialista” na obra do pensador marxista italiano Antônio Gramsci. Sua leitura desse autor vai influenciar na visão do general acerca da chamada “quarta tentativa de tomada do poder pelos comunistas”, defendida no *Orvil*. Foi ainda diretor do Clube Militar do Rio de Janeiro. Suas obras principais foram: *A revolução gramscista no ocidente: a concepção revolucionária de Antônio Gramsci em Cadernos do Cárcere* (2002) e *Cadernos da liberdade* (2003). (FIGUEIREDO, 2009, p. 124).

³⁵⁰ Até a presente data não houve um posicionamento oficial das Forças Armadas sobre a questão, nem em relação à abertura de arquivos do período do regime civil-militar, nem acerca da proibição de seus membros publicarem algo sobre esse período. O que é perceptível na postura dessa instituição ao longo dos anos é a prática da negação da “existência de documentos”. Entretanto, apesar da insistência nessa tese, nota-se pelos documentos até então publicados que tal afirmação pode ser refutável. Em relação à postura de alguns militares que passaram a publicar suas versões acerca do combate à luta armada, o historiador e jornalista Hugo Studart defende a ideia de “código de silêncio” entre esses personagens. Assim afirmou o historiador na parte referente à construção de sua pesquisa de mestrado: “Nas questões mais delicadas, que envolviam a morte dos guerrilheiros, alguns não queriam sequer que eu revelasse seus codinomes. Por quê? Ora, me explicaram, porque os próprios companheiros saberiam que estavam quebrando o código de silêncio, havia muito tempo pactuado” (STUDART, 2006, p. 36).

³⁵¹ Paulo Evaristo Arns nasceu em Criciúma (SC), em 14 de dezembro de 1921, filho de Gabriel Arns e de Helena Steiner Arns. Nessa cidade fez o curso primário e, em seguida, mudou-se para o Paraná, onde deu continuidade aos seus estudos. Entrou para a Ordem dos Franciscanos e estudou entre 1934 e 1940 no seminário dessa ordem. Em 1944, ingressou na Faculdade de Teologia de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Em novembro de 1945, foi ordenado sacerdote. Após a conclusão de seus estudos teológicos em 1947, foi para Paris, onde se licenciou em Letras pela Universidade de Paris (Sorbonne). Lá ainda doutorou-se pela Academia de Paris com a tese *A técnica do livro em São Jerônimo*. De volta ao Brasil, em 1953, lecionou no Seminário Menor de Agudos, em São Paulo. Entre os anos de 1955 a 1965, trabalhou em Petrópolis como professor de teologia no seminário dos franciscanos. Ainda nessa cidade, também trabalhou no bairro operário de Itamarati. Em 1966, foi nomeado pelo papa Paulo VI vigário episcopal para a Arquidiocese de São Paulo. Nessa arquidiocese estimulou a formação dos leigos e contribuiu para a criação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB’s). Em 1970, foi nomeado arcebispo metropolitano de São Paulo. À frente da Arquidiocese de São Paulo, D. Paulo atuou, sobretudo, na defesa dos direitos humanos e na denúncia às prisões arbitrárias e às torturas praticadas pelos militares aos opositores do regime. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arns-paulo-evaristo>. Acesso em: 02 jun. 2018.

publicá-lo ou divulgá-lo na imprensa. As informações presentes na obra passaram a circular num círculo pequeno, formado por militares e civis de extrema-direita.³⁵² Ainda segundo Lucas Figueiredo, a partir de 1998, com a criação do grupo “Terrorismo Nunca Mais” (TERNUMA)³⁵³ e, em seguida, do seu site, os militares guardiões do *Orvil*, passaram a publicar de forma camuflada informações contidas nesse livro secreto. Em 2000, aproximadamente 40 páginas da obra teriam sido publicadas no site.³⁵⁴

Em 2005, um exemplar do livro *Orvil* teria sido encadernado em dois volumes em capa preta com o título *O livro negro do terrorismo no Brasil*, mas sem autoria. De acordo com o jornalista Lucas Figueiredo o editor dessa versão da obra teria sido o general Sergio Augusto de Avellar Coutinho. Entretanto, a sua circulação continuou sendo restrita entre alguns militares e civis que, de certa forma, apoiavam as ideias lá contidas³⁵⁵ (Ver figura 13). Assim sendo, até a efetivação de sua publicação em primeira mão através da internet e, em seguida, em forma de livro, os militares publicaram algumas obras baseadas nas informações constantes nesse projeto secreto. São livros que considero “precursores” do *Orvil*, cuja análise encontra-se a seguir.

Figura 13 - Capa O livro negro do terrorismo no Brasil.
O primeiro nome dado ao livro *Orvil* antes de sua publicação. Vol. 1 e 2.



Fonte: FIGUEIREDO, 2009.

³⁵² FIGUEIREDO, 2009, p. 123.

³⁵³ O grupo *Terrorismo Nunca Mais* (Ternuma) foi criado em 25 de julho de 1998 em oposição ao Projeto Brasil Nunca Mais. Um de seus objetivos, segundo os membros desse grupo, “é resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e opor-se aos comunistas”. Sobre o grupo ver: <http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso: 16 mar. 2016.

³⁵⁴ FIGUEIREDO, 2009, p. 131-132.

³⁵⁵ FIGUEIREDO, 2009, p. 136-138.

4.2 A construção das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia em *A verdade sufocada*

Embora o livro *A verdade sufocada* não enfatize apenas a Guerrilha do Araguaia, mas as ações de vários grupos de esquerda no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, decidi incluí-lo na discussão acerca da disputa do passado da luta armada no Araguaia por dois motivos: em primeiro lugar, por ser uma obra precursora do *Orvil* e seu conteúdo estar centrado na maioria das discussões na versão construída por esse livro. Em segundo lugar, pelo fato de a Guerrilha do Araguaia ter sido um movimento armado com uma duração mais longa, em relação a outras ações da esquerda brasileira, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra dedicou um capítulo do seu livro a essa temática.

Início a discussão em torno desse livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra apresentando alguns dados biográficos desse autor. Para conhecer suas ideias acerca da luta armada e a defesa que ele faz dos militares que atuaram no combate a essa prática, vejo ser interessante conhecer: quem é esse autor? Quais suas influências? Que cargos ocupou ao longo de sua carreira militar? Carlos Alberto Brilhante Ustra nasceu em Santa Maria (RS), em 1932. Formou-se em 1954 na Academia Militar das Agulhas Negras, e, durante sua carreira militar, ocupou diversos cargos dentro desta instituição. Dentre eles, foi o chefe do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, no período de 1970 a 1974, ou seja, durante o governo Médici. Após essa função, chefiou a Seção de Operações de Informações do Exército (CIE), em Brasília, entre os anos 1974 e 1977. Durante o governo Sarney, o coronel Brilhante Ustra exerceu o cargo de adido do Exército junto à embaixada brasileira no Uruguai.³⁵⁶

Segundo matéria da jornalista Raquel Moraes, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi o primeiro militar brasileiro a responder por um processo de tortura durante o período de exceção no Brasil. A ação foi impetrada pelos ex-presos políticos César Augusto Teles, Maria Amélia de Almeida Teles, Janaína de Almeida Teles, Edson Luis de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida.³⁵⁷ Entretanto, cabe ressaltar que o coronel, por meio de seus advogados baseados na Lei de Anistia, acabou não sendo condenado. Em 2013, segundo consta no vídeo da Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade, o coronel compareceu à audiência

³⁵⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Eletrônico. Vol. 1. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf Acesso em: 20 fev.16. P. 858.

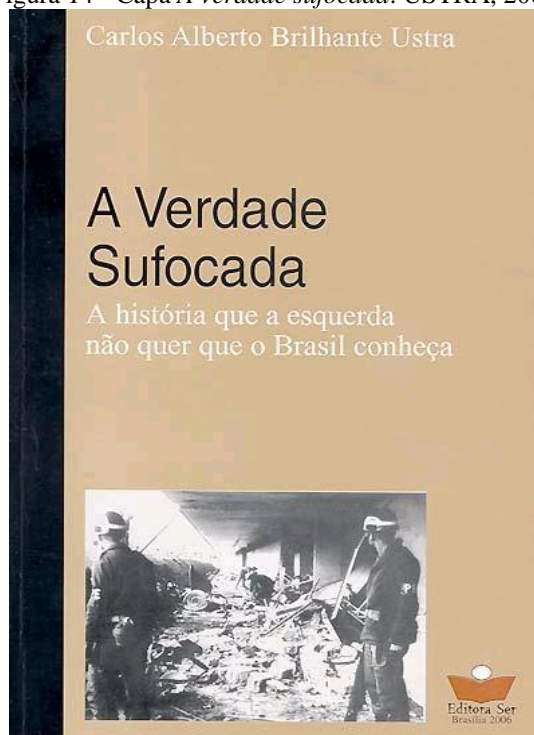
³⁵⁷ MORAIS, Raquel. Morre Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html> Acesso em: 23 mai.17.

realizada em Brasília, mas após uma rápida declaração aos membros da Comissão, negando todas as acusações que lhe estavam sendo feitas, recusou-se a responder a maioria dos questionamentos do presidente desta.³⁵⁸ Faleceu no dia 15 de outubro de 2015 aos 83 anos, vítima de câncer.

O objetivo geral do livro *A verdade sufocada* é provar que os grupos de esquerda também usaram da violência na “luta pela democracia” contra a “ditadura militar”. Para isso, faz o relato minucioso das suas ações e de seus “justiçamentos”. Assim, se por um lado a esquerda construiu uma narrativa acusando os militares de tortura e outros atos de violência, por outro ela também fez uso, em suas ações, de atos semelhantes.

Nesse sentido, a capa do livro já indica o tom da narrativa constante no decorrer de toda a obra. Ela traz uma foto de época mostrando o “atentado” ao Quartel General do II Exército em São Paulo, ocorrido em 26 de junho de 1968 e praticado por militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (ver figura 14). Com isso, o autor busca mostrar a outra “face” dos grupos de esquerda, a qual sua versão para os fatos do período não relata.

Figura 14 - Capa *A verdade sufocada*. USTRA, 2006.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Sua narrativa dá ênfase à construção de uma história “verdadeira”, “imparcial”, “teleológica” e “linear”. Outra característica comum nos livros de memórias, seja dos

³⁵⁸ Sobre o vídeo da Audiência Pública do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra à Comissão Nacional da Verdade, ver <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY&list=PL9n0M0Ix12jemD9XmEZKzrlnqPxCrATK&index=3>. Acesso em: 27 mai. 2017.

militantes de esquerda, seja dos militares acerca do período de exceção no Brasil, é a noção de testemunho, conforme já mencionei anteriormente. Em específico, em relação a esse livro, ele é, segundo o autor, o depoimento “de quem viu, viveu e lutou contra a implantação do comunismo no Brasil.” Nesse contexto, diz:

Foi necessário pesquisar, estudar e analisar o período que vai de 1960 até os dias de hoje, para mostrar a verdade sob a ótica de quem, nesse período, viu, viveu e lutou contra a Segunda e a Terceira Tentativas de tomada do poder pelos partidos e organizações marxista-leninistas que optaram pela luta armada.³⁵⁹

Assim, há uma certa estratégia do autor para dar legitimidade a sua obra. Ela não é um simples estudo de época, mas o relato de quem esteve na linha de frente do combate aos militantes de esquerda. Nesse sentido, sua escrita procura construir uma atmosfera do clima de guerra no passado e, também, no presente. A luta de ontem foi das armas, das prisões e do combate nas ruas; hoje, essa luta se dá das palavras, das versões construídas de forma antagônicas nas quais cada grupo (militante ou militar) deseja instituir a sua “verdade”. E, para isso, é necessário desconstruir a versão do “inimigo”:

Creio ser imperioso desmitificar versões veiculadas, maciçamente, por alguns órgãos da imprensa escrita, falada e televisionada, por partidos políticos, por professores e outros formadores de opinião, que têm recursos, plateias e oportunidades para difundir, com uma visão ideológica e ressentida, o que ocorreu no Brasil em passado recente. Com mentiras e meias-verdades eles vêm, há anos, deturpando os fatos e falseando a história, pois somente eles têm voz e vez.³⁶⁰

A narrativa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra deixa evidente para o leitor a sensação de estar numa guerra. Nela, existem forças opostas e projetos antagônicos para o país. Nessa luta através da escrita, enquanto os governos militares são destacados por suas realizações e obras, as esquerdas são apresentadas como um “entrave”, um “empecilho”, e como responsável pelo “clima de terror” vivido no país. Um exemplo, no caso de sua apologia aos governos militares, é o período do general Emílio Garrastazu Médici, tido pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra como o “auge” do desenvolvimento e da ordem no país: “Seu governo foi o período de maior desenvolvimento e prosperidade. A economia teria o maior crescimento, alcançando a taxa anual de 11,9%. Por cinco anos o crescimento foi superior a 9% ao ano.”³⁶¹ Há, portanto, todo um destaque dado pelo autor ao governo Médici, apresentando dados numéricos da economia do Brasil na época, do crescimento do setor

³⁵⁹ USTRA, 2006, p. 25.

³⁶⁰ USTRA, 2006, p. 25.

³⁶¹ USTRA, 2006, p. 232.

industrial, das melhorias na infraestrutura com os projetos hidrelétricos e a rodovia Transamazônica e o crescimento do emprego. No que se refere à instauração da “ordem” no país, nessa época, assim se referiu o coronel:

Médici enfrentou o auge das atividades terroristas e combateu-as com determinação. As organizações do terror, com a reação do governo, sofreram sérios revezes, sendo, em sua maioria, desarticuladas. Por essa razão, as esquerdas, hoje, realizam forte orquestração associando o seu nome à imagem de um tirano cruel, que perseguia aqueles que combatiam a sua ditadura. Jamais se permitirão admitir que Emílio Garrastazu Médici foi um dos melhores presidentes que o Brasil já teve.³⁶²

Por outro lado, sua visão para os grupos de esquerda atuantes nesse período é oposta a essa perspectiva otimista do governo Médici. Nesse caso, sua narrativa enfatiza, em números, as ações negativas praticadas pelas esquerdas nesse período, evidenciado, dessa forma, a guerra através de sua escrita:

A situação era preocupante, pois os subversivos-terroristas, até o início de 1970, assaltaram, aproximadamente, 300 bancos e alguns carros fortes de empresas pagadoras; encaminharam 300 militantes para cursos em Cuba e na China; sabotaram linhas férreas; assaltaram quartéis para roubar armas; seqüestraram diplomatas; “justificaram” três militares (dois estrangeiros e um tenente da Polícia Militar de São Paulo); roubaram grande quantidade de explosivos em pedreiras.³⁶³

Assim, as ações das esquerdas são sempre conceituadas pelo autor como “ações subversivas-terroristas”, mostrando o seu caráter de “desordem”, “violência” e “injustiça”. O uso do vocabulário é outro indício do ataque do coronel no sentido de conceituar e/ou nomear as ações de esquerda, geralmente classificadas enquanto “assassinatos” ou “execuções”, quando, por exemplo, havia mortes. Já no caso dos militares, as ações são denominadas, geralmente, “mortes em combate”.

Sua narrativa também expressa uma disputa pelo poder. Poder aqui pensado nas relações micro, isto é, na conquista de espaços na mídia, no convencimento da sociedade que a versão exposta pelos militares é a “verdadeira” e na tentativa de desconstruir a versão da esquerda e dos seus seguidores. Foucault (2011) se refere ao discurso como algo pelo qual se luta e se quer apoderar. É, assim, segundo o filósofo, aquilo que se disputa no desejo humano pelo poder: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”³⁶⁴

Dessa forma, a escrita acerca da Guerrilha do Araguaia pode ser assim pensada: ela expressa a

³⁶² USTRA, 2006, p.237.

³⁶³ USTRA, 2006, p. 242.

³⁶⁴ FOUCAULT, 2011, p. 10.

luta e a disputa em torno do passado, a busca de se criar uma narrativa que possibilite uma “verdade” para os acontecimentos ocorridos durante o conflito armado no Araguaia. Disputa também refletida no tempo presente através dos embates em torno da política exercida no Brasil, especialmente no tocante às reparações que vários militantes da década de 1960 conquistaram a partir dos anos de 1990. A obra do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e os demais livros escritos por outros militares e/ou jornalistas, militantes de esquerda e também historiadores estão inseridos dentro dessa prática.

Em relação à Guerrilha do Araguaia, a obra do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra não apresenta nenhum dado novo, apenas reproduz informações presentes no *Orvil* e no livro do coronel Aluísio Madruga de Moura e Sousa, *Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A grande verdade*. Sendo assim, a sua narrativa consta de um resumo geral no qual se destaca a escolha da área para a implantação da guerrilha pelas lideranças do PC do B e da chegada dos primeiros militantes à região do Araguaia. Como os demais livros escritos por militares, como o caso do próprio *Orvil*, Carlos Alberto Brilhante Ustra, ao se referir à opção do PC do B pela luta armada, afirma que a mesma não nasceu a partir da “Contrarrevolução de 1964”, pois mesmo antes dela o partido já havia enviado militantes para treinamento de guerrilha em Cuba e na China.³⁶⁵ Tal constatação desse autor e de outros militares que narram a luta armada no Sul do Pará tem o objetivo de “desconstruir” a memória criada pela própria esquerda, que argumenta a luta armada como forma de resistência à ditadura civil-militar.

É perceptível em toda a narrativa construída pelo coronel, seja em relação às ações dos grupos de esquerda no geral, seja em sua descrição para os acontecimentos concernentes à luta armada no Araguaia, a ênfase nos atos que procuram “provar” a “violência” praticada por esses grupos durante o período da luta armada. Esses atos são, geralmente, conceituados enquanto ações “subversivas” e/ou “terroristas”, e não se restringiram apenas contra militares e autoridades políticas da época, como o caso dos sequestros de embaixadores, mas também aos próprios militantes de esquerda quando passavam a “discordar” das ações que vinham sendo executadas por estes. Nesse caso, de acordo com o coronel, o militante era “condenado” à morte pelos líderes desses grupos, numa prática conceituada pelo autor como “justiçamento”. Em relação à Guerrilha do Araguaia, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra descreve quatro casos enquadrados nessa tipologia: três moradores da região, por terem contribuído com os militares. São eles: João Pereira da Silva³⁶⁶, Osmar [Pereira], Pedro

³⁶⁵ USTRA, 2006, p. 171.

³⁶⁶ João Pereira da Silva, filho de um morador da região do Araguaia chamado José Pereira da Silva. Na época do conflito, João Pereira tinha 17 anos e, segundo consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, teria

Ferreira da Silva (Pedro Mineiro)³⁶⁷ e um militante do PC do B, Rosalindo de Souza (Mundico).³⁶⁸

A ênfase de sua narrativa acerca da Guerrilha do Araguaia não está na descrição das campanhas militares e/ou do combate/ataque aos guerrilheiros, mas na acusação às lideranças do PC do B, tais como João Amazonas e Elza Monnerat, como responsáveis pelas mortes dos militantes desse partido no Araguaia. Dessa forma, diz:

João Amazonas e Elza Monnerat não permaneciam no campo de treinamento. Nas cidades recrutavam novos militantes do PC do B que, aos poucos, encaminhavam para a área de guerrilha. Era o início do malogrado sonho de conquistar o poder, a partir da criação de um Exército Popular de Libertação. O início da futura Guerrilha do Araguaia, que levou à morte jovens estudantes universitários que, iludidos por líderes experientes, pensavam lutar pela derrubada da “ditadura”.³⁶⁹

Segundo o autor, a Guerrilha do Araguaia foi apenas “uma tentativa frustrada dos comunistas conquistarem o poder”. O movimento também é caracterizado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra enquanto “uma insana aventura de fanáticos.”³⁷⁰

Embora a obra do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra não explique, de forma específica, como acontecia o convencimento dos militantes a participarem da Guerrilha do Araguaia, o autor descreve, de forma geral, como ocorria nos grupos de esquerda o convencimento dos jovens a entrarem para a luta armada nos anos de 1960 e 1970 no Brasil. Segundo ele, “o recrutamento” iniciava-se, geralmente, em reuniões sociais, shows, bares, colégios e faculdades, em encontros informais. Em outro momento, aqueles que se destacavam eram reunidos para a discussão acerca de fatos políticos a nível nacional e internacional, sendo impulsionados a se posicionarem diante destes. Em seguida, eram sugeridas as ideias de mudanças para a sociedade através da revolução, e, sobretudo, no caso

sido enviado pelo seu pai, em abril de 1972, para levar alguns militares aos chamados “paulistas”, ou seja, guerrilheiros. Em agosto de 1972, de acordo com informações repassadas à família por Paulo, amigo de João Pereira, que se encontrava com o mesmo, ele teria sido morto com um tiro no peito dado pelos guerrilheiros Rosalindo Santa Cruz (Mundico) e Jaime Petit (Jaime) para servir de exemplo a outros moradores da região. (Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 2, p. 124).

³⁶⁷ Pedro Ferreira da Silva (Pedro Mineiro) e Osmar, moradores da região do Araguaia. Não há informações sobre eles no Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Apenas consta, em relação às suas mortes, informações dadas em *Orvil* e no livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra — *A verdade sufocada*. Os autores do *Orvil* assim descrevem: “Durante esse período, os subversivos realizaram diversas ações: executaram dois moradores locais, um conhecido por Pedro Mineiro e outro por Osmar, tendo “expropriado” deles suas armas, roupas e remédios” (*As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 781). Já o livro do jornalista Leonencio Nossa, *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia* traz as prováveis datas das mortes dos dois moradores em questão. Pedro Mineiro em 12 de março de 1973 e Osmar Pereira em setembro de 1972, sem mais detalhes. Ver NOSSA, 2012, p. 420.

³⁶⁸ USTRA, 2006, p. 361-363.

³⁶⁹ USTRA, 2006, p. 172.

³⁷⁰ USTRA, 2006, p. 173.

brasileiro, da luta armada. Sua participação inicial se dava, segundo o coronel, por meio de pequenas ações: contribuição com dinheiro, guarda de material da organização em suas casas, empréstimos de automóveis para o deslocamento dos militantes do grupo e panfletagem. O passo seguinte seria o envolvimento dos militantes em ações mais perigosas: “furto de carros, explosões de bombas e assassinatos.”³⁷¹

A primeira edição de *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, foi publicada pela Editora Ser de Brasília, uma editora de pequeno porte. Segundo o autor, sua edição foi financiada por ele mesmo. E, nesse sentido, o coronel, em entrevista concedida à Rede Gênese de Brasília, em 25 de agosto de 2008, teceu críticas ao que considerou “boicote” das editoras, das livrarias e da imprensa ao seu livro. Ainda segundo as informações dadas pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra nesta entrevista, até aquele ano a sua obra estava na 4ª edição, contabilizando cerca de 12 mil exemplares editados.³⁷² Já em 2016, dez anos após a sua primeira edição, de acordo com o site “A verdade sufocada”, o livro chegou à sua 13ª edição.³⁷³ Ainda nesse ano, de acordo com os jornalistas Maurício Meireles e Guilherme Genestreti, em matéria publicada na *Folha de São Paulo*, o livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o sexto mais vendido no país. Segundo os jornalistas, foram vendidos 1.068 exemplares do seu livro nas lojas da Livraria Cultura. Essa edição da obra faz parte de uma tiragem de 20 mil exemplares, segundo a matéria.³⁷⁴ Esses dados possibilitam inferir que, de certa forma, o seu livro alcançou uma considerável circulação entre determinados leitores. Evidentemente, não se pode afirmar com isso que a sua circulação foi superior à obra *Brasil: nunca mais*, pois, de acordo com o jornalista Lucas Figueiredo, a publicação desse livro alcançou o primeiro lugar nas listas dos mais vendidos, na categoria não ficção. A sua primeira edição logo se esgotou e, nos dois primeiros anos de sua publicação, a Editora Vozes reimprimiu a obra vinte vezes.³⁷⁵ Portanto, não se deve desconsiderar o alcance das ideias do autor de *A verdade sufocada* entre aqueles que tiveram acesso ao seu livro. Outro aspecto a ser considerado em relação a esse livro é a criação do site homônimo. Dentre as várias funções que ele possa representar, destaco a sua importância para a divulgação e a própria comercialização da obra. Nele se encontra, por exemplo, anúncio do

³⁷¹ USTRA, 2006, p. 174-175.

³⁷² Em relação à entrevista do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na Rede Gênese, de Brasília, ver <https://www.youtube.com/watch?v=tMm0WHeB9Nc>. Acesso em: 31 jul. 2017.

³⁷³ Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/>. Acesso em: 31 jul. 2017.

³⁷⁴ MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido no país. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml> Acesso em: 07 jun. 2018.

³⁷⁵ FIGUEIREDO, 2009, p. 60.

livro, sua organização, sinopse e os contatos para a sua aquisição. Contudo, o texto não consta disponível no meio digital, nesse site, em específico, apenas através do livro publicado.

A repercussão em torno do livro *A verdade sufocada* foi adquirindo, ao logo dos anos, desde sua primeira edição em 2006 até o presente, uma certa “relevância”. Em artigo intitulado “Brilhante Ustra e a verdade mais uma vez sufocada”, publicado na *Revista Amálgama* em julho de 2016, o sociólogo Luciano Oliveira³⁷⁶ tece várias críticas ao livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, dentre as quais o fato de o autor “ocultar” em sua narrativa como ocorriam as torturas aos prisioneiros políticos. Dessa forma, afirmou o sociólogo:

volta a escrever um relato daqueles anos no qual, acredite ou não o leitor, as torturas, execuções, desaparecimento de cadáveres e “suicídios” promovidos pelo regime militar não passam de “mitos, farsas e mentiras divulgadas para manipular a opinião pública”. [...] Ao relatar o que acontecia com os capturados, Ustra aferra-se a repetidas elipses que chegam a ser irritantes.³⁷⁷

Em sua crítica, o sociólogo argumenta que, mesmo o coronel não reconhecendo a prática da tortura em sua obra, alguns militares já reconheceram essa prática em depoimentos prestados, por exemplo, ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, como foi o caso dos generais Adyr Fiúza de Castro e Leônidas Pires Gonçalves. Além deles, o pesquisador cita o caso de o próprio ex-presidente Ernesto Geisel, em depoimento à mesma instituição, ter reconhecido o seu uso durante o período dos governos militares.³⁷⁸

Outra crítica de Luciano Oliveira ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra se refere ao próprio subtítulo do livro, “a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”. Para o pesquisador, vários militantes de esquerda já teriam escrito sobre suas ações durante a fase da luta armada: Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Álvaro Caldas, Betinho, Alex Polari,

³⁷⁶ José Luciano Góis de Oliveira é graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1976). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1984) e doutor em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1991) na qual também cursou seu pós-doutorado em 1997. É professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco e, atualmente, professor do Departamento de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Seus trabalhos dão ênfase a temas relacionados aos direitos humanos, à tortura e à violência urbana. É autor dos livros: *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura e O enigma da democracia: o pensamento de Claude Lefort*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 12 jun. 2018. Sobre a *Revista Amálgama*: revista digital que, de acordo com o seu site, prioriza artigos sobre temas da atualidade do Brasil e do mundo, e resenhas de obras de literatura, filosofia e outras áreas. Apresenta linha editorial “liberal-conservadora”. Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/sobre/>. Acesso em: 05 jul. 2018.

³⁷⁷ Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/07/2016/brilhante-ustra-a-verdade-mais-uma-vez-sufocada/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

³⁷⁸ Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/07/2016/brilhante-ustra-a-verdade-mais-uma-vez-sufocada/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

Daniel Aarão e Jacob Gorender. Assim sendo, considera a obra do coronel uma “nulidade” enquanto livro de história.³⁷⁹

4.3 Orvil: da versão digital à publicação em livro

Os militares, assim como setores conservadores da sociedade brasileira, defendem a ideia de que o comunismo e os comunistas representam um perigo para a nação: são ateus, inimigos da propriedade privada, da democracia, do ideal de família burguesa, dentre outros adjetivos. Evidentemente que essa concepção não nasce nos anos de 1960, mas tem uma longa trajetória na história de nosso país.³⁸⁰

Na ótica dos militares, especialmente, referindo-se àqueles que apoiaram ao golpe civil-militar e/ou vieram combater os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no Araguaia, “o combate ao comunismo no Brasil é uma luta constante”. O seu perigo é tido como algo iminente. O seu risco, portanto, ainda não está totalmente afastado. A máxima de Karl Marx, “Um espectro ronda a Europa”, publicada no *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, parece se enquadrar muito bem entre eles. Cada iniciativa das esquerdas é tida como um “espectro” pelos militares e que a qualquer momento poderá desencadear uma “revolução comunista”. A sociedade necessita estar alerta contra o risco do comunismo. E, diante desse risco, na concepção dos militares, é necessário combater o inimigo; porém, esse combate vem acontecendo, atualmente, por meio de suas narrativas.

De acordo com o jornalista Marcelo Godoy³⁸¹ os autores de *Orvil* — e aqui amplio sua afirmação, incluindo nela os militares que lutaram no combate à Guerrilha do Araguaia — foram influenciados nos anos de 1960 por autores franceses como Clausewitz, Liddell Hart,

³⁷⁹ Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/07/2016/brilhante-ustra-a-verdade-mais-uma-vez-sufocada/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

³⁸⁰ Sobre o anticomunismo no Brasil, é importante citar a obra do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, na qual ele faz um estudo sobre essa prática em nosso país. Para o autor, há três fases de anticomunismo agudo no Brasil: a primeira, entre 1935-1937; a segunda, a partir do início da Guerra Fria, especificamente entre os anos de 1946 a 1950; e a terceira, a partir da crise de 1964, que levou ao golpe civil-militar de 1964. (MOTTA, 2002, p. 22).

³⁸¹ Jornalista. Natural de Rio Claro (SP). É chefe de reportagem do caderno “Metrópole” do jornal *O Estado de São Paulo*, mas também já trabalhou na antiga *Folha da Tarde* e na *Folha de São Paulo*. Como repórter, é especialista em segurança pública, justiça e política. Publicou, em 2014, o livro *A casa da vovó: uma biografia sobre o DOI/Codi, (1969-1991)*, por meio da editora Alameda, livro no qual discute, por meio de entrevistas com ex-agentes do DOI-Codi e documentos, a atuação desse órgão na prisão, tortura e morte de vários militantes da esquerda durante o período de exceção no Brasil. O título da obra faz referência a como os agentes do destacamento se referiam ao DOI. Seu livro foi vencedor na categoria “Ensaio Social” do *Prêmio Jabuti de Literatura*, em 2015. Disponível em: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/marcelo-godoy/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Bonnet, Trinquier, Lacheroy.³⁸² Tais ideólogos, segundo Marcelo Godoy, diante dos atentados e emboscadas cometidos por guerrilheiros vietnamitas e argelinos, viam que para se combater a chamada “guerra revolucionária”, dirigida pelo “comunismo internacional”, era necessária a utilização de métodos não utilizados numa guerra de tipo convencional, isto é, métodos de ação clandestinos e contrarrevolucionários, como o caso da tortura.³⁸³ Também defendiam a ideia de que o combate ao comunismo seria uma prática permanente, tese central defendida pelos autores de *Orvil* e, também, pelos militares atuantes no Araguaia.

Contudo, cabe questionar como e quando as ideias desses pensadores franceses chegaram ao Brasil. Ainda de acordo com Marcelo Godoy, teria sido a partir da Argentina que militares franceses, em 1961, contribuíram com o primeiro curso de guerra contrarrevolucionária interamericano, com a participação de oficiais de 14 países, dentre eles o Brasil.³⁸⁴ Dessa maneira, as táticas e estratégias de combate à luta armada no país, seja nas cidades, seja no campo, durante os anos da ditadura civil-militar, foram diretamente influenciadas pelos militares franceses. Entretanto, documentos divulgados pela embaixada norte-americana e disponibilizados no site “Memórias Reveladas” revelam o apoio dos Estados Unidos desde 1965 no combate à guerrilha rural. Esses documentos classificados de “secretos” foram enviados à Comissão Nacional da Verdade, mas apenas foram divulgados neste ano (2018). Dessa maneira, os Estados Unidos não apenas teriam conhecimento das possibilidades de guerrilha no país, mas também deram apoio direto aos militares brasileiros para combater esses movimentos. De acordo com os documentos, até 1967, 700 militares brasileiros teriam participado de cursos de treinamento de “contrainsurgência” e outros 371 ainda iriam receber aulas.³⁸⁵ Tais evidências colocam em xeque e/ou questionam determinadas versões de militares que afirmam, em seus depoimentos, que as ações contra a Guerrilha do Araguaia foram apenas preparadas e organizadas pelo governo brasileiro. Também questiona a memória construída por estes em relação ao “despreparo” dos militares nas duas operações iniciais de combate aos militantes do PC do B. Assim, se por um lado o PC do B imaginava que sua preparação de luta armada no campo era “segredo” para os militares, por outro lado estes já se preparavam para o combate à guerrilha tanto sob influência francesa, segundo Marcelo Godoy, quanto por meio do apoio logístico norte-americano, de acordo com a documentação hoje disponível.

³⁸² GODOY, 2014, p. 57.

³⁸³ GODOY, 2014, p. 68.

³⁸⁴ GODOY, 2014, p. 70.

³⁸⁵ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/component/content/article?id=611>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Visando desconstruir a versão das esquerdas e buscando defender os militares das acusações de torturas e mortes a eles atribuídas na obra *Brasil: nunca mais* e em outros livros publicados pelas esquerdas, nasceu o “Projeto Orvil”, cujo objetivo culminou com a publicação do livro homônimo.³⁸⁶ Para os autores da obra, a luta contra o comunismo não foi encerrada em 1964, quando, em nome da “defesa da democracia”, houve a contrarrevolução liderada pelos militares. Sua luta é uma constante, inclusive até o presente. Para justificar essa tese, os autores fazem uma narrativa na qual argumentam quatro tentativas de tomada do poder pelos comunistas no Brasil. Antes, porém, de adentrar nessa discussão, é oportuno questionar: quando e por que foi escrito? Qual o principal objetivo do livro? O livro faz parte de um projeto de alguns militares que iniciaram sua escrita ainda na década de 1980. Inicialmente, sua produção seria uma resposta ao projeto *Brasil: nunca mais*, que culminou na publicação do livro com o mesmo nome em 1985. A ordem para que os órgãos de segurança e informação realizassem o Projeto Orvil teria partido do General Leônidas Pires Gonçalves, quando este era Ministro do Exército do Governo Sarney, em 1986. Entretanto, após a conclusão da sua escrita no início de 1988, o General Leônidas Pires Gonçalves, ao pedir autorização do presidente José Sarney para a sua publicação, esta lhe fora negada, ficando, assim, restritas suas informações aos militares que participaram do projeto. Em 1990, após o presidente Sarney concluir o seu mandato, o general Leônidas Pires deixou o Ministério do Exército e a obra ficou no ostracismo por um bom período, e só a partir do ano 2000, fragmentos passaram a ser publicados no site do grupo Ternuma (Terrorismo Nunca Mais).

Em 2007, uma cópia do livro foi entregue ao jornalista Lucas Figueiredo, que publicou parte de seu conteúdo no jornal *O Estado de Minas*. A partir de então, uma versão digital foi disponibilizada na internet, em vários sites criados e organizados por militares³⁸⁷, e só em

³⁸⁶ Para ter acesso ao livro digital, denominado *As tentativas de tomada do poder*. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78/737--a-difuso-do-projeto-orvil-download>. Acesso em: 30 jul. 2015. É válido ressaltar que essa primeira edição do texto do Projeto Orvil disponibilizada na internet em 2007, após a publicação do texto revisado em forma de livro em 2012, foi colocado na internet essa nova edição da obra, num aspecto mais atraente para o leitor, com as letras em formato mais moderno e num *design* semelhante ao próprio livro publicado. Para ter acesso a essa outra versão do *Orvil*, ver http://www.clubedavela.com.br/Orvil_Tentativas_de_Tomada_do_Poder.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

³⁸⁷ Embora os sites e/ou blogs tenham como característica o fato de seus conteúdos serem efêmeros, pois no mundo digital as informações circulam numa temporalidade bem mais rápida do que através, por exemplo, de livros e artigos publicados na forma convencional. Por esse motivo, esse tipo de fonte pode não oferecer uma conotação estável para pesquisas, já que são passageiros. Podem ser modificados e/ou praticamente serem desativados. No caso dos sites criados e/ou mantidos por militares e seus seguidores, essa é uma característica que deve ser levada em consideração. Em relação à divulgação, à propaganda e aos convites para lançamento do livro *Orvil* (versão publicada em 2012), identifiquei os seguintes sites e blogs: “Blog do Lício Maciel”, endereço: <http://liciomaciel.wordpress.com/>. Acesso em: 14 out. 2014. “Blog Piracema – nadando contra a corrente”, endereço: <http://felixmaier.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2014. “Ternuma (Terrorismo Nunca Mais)”, endereço: <http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 17 out. 2014. Site “A verdade sufocada”, endereço: <http://www.averdadesufocada.com/>. Acesso em: 07 jun. 2018. Site do “Grupo

2012 uma versão impressa e revisada foi publicada. É importante questionar que sua elaboração, seu “ostracismo” e sua posterior publicação não foi algo inocente, pois toda obra, seja ela qual for o seu estilo (romance, documentário, história), tem implicações de interesses. Esses interesses de torná-la mais acessível podem estar relacionados com o contexto político que o Brasil viveu e/ou está vivendo. Vejamos: No período de sua elaboração (1985-1988), o Brasil vivia um período de passagem de um governo de exceção para um governo “democrático”. Transição essa que não representou rupturas, mas continuidades. Os militares “entregaram” o poder político aos civis. Entretanto, continuaram, de uma forma ou de outra, atrelados ao novo governo, e o novo governo, respaldando, por exemplo, as leis e decisões tomadas pelos militares, que lhes garantiram e garantem seu *status quo*. Portanto, é conveniente nesse momento não provocar discussões que possam prejudicar esse *status quo*.

Para compreender melhor a postura dos governos e da própria sociedade brasileira no período após o fim da ditadura civil-militar, é pertinente destacar a análise do historiador Daniel Aarão Reis (2010) quando este se refere à forma como ocorreu o processo de anistia no Brasil e o seu reflexo na atualidade. De acordo com este historiador, a chamada “Lei de Anistia”, aprovada em agosto de 1979, foi o resultado de um “pacto de sociedade”, no qual uma “pequena maioria” fez prevalecer uma “lei restritiva” em vez do que propunha o movimento pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Para Daniel Aarão Reis, o reflexo dessa lei foi a prática de três silêncios: “o silêncio sobre a tortura e os torturadores, o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda.”³⁸⁸ Dessa forma, as políticas dos governos civis pós-período de exceção e, de certa forma, grande parte da população brasileira, não buscaram se envolver de maneira mais efetiva com as questões mais polêmicas dessa época, preferiram o silêncio e/ou a indiferença. Optaram, assim, pela prática do esquecimento.

Os sucessores de José Sarney no governo, Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995)³⁸⁹ seguiram esse mesmo posicionamento de não ferir os militares em seus

Inconfidência”, endereço: http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=2215:orvil&catid=252:grupo-inconfidencia&Itemid=459. Acesso em: 8 jun. 2018. “Revista Sociedade Militar”, endereço: <https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2011/12/livro-orvil-completo.html>. Acesso em: 7 jun. 2018. É válido ressaltar que os três últimos sites, ou seja, “A verdade sufocada”, “Grupo Inconfidência”, e “Revista Sociedade Militar” ainda dispõem de *link* para o download do *Orvil*.

³⁸⁸ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 173, ago. 2010. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835>. Acesso em: 30 maio 2018.

³⁸⁹ Sobre a questão da transição inconclusa e o caráter frustrante de nossa abertura política, ver FICO, 2012, p. 32-33.

interesses, ou seja, foram condescendentes com os militares, numa transição que ainda está inconclusa. Nesse sentido, afirma Daniel Aarão Reis:

Assim, os governos civis, desde a restauração democrática, para além das diferenças substanciais entre eles, adotaram posturas equivalentes. Ou indiferentes, como se o assunto não lhes dissesse respeito, ou, quando o propuseram à discussão, cedendo face à negativa dos militares.³⁹⁰

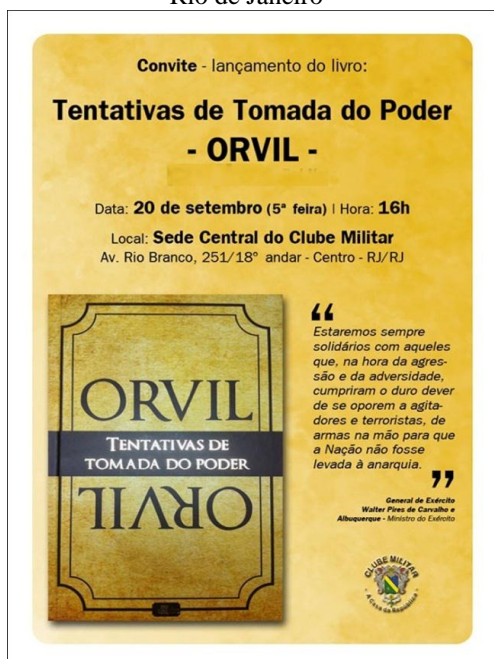
Diante dessa inércia do Estado brasileiro em enfrentar seus traumas do passado, determinados grupos organizados, dentre os quais os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, passaram a pressionar de forma mais incisiva um posicionamento do Estado brasileiro em relação às violações aos direitos humanos praticados durante o regime de exceção. Nesse sentido, cabe ressaltar como resultado dessas pressões algumas medidas tomadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), dentre elas a Lei 10.559, que garantiu indenizações às pessoas que foram afastadas de suas atividades laborais por questões políticas. Seguindo os passos iniciados por seu antecessor, vale ressaltar, nas questões concernentes ao período da ditadura civil-militar, o governo de Luiz Inácio da Silva (2003-2011) permitiu a abertura de alguns documentos relacionados ao período de exceção e, no caso do governo de Dilma Rousseff (2011-2015), a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).³⁹¹ Diante desse cenário, seria importante tornar pública a versão dos militares para os acontecimentos desse período, sendo oportuno trazer à tona, em específico, as ações dos grupos de esquerda que se tornaram ao longo dos anos após o fim dos governos militares, os “heróis” da pátria, e, por outro lado, construíram a imagem dos militares enquanto os únicos vilões da história. Dessa forma, o livro vai se tornando conhecido e atraindo simpatizantes. É dentro desse contexto, portanto, que ocorre o lançamento impresso

³⁹⁰ FICO, 2012, p. 181.

³⁹¹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada a partir da Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011 e instituída em 16 de maio de 2012. De acordo com a própria lei, sua “finalidade [é a] de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm. Acesso em: 6 jun. 2018. Seu período de trabalho ocorreu entre 16 de maio de 2012 e 10 de dezembro de 2014, quando foi entregue o seu relatório final. É pertinente aqui fazer algumas considerações acerca da instalação, dos trabalhos, das resistências e dos resultados dessa comissão. Em primeiro lugar, sem desmerecer a atitude e os vários pesquisadores envolvidos na mesma, é importante salientar o caráter tardio de sua criação — aproximadamente 30 anos após o “fim do período de exceção no país”. Além do mais, sua criação foi um “acordo” entre o governo da época (da presidenta Dilma Rousseff e alguns setores militares), deixando evidente o caráter “inconcluso” de nossa transição política. Em segundo lugar, a resistência de alguns setores das Forças Armadas brasileira em reconhecer a prática das torturas e mortes de vários militantes da esquerda durante o período que estiveram à frente do governo do país. Suas atitudes evidenciaram o “tabu” que a questão ainda provoca décadas após o fim do regime. Sobre a Comissão Nacional da Verdade, seus artigos, audiências, documentos, fotografias e relatório final, ver <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

do livro *Orvil*, em 20 de setembro de 2012 no Clube Militar do Rio de Janeiro. Depois do Rio de Janeiro, o livro foi lançado em outras cidades do país, como Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. A cada evento para o lançamento da obra, observa-se a sua divulgação através dos sites mantidos pelos militares na internet e os convites (ver figuras 15 e 16).

Figura 15 - Convite de lançamento de *Orvil*
Rio de Janeiro



Fonte: Blog do Lício Maciel (2018)³⁹²

Figura 16 - Convite de lançamento de *Orvil*
Brasília



Fonte: Site a verdade sufocada (2018)³⁹³

Optei, inicialmente, por analisar a versão digital³⁹⁴ para, em seguida, fazer algumas reflexões acerca da versão publicada em 2012, em livro. Essa escolha se explica pelo fato de a versão digital ser a primeira disponibilizada para um público maior, ou seja, além do círculo militar e de seus amigos. Ela não traz uma capa e apresenta uma fisionomia e/ou um aspecto de um texto escrito em máquina de datilografia, com pouca qualidade, constando em todas as suas páginas o nome “Reservado” nas partes superior e inferior (ver figura 17), tentando assim, transparecer a ideia de documento oficial. É válido ressaltar que, nessa versão da obra, não há identificação dos autores. Ela foi intitulada “As tentativas de tomada do poder”, um dos títulos provisórios da obra até a sua publicação em livro, em 2012. Sua narrativa é bastante semelhante a um diário no qual os eventos são apresentados ano a ano, mês a mês,

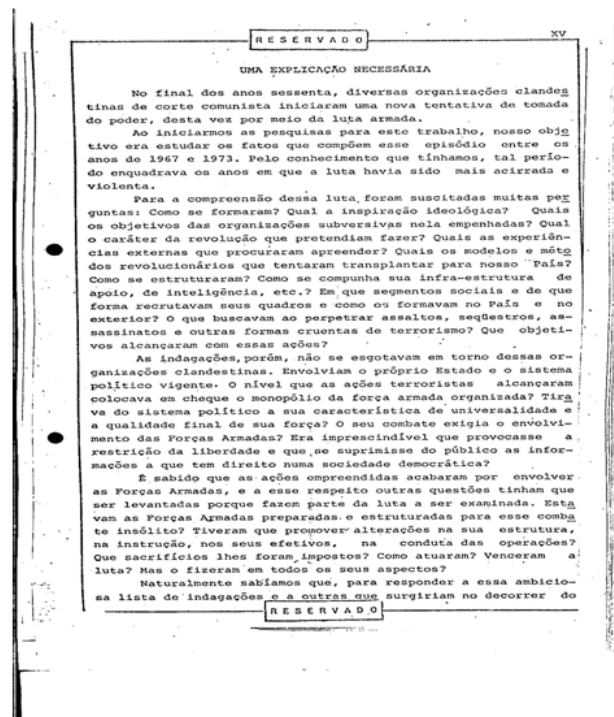
³⁹² Disponível em: <https://liciomaciel.wordpress.com/2012/09/18/lancamento-do-orvil-no-clube-militar/> Acesso em: 10 dez. 2018.

³⁹³ Disponível em: https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=7700:2410-lanamento-do-orvil&catid=58&Itemid=107 Acesso em: 10 dez. 2018.

³⁹⁴ Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78/737--a-difuso-do-projeto-orvil-download>. Acesso em: 30 jul. 2015.

dia a dia, tornando para o leitor algo “enfadonho”. A obra também traz algumas fotos de época, como, por exemplo, o comício da Central do Brasil, recortes de manchetes de jornais da década de 1960, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o atentado no aeroporto do Recife em 25 de julho de 1966, dentre outras. Entretanto, sua qualidade deixa um pouco a desejar. Nessa versão, a obra apresenta novecentas e cinquenta e três páginas (953) distribuídas em dezesseis (16) capítulos, alguns com inúmeros subitens, além da introdução.

Figura 17 - Página da versão digital do *Orvil*. Observe o *design* e o estilo das letras.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2016).

A grande discussão da obra, de forma geral, gira em torno dos grupos de esquerda no Brasil, desde suas origens, seus militantes, seus objetivos, suas dissidências e suas ações. Um aspecto comum a todas elas é, portanto, a institucionalização do regime comunista no país, cada uma baseada em alguma das correntes marxistas, leninistas, trotskistas, chinesa ou cubana. Dessa forma, o caminho a ser tomado para se chegar ao comunismo era o que diferenciava cada grupo e, muitas vezes, provocava cisões.

Uma questão central na obra é caracterizar as ações da chamada esquerda revolucionária como sendo violentas e negativas para o país, especialmente nos anos de 1960. Assim se refere a tais ações:

São marcos como os descritos fruto de mentes deturpadas pela ideologia — que balizam o caminho sangrento e estéril do terrorismo, que por quase uma década enxovalhou a cultura nacional, intranquilizando e enchendo de dor a família brasileira.

Essas ações degradantes, que acabam de ser narradas, são tidas como atos heroicos pelos seguidores da ideologia que considera “a violência como o motor da história”. Para essas pessoas, todos os meios são válidos e justificáveis pelos fins políticos que almejam alcançar. Acolitados por seus iguais, seus nomes, hoje, designam ruas, praças e até escolas no Rio de Janeiro e em outros locais do País.³⁹⁵

Dessa maneira, em toda a obra há inúmeras críticas aos grupos de esquerda, como a citada acima, sobretudo quando se refere às conquistas, segundo os militares, alcançadas atualmente por esses grupos, o que evidencia em todo o livro uma guerra declarada em torno do lugar político ocupado hoje no Brasil por antigos militantes de esquerda. Essa hegemonia dos grupos de esquerda na política brasileira tem instituído aos antigos militantes da década de 1960, lugares de destaque na história nacional, e homenagens em diversos lugares do Brasil. Ora, aqueles que perderam a batalha nos anos de 1960 e 1970 para os militares hoje seriam heróis. Como isso pode acontecer? Na ótica dos militares, esse lugar é algo inconcebível. Pode-se assim perceber na narrativa dos militares que os “vilões” de ontem se transformaram nos “heróis” de hoje. E essa construção foi propiciada pelo uso das memórias. Memórias não divulgadas por algum tempo por uns (em específico, os militares em relação à Guerrilha do Araguaia), mas enfatizadas e divulgadas por outros (militantes de esquerda). E, nesse aspecto, o livro *Orvil* vem para desconstruir a versão das esquerdas para a história do Brasil, e assim construir, segundo a versão dos militares, uma outra interpretação para a história do país.

No que se trata da produção memorialística acerca do golpe de 1964 e da ditadura instituída a partir dele, o historiador Fico (2004) traz algumas reflexões pertinentes ao protagonismo da produção das memórias desse período. De acordo com ele, no caso dos militares, a primeira obra teria sido escrita em 1975 pelo chefe da Casa Civil de Castelo Branco, Luís Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, e, em seguida (1976), o livro do líder do governo no senado, Daniel Krieger, *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Ambos construíram o perfil do primeiro general-presidente como “moderado” e “legalista”. Imagem, diga-se de passagem, que, segundo o historiador, não condiz com a prática política desse presidente. No caso das esquerdas, as obras iniciais foram do jornalista Fernando Gabeira, *O que isso, companheiro?* (1979), e de Alfredo Sirkis, *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida* (1980). Tais obras, segundo Fico, construíram o estereótipo do guerrilheiro

³⁹⁵ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. XXIX.

como “ingênuo”, “romântico” ou “tresloucado”, diluído no contexto cultural de rebeldia existente nos anos de 1960. Imagens que também, segundo o historiador, não estão de acordo com as motivações da luta armada.³⁹⁶ Entretanto, foram essas criações memorialísticas que perduraram durante praticamente as décadas de 1980 e 1990, quando os estudos de historiadores voltados para a temática do golpe de 1964 e da ditadura passaram a questionar tais visões, tanto a oficial (dos militares) quanto a da própria esquerda.

Partindo do pressuposto de que a guerra que os militares combatiam e combatem é contra o comunismo, é válido apresentar de forma geral a visão acerca desse sistema político e econômico que geralmente é representado de forma negativa, enfatizando, sobretudo, o caráter violento que as lideranças comunistas impuseram nos países que dominaram. Dessa maneira, afirma a obra *Orvil*:

Para atingir seus objetivos estratégicos, a violência tem sido o caminho apontado pelos ideólogos comunistas. Na prática, a história mostra ter sido a violência a tônica de sua revolução. Em nenhum país do mundo os comunistas lograram alcançar o poder por outra via.³⁹⁷

Partindo dessa tônica, o livro discute o comunismo sempre a partir da perspectiva da violência, do terror e do medo. Essa visão se encaixa muito bem na concepção desse sistema enfatizada a partir da Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, tendo como centro da obra essa discussão, os autores defendem a tese de que no Brasil houve quatro tentativas de impor o sistema comunista.

A primeira tentativa teria ocorrido em 1935, através da chamada “Intentona Comunista”. Os autores constroem a narrativa dessa primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas destacando a chegada ao país de “delegados” estrangeiros visando acelerar o processo revolucionário, dentre eles o ex-deputado alemão Arthur Ernsf Ewert, mais conhecido com “Harry Berger”, Rodolfo Ghiold e sua esposa Carmen, vindos da Argentina, dentre outros; também argumentam sobre a mudança no próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando este passa a incentivar uma insurreição armada para a derrubada do governo e a tomada do poder.³⁹⁸ Evidentemente que a figura de Luís Carlos Prestes e o papel desempenhado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) são também destacados na narrativa. O mais interessante nessa discussão é a avaliação que os autores fazem da Intentona Comunista, ou melhor, da primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Foi um

³⁹⁶ FICO, 2004, p. 31-32.

³⁹⁷ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 3.

³⁹⁸ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 15-17.

levante com participação restrita de alguns setores da população e, portanto, sem expressividade. Nesse sentido, afirmam os autores:

As massas populares mostraram não haver tomado conhecimento do quadro pintado pelos comunistas. O lema da ANL, “pão, Terra e Liberdade”, não sensibilizou o proletariado. A rebeldia e a mobilização das massas só existiam na imaginação e no desejo dos comunistas, ávidos de chegar ao poder a qualquer preço.³⁹⁹

Aqui, é importante fazer uma reflexão acerca desse movimento de 1935, pois segundo Roberto Martins Ferreira esse fato se constituiu como um marco para que o Exército brasileiro adotasse o discurso do anticomunismo enquanto uma prática dentro dessa organização.⁴⁰⁰ Assim, analisando os discursos das lideranças do Exército por ocasião desse acontecimento, o referido autor estabelece o ano de 1938 como marco inicial para a institucionalização das cerimônias oficiais em torno desse fato. Nesse sentido, afirma:

A transformação das cerimônias de 27 de novembro em uma cerimônia pública em muito ajudou a formar junto à sociedade a imagem das Forças Armadas brasileiras como declaradamente anticomunistas. A presença constante nos últimos 50 anos de todos os presidentes da República e de inúmeras autoridades civis e eclesásticas que se deslocam de onde estiverem para presenciar as cerimônias no Rio de Janeiro expressa a tácita aceitação do fato de que as Forças Armadas abandonem o seu papel apolítico e se manifestem publicamente contra uma das opções do leque ideológico do mundo contemporâneo.⁴⁰¹

Partindo, portanto, dessa perspectiva, pode-se afirmar que uma boa parcela dos quadros do Exército brasileiro, fora formada e influenciada pelas ideias anticomunistas presentes e atuantes nas lideranças dessa instituição. Da mesma forma, não se pode desconsiderar a influência desse discurso anticomunista entre a elite política de nosso país e a própria opinião pública que passam a ter acesso ao mesmo. Por meio dele também percebemos a importância que o anticomunismo vai adquirindo ao longo dos anos e como essa prática se concretiza nas narrativas acerca da vitória das Forças Armadas na luta e/ou guerra contra esse sistema político, social e econômico. Assim, a construção da derrota do comunismo pode ser considerada um marco autoafirmativo para os militares no sentido de criarem a imagem da instituição e a sua própria, enquanto “heróis nacionais”. Nesse contexto, também foi construída a ideia de que o comunismo representa um perigo iminente ao Brasil e que, portanto, o seu combate deve ser permanente.

³⁹⁹ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 21.

⁴⁰⁰ FERREIRA, 2005, p. 50.

⁴⁰¹ FERREIRA, 2005, p. 56-57.

Em relação à segunda tentativa de tomada do poder pelos comunistas, ela aconteceu no período do governo de João Goulart (Jango), entre os anos de 1961 a 1964. Segundo os autores, todos os acontecimentos que levaram à “Revolução Democrática de 31 de março de 1964” são tidos como preparação para o domínio do comunismo no país. Sua discussão, nessa parte da obra, passa pelo contexto do comunismo em nível mundial, com a denúncia dos crimes de Stálin por Nikita Krushev e a nova orientação dada pelo Partido Comunista Soviético para o PCB, contribuindo para sua cisão, em 1962, as Ligas Camponesas, a política escolhida por João Goulart de aproximação com as esquerdas e até os acontecimentos relacionados com a “Revolução de 1964”, interpretada de forma unânime pela maioria dos militares como uma forma de “evitar que o país caísse nas mãos dos comunistas”. Para os militares não houve golpe, mas uma revolução que garantiu ao país as liberdades democráticas. Nesse contexto diz:

A Revolução de 31 de Março de 1964 resultou de uma excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à subversão, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social, e cristalizou-se na manutenção do regime democrático.⁴⁰²

No tocante aos grupos políticos e da sociedade civil que apoiaram a chamada “Revolução de 31 de março”, a argumentação dos autores é bem coerente com as discussões que historiografia vem apresentando atualmente.⁴⁰³ Assim, apresenta vários políticos, inclusive destacando seus discursos em jornais da época em apoio à intervenção dos militares na deposição de João Goulart. Ao longo do tempo, e a partir das medidas que os governos militares passam a tomar, muitos dos personagens que haviam apoiado a intervenção dos militares, ou seja, o golpe de 31 de março, vão rompendo relações com o governo, mesmo porque esses grupos eram heterogêneos e tinham interesses diferentes. Mas essa prática não deixa de ser destacada no livro, em relação ao rompimento de alguns civis que haviam, a princípio, apoiado o golpe de 1964. Nesse sentido, na obra *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, dos historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, tem-se os nomes de várias lideranças civis da época que mudaram seu posicionamento, dentre elas o advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto e Dom Paulo Evaristo Arns.⁴⁰⁴

⁴⁰² *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 117.

⁴⁰³ Sobre essa questão ver FERREIRA; CASTRO, 2014.

⁴⁰⁴ FERREIRA; CASTRO, 2014, p. 381-384.

Ora, o que é fundamental em torno da discussão sobre essa segunda tentativa de “impor” o comunismo no Brasil, segundo os militares, é a “vitória da democracia”, e essa vitória teria sido uma conquista de toda a sociedade brasileira. Dessa forma, afirmam: “O ano de 1964 seria marcado pela Revolução Democrática de 31 de março, que, como expressão da vontade nacional, barrara a trajetória dos comunistas rumo ao poder, numa clara opção do povo brasileiro pelo regime democrático.”⁴⁰⁵ Na versão dos militares, os acontecimentos relacionados à deposição de João Goulart em 31 de março de 1964 são interpretados enquanto “revolução” e não enquanto “golpe”. Sua análise desse momento da história do Brasil é construída a partir de uma perspectiva positiva de “expressão da vontade nacional”, na qual o povo brasileiro teria aprovado a iniciativa dos militares juntamente com alguns políticos civis para depor o presidente João Goulart. Ora, essa prática de fato ocorreu, especialmente, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, onde as pessoas saíram às ruas comemorando a vitória da “revolução”.⁴⁰⁶

Na tese defendida pelos militares que escreveram *Orvil*, os comunistas não conformados com a vitória da “democracia”, garantida através da “Revolução de 1964”, resolveram partir para uma “forma mais violenta de conquista do poder”: a luta armada. Essa prática das esquerdas é, portanto, interpretada na obra como a terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Considero, assim, essa parte da obra o cerne de toda discussão da mesma. Os autores fazem uma narrativa que segue uma linha cronológica enfatizando ano a ano os acontecimentos envolvendo o governo e os grupos de esquerda.

Fazem um histórico de cada organização de esquerda, sua origem, seus militantes, seus objetivos, seus documentos e, especialmente, suas ações, denominadas “terroristas” pelos militares.⁴⁰⁷ Quais as ações dessas organizações, e, em específico, sobre a Guerrilha do

⁴⁰⁵ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 139.

⁴⁰⁶ Sobre essa questão, ver FERREIRA; CASTRO, 2014, p. 12-14. Para os autores, a construção de uma memória que isentou a população brasileira do apoio ao golpe deu-se a partir da década de 1980. Nessa mesma obra, no capítulo intitulado “E o golpe virou revolução...”, os autores discutem as comemorações ocorridas no país após a deposição de João Goulart através da chamada “marcha da vitória” (FERREIRA; CASTRO, 2014, p. 378).

⁴⁰⁷ Os grupos de esquerda estudados na obra foram: Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT); Frente Popular de Libertação (FPL); Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), posteriormente Resistência Armada Nacionalista (RAN); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Comunista Revolucionário (PCR); Ala Vermelha (AV); Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Ação Popular (AP); Força Armada de Libertação Nacional (FALN); Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP); Dissidência da Guanabara (DI/GB); Partido Operário Comunista (POC); Comando de Libertação Nacional (COLINA); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Núcleo Marxista-Leninista (NML); Fração Bolchevique Trotskista (FBT); Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º Maio); Movimento de Ação Revolucionária (MAR); Movimento Popular de Libertação (MPL); Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Além desses grupos, também a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a ala progressista da Igreja Católica são bastante criticados na obra. Os autores

Araguaia foram enfatizadas pelos autores? Como os militares silenciaram os projetos de implementar o comunismo no país? Todas as questões que envolvem a luta armada foram tratadas? Ou houve silêncios de algumas? Foram alguns questionamentos que procurei fazer ao analisar as narrativas dos militares sobre os grupos de esquerda no Brasil a partir de 1964. Com o intuito de narrar as ações das organizações de esquerda para implantar o comunismo por meio da luta armada, os autores estabeleceram como marco histórico e cronológico a vitória dos militares e dos grupos civis através da “Revolução de 1964” e o final da chamada Guerrilha do Araguaia, em 1974. Afinal, o clímax para os militares, das lutas armadas e da tentativa de se impor o comunismo no Brasil foi a Guerrilha do Araguaia, daí a importância dada a esse acontecimento na escrita dessa obra. Como os autores de *Orvil* construíram a versão para esse acontecimento? Quais as ênfases dadas na narrativa proposta nessa obra? Qual a concepção de história que predomina na escrita dessa obra? Quais influências dessa versão em outros livros escritos por militares? Pretendo, ao longo dessa discussão, apresentar possíveis respostas a estas e outras indagações.

A versão construída pelo *Orvil* acerca da Guerrilha do Araguaia contribuiu de certa forma para a escrita de outros livros sobre esse movimento armado, como é o caso da obra do coronel Aluísio Madruga, *Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade* (2002), do livro do coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente* (2008), e da obra do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A verdade sufocada* (2006), que, embora, não trate exclusivamente sobre a Guerrilha do Araguaia, dedicou alguns comentários a esse fato. Dessa forma, *Orvil* tornou-se uma fonte referencial para outros militares que passaram ao longo dos anos a publicar suas memórias acerca desse movimento armado. Seus dados e informações estarão presentes nessas obras reafirmando assim as ideias constantes no *Orvil*.

A narrativa enfatizada no *Orvil* acerca da Guerrilha do Araguaia parte inicialmente da versão dos militares para a descoberta do movimento no sul do Pará, em 1972. Segundo os autores dessa obra, o movimento teria sido descoberto pelos militares a partir da prisão, em Fortaleza, do militante Pedro Albuquerque Neto e de sua esposa Tereza Cristina. Para reforçar essa tese da delação, a obra descreve minuciosamente a sua ida para o Araguaia, a fuga desse guerrilheiro da área de preparação do movimento, sua prisão e delação. Assim descrevem os autores de *Orvil* esse fato:

chamam a atenção para o período de atuação dessas organizações, destacando que algumas tiveram um caráter efêmero, outras uma prática mais longa e/ou se uniram a outras.

Nesse mesmo mês, foi preso pelo DPF, em Fortaleza, o militante do PC do B, Pedro Albuquerque Neto. Durante os interrogatórios Pedro declarou ter-se evadido, em junho de 1971, de um campo de treinamento de guerrilha rural, localizado no interior do município de Conceição do Araguaia, em uma área denominada cigana. Em seus depoimentos, Pedro esclareceu ter sido recrutado para a área de guerrilha em Fortaleza, no segundo, semestre de 1970, por um elemento conhecido pelo nome de “André”, integrante, naquela época, do CR/PC do B/CE.⁴⁰⁸

Os demais militares, ao escreverem seus livros, fizeram uso dessa afirmação do *Orvil* com maior ou menor detalhamento. Tal afirmação constitui um fator considerável na guerra de memória presente nos livros escritos pelos militares sobre a Guerrilha do Araguaia.

Em seguida a essa descrição detalhada da descoberta da guerrilha no sul do Pará, os autores de *Orvil* iniciam a narrativa das operações militares. De certa forma, o centro da discussão dessa temática está, sobretudo, nessa questão das investidas dos militares contra os “subversivos” e “terroristas” do PC do B. Nesse sentido, é dada toda uma ênfase na descrição da prisão dos primeiros militantes, e, a partir delas, a identificação de quem eram, seus lugares de ação e o que pretendiam. A tônica sempre recai na alegação de que os militantes presos no início das operações militares, em abril de 1972, “são os responsáveis” pela identificação e localização dos demais guerrilheiros, dos seus pontos de apoio (PA), dos esconderijos de armamentos e alimentos armazenados para o momento em que a possível luta armada fosse iniciada. Dessa forma, narram os autores:

No dia 13 de abril, foi preso Francisco Amaro Lins, elemento de contato do subversivo Paulo Mendes Rodrigues, que confirmou as atividades de treinamento de guerrilha. Nesse mesmo dia, os elementos de informações que atuavam no sul também chegaram a um PA, apreendendo material de orientação, medicamentos e alimentos. No dia seguinte, foi preso, num ônibus detido por uma barreira policial, Eduardo José Monteiro Teixeira, quando se deslocava de Tocantinópolis para Marabá.⁴⁰⁹

E, seguindo nessa alegação de delação por partes dos militantes do PC do B, indício da guerra de memória construída através de sua narrativa, continuou: “No dia 18, foi preso ‘Geraldo’, codinome do subversivo José Genuíno Neto. ‘Geraldo’ revelou a estrutura do PC do B na área, fornecendo a localização geral dos destacamentos, bem como a constituição do seu, que era o destacamento ‘B’.”⁴¹⁰ Outra ênfase destacada na obra *Orvil* é a narração das prisões e mortes de alguns guerrilheiros, geralmente apresentadas como ocorridas em “combate”. Dentre as várias passagens do livro que trazem essa questão, escolhi a seguinte:

⁴⁰⁸ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 713-714.

⁴⁰⁹ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 709.

⁴¹⁰ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 717-718.

No dia 8, foi presa, nas proximidades do PA de Pau Preto, a subversiva Luzia Reis Ribeiro, conhecida pelos codinomes de “Lúcia” e “Baianinha”.⁴¹¹ No dia seguinte, apresentava-se às tropas do Exército, em Xambioá, Dagoberto Alves Costa (“Miguel”).⁴¹² Ambos pertenciam ao destacamento “C”. No dia 16, esse destacamento, sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva (“Maria”)⁴¹³ em choque com as forças legais. No dia 26, foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva (“Carlito”).⁴¹⁴ Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir. Em seguida, um grupo de subversivos assassinou “exemplarmente” João Pereira, um morador da área, por ter servido de guia para o Exército. Arroyo diz que “*A morte desse bate-pau causou pânico entre os demais da zona*”. Nesse mês ainda, por se encontrar grávida, Criméia Alice Schmidt de Almeida abandonou a área.⁴¹⁵ (Grifos dos autores).

As informações destacadas pelos autores de *Orvil* presentes na citação estão relacionadas à primeira investida dos militares na área onde se encontravam os membros do PC do B (abril a junho de 1972). Observa-se na narrativa dos autores uma preocupação com as datas e os locais das prisões e/ou das mortes dos guerrilheiros, semelhante à descrição de um “diário de campo”. Outra questão enfatizada é a “entrega” às tropas do Exército, do guerrilheiro Dagoberto Alves da Costa (Miguel) e da prisão de Kleber Lemos da Silva (Carlito), o qual teria indicado os locais de guarda de suprimentos (alimentos e possíveis armas) dos guerrilheiros. Ora, essa construção da imagem do guerrilheiro que “entrega” e/ou “delata” seus companheiros sem a necessidade do “uso da tortura” é algo bastante frequente nas narrativas dos militares. Essa ideia constrói a imagem do guerrilheiro “fraco”, “medroso”, “despreparado” e “covarde” que muitas vezes foi usada pelos militares para colocar uns contra outros, constituindo uma estratégia de guerra por parte das Forças Armadas. Abro um

⁴¹¹ Luzia Reis Ribeiro (Lúcia e Baianinha), natural de Jequié (BA), cursou Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. Nessa instituição, participou do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Filiou-se ao PC do B e, em janeiro de 1972, chegou ao Araguaia. Foi presa em junho de 1972 na primeira investida dos militares ao movimento guerrilheiro. Vive atualmente em Salvador. Ver MORAIS; SILVA, 2005, p. 598.

⁴¹² Dagoberto Alves da Costa (Miguel), natural do estado do Maranhão, entrou na luta armada a convite de um primo, “Douglas”, que integrava o PC do B. Chegou ao Araguaia no início da investida dos militares. No Araguaia recebeu o codinome de “Miguel” e era chamada pelos moradores de “Bigode”. Foi preso na primeira campanha das Forças Armadas na região (de abril a junho de 1972). Ficou dois anos preso e atualmente reside em Recife. Lançou recentemente o livro de memórias *Memórias do Araguaia – depoimento de um guerrilheiro*, pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe). Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/05/05/interna_politica,751011/as-memorias-de-um-guerrilheiro.shtml. Acesso em: 06 jun. 2018.

⁴¹³ Maria Lúcia Petit da Silva (Maria), natural de Agudos (SP), começou a militância política quando era estudante secundarista. Após a conclusão do magistério em 1969, prestou concurso para professora primária e trabalhou na zona norte da cidade de São Paulo. Em 1970 veio para o estado de Goiás, e, em seguida, para a região do Araguaia. Nessa área, era conhecida pelo nome de “Maria” e pertencia ao Destacamento C da guerrilha. (Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 3, p. 974).

⁴¹⁴ Kleber Lemos da Silva (Carlito), natural do Rio de Janeiro e formado em Economia, iniciou sua militância política no movimento estudantil. Filiou-se ao PC do B por meio do amigo Lincoln Bicalho Roque, também morto pelos militares no Rio de Janeiro, em 1973. No Araguaia era conhecido pelo nome de “Carlito” e fazia parte do Destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia. (Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 3, p. 978).

⁴¹⁵ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 720; grifos dos autores.

parêntese aqui para refletir sobre as memórias construídas pelas esquerdas acerca daqueles militantes que, no período da luta armada, foram presos, torturados e, de certa forma, “contaram” alguma informação de seu partido e/ou organização aos seus algozes. São inúmeros os casos nesse sentido, mas vou me restringir em relação à Guerrilha do Araguaia, objeto deste estudo. Dentro do “código de ética” estabelecido pelas organizações de esquerda, o militante deveria, diante das situações adversas como prisões e torturas, “resistir”, ou seja, não delatar seus companheiros de luta. Em sua análise sobre o processo de reparação aos ex-presos políticos, a socióloga Gonçalves (2009) destaca qual deveria ser, segundo a ótica das organizações de esquerda, o comportamento do militante diante das prisões e torturas — “ser altruísta, aguentar tudo, inclusive as torturas, sem repassar informações ao regime, não delatar companheiros.”⁴¹⁶

Entretanto, nem todos os militantes se encaixavam dentro desse tipo de “norma” e, diante da tortura praticada pelos agentes do Estado a serviço da repressão, acabaram por “entregar” determinadas informações sobre o partido, o grupo político e/ou a organização à qual pertenciam. A memória das lideranças desses partidos geralmente estigmatiza esse militantes como “anti-heróis” da luta armada. Em relação à Guerrilha do Araguaia, há quatro militantes que se tornaram enigmáticos nesse sentido: Pedro Albuquerque Neto (Pedro), José Genoíno (Geraldo), João Carlos Wisnesky (Paulo Paquetá, Paulo) e Lúcia Regina Martins (Regina). Assim, ao longo dos anos, as lideranças do PC do B (Ângelo Arroyo, João Amazonas, dentre outros) foram construindo uma imagem desses personagens enquanto “delatores” e “traidores” do movimento armado no sul do Pará. Nesse sentido, destaco como exemplo dessa prática a descrição feita pelo relatório de Ângelo Arroyo acerca da “fuga” do guerrilheiro Pedro Albuquerque, publicado em 1974. Assim diz o relatório:

O exército soube de nossa presença no sul do Pará através da *denúncia do traidor Pedro Albuquerque* que, meses antes, *havia fugido com sua mulher*, do Destacamento C. Esse casal tinha concordado plenamente com a tarefa que iria realizar e com as condições difíceis que iria enfrentar. No entanto, logo depois de sua chegada ao Destacamento C, a mulher de Pedro Albuquerque começou a dizer que não tinha condições para permanecer na tarefa e acabou convencendo seu marido a fugir.⁴¹⁷ (Grifos meus)

Por outro lado, esse estigma de “traidor”, de “delator”, acarretou para essas pessoas, e em específico para o caso de Pedro Albuquerque e seus familiares, alguns problemas. Um

⁴¹⁶ GONÇALVES, 2009, p. 228.

⁴¹⁷ ARROYO, Ângelo. *Relatório sobre a luta no Araguaia*. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/impriminot.php?id_sessao=49&id_noticia=873. Acesso em: 29 set. 2014.

deles, o de lidar com o juízo de valor das pessoas em relação à imagem de “traidor”. Talvez esse tenha sido um dos fantasmas presentes na vida de Pedro Albuquerque e de sua família. No que se refere à questão da reparação, aqueles militantes que “resistiram” e não “deletaram” seus companheiros consideram que os “delatores” não devem sequer entrar com o pedido de indenização ao Estado.⁴¹⁸

Percebe-se que essa questão também constitui uma das motivações para as disputas de memória em torno do passado desse acontecimento da história do Brasil dentro do próprio grupo das esquerdas. Para as lideranças do PC do B, apenas alguns estão autorizados a narrar as suas memórias (aqueles que seguiram as determinações das lideranças do partido na época e não discordaram da estratégia adotada); já os demais que saíram da região da guerrilha sem a “autorização” dos seus líderes e/ou se opuseram às diretrizes desses líderes não estão autorizados a falar. Dessa maneira, as memórias desses personagens “controversos” e a sua versão para os fatos ocorridos na época da luta armada soa enquanto um certo “incômodo”, inclusive, atualmente, para os líderes do PC do B. Ora, essa prática das lideranças do PC do B remete ao conceito de “enquadramento da memória”, enfatizado por Pollak (1989) em seu estudo acerca dos sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau durante a Segunda Guerra. Nesse estudo, o referido pesquisador verificou certo “controle da memória” por parte dos responsáveis pelas associações dos sobreviventes desse campo de concentração. Alguns são escolhidos para dar o seu testemunho: aqueles considerados “sóbrios e confiáveis aos olhos dos dirigentes.”⁴¹⁹

Existe, ainda, na narrativa dos autores de *Orvil* uma outra afirmação bastante comum nas versões sobre as mortes dos militantes do PC do B por parte dos militares, a tese de que “as mortes ocorreram em combate”. Essa versão passou a justificar a forma como os militares agiram no Araguaia sem fazer prisioneiros, ou seja, as mortes dos guerrilheiros são sempre atribuídas à intolerância por parte destes em “acatar as ordens de mãos para o alto”, isto é, de se renderem. Por último, a narrativa traz e constrói a imagem do guerrilheiro como aquele que pratica a violência, assim afirma “um grupo de subversivos assassinou ‘exemplarmente’ João Pereira, um morador da área, por ter servido de guia para o Exército”.

É válido ressaltar na narrativa de *Orvil* a ausência do reconhecimento por parte dos militares de falhas e/ou aspectos negativos na primeira operação militar contra os militantes do PC do B. Em relação à segunda campanha militar contra os guerrilheiros, ocorrida entre os

⁴¹⁸ Sobre a questão das indenizações aos perseguidos políticos, ver GONÇALVES, 2009, p. 230-231.

⁴¹⁹ POLLAK, 1989, p. 9-10.

meses de setembro e outubro de 1972, o livro descreve as estratégias utilizadas pelos militares para vencer o foco guerrilheiro no Araguaia. Nesse sentido, afirma:

Concomitantemente com a ocupação da área e durante o restante do mês de setembro, foram desencadeadas operações psicológicas. Houve a distribuição de folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos subversivos que, a partir de julho, haviam dado início a seu proselitismo político. Visando especificamente aos subversivos, foram espalhados panfletos com o objetivo de minar o moral do grupo. Era incentivado o espírito de rendição. Para reforçar esse apelo, outros panfletos foram confeccionados, dos quais constavam fotografias dos subversivos presos, que mostravam o tratamento humano que estavam recebendo, acompanhadas de declarações de próprio punho e por eles assinadas. Esses últimos panfletos eram dirigidos especificamente a determinados subversivos cujas concepções ideológicas eram sabidamente frágeis. A carta assinada por José Genoíno Neto (“Geraldo”) era dirigida a Glênio Fernandes de Sá e afirmava que estava sendo bem tratado pelo Exército e exortava-o a entregar-se. Também faziam apelos semelhantes “Lena” e “Lúcia”, presas durante as primeiras operações na área.⁴²⁰

É clara na narrativa dos militares exemplificada através da citação acima as formas utilizadas por estes para colocar a população local contra os guerrilheiros, com, nesse caso, a utilização da propaganda anticomunista expressa nos folhetos distribuídos entre os moradores. Além dessa prática junto à população do Araguaia, os militares também buscaram, nessa segunda campanha, convencer os guerrilheiros à rendição. A narrativa naturaliza o tipo de tratamento dado aos guerrilheiros presos durante a primeira investida das Forças Armadas no Araguaia. Usam-se como método “declarações” atribuídas aos guerrilheiros prisioneiros para que os demais se entreguem. A guerra também era psicológica, seja para os militantes do PC do B, seja para a população da região, conforme a própria narrativa afirma. Aqui a versão militar enfatiza a ideia de que os militantes presos dispunham de um “tratamento humano”. Entretanto, a narrativa memorialística construída por alguns guerrilheiros presos nessa primeira operação militar apresenta outra versão para o tratamento dado àqueles que foram presos. Nesse sentido, cito como exemplo a narrativa do ex-guerrilheiro José Genoíno (Geraldo), a qual enfatiza sua prisão e a tortura pela qual passou.⁴²¹

Partindo do princípio de que o livro *Orvil* foi escrito por militares ligados ao serviço de informações do Exército, o período compreendido entre a segunda e a terceira operação militar de combate à guerrilha (maio a outubro de 1973), denominada de “Operação Sucuri”, ou “operação de inteligência”, é um assunto bem enfatizado nesta obra. É considerada pelos militares como um “marco” da vitória pelas armas sobre os “subversivos” e “terroristas” no

⁴²⁰ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 723.

⁴²¹ Sobre essa questão, ver Capítulo 1 desta tese, p. 18.

Araguaia, pois por meio dela foram identificados os lugares e a rede de contato que os guerrilheiros dispunham na região. Seu objetivo é assim descrito pelo livro:

Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto a população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc, foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de “Sucuri”.⁴²²

A obra descreve a estratégia utilizada pelos militares para organizar essa “operação de inteligência”. Os agentes, ou seja, os soldados, foram infiltrados no meio da população local disfarçados de comerciantes (bodegueiros), posseiros e funcionários do INCRA. Dessa maneira, segundo os autores de *Orvil*, sem despertar estranheza por parte dos moradores da região e/ou dos militantes do PC do B, 32 agentes passaram a viver no Araguaia, numa operação cujo período se estendeu por cinco meses (maio a outubro de 1973).⁴²³ No sentido de valorizar o trabalho dos militares que participaram dessa fase de combate à luta armada no Araguaia, os autores de *Orvil* destacam o resultado “parcial” dessa operação:

Esse convívio na região permitiu aos agentes delinear a área onde os subversivos circulavam; determinar o tipo de armamento de que dispunham; identificar os elementos que lhes prestavam apoio; conhecer toda a área de operações, identificar, na população, os neutros e os que poderiam contrapor-se aos terroristas, desde que apoiados.⁴²⁴

Essas informações adquiridas pelos agentes militares na chamada “Operação Sucuri” são consideradas pelos autores de *Orvil* e demais autores militares aqui já estudados como um fator importante na execução e no sucesso da terceira e última investida das Forças Armadas contra os guerrilheiros do PC do B. Através delas, segundo os militares, foram identificados os moradores locais que de alguma forma tinham contatos com os “terroristas”, os locais que se encontravam, suas armas e quem eram esses jovens.

Embora *Orvil* descreva as ações dos militares no combate aos militantes do PC do B, a obra não fala de onde partiam as ordens para a execução desses militantes, quem eram os responsáveis e o que foram feitos dos corpos desses guerrilheiros. Evidenciar tais questões talvez levasse ao reconhecimento dos excessos cometidos por parte dos militares. E isso, até o momento, ainda não foi cogitado. Pelo contrário, os autores, geralmente exaltam a “coragem”,

⁴²² *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 779.

⁴²³ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 781.

⁴²⁴ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 781.

o “desprendimento”, o “nacionalismo” e o “espírito democrático” daqueles militares que lutaram contra o “terrorismo” no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

Em sua conclusão acerca dos alcances dos objetivos da “Operação Sucuri”, os autores do *Orvil* assim afirmam:

As informações necessárias ao início das operações já haviam sido colhidas. Estava perfeitamente configurada a intenção do grupo terrorista de permanecer na região, a fim de tentar alcançar seus objetivos políticos, com a implantação de uma área liberada, embora nos oito meses que permaneceram com quase total liberdade, pouco houvessem evoluído.⁴²⁵

No que concerne à terceira e última operação militar no Araguaia (de outubro de 1973 a dezembro de 1974), *Orvil* inicia sua descrição destacando o “aspecto surpresa” que a mesma provocou aos guerrilheiros. Da mesma forma, há referências positivas à operação de inteligência (“Operação Sucuri”) realizada anteriormente pelos militares como estratégia para o início e o desenrolar dessa terceira investida aos militantes do PC do B. Nesse sentido, diz:

As forças legais iniciaram as ações em 7 de outubro e surpreenderam as forças subversivas, ainda a época de início das operações não estivesse subordinada a esse propósito. Essas forças atuaram descentralizadas, guiadas pelos elementos que, há cinco meses, viviam na área e de cuja presença os subversivos sequer suspeitavam. Isto se constituiu em mais uma surpresa para os terroristas, que ficaram cerca de um mês sem ter noção dos efetivos, que os combatiam. Essas forças tinham um efetivo de cerca de 250 homens, mas os terroristas o estimavam cinco vezes superior, confundidos por sua dispersão.⁴²⁶

Em relação a essa terceira operação dos militares, *Orvil* também descreve as primeiras ações dos soldados ao chegarem à região do conflito, em especial a estratégia de isolar os guerrilheiros da população local. Acerca dessa questão, afirma os autores:

A primeira ação realizada foi a de isolamento dos elementos que prestavam apoio material aos terroristas e deveria ser desencadeada simultaneamente em toda a área, pois se pensava que, após longa permanência na região, os subversivos tivessem montado uma eficiente rede de informações.⁴²⁷

O fragmento acima indica como ocorreu a chegada dos soldados à região do Araguaia nessa terceira investida contra os guerrilheiros. Descreve de forma direta as prisões dos moradores locais, que, segundo os militares, “davam apoio aos terroristas”. É importante destacar nessa afirmação e em muitas outras ao longo da obra o uso de determinados termos

⁴²⁵ As tentativas de tomada do poder (*Orvil*), p. 782.

⁴²⁶ As tentativas de tomada do poder (*Orvil*), p. 783.

⁴²⁷ As tentativas de tomada do poder (*Orvil*), p. 783.

para especificar as ações dos militares no combate à Guerrilha do Araguaia. Nesse caso, em específico, chamo a atenção de dois: “isolamento dos elementos”, para significar as prisões dos moradores, e “terroristas” e “subversivos”, para nomear os guerrilheiros.

Um outro aspecto que merece análise quando a obra destaca o chamado “isolamento dos elementos” é a ausência de informações (silêncio) no que se refere à forma e os métodos utilizados pelos militares para efetuarem as prisões dos moradores do Araguaia, o livro não especifica, o *modus operandi* dessa prática. Da mesma maneira não há identificação de quem eram essas pessoas. Portanto, é dentro dessa perspectiva que são construídas as memórias acerca da Guerrilha do Araguaia nessa obra. Entretanto, as memórias construídas por alguns moradores do Araguaia presos nessa terceira campanha militar e/ou em outras enfatizam outra versão para as prisões ocorridas. Em suas lembranças há relatos da forma arbitrária e violenta das suas prisões, do tratamento que tiveram e das torturas que sofreram.⁴²⁸

Geralmente, a obra, ao descrever as ações dos soldados que resultaram nas mortes de guerrilheiros, sempre argumenta a versão do “combate”, numa tentativa de se buscar justificar essas ações enquanto “legítimas”. Nesse caso, cito a seguir um fragmento do *Orvil* no qual essa questão é perceptível:

Os subversivos tiveram o primeiro *combate* com as forças legais e sofreram quatro baixas, perdendo três depósitos na área da Transamazônica. Havia morrido no enfrentamento com as “forças de repressão” Divino Ferreira de Souza (“Nunes”); André Grabois (“José Carlos”); João Gualberto Calatroni (Zebão), pertencentes ao DST; e Antônio Alfredo Campos, elemento de apoio da área. Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Foi orientada uma patrulha para a área e houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e, possivelmente, um ferido.⁴²⁹ (Grifos meus)

Os autores de *Orvil*, ao construir as memórias para o período da chamada luta armada no Brasil, também dedicaram um capítulo de sua obra (mais especificamente, o seu capítulo 12) ao que denominaram “Avaliação crítica da terceira tentativa”. Nele, a argumentação central é, portanto, a ideia de que “todas as ações dos grupos de esquerda praticadas no país

⁴²⁸ Ao lembrar-se da sua prisão e da tortura que sofreu na época da Guerrilha do Araguaia, o senhor Leonardo Miranda Silva, morador da região, disse: “E esse vagabundo aí, sem vergonha, terrorista! Aí foram lá pegaram a máquina de choque... tacaram choque que eu arreganhava os dentes todinho. Rapaz, você me mata! E é pra matar mesmo! Pra matar mesmo. Ai eu digo, então mata ligeiro! Rapaz, tu é atrevido! Uma coisa dessa! Não é? A gente mata ligeiro, já que é pra matar. Inocente a gente morre. Esses home me judiaram, me judiaram, me judiaram. Eu não sei que hora era porque dipindurado não tava sabendo de nada.” (Entrevista oral concedida ao pesquisador em Xambioá (TO), em 11 de setembro de 2015). Arquivo do pesquisador. O seu relato memorialístico é semelhante ao de outros moradores do Araguaia que, durante os combates aos militantes do PC do B pelas Forças Armadas, foram presos e submetidos a prática da tortura, aqui por ele descrita como “judiação”.

⁴²⁹ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 783.

nos anos de 1960 e 1970, fracassaram”. Aqui, vou me ater apenas à avaliação que os autores dessa obra fizeram em relação à Guerrilha do Araguaia, objeto central desta análise.

Assim, segundo a obra *Orvil*, em sua avaliação acerca do fracasso da Guerrilha do Araguaia, há cinco fatores que teriam contribuído para o malogro dessa “tentativa de tomada do poder pelos comunistas”. O primeiro deles, na visão dos militares que escrevem *Orvil*, está relacionado ao fato de a tentativa de implantação da guerrilha do PC do B seguir o “modelo foquista” de luta armada. Embora o partido tenha argumentado em seus documentos sua preferência pelo modelo chinês (“a guerra popular prolongada”), para os autores de *Orvil*, na “essência”, o que prevaleceu foi o “foquismo”. Dessa forma, afirma: “Pode-se alinhar várias causas para o fracasso da tentativa do PC do B, mas quase todas elas estarão invariavelmente ligadas ao fato de ela ter sido, de propósito ou não, uma tentativa foquista na essência.”⁴³⁰ Dessa forma, argumentam os autores, os militantes do PC do B “menosprezaram o apoio da população priorizando o trabalho militar em detrimento do trabalho político”.⁴³¹ Priorizando tal aspecto, segundo os autores de *Orvil*, os “subversivos” “não conseguiram sensibilizar os camponeses” acerca dos seus objetivos, o segundo fator destacado para o fracasso da Guerrilha do Araguaia. Além disso, a região do Araguaia contava, na época do conflito, com uma população distribuída de forma irregular onde “as moradias ficavam distantes umas das outras em cerca de 6 a 8 horas de caminhada”.⁴³²

O terceiro fator enfatizado pelo livro para o fracasso da luta armada no Araguaia se refere às chamadas “condições objetivas”. Para os militares autores do *Orvil*, os militantes do PC do B, não levaram em consideração, na época de implantação da guerrilha, a situação de “desenvolvimento” que o país passava nos anos de 1960, após os militares terem assumido o governo. Nesse sentido, citam como exemplos a abertura da rodovia Transamazônica e o “desenvolvimento econômico” que o Brasil passava no período do início dos combates, em abril de 1972.⁴³³

O quarto fator alegado pelo livro é o número irrisório de militantes para formar um exército popular e de armamentos adequado para o enfrentamento. Por último, o coroamento dessa avaliação do fracasso da luta armada no Araguaia se dá a partir da afirmação de que os guerrilheiros do PC do B “subestimaram as Forças Armadas” e a sua “capacidade operacional”.⁴³⁴ Cabe aqui questionar a avaliação feita pelo livro *Orvil* acerca do fracasso da

⁴³⁰ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 820.

⁴³¹ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 820.

⁴³² *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 820.

⁴³³ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 821.

⁴³⁴ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 821.

Guerrilha do Araguaia. Que interesses existem aí presentes? Por que justificar uma versão a partir da ideia do fracasso? É importante lembrar que a questão da avaliação da Guerrilha do Araguaia nos anos de 1980, década da escrita do *Orvil*, já havia sido realizada pelas lideranças do PC do B desde o final dos anos de 1970, e alguns intelectuais de esquerda, como Jacob Gorender e Wladimir Pomar, já haviam se posicionado de forma crítica acerca da luta armada no Brasil através de suas obras, conforme já destaquei anteriormente. Além disso, não se pode desconsiderar a própria publicação do livro *Brasil: nunca mais* (1985), obra principal na disputa sobre o passado do período de exceção no Brasil, o qual o próprio *Orvil* nasceu para combatê-lo. Parece haver uma necessidade dos autores do *Orvil* buscar construir uma versão que justifique a vitória dos militares pelas armas, especificando as “carências do inimigo”, conforme se pode observar na narrativa dessa obra.

Outro aspecto importante na narrativa construída pelo *Orvil* acerca da Guerrilha do Araguaia é o silêncio desse livro para os casos relacionados à prática da tortura, seja aos militantes do PC do B, seja aos próprios moradores da região do Araguaia. Quanto a essa questão, o próprio presidente Ernesto Geisel, em depoimento ao jornalista Elio Gaspari, declarou em alguns casos a sua prática.⁴³⁵ O historiador Fico (2004) ao se referir a essa questão, afirmou: “hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes.”⁴³⁶

Partindo do princípio de que “a luta contra o regime comunista é uma constante”, a tentativa de “impor” esse sistema no Brasil não foi encerrada com a vitória dos militares sobre a luta armada nos anos de 1960 e 1970. Nesse sentido, o livro *Orvil* destaca a “quarta tentativa de tomada do poder pelos comunistas no Brasil”. Ela se dá, segundo a tese dos militares, a partir do processo da chamada “abertura política” do país, iniciada no governo de Ernesto Geisel, e, seguida, no governo de João Figueiredo, quando os comunistas utilizaram as “massas” para protestarem contra esses governos e incentivaram greves, manifestações, e, enfim, conseguiram pela via eleitoral alguns cargos políticos. É válido destacar que, para esses militares, essa quarta tentativa dos comunistas tomarem o poder no Brasil não se dá pelos meios chamados “clássicos”, propostos pelo marxismo-leninismo, isto é, via revolução, mas por meio dos meios institucionais, ou seja, pela conquista da população por meio de eleições. É o que os autores da obra denominam de “fase de tomada do poder por meio do amparo da lei”. Nessa quarta fase também são evidentes indícios de revanchismo por parte

⁴³⁵ GASPARI, 2002, p. 24.

⁴³⁶ FICO, 2004, p. 36.

dos militares. Nesse aspecto argumentam os autores de *Orvil*: “Vencidas na forma de luta que escolheram — a luta armada — as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.”⁴³⁷

Segundo a obra, os militares sempre saíram vitoriosos nas guerras contra o comunismo, e, hoje, uma maneira que eles encontraram para modificar essas vitórias se expressa através das práticas revanchistas. Portanto, na leitura dos militares, a derrota das organizações de esquerda no período da luta armada não significou o fim da guerra contra o comunismo. Essa guerra continua hoje, não mais pelos meios bélicos, mas no debate político e, também, através das narrativas envolvendo os acontecimentos do passado. Essa fase da quarta tentativa de tomada do poder pelos comunistas é inconclusa; ela se inicia a partir de 1974, mas permanece até os dias atuais. A chamada “abertura política” e as conquistas democráticas alcançadas ao longo desse momento são geralmente destacadas como uma concessão dada pelos militares.

Ao analisar essa fase de tentativa de tomada do poder pelos comunistas, os militares estabeleceram como marcos dois períodos: o equilíbrio estratégico (1974-1979) e a contraofensiva (1979...). O primeiro período é caracterizado pelo “desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal” e pelo aumento da participação política. Já o segundo, é o momento da “abertura política” através das medidas instituídas pelo governo Figueiredo a partir de 1979, no qual o marco decisivo teria sido a Lei de Anistia.

Nesse período, no qual os debates políticos se acirram, toda e qualquer iniciativa, seja da sociedade civil, seja dos grupos políticos de oposição aos militares, são lidas como “subversivas”. Assim, por exemplo, as greves, o Movimento Feminino pela Anistia, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, as iniciativas do clero progressista são lugares onde os comunistas estão infiltrados e, portanto, são caracterizados como sendo “subversivos”. Por esse motivo, a afirmação baseada na máxima de Marx de que “um espectro ronda os militares” faz sentido se levarmos em consideração que sempre o medo do comunismo rondou e ronda o seu imaginário e o de boa parte da elite brasileira.⁴³⁸

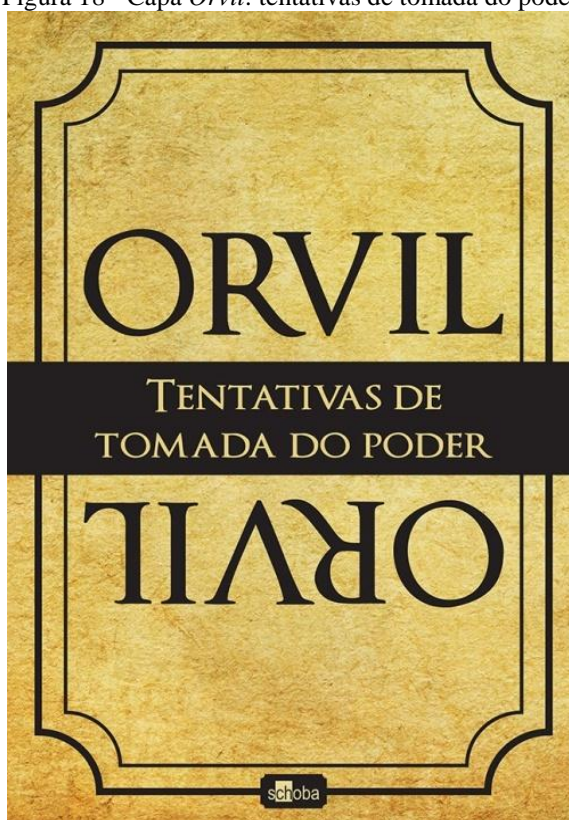
A versão do livro *Orvil: tentativas de tomada do poder*, publicada em 2012, apresenta algumas diferenças em relação à sua versão disponibilizada na internet. Uma delas, por exemplo, se refere à capa apresentada (capa dura), num *design* mais moderno, com a cor em amarelo, o título em preto e subtítulo em dourado (ver figura 18). Papel de qualidade e as

⁴³⁷ *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 839.

⁴³⁸ Ver MOTTA, 2002.

letras num formato mais moderno são outras diferenças perceptíveis nessa versão. O seu volume, com 925 páginas e qualidade, desperta a curiosidade do leitor. Entretanto, é importante frisar a ausência dos nomes dos organizadores e/ou autores na capa desse livro. Questiono essa ausência como se aqueles que organizaram e produziram a obra quisessem ainda ficar por trás dos fatos ali narrados, não assumindo, portanto, as informações constantes na obra. Prevalece, ainda, certo anonimato por parte dos militares acerca do período por eles estudado. Seus nomes aparecem apenas na contracapa: o tenente coronel Lício Maciel e o tenente José Conegundes do Nascimento.⁴³⁹

Figura 18 - Capa *Orvil*: tentativas de tomada do poder.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2016).

⁴³⁹ José Conegundes Nascimento nasceu no Rio de Janeiro, em 1933. Antes de ingressar no Exército Brasileiro, trabalhou como técnico em eletrônica e eletromagnetismo, área de sua formação em nível de segundo grau, atual ensino médio. Entrou para o Exército no Regimento Escola de Infantaria (REI), em Deodoro, no Rio de Janeiro. Na década de 1960, com a transferência da Capital Federal para Brasília, passou a trabalhar no Gabinete do Ministro do Exército e de lá foi para o Centro de Informações (CIE/ADF). (Fonte: *Orvil*: tentativas de tomada do poder, p. 921-922). Atuou durante a Guerrilha do Araguaia e, por esse motivo, foi convidado a prestar depoimento para a Comissão Nacional da Verdade, em 2014. Entretanto, o tenente José Conegundes do Nascimento se recusou a participar. (Ver reportagem de Priscilla Mendes: ‘Se virem. Não colaboro com inimigo’, diz militar à Comissão da Verdade. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/se-virem-nao-colaboro-com-inimigo-diz-militar-comissao-da-verdade.html>. Acesso em: 14 ago. 2017.). De acordo com o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, a presença do então sargento José Conegundes do Nascimento na região do Araguaia foi comprovada por meio das suas folhas de alteração no Exército, e demonstram sua participação junto ao combate aos militantes do PC do B, entre os anos de 1972 e 1974, a serviço do Centro de Informações do Exército (CIE). Teria participado da morte da guerrilheira Lúcia Maria de Souza (Sônia). (Ver Relatório Comissão Nacional da Verdade, Vol. 1. p. 905). Seu nome no Araguaia era “Cid”.

O Projeto Orvil e, posteriormente, o livro digital disponibilizado na internet a partir de 2007, intitulado *As tentativas de tomada do poder*, permite questionar: de quais documentos e/ou arquivos as informações publicadas nessa obra foram tiradas? Pois as Forças Armadas quando questionadas sobre os documentos concernentes ao período de exceção, em especial, os que poderiam trazer alguma informação sobre os “desaparecidos” políticos sempre negaram a sua existência, alegando a sua “destruição”. E, nesse caso, a escrita do livro *Orvil* fundamentou-se em quais documentos? Ora, as informações detalhadas sobre as organizações de esquerda, as suas ações e o papel das Forças Armadas diante delas são fortes evidências de que os militares possuem documentação sobre o período, mas que ainda não foram disponibilizadas para a sociedade. Nesse sentido, os organizadores e escritores do *Orvil* não indicaram as fontes consultadas, pois preferiram ocultá-las. Assim, seus autores, ao narrarem as operações militares no Araguaia durante a chamada “Guerrilha do Araguaia”, descrevem como ocorreram algumas prisões e mortes dos militantes do PC do B.⁴⁴⁰ Informações cuja versão até então publicada, disponível para esses fatos na época (década de 1980), era a do Relatório de Ângelo Arroyo.

Em relação às mortes dos militantes do PC do B constantes no *Orvil*, por constituir uma narrativa longa, escolhi como exemplo a que trata da morte do guerrilheiro Bergson Gurjão de Farias, o “Jorge”⁴⁴¹, ocorrida, segundo a obra, em junho de 1972. Assim descrevem os autores:

Em junho, começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região de Caiano. Dele resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias (“Jorge”).⁴⁴²

⁴⁴⁰ No que concerne a essa questão das prisões e mortes dos militantes do PC do B no Araguaia, ocorrida durante as três campanhas militares das Forças Armadas na região, ver *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 720-785.

⁴⁴¹ Bergson Gurjão Farias (Jorge), natural de Fortaleza (CE), iniciou sua atuação política quando era estudante de Química na Universidade Federal do Ceará, participando do movimento estudantil. Em 1967, foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Durante o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, foi um dos participantes presos. Nesse mesmo ano foi expulso da UFC por meio do Decreto-Lei 477, que proibia a organização estudantil nas instituições de ensino. Em julho de 1969 foi condenado a dois anos de prisão pela Justiça Militar, e a partir de então entrou para a clandestinidade. Mudou-se para o sudeste do Pará, e, nessa região, passou a ser conhecido como “Jorge”. Sobre a sua morte existem diferentes datas, mesmo nos documentos oficiais até então disponíveis. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade há quatro possíveis datas para a sua morte: 08/05/1972; 02/06/1972; 03/06/1972 ou 05/06/1972. Seus restos mortais foram encontrados em 1996 no cemitério de Xambioá (TO), e a confirmação feita em julho de 2009 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 3, p. 936).

⁴⁴² *As tentativas de tomada do poder (Orvil)*, p. 720.

Portanto, os militares, autores da obra, dispunham de documentação na qual essas informações foram retiradas. Nesse contexto, diante das informações trazidas pelo *Orvil*, os familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia passaram a questionar, na época, o governo Lula e os oficiais ligados à produção da obra, dentre eles o general Leônidas Pires Gonçalves, a explicarem como havia sido produzida a obra, em quais documentos as informações foram baseadas. Contudo, a resposta dos militares, segundo o jornalista Lucas Figueiredo, foi o silêncio. Da parte do governo, a exceção foi o ministro-chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Os demais colegas das pastas da Defesa, Waldir Pires, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, não se pronunciaram sobre o assunto.⁴⁴³

No que se refere ao conteúdo, não houve alterações. Os capítulos, seus títulos e os fatos narrados são os mesmos da versão digital. Apenas foi acrescentada uma apresentação feita pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (diga-se de passagem um dos guardiões da obra durante a sua fase de “ostracismo”), um prefácio assinado pelo general reformado Geraldo Luiz Nery da Silva⁴⁴⁴ e um índice onomástico (lista com os nomes de pessoas citadas na obra com as indicações das páginas onde aparecem). Outro aspecto a ser considerado nessa versão recente da obra são as qualidades das fotos de época nela constantes, pois na versão digital essas fotos se encontram quase que indecifráveis, numa qualidade muito baixa.

No que se refere à apresentação do livro, de início afirmou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra:

O fim do Regime Militar e a Lei da Anistia não trouxeram a pacificação desejada. Crédulos, os militares voltaram as suas atribuições, confiantes na reconciliação de todos os brasileiros. *As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados — as mãos dos vencedores da luta armada —, porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados trocaram as armas pelas palavras*, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que procuram manter abertas até os dias de hoje.⁴⁴⁵(Grifos meus)

As afirmações do coronel refletem duas questões que considero importantes nessa publicação do *Orvil: tentativas do tomada do poder*, em 2012: a primeira, sempre recorrente na versão dos militares, a ideia de que a guerra sempre foi iniciada pelas esquerdas. Foi assim, por exemplo, na época da luta armada nos anos de 1960 e 1970, e também no presente, nessa

⁴⁴³ FIGUEIREDO, 2015, p. 92.

⁴⁴⁴ O general Geraldo Luiz Nery da Silva nasceu no Rio de Janeiro. Desempenhou várias funções dentro do Exército, dentre as quais sua atuação junto a Escola Superior de Guerra e como comandante da Brigada de Artilharia Antiaérea. Foi um dos coordenadores do projeto de história oral do Exército e membro da Academia de História Militar Terrestre. Tais trabalhos e liderança dentro da instituição garantem, a meu ver, o lugar de fala do general Geraldo Luiz Nery da Silva, enquanto uma autoridade, para prefaciá-la obra dos militares. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BBGTFoY_s8U, Acesso em: 17 ago. 2017.

⁴⁴⁵ USTRA, 2012, p. 21.

outra fase da guerra, através da escrita. Assim disse o coronel: “As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados — as mãos dos vencedores da luta armada —, porém, para os vencidos o combate continuou...”. Dessa forma, a construção do “outro” é sempre mostrada por meio do olhar negativo, uma das características das memórias desse período, seja dos militares, seja dos militantes. A segunda questão presente na argumentação de Carlos Alberto Brilhante Ustra é a ideia de continuidade da guerra, hoje não mais através das armas, mas pelas palavras, ou seja, pela escrita. E é nesse sentido que se enquadra o relançamento de *Orvil*. Se a guerra continua, é necessário responder aos “ataques” do inimigo a partir da mesma arma — a escrita.

Ainda na sua apresentação, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra sintetiza a história do próprio Projeto Orvil destacando seus colaboradores, as fontes utilizadas, o conteúdo presente, seu título provisório e a decisão tomada na época de sua conclusão para a não publicação. Nela também não faltaram críticas ao livro *Brasil: nunca mais* e a versão construída pela esquerda para a história do Brasil relacionada ao período dos governos militares.⁴⁴⁶ Sua apresentação, portanto, não difere dos argumentos desse autor nas suas duas obras, aqui analisadas anteriormente.

Já o prefácio dessa edição de *Orvil: tentativas de tomada do poder* foi escrito pelo general Geraldo Luiz Nery da Silva. As argumentações do general Geraldo Luiz Nery não diferem daquelas destacadas ao longo desse capítulo no que concerne às justificativas para a chamada “contrarrevolução de 31 de março de 1964”, assim como para os métodos utilizados pelos militares para impedir a implementação do comunismo no Brasil — como o próprio subtítulo do livro sugere: “tentativas de tomada do poder”. A tese construída pelos militares é sempre a mesma, ou seja, nas várias “tentativas” em que a esquerda buscou conquistar o poder político no país, ela sempre foi derrotada. Dessa forma disse o general:

Depois de derrotados nas três tentativas em que se empenharam fanaticamente — Intentona Comunista de 1935, Contrarrevolução de 31 de março de 1964 e no período da luta armada, marcado pelo terrorismo urbano e pela guerrilha rural — decidiram adotar a estratégia do comunista italiano Antonio Gramsci, na qual as palavras são as novas armas para a consecução dos seus fins.⁴⁴⁷

Segundo o general, no momento atual, os comunistas buscam se fundamentar nas ideias defendidas pelo pensador italiano Antonio Gramsci através das “palavras”, isto é, do convencimento, em especial dos jovens, de que o comunismo proporcionaria um “país mais

⁴⁴⁶ USTRA, 2012, p. 21-22.

⁴⁴⁷ SILVA, 2012, p. 25.

justo” para todos. Os meios utilizados pelas esquerdas, de acordo com o general, para alcançar esse objetivo, seriam a mídia, as escolas e as universidades. Nesses espaços, havia um grande número de adeptos do marxismo, seguidores das ideias de Gramsci.

Em seu prefácio, o general Geraldo Luiz Nery da Silva tece críticas ao livro *Brasil: nunca mais*, principal motivo para a escrita da obra *Orvil* nos anos de 1980, em especial pela visão unilateral presente no livro da Arquidiocese de São Paulo, da qual os militares, ou melhor, aqueles que combateram o “terrorismo” no país, foram acusados. No presente, o lançamento de *Orvil* é uma resposta às iniciativas do governo em indenizar os “perseguidos políticos”,⁴⁴⁸ isto é, segundo as palavras do general, “terroristas”, e a criação da Comissão Nacional da Verdade. Nesse sentido, disse:

Recursos inexistem para o fortalecimento do poder de dissuasão das Forças Armadas, mas sobram para a larga distribuição de incontáveis bolsas assistencialistas, particularmente da injusta e bilionária bolsa-ditadura, usurpando o sofrido contribuinte, a fim de favorecer perversos terroristas. Releva enfatizar, neste prólogo, que os revanchistas da esquerda que estão no poder — não satisfeitos com as graves restrições de recursos impostas às Forças Armadas e com o tratamento discriminatório dado aos militares, sob todos os aspectos, especialmente o financeiro — tiveram a petulância de criar, com o conluio de um inexpressivo Congresso, o que ousaram chamar de “comissão da verdade”.⁴⁴⁹

A afirmação do general Luiz Nery da Silva em relação à Comissão Nacional da Verdade (CNV) externaliza a opinião de vários militares e seus seguidores quanto à criação, implantação e execução dessa comissão. Embora a mesma tenha sido implementada por meio de um “acordo” com determinados setores das Forças Armadas, de fato não houve uma

⁴⁴⁸ Motivo de muitas contendas, especialmente por parte de alguns setores das Forças Armadas e setores mais conservadores da sociedade brasileira, a prática da “reparação” aos perseguidos por motivos políticos no país foi resultado de um longo período de reivindicação da parte dos familiares dos “desaparecidos” políticos no período de exceção no Brasil. Também pode ser considerada, nesse sentido, a pressão por parte de órgãos internacionais, como o caso da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Assim, o que o general nomeia, ironicamente, como “bolsa-ditadura”, foi o resultado da luta de vários anos pelo reconhecimento do Estado brasileiro pelas violações aos direitos humanos e sua reparação por tal ato, o que é nomeado pelos especialistas da chamada “justiça de transição” de “reparação”. No caso brasileiro, a primeira iniciativa nesse aspecto se deu no final de 1995, com a aprovação da lei 9.140, “Lei dos Desaparecidos”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm. Acesso em: 07 jun. 2018. Entretanto, a maior polêmica e disputa acerca da “reparação” por parte dos setores conservadores brasileiros e dos militares está na aprovação da Lei 10.559, de 13 de dezembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10559.htm. Acesso em: 07 jun. 2018. Nessa lei estão assegurados aos anistiados cinco direitos: o direito à declaração da condição de anistiado político; o direito à reparação econômica; o direito à contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado foi obrigado a afastar-se de suas atividades profissionais, devido a punição ou ameaça de punição; o direito à conclusão de curso interrompido por punição ou ao registro de diploma obtido em instituição de ensino fora do país e o direito à reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos. Em relação à discussão mais específica sobre a questão da Anistia e a reparação aos perseguidos políticos, indico dois trabalhos: MEZAROBBA, 2007 e GONÇALVES, 2009.

⁴⁴⁹ SILVA, 2012, p. 27.

unanimidade por parte dos militares (sejam da ativa ou da reserva) quanto aos trabalhos executados pela referida comissão. Houve, assim, desde o anúncio da criação da CNV, certa resistência por parte dos setores militares mais “conservadores”. Dessa forma, durante os dois anos e sete meses de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, vários militares, familiares destes e adeptos de sua versão para a história do Brasil se posicionaram por meio de artigos disponibilizados principalmente nos sites criados e mantidos por estes, criticando a comissão.⁴⁵⁰ É válido ressaltar ainda, no que tange à convocação para depoimento à Comissão Nacional da Verdade de alguns militares que atuaram no combate aos grupos de esquerda, as posturas desses em relação ao convite. Suas reações podem ser percebidas desde a total “indiferença” às audiências públicas, negando-se a participar e a depor, até o total silêncio diante dos questionamentos da Comissão. Um dos exemplos foi o do tenente José Conegundes do Nascimento, militar que atuou no combate à Guerrilha do Araguaia. Convocado a comparecer na audiência pública em 8 de setembro de 2014, o então tenente respondeu ao ofício da Comissão de próprio punho, dizendo: “Não vou comparecer. Se virem. Não colaboro com o inimigo.”⁴⁵¹ Já entre os casos de militares que permaneceram em silêncio diante da Comissão, cito o caso do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Este, embora tenha comparecido à audiência realizada em Brasília em 10 de maio de 2013, permaneceu em silêncio diante das perguntas dos membros da Comissão Nacional da Verdade. Apenas leu um pequeno depoimento, cujo conteúdo é semelhante à introdução do seu livro *A verdade sufocada*, destacando as dificuldades dos militares no “combate aos terroristas” e negando a tortura a eles alegada.⁴⁵²

No que concerne ao relatório final da CNV divulgado a partir de 10 de dezembro de 2014, destaco a reação de dois representantes desse grupo de militares: a viúva do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Joseíta Brilhante Ustra, e o posicionamento do Superior Tribunal Militar (STM) por meio de nota divulgada na imprensa. Em relação às críticas postuladas pela viúva do coronel publicada no site “A verdade sufocada” por meio de um artigo intitulado “O direito à verdade e a memória da CNV”, a autora enfatiza quatro pontos que, na sua concepção, foram “omissos” pela Comissão Nacional da Verdade: 1) a motivação para que as “organizações subversivo-terroristas” pegassem em armas, ou seja, na visão da

⁴⁵⁰ Dentre os sites, destaco o do “Grupo Terrorismo Nunca Mais” (Ternuma), <http://www.ternuma.com.br/>, e “A verdade sufocada”, <https://www.averdadesufocada.com/>. Neles, há diversos artigos criticando a criação, a atuação e o relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade.

⁴⁵¹ MENDES, Priscilla - 'Se virem. Não colaboro com inimigo', diz militar à Comissão da Verdade. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/se-virem-nao-colaboro-com-inimigo-diz-militar-comissao-da-verdade.html>. Acesso em: 14 ago. 2017.

⁴⁵² Para ter acesso ao depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra à CNV, ver <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY>. Acesso em: 4 jul. 2018.

autora, assim como dos militares, o que esses grupos “realmente queriam era implantar uma ditadura marxista-leninista-trotskista no Brasil”; 2) “a falta da relação de cerca de 40 organizações subversivo-terroristas que traziam o caos à população ordeira”; 3) “os nomes das 119 vítimas assassinadas e dos seus assassinos”; 4) “os nomes de todos que cometeram sequestros, ‘justiçamentos de companheiros’ atentados a bomba, assaltos, sabotagens e outros crimes.”⁴⁵³ Assim, para um determinado setor militar, a Comissão Nacional da Verdade não dispôs do “caráter de isenção”, evidenciando uma “visão unilateral” para os acontecimentos ocorridos no período por ela estudado, ficando claro, nesse caso, segundo os militares, “uma tendência esquerdista para a história narrada pela comissão”, sem levar em consideração “os crimes cometidos pelos militantes de esquerda nesse período”.

A reação mais expressiva ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade, no entanto, foi o posicionamento do Superior Tribunal Militar (STM) divulgado através de nota e publicado na imprensa, quatro dias após a solenidade de entrega do relatório final dessa comissão. Todo conteúdo da referida nota expressa a discordância dessa instituição no que se refere às afirmações constantes no relatório da CNV acerca da atuação desse tribunal no período dos governos militares no Brasil. Evidencia, também, as disputas em torno das memórias que vêm sendo construídas desse período da história do país. Em seu início a nota já externaliza o princípio da negação das alegações constantes no relatório da CNV. Assim afirma:

O Superior Tribunal Militar vem a público esclarecer equívocos e inverdades constantes do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 10 de dezembro de 2014, relacionados a este ramo especializado do Poder Judiciário. Na realidade, a Justiça Militar da União (JMU) não “teve papel fundamental na execução de perseguições e punições políticas”, não “institucionalizou punições políticas” e tampouco ampliou, para si mesma, sua competência para o “processamento e julgamento de civis incurso em crimes contra a Segurança Nacional”. Muito menos foi a “retaguarda judicial [...] para a repressão [...] conivente ou omissa às denúncias de graves violações de direitos humanos”.⁴⁵⁴ (Grifos do autor)

É perceptível na citação acima que, em todas as afirmações constantes no relatório da CNV acerca desse órgão, a nota divulgada vem precedida da negativa (não). Assim, o “Superior Tribunal Militar não teve quaisquer responsabilidades pelas ações praticadas pelos agentes do Estado durante o período da ditadura civil-militar.” Além disso, a nota também

⁴⁵³

Disponível

em:

https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=11988:111214-o-direito-a-verdade-e-a-memoria-da-cnv&catid=58&Itemid=107. Acesso em: 21 jun. 2018.

⁴⁵⁴ Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/stm/noticia/17736/CNV---Nota-do-Superior-Tribunal-Militar-/>. Acesso em: 19 jun. 2018.

caracteriza os acontecimentos analisados no relatório enquanto “equivocados” e “inverídicos”. Essa postura, portanto, está bem presente em vários militares que, durante a fase da chamada luta armada, estiveram na linha de frente de combate aos militantes de esquerda.

Diante dessas críticas ao relatório final da CNV é válido destacar algumas recomendações, em especial, às Forças Armadas, constantes nele. Das 29 recomendações constantes no relatório, considero que 11 delas se referem de forma direta aos militares, seja nos atos de violações aos direitos humanos praticados no passado, seja em relação à sua formação para o presente.⁴⁵⁵ Transcrevo a título de informação essas recomendações para, em seguida, fazer alguns comentários.

*Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985); Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica — criminal, civil e administrativa — dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais; Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964; Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos; Modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos; Revogação da Lei de Segurança Nacional; Desmilitarização das polícias militares estaduais; Extinção da Justiça Militar estadual; Exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal; Preservação da memória das graves violações de direitos humanos; Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar.*⁴⁵⁶ Grifos meus.

Todas as recomendações da Comissão Nacional da Verdade concernentes à atuação das Forças Armadas no passado, ou seja, durante o período do regime militar, incomodaram determinados setores militares. Contudo, considero que cinco delas, em itálico na citação acima, são tidas pelos militares enquanto práticas “revanchistas” por parte das esquerdas. São recomendações que se inserem no campo das disputas tanto políticas quanto memorialísticas. Para o campo das criações de memórias, as recomendações da CNV propõem duas medidas: “Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964” e “Preservação da memória das graves violações de direitos humanos”, questões que acirram as

⁴⁵⁵ Para ter acesso às recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ver BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Vol. I. Brasília, DF, 2014, p. 964-975. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁵⁶ BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Vol. I. Brasília, DF, 2014, p. 965-975. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.

disputas de memórias já presentes ao longo dos anos após o fim do período militar no Brasil, bem como a busca por se estabelecer uma “memória oficial” e permitida para os acontecimentos desse período. Por outro lado, as memórias dos vencedores da luta armada, nesse momento, são relegadas ao “esquecimento”.

É dentro desse contexto permeado das disputas em torno do passado e também do presente que o livro *Orvil: tentativas de tomada do poder* foi publicado, dessa vez, em um volume expressivo de páginas e numa qualidade bem superior àquela lançada na internet, em 2007.

Em termos de repercussão da obra por meio da imprensa, nota-se que até 2007 não houve matérias relacionadas ao Projeto Orvil, seja para divulgá-lo e/ou criticá-lo. A exceção, nesse caso, ocorreu com a publicação das matérias do jornalista Lucas Figueiredo em *O Estado de Minas* e no *Correio Brasiliense* (2007)⁴⁵⁷ e posteriormente transformadas no livro *Olho por olho: os livros secretos da ditadura* (2009). Assim, considero dois momentos em termos de repercussão dessa obra por meio da mídia. Um primeiro, no qual tanto o Projeto Orvil quanto os fragmentos de sua escrita circulavam apenas em um círculo restrito de militares e no site “Ternuma” na internet, e o segundo momento, a partir de 2007, por meio das matérias divulgadas nos jornais *O Estado de Minas* e *Correio Brasiliense*, nas quais um número maior de pessoas passaram a ter conhecimento desse projeto e dos livros escritos por meio dele. Após essas matérias nos anos seguintes, tem-se, geralmente, reportagens divulgando a versão constante no *Orvil* na mídia, especialmente via digital.⁴⁵⁸

Em relação à circulação e às vendas alcançadas na edição do *Orvil* publicada em 2012, o repórter José Maria Mayrink afirmou que as três primeiras remessas do livro, de cerca de mil exemplares cada uma, esgotaram em apenas três meses. Por esse motivo, a editora Schoba iria fazer até o final do mês de janeiro daquele ano uma outra tiragem de dois mil exemplares.⁴⁵⁹ Ora, esses dados permitem inferir que o livro *Orvil* e a sua versão para os acontecimentos relacionados ao período dos governos militares, no geral, e, em específico,

⁴⁵⁷ FIGUEIREDO, 2007.

⁴⁵⁸ TRIGO, Luciano. O livro secreto da ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2009/05/28/o-livro-secreto-da-ditadura/>. Acesso em: 18 jun. 2018. NETO BONALUME, Ricardo. Livro traz versão de militares sobre ação da esquerda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/79991-livro-traz-versao-de-militares-sobre-acao-armada-da-esquerda.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 18 jun. 2018. Tribuna do Norte. Livro destaca versão dos militares sobre repressão. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/livro-destaca-versao-dos-militares-sobre-a-repressao/241492>. Acesso em: 18 jun. 2018.

⁴⁵⁹ Utilizei como referência a matéria do jornalista José Maria Mayrink, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 16 de janeiro de 2013. Ver MAYRINK, José Maria. Militares põem em livro versão sobre repressão. In: *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-poem-em-livro-versao-sobre-repressao,985167>. Acesso em: 31 jul. 2017.

para a sua construção das esquerdas a partir do olhar dos militares, teve uma certa aceitação por parte de um determinado tipo de leitor, isto é, aqueles que se identificam com a versão da história narrada pelos militares, simpatizantes de uma concepção de política mais a “direita” e com uma visão mais “conservadora” de sociedade. Seja por curiosidade e/ou por concordar com a versão apresentada, a obra favoreceu a disputa em torno dos acontecimentos do passado (décadas de 1960 e 1970) e acirrou as disputas políticas no presente. Entretanto, as ideias defendidas na obra alcançaram uma maior visibilidade, e por que não dizer, uma maior repercussão por meio da sua divulgação, nos sites e blogs criados e mantidos pelos militares e/ou simpatizantes, de sua versão para a história do Brasil do período do regime militar.⁴⁶⁰ Evidentemente que há condições de mensurar o número de acessos ao *Orvil* por meio desse recurso digital e também identificar com precisão quais leitores são predominantes em seu acesso, isto é, a qual grupo social pertencem, sua faixa etária (se mais jovens ou idosos). O que se pode inferir é que a versão enfatiza pelo *Orvil* tem sido apropriada por determinados leitores com o intuito de se fazer apologia aos militares em detrimento das medidas e posicionamentos dos governos de centro-esquerda no país. Para estes, “o passado é sempre melhor”, ou seja, o período dos governos militares. Nele, “não havia corrupção e insegurança”, o país se encontrava “em desenvolvimento” e a “ordem” predominava. O caso mais sintomático dessa postura foram as declarações do cantor popular Zezé di Camargo publicada pela imprensa em 11 de setembro de 2017.⁴⁶¹ Nela, o referido cantor declarou:

Eu vou falar um absurdo aqui para você, as pessoas vão me criticar, jornalistas vão falar de mim, achar que sou um maluco. [...] Muita gente confunde militarismo com ditadura, todo mundo fala ‘nós vivíamos numa ditadura’. Nós não vivíamos numa ditadura, nós vivíamos num militarismo vigiado. Ditadura é a Venezuela, Cuba viveu com Fidel Castro e até hoje vive, Hungria, Coreia do Norte, China, esses são realmente ditadores. O Chile com o Pinochet. A Argentina também viveu isso. O Brasil nunca chegou a ser uma ditadura daquelas que ou você está a favor ou você está morto.⁴⁶²

⁴⁶⁰ Dentre os vários sites e blogs, destaco os seguintes: Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), endereço: <http://www.ternuma.com.br/>. Acesso em: 28 jun. 2018. Site A verdade sufocada, Endereço: <https://www.averdadesufocada.com/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Blog do Lício Maciel, endereço: <https://liciomaciel.wordpress.com/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Blog Piracema – nadando contra a corrente, endereço: <http://felixmaier1950.blogspot.com/2018/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

⁴⁶¹ Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/09/12/internas_viver,722023/brasil-nunca-chegou-a-ser-uma-ditadura-diz-zeze-di-camargo.shtml. Acesso em: 2 abr. 2018.

⁴⁶² Sobre a entrevista de Zezé di Camargo à jornalista Leda Nagle, ver https://www.youtube.com/watch?v=pHXAgD8_C0g. Acesso em: 29 jun. 2018.

A publicação de *Orvil* via digital a partir de 2007 permite refletir sobre as características dos textos produzidos e divulgados através da internet. O texto eletrônico, como bem assegurou Chartier (2002), “é um texto móvel, maleável, aberto.” Nele, “o leitor pode intervir em seu próprio conteúdo e não somente nos espaços deixados em branco pela composição tipográfica. Pode deslocar, recortar, estender, recompor as unidades textuais das quais se apodera.”⁴⁶³ Assim, a obra *Orvil*, em sua primeira exposição para um público maior daquele inicialmente que teve acesso as suas informações, pode ter provocado nos leitores, ainda como destaca Chartier, uma “leitura descontínua, segmentada e fragmentada.”⁴⁶⁴ Nesse sentido, a decisão dos organizadores para sua publicação em forma de livro, em 2012, além dos pressupostos já aqui discutidos, foi uma maneira de proporcionar uma visão mais contínua, direta e linear dos fatos nele narrados. Algo, portanto, que na internet é mais difícil de acontecer devido à característica de a mesma proporcionar informações mais curtas e instantâneas.

Ainda no que se refere à opção pela publicação do texto do Projeto Orvil por meio do suporte do livro, é necessário refletir sobre outros significados que essa prática proporciona, pois ele representa um meio de “perenizar” a versão dos militares. O livro exerce a função, nesse sentido, de documento, ele “cristaliza” a construção das memórias dos militares, evita que as suas lembranças sejam esquecidas. O livro, portanto, é a garantia de que os fatos nele narrados sejam uma lembrança presente daquele passado. É, também, uma evidência do combate aos livros escritos e publicados pela esquerda, que, segundo os militares, “distorcem” os acontecimentos da história do Brasil relativos ao período dos governos militares. Dessa forma, enquanto que a internet é efêmera e transitória, embora alcance um público superior, o livro representa um suporte mais seguro e constante.

⁴⁶³ CHARTIER, 2002, p. 25.

⁴⁶⁴ CHARTIER, 2002, p. 31.

5. A ESCRITA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NA INTERPRETAÇÃO DE HISTORIADORES

A história trabalha com procedimentos tidos como científicos, um método, a crítica às fontes e a busca de evidências. Já a memória busca a “fidelidade ao testemunho” e a ênfase a uma versão que se pretende “verdadeira” para os acontecimentos. Entretanto, apesar dessas principais diferenças, existem algumas aproximações entre essas duas formas de representar o passado, dentre as quais destaco: a relação com o presente, a seletividade e o trabalho a partir das representações.⁴⁶⁵ Nesse contexto, como o historiador deve proceder ao trabalhar com os relatos memorialísticos (sejam eles orais ou escritos) em suas pesquisas? Sem pretender encerrar essa discussão, mas apenas visando apontar algumas pistas, destaco que o historiador ao problematizar as narrativas memorialísticas, poderá cruzar os depoimentos com outros documentos, questionar sua versão para assim analisar a memória. Os livros estudados nesse quarto capítulo da tese partiram desse princípio. Em outras palavras, utilizaram vários depoimentos orais e/ou escritos e, a partir deles, cruzaram-se suas informações com outras fontes históricas, problematizando-as através dos pressupostos teóricos escolhidos por cada autor; dessa forma, construíram uma determinada versão para a história da Guerrilha do Araguaia. Contudo, suas versões não eximiram as disputas acerca do passado/presente desse acontecimento; pelo contrário, contribuíram para a continuidade da guerra através da escrita, agora trazendo para o debate a própria historiografia.

5.1 A escrita da Guerrilha do Araguaia a partir do materialismo histórico

Passados aproximadamente vinte anos após o fim dos conflitos no Araguaia, e após a sua escrita ser elaborada pelos jornalistas e intelectuais de esquerda, os historiadores passaram a inquirir a partir do olhar da história os acontecimentos relativos àquele conflito. Como esses profissionais construíram suas versões para a guerrilha? Quais fontes utilizaram? O que suas narrativas enfatizaram? A partir de qual teoria construíram suas narrativas? São alguns

⁴⁶⁵ Sobre essa questão em específico, dentre os vários autores que a discutem, indico o artigo de Ulpiano Bezerra de Menezes, “A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais” (1992) e o ensaio de David Lowenthal, “Como conhecemos o passado” (1998).

questionamentos que procuro responder a partir da análise de alguns trabalhos acadêmicos publicados em livros acerca desse acontecimento.

Dessa forma, a disputa acerca do passado sobre os acontecimentos ocorridos nos anos de 1960 e 1970, em específico sobre a Guerrilha do Araguaia, não apenas está presente nos livros escritos por militantes de esquerda, simpatizantes de suas ideias e militares. A partir dos anos de 1990, com os trabalhos de cunho acadêmico que buscam discutir esse período da história contemporânea de nosso país, também é perceptível essa prática.

Os livros analisados ao longo desse Capítulo 4 da tese apresentam, nesse sentido, uma característica peculiar em relação aos demais livros discutidos nos capítulos anteriores. São obras resultantes de pesquisas acadêmicas no campo da história (Mestrado e Doutorado), e, assim, são geralmente direcionadas, a princípio, para um público específico, isto é, os historiadores e demais pesquisadores da área acadêmica (das Ciências Humanas e Sociais). Contudo, mesmo direcionados para esses leitores, não se pode afirmar que esses livros tenham apenas atingido esse público. Após sua publicação eles podem ter alcançado uma comunidade de leitores bem mais abrangente do que a inicialmente pensada. É desse lugar acadêmico, que tais livros analisam a Guerrilha do Araguaia a partir de conceitos específicos, de acordo com a concepção de história de cada autor e as linhas de pesquisas dos programas institucionais de Pós-Graduação nos quais estão inseridos.

Partindo desses pressupostos, o primeiro trabalho que resultou na publicação de livro foi a dissertação de Mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás⁴⁶⁶, de Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*, publicado em 1997.

Para entender um pouco as escolhas desse pesquisador e a sua escrita para a Guerrilha do Araguaia, apresento, em primeiro lugar, quem é esse autor, quais as suas produções e a sua área de atuação enquanto historiador. Natural de Goiás, Romualdo Campos Pessoa Filho, graduou-se em História pela Universidade Federal de Goiás, em 1988. Nessa mesma instituição cursou entre os anos de 1990 a 1995 o seu mestrado em História, cuja dissertação culminou na publicação da obra em análise. Também nessa instituição cursou o seu doutorado em Geografia entre os anos de 2010 a 2013, com a tese intitulada *Araguaia: Depois da Guerrilha uma outra guerra - A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia de*

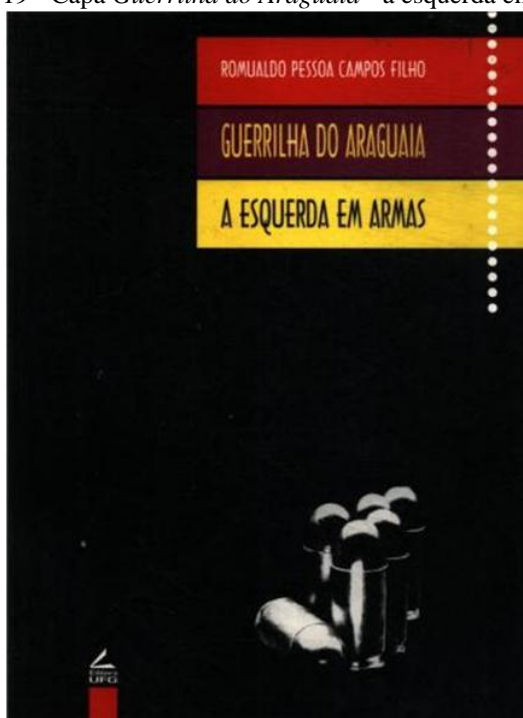
⁴⁶⁶ Embora o autor não tenha explicitado em sua introdução a linha de pesquisa à qual o seu trabalho está inserido, julgo necessário enfatizar essa e outras questões. No que concerne à linha de pesquisa, busquei junto ao Banco de Teses da CAPES essa informação, e, segundo os dados lá constantes, sua dissertação está inserida junto à linha de pesquisa de História Regional. O autor foi orientado por Janaína Passos Amad Figueiredo, e o título original da dissertação é *A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, defendida em 1 de fevereiro de 1995. Fonte: MEC/CAPES.

segurança nacional (1975-2000), dando continuidade, assim, a temas relacionados a questões concernentes à Guerrilha do Araguaia, pesquisada por ele durante o seu Mestrado, mas agora a partir enfoque da Geografia, e, em específico, da geopolítica. É professor da Universidade Federal de Goiás desde 1995 e atua em áreas relacionadas à História das Sociedades Agrárias, Geopolítica e Questões Ambientais Contemporâneas, com temas voltados à Guerrilha do Araguaia, globalização, fronteiras, territórios e estudos regionais da América Latina, geopolítica, geografia política, geopolítica da água e geopolítica da biodiversidade.⁴⁶⁷

Em segundo lugar, considero importante refletir acerca dos significados que a capa do seu livro apresenta aos seus leitores. A capa da primeira edição do livro *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas* em cor preta pode ter vários significados dentro dos acontecimentos narrados na obra (ver figura 19). Identifico, intuitivamente, dois deles: o primeiro pode estar se referindo à obscuridade e à falta de informações negadas pelo próprio Estado aos familiares dos guerrilheiros e aos pesquisadores no assunto. A falta da documentação oficial, em especial nessa década de 1990, contribuiu para que muitas questões ficassem em aberto, constituindo ainda uma página “escura”. Outro simbolismo que talvez a cor da capa traduza é o luto das famílias e dos amigos dos guerrilheiros mortos durante a Guerrilha do Araguaia. Ainda no que se refere à capa do livro, também se percebe a imagem (desenho), talvez de granadas ou algum outro tipo de artefato militar. Já as cores vermelho e amarelo, sob as quais constam o nome do autor e o subtítulo do livro, respectivamente, podem estar fazendo alusão às cores das bandeiras da China e do Vietnã, países que serviram de modelo para a luta dos guerrilheiros no Araguaia.

⁴⁶⁷ Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4791203J6>. Acesso em: 1 nov. 2017.

Figura 19 - Capa *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2016).

A primeira edição da obra foi publicada por meio da editora da UFG em 1997, evidenciando, assim, um vínculo institucional entre o autor e a editora de seu livro, pois, além de aluno do Programa de Pós-graduação em História, ele também é docente dessa instituição. Outro fator preponderante pode estar relacionado ao fato de ser um dos primeiros trabalhos acerca do conflito no Araguaia analisado a partir da perspectiva da história. Dessa forma, essas duas motivações podem ter sido relevantes para a publicação da primeira edição da obra através da editora da UFG.

O livro *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*, não apresenta um prefácio em sua primeira edição. Por outro lado, traz uma considerável introdução, elaborada pelo próprio autor, na qual são explicitadas a origem de sua pesquisa em 1991, os seus postulados teóricos e procedimentos metodológicos e a análise bibliográfica sobre a temática, questões comuns dentro dos trabalhos acadêmicos e que diferenciam esse seu livro em relação aos demais analisados nesse trabalho. Ainda no que concerne às diferenças, é importante destacar a análise que o autor faz das fontes consultadas, algo não presente nos demais livros acerca da guerrilha até o momento discutidos nesta tese. Isso porque o seu lugar de fala é diferente dos demais aqui analisados: jornalistas e memorialistas. Romualdo Pessoa é acima de tudo um historiador, seu *métier* exige certos procedimentos teóricos e metodológicos que os outros autores não necessitam seguir em sua escrita. Nesse sentido, ao iniciar sua introdução, procurou indicar aos seus leitores, as suas escolhas teóricas:

No aspecto teórico, analisei a Guerrilha do Araguaia tendo como paradigma de interpretação o materialismo histórico, formulações firmadas por Karl Marx e Friedrich Engels que compuseram um conjunto de conceitos adquiridos dos estudos da dialética hegeliana e do materialismo feuerbachiano.⁴⁶⁸

Em sua introdução, Romualdo Pessoa Campos também destacou a concepção de luta armada a partir da construção das memórias das organizações de esquerda. Essa memória elaborada pela esquerda argumenta, portanto, que a luta armada foi uma forma de resistência à ditadura civil-militar. Sabemos, pois, que havia outros interesses envolvidos nessa luta, como a instauração do comunismo no Brasil, e a própria Guerrilha do Araguaia constitui um desses exemplos. Entretanto, ao contextualizar as escolhas políticas dos grupos de esquerda, afirmou:

Para determinados setores, a situação vivida no Brasil, à época, parecia confirmar que as transformações políticas só seriam possíveis através da violência. Sem os espaços naturais existentes em regimes democráticos, diversas organizações brasileiras de esquerda optaram pela luta armada, visando à derrubada da ditadura militar.⁴⁶⁹

Assim, a escrita do autor e a sua análise da luta armada na década de 1970 reforça a visão elaborada pelas esquerdas a partir do final dessa década. Da mesma forma, também evidencia a disputa em torno do passado desse período da história do Brasil. Para montar a sua narrativa, o autor fez uso de várias obras que analisam o período da ditadura civil-militar e da Guerrilha do Araguaia. Dentre elas, destaco *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender; *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis; *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti; *Brasil: nunca mais* e *O perfil dos atingidos; história da ação popular*, de Aldo Arantes; e *A Revolução impossível*, de Luís Mir, obras e autores referenciais em termos de questões em torno da ditadura civil-militar. Já no que concerne à temática da Guerrilha do Araguaia, em específico, o autor utilizou obras como a do jornalista Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*; Wladimir Pomar, *Araguaia - o partido e a guerrilha*; o livro *Guerrilha do Araguaia*, editado pelo PC do B; e o livro do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, *Xambioá: guerrilha no Araguaia*.⁴⁷⁰ Portanto, fez uso da bibliografia disponível em sua época para, a partir dela, analisar esse acontecimento da história contemporânea do Brasil. Percebe-se, nessa escolha de Romualdo Pessoa no que se refere à Guerrilha do Araguaia, a

⁴⁶⁸ CAMPOS FILHO, 1997, p. 15.

⁴⁶⁹ CAMPOS FILHO, 1997, p. 17; grifos meus.

⁴⁷⁰ CAMPOS FILHO, 1997, p. 18-20.

ausência de livros escritos por historiadores. Essa questão se explica pelo fato de até esse momento, ou seja, início da década de 1990, não se ter trabalhos relacionados a essa temática escritos por historiadores. O seu trabalho e os dos historiadores Gilvane Felipe e Deusdedith Alves Rocha Júnior⁴⁷¹, não publicados em livros, foram os primeiros trabalhos acadêmicos escritos por historiadores sobre a temática da Guerrilha do Araguaia. Dessa maneira, tornaram-se referenciais para as pesquisas subsequentes, inclusive a minha.

Dessa forma, a obra do historiador Romualdo Pessoa Campos Filho vem se destacando no campo acadêmico, influenciando outros trabalhos. De acordo com informações disponibilizadas por meio do site da CAPES (Coordenação de Planejamento de Pessoal de Nível Superior), encontrei onze trabalhos acadêmicos entre os anos de 2000 a 2016, nos quais o livro e/ou a dissertação do autor é citada nas referências bibliográficas destes.⁴⁷² Entendo, portanto, diante dessa prática, a circulação alcançada pelo livro do referido autor em relação aos seus pares, motivando a discussão e o debate em torno das questões que envolvem a luta armada no Brasil, também contribuindo com a disputa pelo passado acerca desse acontecimento. Entretanto, não encontrei nenhuma referência ao seu livro presente nas obras dos militares aqui analisadas. Apresento três possíveis explicações para essa ausência: a primeira, devido a algumas obras escritas por militares terem sido publicadas antes de seu livro *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Esse é o caso do livro *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, do capitão aviador Pedro Corrêa Cabral, publicado em 1993. A segunda explicação, talvez por indiferença, desconhecimento ou não concordar com a análise feita por Romualdo Pessoa Campos Filho. A terceira, devido ao fato de a edição do livro estar esgotada, ou seja, não disponível nas livrarias durante a escrita das narrativas dos militares, pois a sua obra apenas foi publicada numa segunda edição, em 2012.

Por outro lado, no que se refere aos livros publicados por jornalistas acerca da luta armada no Brasil, de forma geral, e em específico no caso da Guerrilha do Araguaia, o livro desse historiador é geralmente utilizado como uma referência nessa temática. Assim, obras como *Mulheres que foram a luta armada* e *O coronel rompe o silêncio*, ambas do jornalista Luiz Maklouf Carvalho, e *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, dos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva, são exemplos de livros nos quais a obra de Romualdo

⁴⁷¹ Ver FELIPE, Gilvane. *A Guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966–1975)*. Tese de doutorado apresentada ao Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 1993. ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. *A Guerrilha do Araguaia (1972–1974)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 1995, 158 p.

⁴⁷² Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Pessoa Campos Filho é utilizada.⁴⁷³ Ora, além de influenciar na escrita desses autores, a obra *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* também serviu de referência para o documentário *Guerrilha do Araguaia – as faces ocultas da história*, dirigido por Eduardo Castro, em 2007.⁴⁷⁴ Nele, o historiador Romualdo Pessoa Campos Filho foi um dos pesquisadores que narrou o contexto histórico do Brasil e do mundo a partir da segunda metade do século XX, buscado, assim, entender o porquê de os militantes do PC do B optarem pela luta armada. Esses exemplos demonstram a circulação e a abrangência que o livro em questão alcançou para além do ambiente acadêmico.

O livro *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* apresenta, em termos de organização, sua divisão em quatro capítulos: capítulo 1 - A esquerda em armas: a resistência necessária; capítulo 2 - O interior não é longe: o PC do B e a opção pela guerrilha rural; capítulo 3 - A Guerrilha do Araguaia: o Vietnã é aqui; e capítulo 4 - A guerrilha derrotada. Além desses capítulos, o autor acrescentou no livro o que nomeou de “Post-scriptum”, no qual relata o seu retorno à região do Araguaia e o seu contato com alguns moradores dessa região após a conclusão de sua dissertação.

Embora o livro de Romualdo Pessoa Campos Filho tenha priorizado em sua narrativa os aspectos políticos e econômicos do movimento armado no sul do Pará, sua discussão foi além. O autor realizou várias entrevistas com lideranças do PC do B, moradores da região do Araguaia que de alguma forma conviveram com os militantes do partido no período anterior ao início das campanhas militares, camponeses que de forma voluntária ou forçada serviram como guias para os militares, camponeses e comerciantes presos pela ação repressiva e religiosos suspeitos de ajudar os guerrilheiros. Considero o seu trabalho de importância significativa para o debate acerca da guerrilha, visto que foi o primeiro a possibilitar a visão de um historiador sobre as memórias em torno dessa experiência de conflito no Araguaia. Temos, portanto, não mais jornalistas buscando depoimentos dos moradores, mas um historiador. Sua pesquisa também pode ser percebida como uma maneira de reativação das memórias dos moradores da região.

Para contextualizar o período no qual a Guerrilha do Araguaia está inserida, o autor discute a política, a sociedade e a economia do Brasil durante os anos de 1960 e 1970. Apresenta a turbulência política após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a posse do seu vice-presidente, João Goulart. Nesse sentido, o autor traçou todas as medidas

⁴⁷³ Ver CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2004; MORAIS; SILVA, 2005.

⁴⁷⁴ CASTRO, Eduardo. *Guerrilha do Araguaia – as faces ocultas da história*. [Documentário]. Ideia Produções/TV Brasil Central. Goiânia, 2007, 55 min.

tomadas por João Goulart no seu governo e o posicionamento dos grupos de esquerda na época, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).⁴⁷⁵ Dessa maneira, ele fez uma análise das principais divergências desses dois partidos quanto ao caminho a ser adotado para se chegar ao socialismo. Além desses dois partidos, Romualdo também analisou o posicionamento de outros grupos esquerdistas no período, tais como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), a Tendência Marxista (TM) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), todos esses grupos buscando, na época, encontrar um caminho para se fazer a revolução no Brasil e qual o modelo a ser seguido: o soviético, o chinês ou o cubano.⁴⁷⁶ Ao analisar qual o modelo de revolução seria implementado no país pelas organizações de esquerda, afirmou:

As organizações marxistas encontraram em Cuba e na China os novos exemplos e elementos teóricos de que precisavam para se contrapor ao reformismo soviético, que havia causado um desarranjo enorme nas hostes revolucionárias. O cesso das revoluções cubana e chinesa e, em certa medida, da vietnamita, bem como o carisma que possuíam seus líderes mais importantes — Fidel Castro e Che Guevara (Cuba), Mao Tsé-Tung (China) e Ho Chi Min (Vietnã) —, supriram o vazio deixado pelo pacifismo e pela carência de líderes soviéticos.⁴⁷⁷

Percebe-se, portanto, na construção da narrativa do autor a sua ênfase nos aspectos políticos e ideológicos que influenciaram na década de 1960 as organizações de esquerda e os jovens que participavam dessas organizações no modelo a ser adotado de revolução para o Brasil. Após essa análise o centro de sua discussão passa a ser o próprio Partido Comunista do Brasil (PC do B). Para realizar a sua análise, apresenta o contexto do cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, destacando, nesse sentido, a Guerra Fria no período corresponde aos anos de 1945 a 1960. Argumentou, assim, sobre as disputas políticas e ideológicas desse período por meio das duas potências que emergiram após a Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.⁴⁷⁸ Ainda no que concerne ao contexto internacional, o referido autor também destacou o papel exercido pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1953, e o comando deste por Nikita Krushev, quanto às novas diretrizes desse partido a partir de então, e a cisão, no caso do Brasil, do PCB.⁴⁷⁹

⁴⁷⁵ CAMPOS FILHO, 1997, p. 27-28.

⁴⁷⁶ CAMPOS FILHO, 1997, p. 41-48.

⁴⁷⁷ CAMPOS FILHO, 1997, p. 44.

⁴⁷⁸ CAMPOS FILHO, 1997, p. 51-52.

⁴⁷⁹ CAMPOS FILHO, 1997, p. 53-57.

Após realizar essa discussão é que o autor inicia a sua interpretação para a Guerrilha do Araguaia. Como historiador, esse cenário montado pelo autor anteriormente nos possibilita compreender o que teria levado os militantes do PC do B a organizar esse movimento armado no Araguaia. Seu esforço teórico e narrativo foi, nesse sentido, a busca de tentar encontrar possíveis respostas para a organização e instalação da guerra popular prolongada no sul do Pará. O que teria levado os militantes, em sua maioria jovens, a deixar suas famílias, seus amigos, seus empregos e/ou seus estudos e se embrenharem nas matas do Pará? O que buscavam? Quais os seus objetivos? Por que alguns resistiram até o fim? Por que outros resolveram abandonar a área? Essas questões, que ainda não foram totalmente respondidas, parecem ter sido preponderantes no estudo desse autor. Mas não apenas dele, pois a escrita e a análise da Guerrilha do Araguaia tem se mostrado, ao longo dos anos posteriores ao conflito, um campo aberto de possibilidades interpretativas. Dependendo do grupo que construa sua versão (seja militares, moradores da região ou ex-militantes do PC do B), as respostas a essas e outras questões podem apresentar pontos divergentes e/ou comuns.

Ao discutir a Guerrilha do Araguaia, Romualdo Pessoa apresentou, em primeiro lugar, as características da região escolhida pelas lideranças do PC do B para desencadear a chamada guerra popular prolongada — a região do Araguaia. Dessa forma, o autor apresentou as contradições dessa área do Brasil, pois enquanto havia um interesse dos militares em relação ao aspecto estratégico, por outro lado as questões sociais eram deixadas de lado. Assim disse:

Era visível o interesse estratégico dos militares em relação à Amazônia. Mas não no sentido de solucionar as profundas contradições existentes, que se acentuavam à medida que os incentivos governamentais sustentavam uma política de desenvolvimento voltada para atender aos interesses de grandes corporações. A política proposta para a região amazônica não objetivou atender a uma demanda crescente de colonos que migravam para a região em busca de um pedaço de terra, que ali existia em grande quantidade. Sua prioridade foi o investimento nas grandes empresas capitalistas, através de doações de recursos públicos, apoio econômico e, sobretudo, incentivos fiscais.⁴⁸⁰

Portanto, ao contextualizar os aspectos econômicos e sociais da área escolhida pelo PC do B para a guerrilha, Romualdo Pessoa evidencia uma das condições propícias para que os militantes desse partido alcançassem, possivelmente, o apoio da população local ao seu projeto de guerra popular prolongada. Tais aspectos também foram, por exemplo, enfatizados

⁴⁸⁰ CAMPOS FILHO, 1997, p. 76.

pelas lideranças do PC do B na época do conflito no Araguaia.⁴⁸¹ Seu estudo, assim como o de Giovane Felipe, enfatizou as três campanhas militares para combater os militantes do PC do B no Araguaia.

sua análise acerca da guerrilha do Araguaia priorizou os depoimentos de ex-guerrilheiros, os documentos do PC do B e os testemunhos de alguns moradores da região. Nesse sentido, sua pesquisa acionou as memórias de dois grupos protagonistas desse acontecimento que vão construindo suas versões e vão divulgando-as para a sociedade brasileira, nesse momento, a partir da análise de um historiador e do seu lugar institucional, que é a academia. Assim, os acontecimentos ocorridos no Araguaia vão se tornando cada vez mais conhecidos e discutidos ao longo dessa década, seja por meio de reportagens na imprensa, seja pela luta dos familiares dos guerrilheiros mortos. seja, nesse momento, pela academia. Talvez a não publicação da versão dos militares e do próprio Estado brasileiro, inicialmente, não tenha sido suficiente para deter as memórias que ao longo desses anos foram e são construídas acerca desse acontecimento.

O seu livro, ao analisar a história da Guerrilha do Araguaia, enfatizou, como destaquei, os aspectos político-institucionais do Brasil e do próprio PC do B. Sua escrita buscou tornar visível, no campo acadêmico, a história de uma guerra ocorrida no Brasil, mas na época pouco discutida na academia. É uma produção da história, nesse caso em específico, bastante marcada no Brasil dos anos 1990 pela forte influência do materialismo histórico.⁴⁸² E, assim, as questões voltadas para o cenário político e econômico da Guerrilha do Araguaia são apresentadas e discutidas com um grau de relevância superior aos demais aspectos.

⁴⁸¹ Em seu relatório, Ângelo Arroyo cita vários documentos elaborados pelos líderes da guerrilha que evidenciam, dentre outras questões, estas relacionadas com o contexto social e político do país e da região do Araguaia. Ver ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 260. No *Diário da Guerrilha do Araguaia*, tais constatações são mais contundentes e apresentam-se para superar tais problemas a via revolucionária. Ver MOURA, 1985, p. 24; 31.

⁴⁸² O historiador Carlos Fico, ao analisar a produção historiográfica acerca do regime militar, constatou que essa produção ocorreu no contexto da chegada da chamada “nova história” ao Brasil. Dessa maneira, de acordo com Fico, os estudos históricos relacionados à ditadura militar brasileira não foram influenciados pelo marxismo ou pela segunda fase dos *Annales*. Grande quantidade de trabalhos desse período priorizaram, segundo o historiador, temas acerca da cultura, das memórias e das trajetórias de vida (FICO, 2004, p. 52). Entretanto, no caso da temática da Guerrilha do Araguaia, os dois trabalhos de cunho histórico: a tese de Gilvane Felipe, *A Guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966–1975)*, e a dissertação de Romualdo Campos Pessoa Filho, *A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, priorizam uma análise desse movimento armado a partir da perspectiva do marxismo. Aqui, portanto, há uma exceção ao levantamento realizado por Fico. No caso da Guerrilha do Araguaia, essa tendência enfatizada por este historiador vai predominar a partir dos trabalhos produzidos a partir dos anos 2000, conforme se observa no banco de dados da CAPES (Ver <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 06 out. 2017).

Aqui me parece ser plausível utilizar a análise proposta por Michel de Certeau em seu texto “A operação historiográfica”⁴⁸³, quando propõe aos historiadores, ao examinarem os documentos e/ou a produção historiográfica de uma terminada época, partirem dos lugares nos quais estes foram produzidos: social, econômico, político, cultural e institucional. Nesse sentido, afirma Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que é circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.⁴⁸⁴

Assim, a análise sugerida por Michel de Certeau nos possibilita refletir acerca dessa produção historiográfica sobre a Guerrilha do Araguaia no início da década de 1990. Os lugares: social, político, econômico, cultural e institucional desse período sinalizavam para uma ênfase nas questões políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil havia passado nas décadas de 1960 e 1970 — período de ocorrência da guerrilha. No caso do livro de Romualdo Campos Pessoa Filho, sua análise possibilita a construção de uma narrativa que considera as discussões em torno dessas questões. Ou seja, a análise da luta armada levando em consideração a política praticada na época, seja no nível internacional, com a Guerra Fria, seja no Brasil, com a prática da censura, o clima político nos grandes centros urbanos com perseguições às lideranças estudantis, a cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a opção dos dissidentes pela luta armada no campo, são exemplos das questões analisadas pelo autor. Do ponto de vista econômico, a construção da ideia do “Brasil grande” e do “milagre brasileiro”. A partir do seu lugar institucional, a academia, e, em particular, o seu curso de Pós-Graduação em História, optou por uma análise da Guerrilha do Araguaia priorizando os aspectos políticos, econômicos e sociais a partir do ponto de vista do materialismo histórico.

Em relação à produção historiográfica acerca da Guerrilha do Araguaia, de acordo com o banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Planejamento de Pessoal de Nível Superior), há dez trabalhos na área de história relacionados à temática da Guerrilha do Araguaia no período de 1995 a 2016.⁴⁸⁵ Desses dez, identifiquei três que até o momento,

⁴⁸³ CERTEAU, 1982.

⁴⁸⁴ CERTEAU, 1982, p. 66.

⁴⁸⁵ É válido ressaltar que o site da CAPES (Coordenação de Planejamento de Pessoal de Nível Superior), não mencionou a tese do pesquisador Gilvane Felipe, *A Guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966–1975)*, defendida no

foram editados em livro, os quais pretendo analisar ao longo desse capítulo. Observam-se na produção historiográfica acerca do episódio duas tendências principais: os primeiros trabalhos/estudos estão voltados para uma análise do ponto de vista político-institucional, isto é, seu enfoque recai sobre as questões políticas e econômicas, sobretudo a partir de uma análise do ponto de vista do materialismo histórico. São exemplos dessa escolha os trabalhos de Romualdo Pessoa Campos Filho, *A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, e de Deusdedith Alves Rocha Júnior, *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, ambos defendidos na década de 1990. A segunda tendência mais evidente, especialmente em seis estudos realizados a partir dos anos 2000, é a análise da luta armada no Araguaia centrada na construção das memórias, sejam elas de ex-guerrilheiros, de seus familiares, dos moradores da região e dos militares.⁴⁸⁶ São trabalhos, portanto, que se enquadram nas discussões propostas pela chamada “Nova História”.⁴⁸⁷ neles, aspectos do imaginário, do cotidiano e das representações são problematizados por seus autores. Além desses estudos, existem ainda dois trabalhos, um defendido em 2008 e outro em 2012, que analisam, respectivamente, a produção fílmica sobre a Guerrilha do Araguaia e os caminhos que levaram camponeses, militantes e militares ao Araguaia, centrados no enfoque econômico.⁴⁸⁸

Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), em 1993, cujo pressuposto teórico para sua análise da Guerrilha do Araguaia também foi o materialismo histórico. Sobre a relação de trabalhos de história produzidos no Brasil acerca da temática da Guerrilha do Araguaia, ver <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 6 out. 2017.

⁴⁸⁶ Os trabalhos destacados são os seguintes: CORREA, Carlos Hugo Studart. *O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. 01/04/2005. 218 f. Mestrado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2005. SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 01/04/2006. 295 f. Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2005. SILVA, Wellington Sampaio da. *A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. 01/02/2008. 120 f. Mestrado em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2008. SOUSA, Deusa Maria de. *Lgrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 01/12/2011. 235 f. Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011. CORREA, Carlos Hugo Studart. *De algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia*. 20/02/2014. 619 f. Doutorado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2014. BARBOSA, José Humberto Gomes. *A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito*. 01/09/2016. 158 f. Mestrado Profissional em Ensino de História Instituição de Ensino. Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2016. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 6 out. 2017.

⁴⁸⁷ A Nova história, ou melhor, *Nouvelle histoire* é uma corrente historiográfica nascida na França nos anos de 1970 e corresponde à chamada terceira geração da Escola dos Annales. Dentre os nomes mais expressivos dessa corrente historiográfica, pode-se destacar Jacques Le Goff e Pierre Nora, cuja obra *Fazer a história*, publicada na França em (1974) foi traduzida no Brasil (1976) em três volumes: *História: novos problemas*, *História: novas abordagens* e *História: novos objetos*.

⁴⁸⁸ São, respectivamente, os seguintes trabalhos: GUERRA, Fabiana de Paula. *Luta armada em foco: a guerrilha do Araguaia nas telas do cinema*. 01/09/2008. 134 f. Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2008. MECHI, Patricia Sposito. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. 01/09/2012. 401 f. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 6 out. 2017.

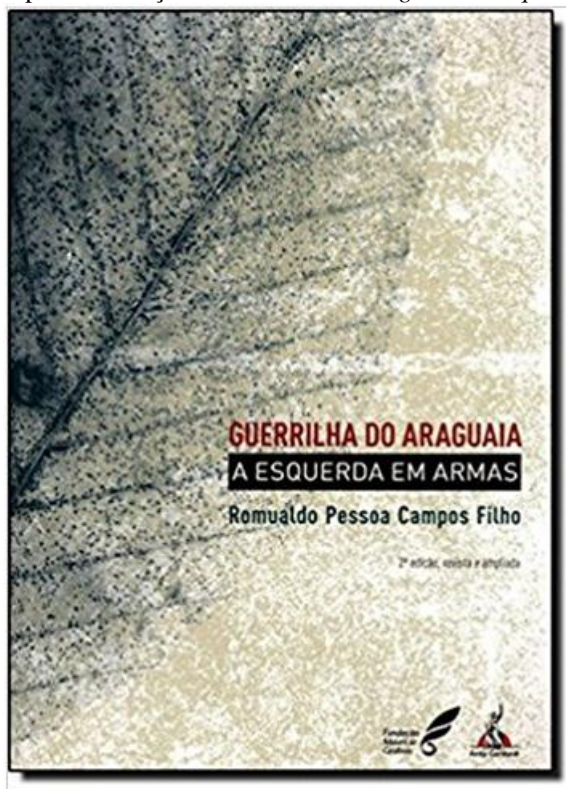
Analisando a produção acadêmica acerca do período militar no Brasil entre 1971 e 2000, o historiador Carlos Fico identificou nessa produção, em especial nos trabalhos produzidos ao longo de meados da década de 1980, a sua ênfase nas temáticas da chamada “Nova História”, privilegiando o tema, por exemplo, da cultura. Já a partir dos anos 2000, segundo Carlos Fico, mesmo os estudos relacionados aos movimentos sociais urbanos (temática privilegiada pelo marxismo), houve uma tendência a abordagens típicas dessa corrente historiográfica.⁴⁸⁹ No caso específico da Guerrilha do Araguaia, a análise a partir dos conceitos utilizados pela “Nova História” acontece durante meados dos anos 2000. É nesse período que a ênfase no imaginário, no cotidiano, na construção das memórias e na cultura ganha espaço nas análises acadêmicas sobre esse movimento armado no sul do Pará.

O livro *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* foi publicado em sua segunda edição em 2012, por meio da editora Anita Garibaldi, de propriedade do PC do B. Sua publicação nesse ano pode estar relacionada com a continuidade das disputas de memórias em torno desse acontecimento. Nesse ano, por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) se encontra em funcionamento e os militares lançam *Orvil: tentativas de tomadas do poder*. É o momento, portanto, propício para mais uma vez a obra de Romualdo Pessoa Campos Filho vir a público com sua análise do movimento armado no sul do Pará. Dessa vez, a própria editora do PC do B se encarrega da publicação do livro, retomando, assim, dentre outras questões enfatizadas pelo autor, o caráter de denúncia proporcionada pela sua escrita nos anos de 1990.

A capa dessa segunda edição da obra vem com a imagem de uma folha de árvore (espécie de palmeira), em estado de desgaste, seca e sem a sua cor predominante, o verde. Em destaque, o título do livro na cor vermelha e o nome do autor em preto (ver figura 20). Qual significado atribuir a tal imagem? Qual a sua representação? Dentre as várias possibilidades interpretativas para essa ilustração na capa do livro posso relacionar a imagem da folha de árvore em estado de desgaste como a própria referência ao local da guerrilha do Araguaia, o sul do Pará, região de floresta. A folha desgastada pode ter o significado de que o movimento armado fracassou, ou seja, foi abafado pelas tropas militares, e também o resultado dessa luta para o PC do B — mortes de vários militantes e, para a população local, torturas, “desaparecimentos” de pessoas da região e a perda de suas roças. Em relação ao vermelho, em destaque no título do livro, ele pode estar se referindo seja ao sangue dos que lutaram, seja à cor que representa o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

⁴⁸⁹ FICO, 2004, p. 40-41.

Figura 20 - Capa da 2ª Edição - *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2017).

Após essas considerações acerca do livro *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*, é pertinente destacar alguns aspectos relevantes em torno dessa obra. O primeiro, o esforço do pesquisador no tocante ao uso das várias fontes disponibilizadas na época da escrita do seu trabalho. Seu rigor no trato com os documentos e a sua análise crítica dos mesmos só enriqueceram a sua pesquisa. Outro aspecto fundamental em seu trabalho, que considero imprescindível, é o seu estilo narrativo. De forma didática, o autor conseguiu narrar o contexto do Brasil e do mundo no período de preparação da guerrilha e dos conflitos ocorridos no sul do Pará, de maneira que o leitor, seja ele historiador ou não, consiga perceber as principais motivações para a escolha do PC do B pela luta armada, o início da guerrilha com a chegada dos militares em abril de 1972, e, a partir daí, o tratamento dado por esses agentes aos moradores da região. Esse estilo narrativo talvez tenha contribuído para o alcance do seu livro a um número expressivo de leitores dentro e fora da academia.⁴⁹⁰ Da mesma

⁴⁹⁰ Utilizo, enquanto dados para essa afirmação, os onze trabalhos acadêmicos produzidos entre os anos de 2000 a 2016, os quais citam em suas referências bibliográficas o livro *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*. Ver <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Acesso em: 30 ago. 2017. Da mesma forma, sua apropriação por outros autores que escreveram sobre a temática, em especial, os jornalistas. Destaco, ainda, a apropriação de sua narrativa pelos filmes e documentários sobre esse episódio, conforme demonstrei anteriormente neste capítulo.

forma, o uso dos conceitos do marxismo possibilitou compreender as escolhas políticas do PC do B dentro do contexto social, político e econômico que o Brasil passava nos anos 1960 e 1970. É válido ainda destacar na obra de Romualdo Pessoa o caráter de denúncia que a mesma trouxe. Do seu lugar de fala, enquanto marxista, fez várias críticas às práticas de violações aos direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado brasileiro durante as operações militares para combater os militantes do PC do B no Araguaia. Nesse sentido, numa passagem do seu livro, na qual descreve as prisões e torturas praticadas pelos militares aos moradores do Araguaia, afirmou o autor:

A irracionalidade, o preconceito e a truculência, típicos da repressão militar, impediram que se fizesse essa distinção e todos tornaram-se suspeitos. Os abusos, as arbitrariedades e a selvageria com que agiram a partir dessa visão maniqueísta devem ser contabilizados como atos criminosos, que deixaram profundas seqüelas na população, seguindo a tradição das repressões a outros movimentos contestatórios, como a destruição de Palmares e a guerra de Canudos.⁴⁹¹

5.2 A escrita da Guerrilha do Araguaia na perspectiva da memória dos militares em *A lei da selva*

A escrita da Guerrilha do Araguaia continuou, ao longo dos anos 2000, em evidência no campo acadêmico por meio do livro de Hugo Studart, *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*.⁴⁹² Quem é esse autor? De qual lugar social ele fala? Dos autores dos livros analisados nesse capítulo, Hugo Studart é o único que não teve sua graduação em História. Formou-se em jornalismo, em 1982, pela Universidade de Brasília (UnB), e nessa área atuou em jornais como *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, e como editor político e colunista nas revistas *Veja*, *Manchete* e *Dinheiro*. Em 2005, concluiu o seu mestrado em História pela mesma universidade, na qual se formou jornalista, com a dissertação intitulada *O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, publicada em livro sob o título *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*, cujo teor estou a analisar neste trabalho. Entre 2009 e 2014, cursou o doutorado em História

⁴⁹¹ CAMPOS FILHO, 1997, p. 146-147.

⁴⁹² O título de sua dissertação é *O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, defendida em 11 de abril de 2005, no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. O trabalho foi orientado pela professora Cléria Botelho da Costa, e está ligado à linha de pesquisa Discurso, Imaginário e Cotidiano. É importante ressaltar que a dissertação não se encontra disponível na biblioteca digital da UnB; as informações aqui contidas foram adquiridas na própria obra do autor. Ver STUDART, 2006, p. 15.

também pela UnB, o qual resultou na tese *Em algum lugar das selvas amazônicas - as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. Enquanto professor, o referido autor leciona Comunicação no curso de Pós-Graduação (MBA) em Relações Institucionais do Ibmecc e também atua como professor-orientador na Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília. É coordenador de dois projetos de pesquisa atualmente: *Fonte de memória dos esquecidos*, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal e executado na Universidade Católica de Brasília, e *O desvendar do oculto - leituras dos documentos secretos da ditadura militar: da Guerrilha do Araguaia para a abertura política*, executado pela UnB.⁴⁹³

O livro é um produto cultural e, dessa forma, ele se encontra inserido dentro das práticas e representações sociais de uma época, como afirma Roger Chartier. Assim, para que a escrita de Hugo Studart viesse a ser publicada e transformada em livro, foi necessário seguir as regras das instituições, dos patrocinadores e do mercado, conforme a visão de Roger Chartier:

Pensado (e pensando a si mesmo) como um demiurgo, o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável.⁴⁹⁴

Dentro desse contexto, e seguindo essas normas, destaco uma das mudanças, e, talvez, a mais visível: o seu título, inicialmente, denominado *O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, foi transformado em *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. Essa questão da comercialização do livro é importante levar em consideração, pois as editoras visam a comercialização, e, para isso, o título deve ser atrativo para os possíveis leitores. Seu título faz alusão ao tipo de guerra praticada no Araguaia pelos militares durante o combate aos guerrilheiros do PC do B. Em especial, a última campanha militar (outubro de 1973 a dezembro de 1974), na qual as estratégias utilizadas pelos militares para vencer o “inimigo” não levou em consideração os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Conferência de Genebra. Nessa fase, segundo as palavras do autor, “suplantaram as Leis da Guerra, implantaram as Leis da Selva”.⁴⁹⁵

⁴⁹³ Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 2 nov. 2017.

⁴⁹⁴ CHARTIER, 1994, p. 9.

⁴⁹⁵ STUDART, 2006, p. 15.

O livro *A lei da selva*, do ponto de vista de sua estrutura organizacional, é constituído de dez capítulos assim nomeados: capítulo 1 - Direito de conhecer nosso fratricídio; capítulo 2 - Construção da pesquisa; capítulo 3 - Imaginários da Guerrilha; capítulo 4 - Primeira Campanha: os militares correm atrás; capítulo 5 - Segunda Campanha: longo caminho dos subterrâneos à luz; capítulo 6 - Operação Sucuri: Guerra invisível; capítulo 7 - Era dos Extremos; capítulo 8 - Terceira Campanha: Quem derrotou? Ninguém sobreviveu para contar; capítulo 9 - A Guerra Suja; capítulo 10 - Quando os militares saírem do silêncio. Percebe-se, portanto, nessa divisão do autor, em primeiro lugar, uma preocupação com os critérios e as regras da academia nos três primeiros capítulos de sua obra, nos quais são discutidos os conceitos e os métodos de sua pesquisa, e, em segundo lugar, a construção de sua versão para a guerrilha, seguindo a visão presente em sua principal fonte de pesquisa, ou seja, as memórias construídas pelos militares. Daí a ênfase nas campanhas militares organizadas pelas Forças Armadas na época do conflito no Araguaia.

O autor traz para o debate, nesse livro, a versão dos militares sobre a guerrilha a partir do conceito de “imaginário” presente em Cornelius Castoriadis.⁴⁹⁶ Sua obra é produto de um contexto no qual os militares passam a tornar pública as suas versões para o conflito armado no Araguaia. Após anos sem tornar públicas suas memórias, alguns militares que participaram dos combates na guerrilha começaram, a partir da década de 2000, a divulgar suas versões, e, nesse sentido, o trabalho de Hugo Studart também contribuiu para dar visibilidade a outros personagens fundamentais da guerra — os militares. Assim destacou o autor ao delimitar o seu objeto de estudo:

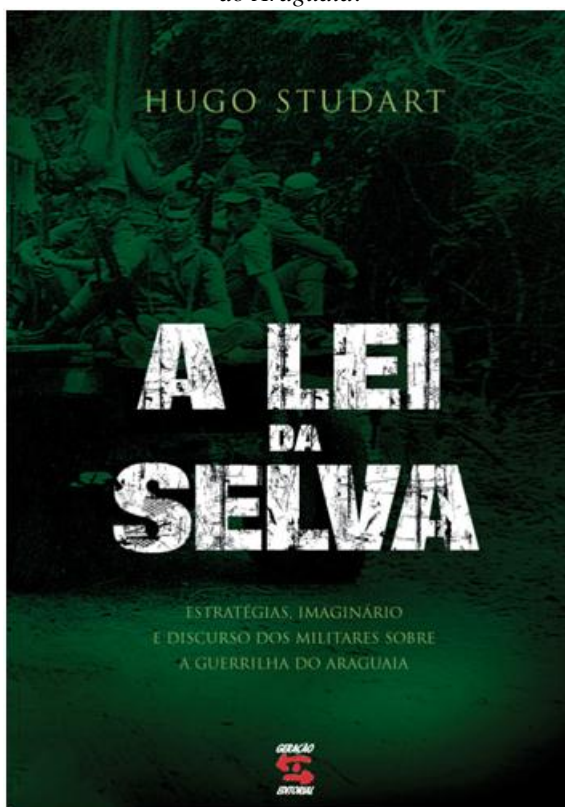
Fique claro, portanto, que o objetivo não é analisar o episódio sob o ponto de vista dos guerrilheiros, tampouco dos moradores da região. Muito menos ainda existe a pretensão de reconstruir a “história definitiva” da guerrilha. Trata-se, aqui, de relatar o significado do conflito sob a ótica de um dos lados envolvidos, os militares brasileiros que participaram da luta.⁴⁹⁷

A capa do livro *A lei da selva*, vem na cor verde e traz ao fundo uma imagem de militares armados em meio à floresta no sul do Pará, palco do conflito armado, ou seja, da Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972 e 1975 (ver figura 21).

⁴⁹⁶ Filósofo, crítico social e psicanalista grego naturalizado francês. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), mudou-se para Paris, aí, juntamente com Claude Lefort passou a integrar o Partido Comunista Francês. Em 1948 rompeu com o Partido Comunista Francês e fundou no ano seguinte a revista *Socialismo ou barbárie*. Nela, o pensador passou a realizar várias críticas ao próprio PC francês e ao autoritarismo presente no regime stalinista. <http://biografias.netsaber.com.br/biografia-1724/biografia-de-cornelius-castoriadis> Acesso em: 5 dez. 2018.

⁴⁹⁷ STUDART, 2006, p. 15.

Figura 21 - Capa de *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2016).

Essa imagem, provavelmente, faz alusão à escolha do autor em analisar a concepção dos militares para a guerrilha, e daí a cor verde e a imagem dos militares (soldados) em meio à mata, representando, portanto, a principal força militar atuante durante a guerra: o Exército brasileiro. O livro foi publicado em sua primeira edição pela Geração Editorial. É importante constatar que essa mesma editora lançou, em 2005, o livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, dos jornalistas Eumano Silva e Taís Morais⁴⁹⁸, demonstrando certo interesse do mercado editorial pela temática da Guerrilha do Araguaia nessa década. Há, assim, um aspecto comum nessas obras publicadas por essa editora, a saber, o fato de os autores serem jornalistas. Hugo Studart, além de historiador, é também jornalista, e esse lugar social, na minha visão, contribuiu para que sua obra fosse editada pela Geração Editorial.

⁴⁹⁸ Em 2005, a editora Geração Editorial publicou o livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, dos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva. A obra, produto de uma pesquisa de três anos, contou com a participação de ex-guerrilheiros, familiares dos guerrilheiros mortos, moradores da região e integrantes das Forças Armadas por meio de documentos particulares produzidos e guardados por eles após o fim do conflito. A narrativa escolhida pelos autores para dar sentido à trama foi o romance, no qual são apresentados as trajetórias que levaram os personagens centrais (militantes do PC do B ou militares) ao Araguaia. O livro também narra as operações militares e os embates entre guerrilheiros e militares. Traz uma lista com a trajetória de cada participante do movimento armado no sul do Pará e vários documentos relacionados às operações militares no Araguaia, repassados aos jornalistas por militares e/ou familiares destes. Ver MORAIS; SILVA, 2005.

Aqui é pertinente fazer algumas considerações sobre essa editora. Fundada em 1992 pelo jornalista Luiz Fernando Emediato, a Geração Editorial atua no mercado editorial brasileiro com obras de diversas áreas do conhecimento. Contudo, observando o seu catálogo, constata-se certa quantidade de livros escritos por jornalistas, o que pressupõe afirmar, uma predileção da editora por obras dessa área do conhecimento.⁴⁹⁹ Dentre os temas mais recorrentes encontram-se: política, história do tempo presente, literatura em geral, biografias etc.

O livro *A lei da selva* não traz um prefácio, mas na sua “orelha” ou “contra-capá” o jornalista e historiador Luís Mir⁵⁰⁰ faz uma espécie de apresentação da obra. Nela, o referido historiador destaca a importância do trabalho de Hugo Studart no que concerne ao debate acerca da Guerrilha do Araguaia, à sua análise das fontes, em especial, ao dossiê elaborado por militares que participaram das operações no Araguaia e o que Luís Mir denominou de “juízo histórico das responsabilidades de quem massacró e de quem poderia ter evitado o massacre.”⁵⁰¹ Nesse sentido, o historiador Luís Mir tece algumas críticas, seja aos militares que atuaram na guerra, seja às lideranças do PC do B que permitiram que os militantes permanecessem na região até o final da guerra sem as mínimas condições para isso. Assim, afirma:

Quem deu a ordem de matar, torturar, fuzilar pessoas desarmadas, doentes, desnutridas, presas e imobilizadas? Quem não deu a ordem de recuar, poupar vidas, abandonar o quanto antes a frente guerrilheira, por falta de armas, estrutura e retaguarda de apoio? Tanto Médici quanto João Amazonas fizeram a mesma coisa: deram ordens. Médici, de matar sem clemência, sem respeitar qualquer vírgula da Convenção de Genebra. Amazonas, resguardado na cidade, não deu a ordem de recuar. Ambos assumiram que o que menos importava eram as vidas.⁵⁰²

E, continuando sua crítica aos militares e ao próprio PC do B, Luís Mir enfatiza os “fantasmas” que, de acordo com ele, ainda estão bem presentes nesses dois grupos. Dessa forma, disse:

⁴⁹⁹ Para ter acesso a maiores informações sobre a editora Geração Editorial, ver sua página na internet. Disponível em: <http://geracaoeditorial.com.br/a-editora/>. Acesso em: 3 set. 2017.

⁵⁰⁰ De família de origem espanhola, mas criado no Brasil, o escritor, jornalista e historiador Luís Mir se considera um intelectual de esquerda. Foi militante do Partido Comunista durante 25 anos e, atualmente, é um crítico do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse último caso, o jornalista publicou a obra *Partido de Deus - fé, poder e política* (2007), na qual estabelece uma relação entre o PT e a Igreja Católica. Também merece destaque as seguintes obras desse autor: *A revolução impossível* (sobre a luta armada da esquerda pós-1964), *Guerra civil* (sobre a violência brasileira) e *O paciente* (sobre o caso Tancredo Neves). Fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77351-5855,00>

O+PT+E+A+MAIOR+INVENCAO+POLITICORELIGIOSA+DO+BRASIL.html. Acesso em: 6 set. 2017.

⁵⁰¹ MIR, 2006.

⁵⁰² MIR, 2006.

Os fantasmas estão soltos. Militares há décadas buscam a justificativa, a existência de um inimigo real, mas nada existe. Existem só corpos, miséria, dor, assassinatos. E os dirigentes do PC do B há décadas vivem assombrados e calados sobre o que poderiam ter evitado. Fantasmas de um Brasil covarde, trágico e indigno. Executar prisioneiros é crime. Ordenar a montagem de uma frente guerrilheira com armas enferrujadas, sem zonas de refúgio, recursos financeiros e rotas de abastecimento é crime premeditado.⁵⁰³

Sua apresentação do livro *A lei da selva* se conclui enfocando as contribuições trazidas por Hugo Studart para o debate acerca da Guerrilha do Araguaia e a qualidade de sua pesquisa. A principal, segundo Luís Mir, são as fontes utilizadas pelo autor — o chamado “Dossiê Araguaia”. Assim destacou:

Este é um trabalho excepcional em dois aspectos relevantes: as fontes militares são realmente oficiais de alta patente que tomaram parte na tragédia. Hugo Studart também teve o mérito de fazer essa pesquisa dentro do marco acadêmico, sujeitando-se as suas boas e sensatas regras. Esta pesquisa também é excepcional porque utiliza documentação militar primária, de excelente qualidade historiográfica, como o Dossiê Araguaia, redigido por oficiais de alta patente, detalhando a grande aventura militar de suas vidas. Os documentos do PC do B e dos combatentes são fontes consistentes e muito bem citadas neste trabalho.⁵⁰⁴

O livro de Hugo Studart é um diálogo com a história cultural, na qual o autor propõe uma leitura para a Guerrilha do Araguaia por meio de autores como Roger Chartier, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Eric Hobsbawm, dentre outros, numa tendência predominante na historiografia no Brasil nesse período, abrindo, assim, outras perspectivas de análise para a temática. O autor, por meio de contatos com alguns militares que atuaram no período da guerra no Araguaia, teve acesso a documentos particulares preservados pelos mesmos, a quem sugeriu a elaboração de uma espécie de relatório narrando suas experiências, denominado *Dossiê Araguaia*. Sua elaboração deu-se no período de março de 2000 a maio de 2001 e contou com a contribuição de Studart.⁵⁰⁵ Contudo, o relatório não traz os nomes de seus autores, apenas os nomes fictícios, ficando claro que nem todos os militares que participaram dos combates no Araguaia desejam se identificar. Em relação à disputa pelo passado, a obra de Hugo Studart é importante, pois insere no debate sobre o conflito, no âmbito da academia, a versão dos militares, e aquece ainda mais as disputas pela memória sobre a Guerrilha do Araguaia. Considero, pois, a elaboração desse *Dossiê Araguaia* um exemplo plausível de um trabalho de memória. Embora os militares envolvidos na elaboração

⁵⁰³ MIR, 2006.

⁵⁰⁴ MIR, 2006.

⁵⁰⁵ STUDART, 2006, p. 30-31.

do mesmo tenham utilizado outros suportes, como, por exemplo, documentos acerca da guerrilha guardados por eles, o diário de Maurício Grabois, documentos do PC do B, dentre outros, sua confecção também contou, sobretudo, com as lembranças desses personagens acerca do que “vivenciaram” durante o conflito. Nesse aspecto, retomo a afirmação de Ecléa Bosi, que diz: “A memória não é sonho, é trabalho”, e acrescenta: “Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’”.⁵⁰⁶ Dessa maneira, as construções das narrativas memorialísticas dos militares são apenas mais uma versão interessada para os fatos relacionados ao conflito no Araguaia, e não, como os próprios militares afirmam, a “sua verdade”. Portanto, o livro *A lei da selva* busca problematizar essa construção dos militares acerca do seu discurso sobre a guerrilha.

Em sua narrativa acerca da pesquisa, não consta que o autor tenha encontrado maiores problemas em escolher trabalhar com as memórias da Guerrilha do Araguaia a partir da versão dos militares. Não consta, também, nenhuma menção sobre sua filiação, já que é filho de um militar — do tenente-coronel aviador Jonas Alves Corrêa.⁵⁰⁷ O seu relato sobre a construção de sua pesquisa enfatiza a preparação do relatório por parte dos militares e seu posterior uso pelos pesquisadores da temática. Nesse sentido, escreveu o autor:

o Dossiê Araguaia é documento de relevância para a historiografia brasileira. Marca a primeira vez que informações sobre o *modus operandi* da inteligência militar brasileira vêm a público de forma sistemática. É rico em informações sobre a participação de militares nas três campanhas, em especial na terceira, quando teriam empregado oficiais e praças de tropas especiais, vestidos com trajes civis e com ordens superiores expressas para eliminar de vez aquele movimento revolucionário — fatos negados oficialmente pelas Forças Armadas até a presente data.⁵⁰⁸ (Grifos do autor)

Centrando sua discussão acerca da Guerrilha do Araguaia a partir da visão dos militares, Hugo Studart constrói sua narrativa enfocando desde o momento da descoberta, pelos órgãos de informações do Exército, da presença dos militantes do PC do B no Araguaia até o final da terceira campanha dos militares na região. Em relação à descoberta feita pelos militares da guerrilha, o autor analisou as várias hipóteses disponíveis sobre esse fato, inclusive as do próprio PC do B. Sobre a versão construída pelos militares, afirmou:

⁵⁰⁶ BOSI, 2012, p. 55.

⁵⁰⁷ Nasceu em Cáceres (MT), em 21 de junho de 1933. Entrou para a Aeronáutica em 1950, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena (MG), na qual se formou em 1955. Disponível em: <http://www.catalinasnobrasil.com.br/site/fabs/894-jonas-alves-correa.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

⁵⁰⁸ STUDART, 2006, p. 33.

Os militares primeiro tiveram notícia da guerrilha através de Lúcia Regina. Ao voltar para São Paulo, emocionalmente fragilizada, revoltada, sentindo-se culpada pelo aborto, conforme revelou depois, ela acabou desabafando com os pais. Falou tudo o que sabia. Foi seu pai quem procurou os militares para relatar o que Lúcia havia contado, de acordo com a narrativa de um militar que na época serviu no Centro de Informações do Exército. O informe, repassado da agência do CIE em São Paulo para sede do Rio, teria sido colocado na gaveta. [...] O assunto só ganhou dimensão em fins de março, quando chegou à agência do CIE em Brasília o depoimento de Pedro Albuquerque à Polícia Federal em Fortaleza.⁵⁰⁹

Dessa maneira, Hugo Studart a partir dos depoimentos dos militares que participaram da elaboração do Dossiê Araguaia, conciliou as duas versões então preponderantes para a descoberta do movimento no Sul do Pará no início da década de 1970. Entretanto, o próprio autor admite que prevaleceu no imaginário dos militares a versão da delação feita por Pedro Albuquerque. Nesse sentido, faz uma ampla discussão a partir de documentos repassados pelos próprios militares⁵¹⁰ e o conteúdo do referido dossiê.⁵¹¹ Após essa discussão, o autor analisa as três operações militares realizadas pelas Forças Armadas para eliminar a guerrilha do PC do B. É importante destacar que, mesmo seguindo a versão dos militares, objeto de sua pesquisa, o autor procurou estabelecer um diálogo com documentos e versões do próprio PC do B.

Ao analisar o livro escrito por Hugo Studart, considero importante na narrativa acerca do conflito no Araguaia apresentado por este autor destacar dois aspectos: o primeiro deles é o seu lugar social, pois, sendo filho de um militar da Aeronáutica⁵¹², o pesquisador teve acesso, com uma certa facilidade, aos personagens principais da sua trama — os militares, e acesso aos possíveis documentos, guardados por estes, de sua atuação no Araguaia. O segundo

⁵⁰⁹ STUDART, 2006, p. 94.

⁵¹⁰ Dentre os documentos apresentados pelo autor, destaco: o relatório elaborado pelo Centro de Informações da Marinha, datado de 13 de junho de 1972, o qual traz informações sobre o contexto político, social e econômico da população da região do Araguaia, p. 92; Ordem de Operações nº 1, documento da brigada do general Bandeira, no qual consta que, após dois meses da presença do Exército na região do Araguaia, este já havia levantado informações precisas sobre a organização da guerrilha, datado de maio de 1972, p. 120; Relatório de Missão Realizada na localidade de Xambioá/GO, no período de 16 a 24 de agosto de 1972, p. 127; Diretriz para realização da manobra do CMP (GPT A/72), sobre a realização da manobra feita pelo Exército em julho de 1972, documento datado de 9 de agosto de 1972, p. 132. Dentre outros, o que demonstra a comprovação documental para a narrativa do autor a partir da versão dos militares.

⁵¹¹ STUDART, 2006, p. 94-101.

⁵¹² Embora o autor em nenhum momento afirme que é filho de um militar da Aeronáutica, encontramos referência de sua filiação a partir dos agradecimentos que o autor faz aos que contribuíram com o seu trabalho. Lá, é citado o nome de seu pai, o tenente coronel aviador Jonas Alves Corrêa. Verificamos, portanto, o seu nome, e encontramos a comprovação de sua ligação com o Ministério da Aeronáutica, conforme documento disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=2&pagina=28&data=09/04/1998&captchafield=firistAccess>. Acesso em: 23 jun. 2016. Além dessa evidência, na apresentação da obra escrita pelo historiador Luís Mir, este destacou sua origem militar e a preocupação de Hugo Studart no trato com as suas fontes. Dessa forma, disse Luís Mir: “Ele próprio, que pertence a uma família de linhagem militar que vem desde o Império, teve que tomar cuidados para não dividir o trabalho entre *militares e inimigos*.” (MIR, 2006, [Contracapa]; grifos do autor).

aspecto, de igual relevância, é seu lugar enquanto jornalista e os indícios de sua metodologia. Ou seja, percebemos na narrativa de Studart a tentativa de “desvendar” os acontecimentos do Araguaia a partir dos indícios apresentados, seja pelos militares, seja pelos líderes do PC do B. Assim, percebe-se ao longo de sua narrativa nesse livro um viés “investigativo”, possível influência da sua profissão de jornalista.

A obra de Hugo Studart constitui um exemplo de como conciliar o trabalho de jornalista com o de historiador. Sua discussão para os acontecimentos relacionados à visão dos militares para com a Guerrilha do Araguaia evidencia a similitude existente entre a narrativa jornalística e a narrativa dos historiadores, em especial aqueles veiculados à chamada “nova história”. Evidentemente, tal postura do autor não inviabiliza a qualidade do seu trabalho, mas evidencia o interesse de jornalistas pela escrita da história. O mais intrigante nesse livro é que, embora tenha sido resultado de uma dissertação de Mestrado na área da história, geralmente, quando é anunciado na imprensa, é apresentado enquanto resultado do “trabalho do jornalista Hugo Studart”, e não do historiador Hugo Studart.⁵¹³ Mas, deixando para segundo plano tais contendas, e seguindo o conceito proposto por Paul Ricoeur acerca da narrativa, considerando-a enquanto uma dimensão “temporal da experiência humana”, nas palavras do autor “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal.”⁵¹⁴

Se o historiador trabalha a partir de indícios, de vestígios, de rastros do passado, seguindo o pensamento de Paul Ricoeur⁵¹⁵, assim também se pode dizer do jornalista. E foi dessa maneira que Hugo Studart propôs-se a discutir a Guerrilha do Araguaia a partir da perspectiva dos militares. A partir dos vestígios do passado presentes no chamado Dossiê Araguaia elaborado pelos militares, o autor buscou, por meio do entrecruzamento de fontes, discutir o imaginário dos militares acerca desse movimento. Sua narrativa, como o próprio autor expõe, fundamentada no conceito de história de Walter Benjamin, não tem como meta “conhecer de maneira exata” a história da Guerrilha do Araguaia.⁵¹⁶

O livro desse historiador e jornalista provocou algumas reações entre os militares, em especial os que discordaram da análise feita pelo pesquisador acerca da Guerrilha do Araguaia. Dentre estes, destaco o coronel Licio Maciel, autor do livro aqui analisado no

⁵¹³ Em relação a esta questão, localizei as seguintes reportagens: “Jornalista mostra versão dos militares da Guerrilha do Araguaia”, de Claudio Julio Tognolli, Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-mar-09/jornalista_versao_militar_guerrilha_araguaia#author. Acesso em: 13 jul. 2018. Também a matéria referente ao prêmio Vladimir Herzog recebido pelo autor foi da mesma forma evidenciado o seu trabalho enquanto jornalista, Disponível em: <http://www.geracaobooks.com.br/midia/?id=335>. Acesso em: 12 set. 2017.

⁵¹⁴ RICOEUR, 1994, p. 15.

⁵¹⁵ RICOEUR, 1997, p. 200-201.

⁵¹⁶ STUDART, 2006, p. 53.

capítulo dois da tese, *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Publicada em 2011, a obra do coronel Licio Maciel tece uma série de críticas ao livro de Hugo Studart *A lei da selva*. Dessa forma, o seu capítulo 15, denominado “Comentários”, traz alguns “ataques” à versão defendida por este pesquisador. Embora o coronel considere o livro do jornalista “bom” e “baseado em informações fidedignas de pessoas honestas”, há, segundo Licio Maciel, “alguns erros evidentes”.⁵¹⁷ Nesse sentido, buscando combater a análise constante em *A lei da selva*, disse o coronel:

Hugo não é um estudioso de guerrilha, portanto não é expert na matéria. Também não é historiador. Apenas percebeu que possuía fontes que poucos teriam. O CISA/RJ produziu um excelente trabalho que intitulou “Suplantando a Guerrilha” e que lhe caiu do céu. Além disso, teve assessoria eficiente de seu pai, Cel. Jonas, do CISA, e mais dois militares operacionais do CISA. O Cel. Jonas e o Cel. Torres trabalhavam muito sintonizados no Araguaia e, por isso, o Jonas tomou conhecimento de muita coisa.⁵¹⁸

Optei aqui pelo termo “combate” porque parto da ideia de que a escrita dessas obras está em permanente guerra pelo passado da Guerrilha do Araguaia. Suas publicações e constantes versões construídas demonstram um passado desse acontecimento numa disputa ao mesmo tempo de memórias, e, também, no presente, na política. Na concepção do coronel Licio Maciel, o mérito do livro de Hugo Studart não está, necessariamente, na análise histórica realizada pelo pesquisador, mas nas suas fontes, isto é, na narrativa construída pelos militares acerca da Guerrilha do Araguaia. Dessa forma, os detentores da “verdade” acerca do que aconteceu durante o conflito no sul do Pará, são os militares. É essa a visão presente na argumentação do coronel. Diante do acesso aos documentos elaborados por esses personagens, “qualquer pesquisador” poderia ter chegado às conclusões do jornalista em seu livro. Sua crítica é, na minha concepção, uma maneira de sobrepor a versão construída pelos militares às demais versões para os fatos ocorridos durante o conflito armado.

No seu combate à versão do livro *A lei da selva*, o coronel Licio Maciel enfatizou algumas questões que, segundo ele, não foram trabalhadas por Hugo Studart, dentre as quais destaco três: “as ligações-rádio em CW (telegrafia), dos frades em Conceição do Araguaia - PA, com a Rádio Tirana da Albânia”; “o tratamento humano e atencioso que o General Bandeira mandou proporcionar à Criméia, grávida” e a “omissão do currículo do Coronel Pedro Cabral em relação as mortes de três crianças em Natal.”⁵¹⁹ Pergunto: o que tais

⁵¹⁷ MACIEL, 2011, p. 189.

⁵¹⁸ MACIEL, 2011, p. 189.

⁵¹⁹ MACIEL, 2011, p. 192-193.

alegações representam? Por que Licio Maciel trouxe para o embate escrito tais questões? A partir dessas e outras críticas do coronel à obra de Hugo Studart, posso dar algumas pistas para essas indagações. A primeira: percebe-se uma forte preocupação em se reafirmar a versão dos militares para os fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia. Em outras palavras, a narrativa dos militares tem o caráter de “testemunho”.⁵²⁰ As demais, portanto, são “fictícias”, “invenção da esquerda revanchista”, e, daí, “sem credibilidade”. A segunda: sua concepção de documento enquanto depositário de “verdades”. E, nessa questão, os militares são seguidores de uma concepção de história herdeira da tradição positivista⁵²¹, na qual o “documento oficial” personifica a “verdade da narrativa”, possibilitando a construção de uma história linear, teleológica e progressiva. Isto é, sem descontinuidades, rupturas e acasos. Nesse sentido, a narrativa dos militares, conforme destaquei, apresenta geralmente um final previsível, a vitória pelas armas da “democracia” contra uma “ditadura de esquerda”, do capitalismo contra o comunismo e do “desenvolvimento” contra o “atraso”. Essa visão binária dos acontecimentos, postulada na escrita dos militares, constitui-se numa justificativa e/ou estratégia que busca convencer os leitores de suas obras de que a luta praticada na década de 1970, no Araguaia, contra o comunismo, e vencida por eles, foi imprescindível para a garantia das “liberdades democráticas” no país.

Outra crítica de Licio Maciel ao livro *A lei de selva* está relacionada à apresentação da obra pelo jornalista Luís Mir. Sendo um escritor cujas escolhas políticas refletem os ideais das esquerdas, o coronel expressou sua posição de forma bem contundente e taxativa, não poupando adjetivos que buscam denegrir o papel desse escritor e jornalista. Dessa forma, afirmou: “Escolheu, porém, um conhecido comunista de carteirinha, o espanhol Luís Mir, para ‘valorizar’ o livro. Luís Mir foi processado por mentir, acusando um militante da esquerda da autoria do atentado do Aeroporto dos Guararapes, em Recife, PE.”⁵²²

⁵²⁰ Essa questão da escrita dos militares apresentar o caráter de “testemunho” foi discutida no Capítulo 3 desta tese, o qual analisou os livros escritos e publicados por estes personagens acerca da Guerrilha do Araguaia. A partir da interpretação de Paul Ricoeur acerca dos componentes essenciais do testemunho, dentre estas a certificação ou autenticação da declaração pelo seu autor, destaquei como essa prática está presente nas narrativas dos militares, sobretudo na busca da construção de uma versão “verdadeira” para a história dos acontecimentos narrados por eles. Sobre a questão do testemunho nas narrativas de memórias, ver RICOEUR, 2007, p. 171-173.

⁵²¹ Quando aqui me refiro ao positivismo, faz-se necessário esclarecer aquela concepção de história que se propõe “verdadeira”, centrada numa narrativa linear e, sobretudo, escrita a partir de documentos oficiais. Não cabe dentro dessa perspectiva ao historiador fazer críticas ao documento, mas apenas reproduzi-lo, pois nele encontra-se a “verdade”. É, portanto, dentro dessa visão de história que a maioria dos militares que participaram de forma direta e/ou indireta do combate à luta armada se enquadram. Para um maior aprofundamento acerca do positivismo, dentre as várias obras que tratam desse pensamento, indico: GRAEBIN; LEAL, 1998. BOURDÉ; MARTIN, 1983.

⁵²² MACIEL, 2011, p. 193.

Talvez, na visão de Lício Maciel, sendo *A lei da selva* um livro que discute a perspectiva dos militares para o conflito armado no Araguaia, essa apresentação fosse assinada por um militar, personagem central na análise proposta pelo jornalista e historiador Hugo Studart. Contudo, a opção do autor foi o contrário, ou seja, um intelectual ligado às esquerdas foi o escolhido para exercer o papel de apresentar a obra aos leitores.

Entretanto, a repercussão e as críticas ao livro *A lei da selva* não se restringiram apenas a alguns membros do setor militar, como o caso do coronel Lício Maciel. Pessoas das esquerdas também o criticaram, dentre estas cito Osvaldo Bertolino⁵²³, por meio do seu artigo publicado no “Portal Vermelho”, em maio de 2006, intitulado “Guerrilha do Araguaia: a lei e os fora-da-lei”.⁵²⁴ Embora Hugo Studart tenha deixado claro na introdução de sua obra o seu problema, as fontes utilizadas e os sujeitos centrais de sua pesquisa, Osvaldo Bertolino inicia o seu texto acusando que sua obra, sendo resultado de um trabalho acadêmico, “não cumpriu seus princípios”, isto é, “analisar os diferentes pontos de vista envolvidos”, visto sua escolha de analisar a perspectiva dos militares diante do conflito. Assim disse:

Como registro histórico, no entanto, a obra tem dois pecados originais: pretende basear-se em regras acadêmicas sem cumprir seus princípios, ou seja, analisar os diferentes pontos de vista envolvidos; e, assim como outras publicações do gênero, exagera na artificialidade interpretativa.⁵²⁵

Seguindo suas críticas, Osvaldo Bertolino ainda afirmou que o livro “A lei da selva” além do “exagerar numa interpretação artificial” da guerrilha, seguiu um “defeito típico dos intelectuais: o academicismo... que massacra a clareza e a simplicidade”. Considera a interpretação de Hugo Studart “conservadora” e critica a apresentação do livro realizada por Luís Mir, cujas responsabilidades pelas mortes ocorridas no Araguaia também são dos dirigentes do PC do B, em específico de João Amazonas.⁵²⁶ As críticas postuladas por Osvaldo Bertolino expressam as ideias de alguns militantes de esquerda. Sua escrita nesse artigo expôs a defesa da visão e da versão da guerrilha a partir do olhar das lideranças do PC

⁵²³ Osvaldo Bertolino é natural do estado do Paraná, mas atualmente é radicado em São Paulo. Foi nessa cidade que passou a atuar profissionalmente. Jornalista de profissão, trabalhou como diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, foi assessor de imprensa da Câmara de Vereadores de São Paulo e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Atuou durante oito anos como editor de economia do Portal Vermelho e, atualmente, é editor-executivo do Portal Grabois e pesquisador da Fundação Maurício Grabois. Dentre suas principais obras, destaque: *100 Anos da Revolução Russa* (2017); *Políticas Públicas - a experiência dos comunistas e o novo projeto nacional de desenvolvimento* (2017); *Pedro Pomar - ideias e batalhas* (2013); *Maurício Grabois - uma vida de combates* (2004), todas publicadas pela editora Anita Garibaldi. Disponível em: <http://www.anitagaribaldi.com.br/autores/41/detail/osvaldo-bertolino.html>. Acesso em: 9 nov. 2017.

⁵²⁴ Em relação ao artigo, ver <http://www.vermelho.org.br/noticia/1761-1>. Acesso em: 12 set. 2017.

⁵²⁵ BERTOLINO, Osvaldo. Guerrilha do Araguaia: a lei e os fora-da-lei. In: *Portal Vermelho*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/1761-1>. Acesso em: 12 set. 2017.

⁵²⁶ Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/1761-1>. Acesso em: 12 set. 2017.

do B. Por esse motivo, o combate à análise feita por Hugo Studart em seu livro. Levando-se em consideração o lugar de fala de Osvaldo Bertolino, isto é, o site “Portal Vermelho”, ligado ao próprio PC do B, e a sua trajetória política em sindicatos e partidos de esquerda, é notório em seu texto que as suas críticas à análise de Hugo Studart, expressam esse seu lugar social de militante. Além disso, também reflete a circulação da obra do historiador para além dos leitores aos quais o seu livro foi preferencialmente direcionado.

O livro *A lei da selva* também tornou-se um referencial para outros estudos acerca da Guerrilha do Araguaia a partir de 2006, evidenciando, dessa forma, a sua circulação e leitura entre os pesquisadores da temática. Utilizando como referência o banco de teses da Capes, encontrei citações dessa obra em cinco trabalhos (dissertações e teses) sobre o movimento armado no sul do Pará, especificamente na área de história.⁵²⁷ No que concerne ao uso de sua obra no ambiente acadêmico também destaco a resenha escrita em 2008 por Flávia M. Franchini Ribeiro e publicada na *Locus*, revista de história, sob o título “O Araguaia pelos militares: imaginários e barbáries”.⁵²⁸ Nela, a autora destaca os principais temas constantes no livro, assim como sua contribuição para o debate historiográfico acerca da Guerrilha do Araguaia.⁵²⁹

Ainda em relação à circulação de sua obra, é importante frisar que, além do diálogo estabelecido entre os seus pares (historiadores e jornalistas), o livro *A lei da selva* também foi utilizado por alguns militares em obras escritas por estes. Um exemplo do seu uso no meio militar são as críticas postuladas pelo coronel Lício Augusto Maciel no seu livro “Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente”, publicado em 2011, conforme demonstrei anteriormente.

O livro *A lei da selva* se destacou entre os trabalhos relacionados à Guerrilha do Araguaia e foi o ganhador do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em outubro de 2006⁵³⁰, demonstrando, assim, o seu lugar no debate acerca dos direitos humanos no Brasil. Também contribuiu para o alargamento das questões relacionadas à temática da luta armada no Brasil, trazendo para esse debate a versão construída pelos militares.

⁵²⁷ Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 6 out. 2017.

⁵²⁸ A referida resenha está disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/123.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁵²⁹ A *Locus: Revista de História* é um periódico semestral do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). A revista foi criada em 1995 e se apresenta como um periódico que publica resultados de pesquisas na área de história em formatos diversos, tais como: artigos, traduções, resenhas ou entrevistas. Atualmente, tem conceito Qualis Capes em História B1. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/sobre-a-revista/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

⁵³⁰ Em nota a Geração Editorial destacou acerca do prêmio Vladimir Herzog entregue ao jornalista e historiador Hugo Studart a partir da discussão sobre a Guerrilha do Araguaia em seu livro *A lei da seva*. Disponível em: <http://www.geracaobooks.com.br/midia/?id=335>. Acesso em: 12 set. 2017.

5.3 A escrita da Guerrilha do Araguaia centrada nos aspectos econômicos e sociais em “Os protagonistas do Araguaia”

Referindo-se ainda ao ambiente acadêmico, a escrita acerca da Guerrilha do Araguaia continuou sendo objeto de investigações por meio da tese de Doutorado em História Social de Patricia Sposito Mechi, *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2012.⁵³¹ Para entender melhor a análise dessa autora em relação ao movimento armado no sul do Pará, é pertinente destacar alguns dados da sua carreira acadêmica e profissional. Natural de São Caetano do Sul (SP), Patricia Sposito Mechi graduou-se em História pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), em 1998. Cursou, entre os anos de 1999 a 2002, Mestrado em História pela mesma instituição, com a dissertação intitulada *O poder da educação: ideologia e dominação no projeto educacional da ditadura militar brasileira (1964-1985)* e o seu Doutorado em História, nessa mesma universidade, entre os anos de 2009 a 2012, cuja tese culminou na publicação do livro aqui analisado. Enquanto professora, a autora trabalhou na Universidade Federal do Tocantins, câmpus Porto Nacional, no período de 2004 a 2015, momento no qual teve contato mais próximo com personagens ligados às memórias da Guerrilha do Araguaia, tema do seu trabalho de doutoramento. Atualmente, é professora da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila). Atua principalmente em História do Brasil Contemporâneo e América Latina Contemporânea, com temas relacionados à ditadura civil-militar, às esquerdas, às lutas camponesas, às lutas sociais e às ditaduras.⁵³²

Embora o título de seu livro remeta, inicialmente, à ideia de análise a partir da história cultural, a autora prioriza, na sua análise, os aspectos econômicos e sociais do Brasil, em especial da região palco da guerrilha. Seu objetivo foi compreender o caminho que cada grupo trilhou para chegar ao Araguaia, quais seus objetivos e as práticas que adotaram para alcançá-los.

O livro *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha* foi editado por meio da seleção de vários trabalhos escritos no Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, em 2012.⁵³³ O prêmio

⁵³¹ MECHI, 2012.

⁵³² Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4167289E9#Identificacao>. Acesso em: 2 nov. 2017.

⁵³³ Além do trabalho da autora em questão, foram premiados na versão 2012 do Prêmio Memórias Reveladas os seguintes trabalhos: *Dossiê Itamaracá: Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto*

corresponde a um concurso de monografias com fontes documentais acerca do período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Sua primeira edição ocorreu em 2010 e, a partir daí, a cada dois anos ele volta a acontecer. Os (as) vencedores (as) têm seus trabalhos publicados pela editora do Arquivo Nacional, sendo geralmente agraciadas três monografias.⁵³⁴

Nesse sentido, para compreender melhor a produção dessa obra, é importante conhecer em termos gerais o que é o Projeto Memórias Reveladas, sua criação e seus objetivos. O Projeto Memórias Reveladas foi criado em maio de 2009 pela Casa Civil da Presidência da República, vinculado ao Museu Nacional e ao Ministério da Justiça. Sua finalidade é “reunir informações sobre os fatos da história política recente do País.” Sua criação, portanto, está relacionada à discussão em torno das memórias desse período de nossa história. Assim se refere o site do projeto na internet:

O “Memórias Reveladas” coloca à disposição de todos os brasileiros os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar, quando imperaram no País censura, violação dos direitos políticos, prisões, torturas e mortes. Trata-se de fazer valer o direito à verdade e à memória.⁵³⁵

Com essa finalidade, e visando a “democratização” das informações organizadas e armazenadas no projeto, o seu site na internet disponibiliza, entre outras coisas, fotos, documentos, depoimentos e livros que tratam de questões concernentes à história política do Brasil no período de 1964 a 1985. Seu *slogan* estampado em sua página inicial na internet oferece indícios da construção de memórias acerca do passado para a construção de um futuro diferente: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.”⁵³⁶ Recordar, portanto, assim como destacou Elizabeth Jelin, torna-se um “dever de memória”. Lembrar para não se repetir.⁵³⁷

Cabe questionar: quais memórias são construídas nesse projeto? Por que o projeto teve início em 2009? Qual o papel exercido pelo Estado nas construções dessas memórias nesse momento? A pesquisadora Elizabeth Jelin afirma que após o período de exceção em alguns países da América do Sul, dentre eles o Brasil, o Estado passou a desempenhar um papel

Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979), de Joana Santos Rolemberg Côrtes, e *Os vigilantes da ordem: A cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*, de Pâmela de Almeida Resende. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/premio-memorias-reveladas>. Acesso em: 12 out. 2017.

⁵³⁴ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/premio-memorias-reveladas>. Acesso em: 12 out. 2017.

⁵³⁵ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 13 out. 2017.

⁵³⁶ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 13 out. 2017.

⁵³⁷ JELIN, 2009, p. 117-119.

importante na construção das memórias e da própria história desse período. A partir das demandas dos vários grupos envolvidos nesse processo, das suas disputas políticas e de memórias, os agentes do Estado passam a exercer o papel de selecionar, estabelecer e elaborar a “memória oficial”.⁵³⁸ Nesse contexto, diz a autora:

*La lucha se da, entonces, entre actores que reclaman el reconocimiento y la legitimidad de su palabra y de sus demandas. Las memorias de quienes fueron oprimidos y marginalizados — en el extremo, quienes fueron directamente afectados en su integridad física por muertes, desapariciones forzadas, torturas, exilios y encierros — surgen con una doble pretensión, la de dar la versión “verdadero” de la historia a partir de su memoria y la de reclamar justicia.*⁵³⁹

Para o contexto das memórias acerca da luta armada no geral, e em específico para o caso da Guerrilha do Araguaia, essa análise feita por Elizabeth Jelin é bastante pertinente, pois reflete o papel exercido pelo Estado brasileiro nos últimos anos no sentido de dar legitimidade e apoio, sobretudo, às criações das memórias daqueles personagens e/ou grupos perseguidos politicamente na época da ditadura civil-militar. Percebe-se, assim, em algumas ações dos governos a partir de Fernando Henrique Cardoso, seguido por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, certo esforço em relação a priorizar determinadas medidas que beneficiam essas pessoas e/ou grupos. O próprio projeto “Memórias Reveladas” e, de forma especial, o seu site na internet, podem ser considerados uma iniciativa nesse sentido.

Assim, por exemplo, nas próprias informações contidas no site, as construções das memórias priorizadas no projeto estão relacionadas à questão da “resistência à ditadura militar”, ou seja, as memórias criadas pelos grupos e/ou simpatizantes das esquerdas. E as demais memórias? Aquelas, por exemplo, que não se enquadram na ideia de “resistência”? Pessoas ou grupos que não se envolveram na época com a “luta armada”? Nesse aspecto, o projeto “Memórias Reveladas” ao propor a construção de uma memória oficial sobre o período centrada na ideia de “resistência”, contribui para o “silenciamento” de outras memórias. Seus idealizadores partem da premissa criada pelas lideranças das esquerdas de que “a maioria da sociedade” brasileira apoiou ou era simpatizante desses grupos. Entretanto, pesquisas realizadas por Carlos Fico, Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg têm demonstrado que a “sociedade brasileira”, isto é, as pessoas comuns, foram indiferentes às ações praticadas pelos grupos de esquerdas nos grandes centros do país. Seus atos provocavam mais medo do que, necessariamente, simpatia ou apoio. Portanto, a ideia de que a maioria dos brasileiros eram a favor da “resistência” comandada por alguns grupos de

⁵³⁸ JELIN, 2002, p. 40.

⁵³⁹ JELIN, 2002, p. 42-43.

esquerda é, de fato, uma construção memorialística destes.⁵⁴⁰ Assim, ao analisar as construções memorialísticas da esquerda acerca da “luta armada” no Brasil nos anos de 1960 e 1970, disse o historiador Carlos Fico:

pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e sequestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas.⁵⁴¹

No campo das disputas de memórias acerca da luta armada no Brasil, é importante destacar que o site “A verdade sufocada”, título homônimo da obra escrita pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, criou em sua página na internet um *link* também denominado “Memórias Reveladas”, pelo qual passou a divulgar artigos e textos em oposição ao site oficial ligado ao Ministério da Justiça.⁵⁴² Os artigos, geralmente editados pela esposa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Joseíta Brilhante Ustra, trazem em seus conteúdos posicionamentos contrários à Comissão Nacional da Verdade, aos documentos sobre o período da ditadura brasileira disponibilizados para consulta no Arquivo Nacional e à versão construída pelas esquerdas acerca dos governos militares. Além disso, os artigos também destacam o caráter seletivo e interessado das memórias construídas pelo “Projeto Memórias Reveladas” do Ministério da Justiça. A principal alegação nesse sentido é de que tais memórias “escondem” as ações “violentas” praticadas pelos grupos e pelas pessoas das esquerdas no período da luta armada no Brasil. Outrossim, não levou em consideração a versão construída pelos militares para o período em destaque.⁵⁴³

⁵⁴⁰ Dentre a produção historiográfica acerca da questão das memórias construídas pelas esquerdas em relação à “resistência” armada a ditadura civil-militar, cito como exemplo o livro do historiador Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura e Democracia no Brasil*, o qual, dentre outras questões, analisa a construção das memórias da esquerda sobre a resistência armada aos governos militares, e o ensaio da historiadora Denise Rollemberg, “Esquerdas revolucionárias e a luta armada”, que também problematiza essa questão. Para aprofundar essa temática, ver REIS FILHO, 2014 e ROLLEMBERG, 2003, p. 45-91.

⁵⁴¹ FICO, 2004, p. 32.

⁵⁴² Para ter acesso aos artigos e textos disponibilizados no site “A verdade sufocada”, ver https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=category&id=39&Itemid=87. Acesso em: 13 nov. 2017.

⁵⁴³ Os artigos e textos disponibilizados no site “A verdade sufocada”, em especial aqueles referentes ao link “Memórias reveladas”, traz, segundo informações desse site, o número de acessos aos documentos ali disponibilizados. Tomando como referência, por exemplo, o artigo “Memórias reveladas ou memórias seletivas”, publicado em 9 de abril de 2011, o qual faz uma crítica contundente ao Projeto Memórias Reveladas do Ministério da Justiça, e, sobretudo, ao caráter seletivo dos documentos publicados relativos ao período dos governos militares no Arquivo Nacional, tem-se 3.892 acessos até o dia 13 de novembro de 2017, data da escrita desse trabalho. Esse número, embora questionável, pois é um dado do próprio site, traduz de certa forma a circulação que as ideias ali presentes têm um público considerável de leitores. Dessa forma, os artigos e textos ali escritos e publicados acabam “influenciando” a visão de determinada parcela da população brasileira acerca dos acontecimentos do período da ditadura civil-militar. Sobre o site, ver

Ora, essa discussão aqui destacada deixa evidente que, no campo das disputas de memórias, também se encontram as disputas políticas acerca do presente. O sentido do passado está, assim, ligado à luta pelo poder que os diversos grupos envolvidos na luta armada nas décadas de 1960 e 1970 buscavam atualmente, seja por meio do convencimento da sociedade na sua versão, seja na esfera da administração pública, por meio de cargos no legislativo, executivo e judiciário. Cabe questionar: qual o lugar que cada um dos grupos envolvidos naquele período da história contemporânea do Brasil ocupa atualmente? Quais personagens hoje detêm certa hegemonia das criações das memórias? Há uma espécie de “reação” dos demais grupos? Quais são eles? Os militares seriam um deles? Quais as estratégias estes têm utilizado para fazer com que suas memórias sejam levadas em consideração? São questionamentos que considero pertinentes acerca desse cenário aqui apresentado. Nesse sentido, afirma Elizabeth Jelin acerca das lutas políticas pela memória “*Actores y militantes ‘usan’ el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer / convencer / transmitir una narrativa, que pueda llegar a ser aceptada.*”⁵⁴⁴ Dessa forma, essa prática pode ser percebida nas ações praticadas pelos diversos personagens envolvidos nas construções das memórias sobre a luta armada de forma geral, e da Guerrilha do Araguaia em especial, através da escrita e da publicação de livros e/ou da divulgação de artigos pelos *sites* da internet. Há uma disputa por espaços de divulgação, de convencimento e de aceitação de suas versões.

É válido ressaltar ainda em que contexto relacionado aos episódios da Guerrilha do Araguaia a escrita e produção da obra *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha* está inserida. O desenvolvimento da pesquisa de Patricia Sposito Mechi e sua posterior publicação através de livro está relacionada com vários acontecimentos em torno das questões concernentes à Guerrilha do Araguaia. Destaco, nesse sentido, entre 2009 a 2012, alguns deles. Em primeiro lugar, o reconhecimento por meio da Comissão de Anistia de 44 processos de moradores da região do Araguaia, que sofreram com a repressão militar na época do conflito armado. Com tal reconhecimento, esses moradores receberam do Estado brasileiro indenizações que variavam de R\$ 80 mil a R\$ 143 mil à vista e mais dois salários mínimos por mês até o fim de suas vidas.⁵⁴⁵ Essa prática de reparações, estendida aos moradores locais, contribuiu para que

https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=4996:0904-memrias-reveladas-ou-memrias-seletivas-&catid=39&Itemid=87. Acesso em: 13 nov. 2017.

⁵⁴⁴ JELIN, 2002, p. 39.

⁵⁴⁵ Acerca da cronologia em torno das ações relacionadas à Guerrilha do Araguaia desde 1966 até 2009, ver <https://noticias.uol.com.br/politica/2009/07/08/ult5773u1632.jhtm>. Acesso em: 3 nov. 2017.

houvesse, por parte desses personagens, uma maior motivação para as criações de suas memórias sobre a Guerrilha do Araguaia.⁵⁴⁶ É importante perceber como essa iniciativa também favoreceu um maior olhar da imprensa e de outros pesquisadores acerca das narrativas construídas pelos moradores, muitos dos quais ainda permaneciam em silêncio, mas, nesse momento, resolvem falar. Dessa maneira, a historiadora Patricia Sposito constrói sua versão para a trajetória dos “camponeses” para o Araguaia a partir de vários depoimentos desses personagens concedidos à autora nesse período.⁵⁴⁷

Outro fato de importância no período da escrita da autora foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011. As discussões motivadas por essa comissão, os depoimentos colhidos, especialmente das pessoas que sofreram a ação da tortura no período da ditadura civil-militar no Brasil, foram importantes no direcionamento das questões postuladas por Patricia Sposito em sua pesquisa. A própria publicação do seu livro é fruto desse contexto, isto é, das disputas acerca das memórias da Guerrilha do Araguaia, concretizado a partir do “Projeto Memórias Reveladas” por meio da editora do Arquivo Nacional, conforme demonstrei anteriormente.

A obra é prefaciada pela historiadora Vera Lúcia Vieira⁵⁴⁸, orientadora da autora no seu Mestrado e no seu Doutorado. Em seu prefácio, Vera Lúcia faz um resumo do livro,

⁵⁴⁶ No que concerne à discussão acerca das indenizações aos perseguidos políticos no período da ditadura civil-militar no Brasil, a tese de doutorado em sociologia de Danyelle Nilin Gonçalves, *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*, é um exemplo de como as memórias das pessoas que sofreram perseguições motivadas por questões políticas, em especial no Ceará, constroem seus relatos centrados em cinco momentos: 1) sua vida antes da detenção; 2) dia da prisão; 3) decorrer da prisão; 4) vida após a prisão e 5) conclusão, espécie de desabafo no qual o ex-presos político faz referência ao seu pedido de indenização. Ver GONÇALVES, 2009, p. 82. Esses passos, destacados por esta pesquisadora, embora tenha um sentido geral, também está presente nas narrativas dos moradores do Araguaia que foram, na época da Guerrilha do Araguaia, presos pelos militares. Sua narrativa, em especial, é centrada principalmente nas perdas que sofreram após o momento de suas prisões e torturas.

⁵⁴⁷ Dentro desse contexto, é válido destacar duas produções documentais contemporâneas desses fatos. A primeira, o documentário *Camponeses do Araguaia – a guerrilha vista por dentro*, dirigido por Vandré Fernandes e lançado em 2010. O título do documentário já traduz o papel central que foi dado às narrativas dos moradores da região, ou seja, é a versão da guerrilha a partir da perspectiva de quem presenciou o movimento. O segundo documentário, também lançado em 2010, *Araguaia campo sagrado*, dirigido por Evandro Costa de Medeiros em parceria com a Universidade Federal do Pará, câmpus de Marabá, por meio do Núcleo de Estudos e Extensão em Educação no Campo da Faculdade de Educação. A ênfase desse documentário está nas memórias dos camponeses, seja daqueles que sofreram com algum tipo de represália dos militares, seja daqueles que serviram na época da guerrilha como guias para os soldados dentro da mata na caça aos guerrilheiros. Da mesma forma, traz também depoimentos de familiares e viúvas de moradores tidos como desaparecidos. Ambos os documentários refletem a atitude dos moradores da região em narrar suas versões para os fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia. Ver FERNANDES, Vandré. *Camponeses do Araguaia – a guerrilha vista por dentro*. [Documentário]. Oka Produções/Fundação Maurício Grabois. Brasil, 2010, 73 min. MEDEIROS, Evandro Costa de. *Araguaia campo sagrado*. [Documentário]. Labour Filmes Produções. Belém, 2010/2011, 53 min.

⁵⁴⁸ É atualmente professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Coordenadora do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL) desta mesma instituição. Também na PUC-SP cursou o seu mestrado (1989-1993), cujo título da dissertação é *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950*, e seu doutorado (1994-1998) com a tese *O trabalhador brasileiro: um caso de polícia até 1950*. Na sua atividade profissional, Vera Lúcia Vieira atua em

destacando como a autora chegou à temática da Guerrilha do Araguaia e às principais fontes e questões por ela analisadas. Chamou a atenção para a contribuição da pesquisa desenvolvida por Patricia Sposito Mechi para o campo de estudos sobre as lutas camponesas no Brasil. Isso porque sua análise não se restringiu apenas à luta armada no Araguaia, pois a autora também destaca movimentos envolvendo conflitos de terras em Porecatu (PR), Formoso e Trombas (GO) e as Ligas Camponesas no nordeste. Assim afirmou Vera Lúcia:

Extrapolando a particularidade do Araguaia, a autora traz exemplos de outros conflitos de terra, como o de Porecatu (PR), Formoso e Trombas (GO) e os que resultaram na formação das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro e tiveram um aspecto em comum: a presença do Partido Comunista.⁵⁴⁹

Embora Patricia Sposito tenha dado ênfase a aspectos da vida cotidiana, das relações de sociabilidade estabelecidas entre camponeses e militantes do PC do B e da sua crítica às ações dos militares, sua análise priorizou as questões econômicas. Nesse sentido, por meio do prefácio da obra, esse recorte é bastante perceptível nas argumentações de Vera Lúcia ao se referir, por exemplo, às características dos moradores da região do Araguaia. Dessa maneira, afirmou:

Especificamente no Araguaia e adjacências, ressalta-se a extrema mobilidade dos moradores do campo em razão das condições degradantes impostas pela dinâmica excludente da agricultura brasileira, que os tornava também “forasteiros”. Este é mais um dos aspectos que demonstra o ineditismo deste trabalho, a apresentação do sertanejo que não era autóctone. Seu assentamento na região era recente e decorria das políticas levadas a cabo pelo bonapartismo desde 1964, como o PIN, o Proterra e o II PDA.⁵⁵⁰

Outro aspecto ressaltado no prefácio ao livro *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha* está na reflexão de sua autora em relação aos documentos, em específico, as dificuldades encontradas pela pesquisadora no tocante às violações, aos sumiços e à desorganização dos acervos acerca da Guerrilha do Araguaia. Assim disse:

Destacam-se, ainda, no que diz respeito à questão documental, as reflexões da autora sobre as evidências de violação de arquivos, sumiço de páginas e desorganização das pastas, dificultando a recuperação dos acontecimentos relativos às lutas entre

temas relacionados às violações aos direitos humanos, perpetradas pelo Estado capitalista de natureza autocrata que se impõe no continente latino-americano. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0435228781511894>. Acesso em: 8 nov. 2017.

⁵⁴⁹ VIEIRA, 2015, p. 12.

⁵⁵⁰ VIEIRA, 2015, p. 12.

camponeses e latifundiários mediadas por um Estado autocrático e omissivo, mesmo no cumprimento das funções previstas na ordem liberal, de mediação entre o capital e o trabalho.⁵⁵¹

A narrativa de Vera Lúcia em seu prefácio do livro é apenas no sentido de apresentar a autora e os principais temas abordados na obra. Não há, assim, um aprofundamento das questões, mas um caráter de síntese daquilo que os leitores terão oportunidade de conhecer ao ler a obra. Dessa maneira, ao destacar a discussão que Patricia Sposito realiza em seu livro acerca da escolha do PC do B pela região do Araguaia e as relações estabelecidas entre os moradores dessa região e os guerrilheiros, disse:

Patricia resgata dos documentos produzidos pelos militantes as utopias e metas que os levaram à escolha da região, à definição dos tipos de treinamento e à apropriação das experiências anteriores em outros lugares do país. Mas reflete, principalmente, sobre o distanciamento entre essas intencionalidades e a realidade dos camponeses estabelecidos naquele espaço, assim como sobre a particular sociabilidade que desenvolveram.⁵⁵²

Concluindo sua apresentação do livro *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações de camponeses, militantes e militares na guerrilha*, Vera Lúcia tece uma crítica aos agentes do Estado que cometeram torturas e assassinatos no período dos governos militares, e que, amparados pela Lei de Anistia, continuam impunes. Nesse sentido, afirmou:

E continua presente na arrogância dos torturadores e assassinos oficiais que não se sentem intimidados em relatar as atrocidades que cometeram em nome da ordem e da pátria, a aplicação da “pedagogia da tortura”, protegidos pela impunidade garantida pela Lei de Anistia.⁵⁵³

Quanto ao aspecto da estrutura do texto de Patricia Sposito em forma de livro é importante ressaltar que a sua edição é diferente, em alguns aspectos, de sua versão apresentada na tese ao programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP. Destaco, nesse sentido, a supressão, no seu título, do período temporal estudado pela autora (1972-1974) cuja informação está na versão do texto tese, mas na edição do livro não consta. Outra diferença substancial é a introdução do prefácio ao texto, assinado pela historiadora Vera Lúcia Vieira, no qual é apresentada a pesquisa da autora que resultou na publicação do livro. Além disso, é válido considerar em sua versão de livro, enquanto suporte para o seu texto, a inclusão da capa.

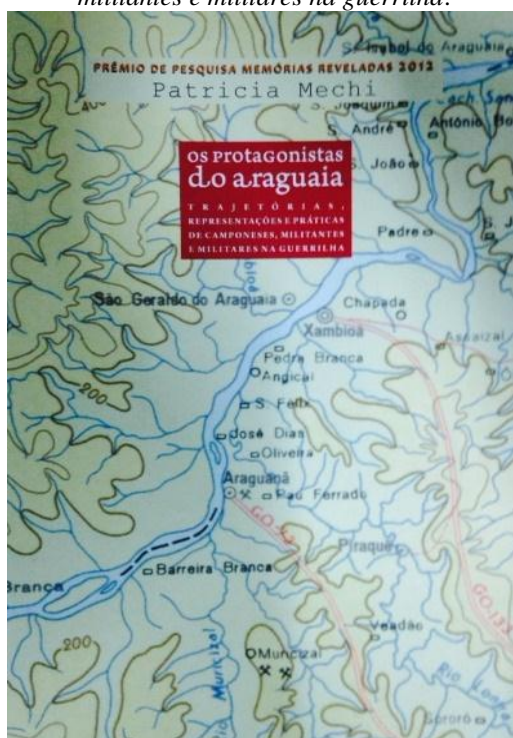
⁵⁵¹ VIEIRA, 2005, p. 12.

⁵⁵² VIEIRA, 2005, p. 13.

⁵⁵³ VIEIRA, 2005, p. 15.

No que concerne à capa desse livro, observa-se o mapa do norte de Goiás, atual Tocantins, identificando a região do conflito armado, com destaque para as principais cidades na época: Xambioá, Araguaã (GO) e São Geraldo do Araguaia (PA). Além disso, é perceptível também o destaque nessa imagem dado ao rio Araguaia e às principais rodovias que davam acesso por terra às cidades apresentadas no mapa (a GO-133 e a GO-73) (ver figura 22). A imagem, portanto, representa o centro da luta armada e os locais nos quais “os protagonistas do Araguaia” construíram, cada um a seu modo, e de acordo com as suas expectativas e práticas, suas vidas. Em relação ao título do livro, percebe-se uma coerência por parte da autora ao analisar o papel exercido pelos principais personagens do conflito armado no Araguaia: camponeses, militantes e militares, enfatizando, sobretudo, suas trajetórias, ou seja, os caminhos que levaram esses grupos ao Araguaia. Centrando sua discussão nessa questão, Patricia Sposito analisa as motivações específicas de cada um desses grupos sociais que em momentos diferentes foram para esta região do país.

Figura 22 - Capa do livro *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2017).

Por ter discutido os três principais grupos envolvidos no conflito armado no sul do Pará, a autora utilizou em sua escrita uma diversidade de fontes de pesquisa. No que concerne aos militares, por exemplo, fez uso dos livros de memórias publicados por estes, aqui discutidos no Capítulo 2. Dessa forma, obras como *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, de

Pedro Corrêa Cabral; *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*, de José Vargas Jiménez; *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, de Lício Maciel; e o documentário *Desfazendo mitos da luta armada*, de Aluízio Madruga de Moura e Souza, serviram de base para a sua discussão acerca da trajetória e das práticas dos militares no Araguaia. Além dessas, Patricia Sposito também utilizou documentos das Forças Armadas como relatórios das operações militares durante o conflito disponíveis atualmente e depoimentos à Comissão de Anistia. Em relação ao Partido Comunista do Brasil, a autora utilizou vários artigos publicados em *A classe operária*; os comunicados das Forças Guerrilheiras do Araguaia, direcionados à população da região do conflito; o diário de Maurício Grabois e entrevistas com os ex-guerrilheiros José Genoíno Neto e Michéas Gomes de Almeida. No que se refere à população da região do Araguaia, a qual foi conceituada pela autora como camponesa, Patricia Sposito utilizou os depoimentos destes ao Ministério Público Federal e depoimentos orais concedidos à própria autora, totalizando 15 entrevistas.⁵⁵⁴

Em termos de organização, o livro *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha* está dividido em seis (6) capítulos, assim nomeados: capítulo 1 - Uma história de resistência ao latifúndio: o camponês do Araguaia; capítulo 2 - Camponeses do Araguaia: entre a experiência da guerrilha e as lutas pela posse da terra; capítulo 3 - O PC do B e a guerra popular prolongada contra o atraso, o subdesenvolvimento e a ditadura; capítulo 4 - O PC do B e a luta armada no campo: a Guerrilha do Araguaia; capítulo 5 - O caminho das Forças Armadas para o Araguaia e o capítulo 6 - Os militares no Araguaia: extermínio da guerrilha.

De forma geral, como a autora interpreta em seu livro a Guerrilha do Araguaia? Qual sua ênfase? Quais as suas questões centrais no debate acerca desse acontecimento? Destaco a seguir algumas dessas questões presentes na obra de Patricia Sposito Mechi para exemplificar a versão construída por ela para a Guerrilha do Araguaia.

Partindo do princípio de que sua escrita pretende interpretar as trajetórias, as representações e as práticas dos principais personagens envolvidos na luta armada no Araguaia, sua narrativa se inicia a partir do caso dos camponeses. Segundo Patricia Mechi, a trajetória desse grupo social para o Araguaia deu-se pela resistência ao latifúndio. No intuito de comprovar sua tese, a autora contextualiza a região sul do Pará e as rotas migratórias desses personagens até suas chegadas à região. A partir de sua pesquisa bibliográfica destacou

⁵⁵⁴ MECHI, 2015, p. 271-275.

duas rotas migratórias de camponeses para a área: os vindos do Centro-Oeste e os vindos do Nordeste. Em relação ao movimento migratório vindo do Centro-Oeste, afirmou a autora:

Os movimentos populacionais com origem no Centro-Oeste teriam como uma de suas causas a expulsão de camponeses advinda da dinâmica da formação dos imensos latifúndios do estado de Goiás (consideramos a área que hoje integra os estados de Goiás e Tocantins), que se iniciou na ocupação territorial ocorrida no período colonial. A concentração fundiária na capitania de Goiás remonta ao final do século XVIII, ao final do ciclo do ouro que foi efêmero na região, mas que atraiu gente que vinha de diversos locais do país.⁵⁵⁵

Seguindo, portanto, uma análise da história econômica, Patricia Sposito traça um estudo do latifúndio no Brasil desde a época colonial, passando pelo período do império até o presente. Para isso dialogou com autores clássicos da historiografia econômica como, por exemplo, Caio Prado Júnior. No que concerne à rota migratória do Nordeste, a autora também centrou sua análise a partir do período colonial, percorrendo os séculos XVIII, XIX até o século XX, narrando os aspectos da economia dessa região, as ondas migratórias e as iniciativas dos governos, em especial durante a década de 1930, com relação às secas nessa região.⁵⁵⁶ Contextualizando a região norte, em especial a área palco da guerrilha na metade do século XX, disse Patricia Sposito:

O Araguaia é um dos locais do país onde as rotas camponesas se encontram. As condições de expulsão do nordeste e do centro-oeste brasileiro têm ali um ponto de intersecção; a região também é considerada porta de entrada da Amazônia. O norte era a região que estava menos integrada ao restante do país na segunda metade do século XX. Esta característica era uma permanência que resistia desde o período colonial, quando a Província do Grão Pará estabelecia laços diretos com a metrópole portuguesa, separada da sede da administração colonial do Rio de Janeiro.⁵⁵⁷

Dessa maneira, contextualizando o norte desde a segunda metade do século XX enquanto um espaço isolado e suscetível a ondas migratórias, Patricia Sposito enfatizou as principais motivações das migrações de camponeses para o sul do Pará nas décadas de 1950 a 1970, período esse que culminou com a chegada, nessa área, dos militantes do PC do B. A principal motivação, segundo a autora, teria sido o estabelecimento de uma posse e a intenção de melhoria das condições de vida e de trabalho. Essa conclusão da pesquisadora foi baseada em alguns depoimentos de pessoas da região que haviam migrado para esta ao longo desse período.⁵⁵⁸ Essa percepção da área em constante migração também foi um argumento

⁵⁵⁵ MECHI, 2015, p. 42.

⁵⁵⁶ MECHI, 2015, p. 51-57.

⁵⁵⁷ MECHI, 2015, p. 57-58.

⁵⁵⁸ MECHI, 2015, p. 60.

utilizado pelo próprio PC do B, para justificar a sua escolha como palco para implantação do comunismo no Brasil. Embora não problematize as construções das memórias, a autora também utilizou alguns depoimentos orais de camponeses da região. Um exemplo do uso de depoimentos orais em seu livro encontra-se, sobretudo, no capítulo no qual a autora dedica aos moradores do Araguaia, nomeados por ela de “camponeses” — “Camponeses do Araguaia: entre a experiência da guerrilha e as lutas pela posse da terra”. Ao analisar o relacionamento entre os militantes do PC do B e os “camponeses” e destacar aqueles mais lembrados pelos moradores da região, Patricia Sposito Mechi utilizou o depoimento do senhor Eduardo Lemos Porto, e assim escreveu:

Entre os militantes mais lembrados estava dr. Juca, que instalou uma farmácia no município de São Geraldo, além das guerrilheiras que auxiliavam nos partos: “A Dina, por exemplo, trabalhou como parteira e enfermeira, aqui tem vinte pessoas que foram pegos pelas mãos da Dina, tanto no serviço de parto com no serviço de enfermeira”⁵⁵⁹.

Em relação à trajetória dos militantes do PC do B, a autora destacou a própria história do partido, sua criação, cisão, as controvérsias, a avaliação sobre a ditadura civil-militar e a opção pela luta armada até a chegada dos militantes ao Araguaia e suas relações com a população local, treinamentos para a guerra e, por último, a avaliação do partido acerca da experiência da guerrilha feita por Ângelo Arroyo e Pedro Pomar.⁵⁶⁰

Sobre os caminhos que os militares percorreram até sua chegada à região do Araguaia, Sposito analisa o golpe de 1964, o binômio segurança e desenvolvimento, a questão agrária nesse período, a descoberta da guerrilha e as operações militares para combatê-la. Nesse caso, a autora utilizou como documentação os relatórios e informes guardados pelo general Antônio Bandeira (não especifica como teve acesso), livros publicados pelos militares que participaram das operações no Araguaia, entrevistas concedidas à imprensa e o depoimento do coronel José Vargas Jimenez à Comissão de Anistia, em 2009.⁵⁶¹

Devido ao fato de ser uma publicação mais recente, a circulação da obra de Patricia Sposito Mechi, seja no âmbito acadêmico, seja entre os militares e/ou entre os leitores em geral, é ainda incipiente para uma avaliação mais precisa dos reflexos de seu livro nesses meios. Entretanto, a partir dos meios possibilitados, atualmente, pela internet, verifiquei a circulação inicial dessa obra utilizando como parâmetro os lançamentos realizados pela autora em alguns eventos da área de História. Assim, destaco o lançamento da obra, por exemplo, no

⁵⁵⁹ MECHI, 2015, p. 80.

⁵⁶⁰ MECHI, 2015, p. 109-123.

⁵⁶¹ MECHI, 2015, p. 195-264.

XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, ocorrido em Florianópolis, em julho de 2015.⁵⁶² Da mesma forma, em novembro de 2016, durante o III Congresso Internacional de História y Literatura Latinoamericana y Caribeña: Rupturas y Continuidades, o livro em questão também foi lançado.⁵⁶³ Outra forma de também verificar sua circulação entre seus pares, os historiadores, foi por meio do site da CAPES. Nele encontrei a partir de 2015, ano de sua publicação na forma de livro, apenas um trabalho (dissertação de Mestrado), que fez referência à obra em destaque. Contudo, é importante trazer sua contribuição para o cenário das lutas de memória sobre a guerrilha. Pois sua escrita proporcionou uma reflexão em torno dos três grupos de personagens envolvidos na luta armada no Araguaia: camponeses, militantes do PC do B e militares.

Quais contribuições que esses livros acadêmicos trouxeram para a disputa de memórias acerca da Guerrilha do Araguaia? E para o campo da historiografia? O seu lugar de produção, a academia, favoreceu a ênfase na construção de uma narrativa “autorizada” daquilo que aconteceu no Araguaia. A escrita acadêmica representa, de certa forma, para a opinião pública, o “real”, uma versão verossímil para os fatos. Além dessa questão, também proporcionou voz aos vários personagens envolvidos na guerrilha e deu visibilidade à guerra, tornando-a um fato histórico. Nesse sentido, os livros acadêmicos têm contribuído para a construção de um acervo documental sobre a guerrilha por meio dos depoimentos dos diversos personagens envolvidos nela, de fotos de época, de mapas e de questionamentos acerca da documentação oficial elaborada pelas Forças Armadas ainda não totalmente disponibilizada para a consulta. O olhar dos historiadores, assim, possibilita a escrita de um texto que problematiza essas fontes e questiona as várias versões apresentadas sobre a Guerrilha do Araguaia. As publicações dessas obras também ampliaram o debate entre os historiadores sobre a Guerrilha do Araguaia, pois se tornaram referências para outras pesquisas acerca da temática.

⁵⁶² Disponível em: http://www.shh2015.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1808&impressao. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁵⁶³ Disponível em: <http://adhilac-brasil.org/CIHL/Pages/lan%C3%A7amento.html>. Acesso em: 29 nov. 2017.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez a melhor expressão para denominar os escritos finais desta tese seria “(in)conclusão”, isto é, a ideia de que a disputa acerca do passado da Guerrilha do Araguaia não se finaliza nesse estudo. As disputas, as acusações e os ressentimentos continuam bem presentes. Parece que o passado acerca dos acontecimentos passados na região do Araguaia entre os anos de 1972 a 1974 não se concluem, e permanece, ainda, nas disputas políticas do tempo presente. Livros acerca desse acontecimento continuam a ser escritos e publicados. A cada novo lançamento, por meio de biografias, de autobiografias e/ou mesmo das lembranças dos personagens que participaram da guerrilha, são reacendidas questões ainda não encerradas. Por esse motivo, escolhi enquanto recorte temporal dois livros que referenciam a continuidade da guerrilha em termos de disputas via memória: *Guerrilha do Araguaia* (1978), do jornalista Palmério Dória e outros, e *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha* (2015), da historiadora Patricia Sposito Mechi.

Os livros, além de constituírem uma produção cultural, representam, nesse estudo, o lugar de batalhas e de acerto de contas da memória. A partir da escrita e da publicação dos livros analisados nesse trabalho pode-se observar uma guerra ainda não concluída. Algumas batalhas foram vencidas pelas esquerdas, mas a “resistência” dos militares não pode ser desconsiderada. Exemplos de algumas batalhas vencidas são a promulgação da lei 10.559, que garantiu as reparações aos perseguidos por motivos políticos, e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre os anos de 2012 a 2014.

No intuito de facilitar a discussão sobre as disputas de memórias em torno da Guerrilha do Araguaia, e, sobretudo, de perceber os indícios da continuidade da guerra, dividi a escrita e a publicação dos livros analisados nesse trabalho em períodos. Considerei, assim, enquanto primeira fase das construções das memórias por meio dos livros, os anos de 1978 e 1979, com a publicação das obras escritas pelos jornalistas Palmério Dória e outros e Fernando Portela. A segunda fase (1980-1987), quando os chamados intelectuais de esquerda, isto é, Wladimir Pomar e Jacob Gorender, fazem uma avaliação da luta armada ocorrida na década de 1970; e a terceira fase (1993-2015), momento em que a escrita da Guerrilha do Araguaia passou a ser feita pelos militares e interpretada pelos historiadores. A divisão proposta neste trabalho em três momentos para a escrita e publicação dos livros acerca da Guerrilha do Araguaia é apenas uma maneira de se perceber como as memórias são

construídas em cada período histórico pelo qual o país passou. Não constitui, dessa forma, um modelo determinista e estanque para o estudo, mas que busca representar as múltiplas memórias de cada grupo (militantes de esquerda e militares) na tentativa de escrever e publicar as suas versões para esse acontecimento. As suas narrativas, nesse sentido, mesclam-se, misturam-se e passam a disputar perante os leitores qual seria a narrativa mais convincente, ou melhor, mais “verdadeira” para a Guerrilha do Araguaia. Por esse motivo, tais livros centram a sua narrativa a partir da ideia de testemunho, conforme demonstrei.

Os livros discutidos no Capítulo 2 da tese, conforme argumentei, enfatizam duas ideias centrais. A primeira delas, presente nas obras de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vincent Carelli, Jaime Sautchuk e Fernando Portela, destacam, de forma geral, o que foi a Guerrilha do Araguaia, os seus personagens principais, a sua formação, a sua organização e o seu desfecho para esse movimento armado no sul do Pará. São livros que traduzem o caráter jornalístico e informativo da guerrilha, apresentando para a população brasileira uma guerra ocorrida no país, mas que poucos conheciam a sua existência na época da publicação das obras. Nelas, a narrativa é construída a partir dos testemunhos dos principais personagens envolvidos no conflito armado: ex-militantes do PC do B, militares e alguns moradores locais. São as primeiras iniciativas de construção de memórias acerca da Guerrilha do Araguaia através da escrita de livros. Nessas construções memorialísticas é perceptível para os ex-guerrilheiros e as lideranças do PC do B, conforme mostrei, a ideia de que a Guerrilha do Araguaia foi um “movimento de resistência à ditadura civil-militar”, construção esta já questionada por alguns intelectuais de esquerda, como Jacob Gorender, e pela historiografia, atualmente. Em relação à versão construída por alguns militares que, em fins dos anos de 1970, foram entrevistados pelos jornalistas acima mencionados, é possível observar alguns aspectos que se tornaram recorrentes em relação à versão construída por esses personagens ao longo dos anos, como, por exemplo, a negação da existência de documentos oficiais sobre a Guerrilha do Araguaia, a negação de que houve a prática da tortura, seja contra os guerrilheiros, seja contra os moradores da região, e a culpabilidade para com as mortes ali ocorridas atribuídas às lideranças do PC do B.

A segunda ideia, ligada às obras de Wladimir Pomar e Jacob Gorender, fazem uma avaliação a partir da perspectiva de intelectuais da esquerda, conforme se declaram os autores, da luta armada nos anos de 1960 e 1970. As suas análises estão relacionadas ao contexto do Brasil na década de 1980 e ao lugar que a esquerda e/ou ex-militantes dos anos de exceção passam a exercer no cenário político do país. A máxima seria “conhecer o passado para assim

construir o presente”. As duas obras, nessa perspectiva, se completam e passam a servir de referência aos demais trabalhos acerca da temática da luta armada no Brasil.

Dentre os vários aspectos comuns aos dois livros analisados, *Araguaia: o partido e a guerrilha* e *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, pode-se ainda destacar o fato de seus dois autores, serem dissidentes dos seus partidos de origem. Wladimir Pomar foi expulso do PC do B e Jacob Gorender deixou o PCB e contribuiu com a fundação do PCBR e, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos Capítulos 3 e 4 a discussão enfatiza a construção das memórias por parte dos militares a partir dos livros acerca da Guerrilha do Araguaia. Esses, inicialmente, procuram “esquecer” a guerra — negativa de que ela tivesse acontecido, alegação da destruição dos documentos e ocultação dos restos mortais. Para eles, a Anistia teria resolvido todas as questões. Num segundo momento, passam a publicar as suas memórias por meio, sobretudo, da publicação de livros. Neles, a afirmação mais recorrente recai sobre a “acusação de que a esquerda é revanchista”, e nunca aceitaram a “derrota através das armas”. Passam, assim, a construir as suas memórias e, nelas, alegam a continuidade da guerrilha “não mais pelas armas, mas por meio da escrita”.

É válido questionar ainda acerca das narrativas construídas pelos militares em seus livros a ausência e/ou negação de determinadas informações importantes para se compreender a luta armada no Araguaia. É o caso, conforme destaquei ao longo dos capítulos, a partir de documentos hoje disponíveis, do apoio logístico dos Estados Unidos na preparação de militares brasileiros para o combate à guerrilha rural. O treinamento de militares brasileiros por militares norte-americanos teria iniciado ainda em 1966, momento em que os militantes do PC do B começavam a chegar à região do Araguaia. Portanto, a afirmação de que as Forças Armadas não estariam preparadas para uma guerra irregular — guerra de guerrilhas —, principalmente envolvendo as duas primeiras operações militares no Araguaia (abril a junho de 1972 e setembro a outubro de 1972), pode ser questionada na construção das memórias dos militares. Outra questão aqui discutida e quase não dita pelos militares que atuaram no combate à luta armada no Araguaia é o fato de esses terem sido também influenciados por pensadores militares franceses, conforme já havia sido estudado pelo jornalista Marcelo Godoy, para os casos de combate à guerrilha urbana. Para a Guerrilha do Araguaia, esta influência também é perceptível a partir das ideias defendidas pelos autores militares dos livros analisados neste trabalho. Exemplo disso são os métodos utilizados pelos militares brasileiros para se combater “a guerra revolucionária”, segundo eles, conduzida pelo

comunismo internacional. Assim, a prática da tortura contra os prisioneiros políticos é justificada por eles.

Livros escritos por historiadores também problematizaram a temática da Guerrilha do Araguaia, conforme foi discutido no capítulo cinco. Nesse caso, apresentam características distintas dos demais livros acerca desse acontecimento, pois partem de uma análise de cunho acadêmico resultantes de pesquisas no campo da história. Essa produção historiográfica, assim também como as demais obras aqui analisadas, estão inseridas, como demonstrei, dentro do contexto histórico pelo qual o Brasil passava na época de sua escrita e publicação. Em específico, os livros publicados pelos historiadores também são produtos das teorias da história presentes em cada programa de pós-graduação ao qual os seus autores estão vinculados, bem como no debate historiográfico acerca do período da ditadura civil-militar. Nesse contexto, o livro de Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*, analisa a luta armada no Araguaia a partir do materialismo histórico, centrando a sua discussão nos aspectos políticos e econômicos do Brasil das décadas de 1960 e 1970. Assim, a análise em torno da economia do país, como o exemplo do chamado “milagre brasileiro” e da própria história do Partido Comunista do Brasil (PC do B), constituíram, na escrita dessa obra, temas relevantes. Já o livro *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*, do jornalista e historiador Carlos Studart, é produto do momento histórico no qual os militares que atuaram no combate ao movimento armado no Araguaia passam a publicar e a divulgar com mais frequência as suas memórias sobre esse movimento. A sua obra, portanto, traz para o debate historiográfico as memórias construídas por esses personagens. Nesse sentido, o seu livro pode ser interpretado dentro do contexto das disputas de memórias acerca da Guerrilha do Araguaia.

Embora não se tenham números exatos sobre a tiragem desses livros, é possível perceber, sobretudo, a sua circulação entre os trabalhos acadêmicos relacionados à Guerrilha do Araguaia. A partir da apropriação das narrativas presentes nesses livros, os autores da academia, em especial os historiadores, passaram a problematizar algumas questões consideradas imprescindíveis para se interpretar a luta armada na região. Identifico, nesse sentido, o apoio disponibilizado pelos Estados Unidos desde 1966 para treinar os militares brasileiros no combate à guerrilha rural, questão muitas vezes ocultada/silenciada nas narrativas memorialistas dos militares em seus livros. As narrativas constantes nos livros aqui estudados também são apropriadas por alguns leitores que passam a defender e/ou criticar ideias defendidas pelos militares ou pelos militantes de esquerda. Um exemplo bem visível foi a afirmação feita pelo cantor popular Zezé di Camargo ao externar, em setembro de 2017, que

“no Brasil não houve ditadura”. Tal postura pode ser considerada um indício de como determinadas ideias presentes em alguns livros que tratam desse período da história do Brasil são apropriadas e acabam influenciando determinado público.

As capas e os prefácios dos livros sobre a Guerrilha do Araguaia também representam evidências da disputa pelo passado desse acontecimento. As argumentações constantes nos prefácios dos livros sinalizam, de certa forma, a continuidade da guerra após meio da escrita. Expressam posicionamentos e críticas a determinadas ações praticadas seja pelos guerrilheiros e pelas lideranças do PC do B, seja pelas Forças Armadas que combateram a Guerrilha no Araguaia.

Partindo, pois, da afirmação de que a guerra continua, destaco os principais pontos de disputa identificados ao longo da análise dos livros estudados. Há intensas trocas de acusações em relação às responsabilidades pelas mortes dos militantes do PC do B no Araguaia. Os ex-guerrilheiros, os familiares e/ou os simpatizantes atribuem essa responsabilidade às Forças Armadas e ao Estado brasileiro; já para os militares, a culpa pelas mortes dos guerrilheiros é atribuída às lideranças do PC do B na época e/ou ao “fanatismo” dos militantes em resistir às prisões. Para justificar a violência utilizada nos combates contra os guerrilheiros, os militares, ao se referirem à forma como ocorreram essas mortes, vão geralmente utilizar a expressão “morreu em combate”. Outra questão evidente nas disputas é a tese de “delação” do movimento por parte dos militantes presos. Essa ideia consta tanto nas narrativas dos militares quanto na das lideranças do PC do B, na sua busca de localizar os responsáveis pela descoberta do movimento no sul do Pará.

Outra acusação muito comum nas obras escritas pelos militares é o uso da violência por parte dos próprios militantes de esquerda aos seus companheiros de luta — prática denominada pelos militares como “justiçamentos”. Em contraposição, é frequente nas narrativas de ex-guerrilheiros a acusação da prática da tortura contra os presos por parte dos militares, questão que os militares “negam” ou buscam não escrever a respeito, sendo ainda, portanto, um tabu.

Especialmente para os familiares e/ou amigos dos guerrilheiros mortos na Guerrilha do Araguaia, uma questão muito presente em suas falas, escritas e reivindicações é a busca pela localização dos restos mortais daqueles que “tomaram”. Nessa questão, acusam os militares e o governo da época de ocultação dos corpos. Tal reivindicação culminou com a

condenação do Brasil, em 24 de novembro de 2010, na Corte Interamericana de Direitos Humanos.⁵⁶⁴

Na mesma direção, é importante ressaltar nessa “guerra” a insistência, por parte de alguns militares e até mesmo de alguns governantes, da não divulgação da documentação sobre a Guerrilha do Araguaia. As desculpas são variadas: queima, extravio, questão de Estado etc., mas, até o presente, constitui ainda uma “página em branco” em relação à história desse acontecimento. Contudo, cabe enfatizar o papel de importância que teve a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no sentido de pressionar as autoridades para essa questão, mas os avanços ainda foram pequenos.

Há três pontos identificados nas obras aqui analisadas escritas pelos militares que demonstram a continuidade dessa guerra. São contrários, por exemplo, às reparações aos perseguidos políticos e a Comissão Nacional da Verdade. Não obstante, acusam a esquerda de tentar implantar o comunismo no país, mas as suas várias tentativas para isso resultaram no “fracasso”, demonstrando, nesse aspecto, a “vitória dos militares e dos setores conservadores da sociedade brasileira”.

Diante das reflexões propostas nesse estudo, busquei contribuir no sentido de ampliar a discussão acerca dessa temática trazendo para o debate as disputas, as acusações, os ressentimentos presentes na escrita dos diversos personagens envolvidos direta e indiretamente com os acontecimentos da luta armada no Araguaia na década de 1970. Não constitui, assim, o parágrafo final dessa guerra, mas uma reflexão das dificuldades que as lideranças das esquerdas e dos militares encontram em reconhecer os seus erros, acertos, limites, e encerrar o assunto. Dessa forma, enquanto os restos mortais não forem localizados e entregues aos familiares, os documentos oficiais não forem liberados e o reconhecimento dos crimes cometidos contra a pessoa humana não forem assumidos publicamente, para citar algumas questões, lacunas acerca desse fato continuarão a existir. E a guerra da memória

⁵⁶⁴ Sobre a sentença, ver: www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 5 nov. 2018.

FONTES

1 Livros

As tentativas de tomada do poder (Orvil). Livro digital. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78/737--a-difuso-do-projeto-orvil-download>. Acesso em: 30 jul. 2015.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero; MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do. (Orgs.). **Orvil: tentativas de tomada do poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: Guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: UFG, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O Coronel rompe o silêncio**. São Paulo: Objetiva, 2004.

DÓRIA, Palmério *et al.* A Guerrilha do Araguaia. **História imediata**, n. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

JIMENEZ, José Vargas. **Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964**. Campo Grande: Editora do autor, 2011.

JIMENEZ, José Vargas. **Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia**. Campo Grande: Editora do autor, 2007.

MACIEL, Licio Augusto Ribeiro. **Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente**. 2. ed. São Paulo: Schoba, 2011.

MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

MOURA E SOUSA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia – revanchismo – a grande verdade**. Brasília: Gráfica e Editora LTDA, 2002.

POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha – documentos inéditos**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1979.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

STUDART, Hugo. **A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Ser, 2006.

2 Reportagens em revistas e jornais

FON, Antônio Carlos *et al.* As guerras secretas. **Veja**, São Paulo: Editora Abril, edição 6 set. 1978, p. 52.

GAMA, Rinaldo. O fim da guerra no fim do mundo. **Veja**, São Paulo, 13 out. 1993.

KLINKE, Angela; FRANCESCO, Luciana de. Guerrilha e paz. **Isto É**, São Paulo: Editora Três, edição 28 jul. 1993.

MAESTRI, Márcio. Jacob Gorender e o caráter da Ditadura Militar de 1964-85. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/51754-jacob-gorender-e-o-car%C3%A1ter-da-ditadura-militar-de-1964-85.html>. Acesso em: 8 mar. 2017.

MAESTRI, Mário. Entrevista de Jacob Gorender a Mário Maestri. Disponível em: http://correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9697:subm-anchete110614&catid=29:cultura&Itemid=61. Acesso em: 8 mar. 2017.

RODRIGUES, Alan. A tropa de extermínio. **Isto É**. São Paulo, n. 2036, 12 nov. 2008.

VEJA. Segredos revelados. São Paulo: Editora Abril, n. 996, 7 out. 1987, p. 88-94. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/996?page=88§ion=1&word=1987>. Acesso em: 10 mar. 2017.

3 Jornal *A Classe Operária*

A Classe Operária, nº 28, março de 1969;

A **Classe Operária**, nº 31, junho de 1969;
A **Classe Operária**, nº 33, agosto de 1969;
A **Classe Operária**, nº 34, outubro de 1969;
A **Classe Operária**, nº 38, fevereiro de 1970;
A **Classe Operária**, nº 39, março de 1970;
A **Classe Operária**, nº 40, abril de 1970;
A **Classe Operária**, nº 42, junho de 1970;
A **Classe Operária**, nº 44, agosto de 1970;
A **Classe Operária**, nº 45, setembro de 1970;
A **Classe Operária**, nº 46, outubro de 1970;
A **Classe Operária**, nº 47, novembro de 1970;
A **Classe Operária**, nº 48, dezembro de 1970;
A **Classe Operária**, nº 49, janeiro de 1971;
A **Classe Operária**, nº 50, fevereiro de 1971;
A **Classe Operária**, nº 51, março de 1971;
A **Classe Operária**, nº 53, maio de 1971;
A **Classe Operária**, nº 54, junho de 1971;
A **Classe Operária**, nº 55, julho de 1971;
A **Classe Operária**, nº 56, agosto de 1971;
A **Classe Operária**, nº 57, setembro de 1971;
A **Classe Operária**, nº 58, outubro de 1971;
A **Classe Operária**, nº 59, novembro de 1971;
A **Classe Operária**, nº 61, janeiro de 1972;
A **Classe Operária**, nº 62, fevereiro de 1972;
A **Classe Operária**, nº 63, março de 1972 – Edição Especial: 50 anos do PC do Brasil;
A **Classe Operária**, nº 63, abril de 1972;
A **Classe Operária**, nº 64, maio de 1972;
A **Classe Operária**, nº 66, julho de 1972;
A **Classe Operária**, nº 67, agosto de 1972;
A **Classe Operária**, nº 68, setembro de 1972;
A **Classe Operária**, nº 69, outubro de 1972;
A **Classe Operária**, nº 70, novembro de 1972;
A **Classe Operária**, nº 71, dezembro de 1972;
A **Classe Operária**, nº 73, abril e Maio de 1973;

A **Classe Operária**, nº 74, junho de 1973;
A **Classe Operária**, nº 75, julho de 1973;
A **Classe Operária**, nº 76, agosto de 1973;
A **Classe Operária**, nº 77, setembro de 1973;
A **Classe Operária**, nº 78, outubro de 1973;
A **Classe Operária**, nº 79, novembro de 1973;
A **Classe Operária**, nº 80, dezembro de 1973;
A **Classe Operária**, nº 82, fevereiro de 1974;
A **Classe Operária**, nº 83, março de 1974;
A **Classe Operária**, nº 84, abril de 1974;
A **Classe Operária**, nº 86, junho de 1974;
A **Classe Operária**, nº 87, julho de 1974;
A **Classe Operária**, nº 88, agosto de 1974;
A **Classe Operária**, nº 90, outubro de 1974;
A **Classe Operária**, nº 91, novembro de 1974;
A **Classe Operária**, nº 93, janeiro de 1975;
A **Classe Operária**, nº 95, março de 1975;
A **Classe Operária**, nº 96, abril de 1975;
A **Classe Operária**, nº 93, janeiro de 1975;
A **Classe Operária**, nº 96, abril de 1975;
A **Classe Operária**, nº 100, setembro de 1975;
A **Classe Operária**, nº 105, abril de 1976;
A **Classe Operária**, nº 137, junho de 1979;
A **Classe Operária**, nº 144, julho-agosto de 1980;
A **Classe Operária**, nº 146, fevereiro de 1981.

Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 11 ago. 2016.

4 Documentários e reportagens televisivas

CASTRO, Eduardo. **Guerrilha do Araguaia** – as faces ocultas da história. [Documentário]. Ideia Produções/TV Brasil Central. Goiânia, 2007, 55 min.

FERNANDES, Vandr . **Camponeses do Araguaia** – a guerrilha vista por dentro. [Documentário]. Oka Produções/Fundação Maurício Grabois. Brasil, 2010, 73 min.

MEDEIROS, Evandro Costa de. **Araguaia campo sagrado**. [Documentário]. Labour Filmes Produções. Belém, 2010/2011, 53 min.

MORAES NETO, Geneton. Entrevista com Jarbas Passarinho. Globo News. 2010, 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bv4zGawrR2A>. Acesso em: 22 mar. 2017.

TELES, L lia. **Fantástico**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 12 maio 1996. Programa de TV. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cMfd43BK5TM&hd=1>. Acesso em: 15 out. 2014.

5 Depoimentos orais

1. **Divino Martins dos Santos** - Entrevista realizada em Xambioá (TO), em 6 de julho de 2007.

2. **Gilberto Leite** - Entrevista realizada em São Domingos do Araguaia (PA), em 23 de abril de 2015.

3. **Leonardo Miranda Silva** - Entrevista oral concedida ao pesquisador em Xambioá (TO), em 11 de setembro de 2015.

4. **Maria do Carmo Viana Feitosa** - Entrevista realizada em Xambioá (TO). em 1 de outubro de 2015.

5. **Oswaldo Pires Costa** - Entrevista realizada em São Domingos do Araguaia (PA), em 13 de janeiro de 2010.

6 Reportagens na internet

AZEVEDO, Solange. “O PT é a maior invenção política religiosa do Brasil”. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR77351-5856,00.html>. Acesso em: 6 set. 2017.

BERTOLINO, Oswaldo. Guerrilha do Araguaia: a lei e os fora-da-lei. **Portal Vermelho**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/1761-1>. Acesso em: 12 set. 2017.

Diário de Pernambuco. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/09/12/internas_viver,722023/brasil-nunca-chegou-a-ser-uma-ditadura-diz-zeze-di-camargo.shtml. Acesso em: 2 abr. 2018.

MAYRINK, José Maria. Militares põem em livro versão sobre repressão. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-poem-em-livro-versao-sobre-repressao,985167>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido no país. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MENDES, Priscilla. ‘Se virem. Não colaboro com inimigo’, diz militar à Comissão da Verdade. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/se-virem-nao-colaboro-com-inimigo-diz-militar-comissao-da-verdade.html>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MORAIS, Raquel. Morre Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html>. Acesso em: 23 mai. 2017.

NETO BONALUME, Ricardo. Livro traz versão de militares sobre ação da esquerda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/79991-livro-traz-versao-de-militares-sobre-acao-armada-da-esquerda.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 18 jun. 2018.

TOGNOLLI, Julio Claudio. Jornalista mostra versão dos militares da Guerrilha do Araguaia. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-mar-09/jornalista_versao_militar_guerrilha_araguaia#author. Acesso em: 13 jul. 2018.

Tribuna do Norte. Livro destaca versão dos militares sobre repressão. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/livro-destaca-versao-dos-militares-sobre-a-repressao/241492>. Acesso em: 18 jun. 2018.

TRIGO, Luciano. O livro secreto da ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2009/05/28/o-livro-secreto-da-ditadura/>. Acesso em: 18 jun. 2018.

7 Sites, blogs e demais acervos digitais

Blog do Licio Maciel: <https://liciomaciel.wordpress.com/>

Blog Fernando Portela: <http://fernandoportelablog.blogspot.com.br/p/perfil.html>. Acesso em: 29 jan. 2018.

Blog Piracema – nadando contra a corrente: <http://felixmaier1950.blogspot.com/2018/>

Catálogo de Teses e Dissertações da Capes: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 6 out. 2017.

CNPq – busca Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 2 nov. 2017.

CNPq – Currículo Lattes de Patricia Sposito Mechi: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4167289E9#Identificacao>. Acesso em: 2 nov. 2017.

CNPq – Currículo Lattes de Romualdo Pessoa Campos Filho: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4791203J6>. Acesso em: 1 nov. 2017.

CNPq – Currículo Lattes de Vera Lucia Vieira: <http://lattes.cnpq.br/0435228781511894>. Acesso em: 8 nov. 2017.

Cronologia sobre as ações em torno da Guerrilha do Araguaia: <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/07/08/ult5773u1632.jhtm>. Acesso em: 3 nov. 2017.

III Congresso Internacional de Historia y Literatura Latino-americana y Caribeña. Lançamento de livros: <http://adhilac-brasil.org/CIHL/Pages/lan%C3%A7amento.html>. Acesso em: 29 nov. 2017.

Portal dos jornalistas: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/marcelo-godoy/>. Acesso em: 4 jun. 2018.

Portal Vermelho: <http://www.vermelho.org.br/noticia/1761-1>. Acesso em: 12 set. 2017.

Prêmio Memórias Reveladas: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/premio-memorias-reveladas>. Acesso em: 12 out. 2017.

Site “A verdade sufocada”: <https://www.averdadesufocada.com/> . Acesso em: 13 nov. 2017.

Site Catalinas no Brasil: <http://www.catalinasnobrasil.com.br/site/fabs/894-jonas-alves-correa.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Site da Editora Anita Garibaldi: <http://www.anitagaribaldi.com.br/autores/41/detail/osvaldo-bertolino.html>. Acesso em: 9 nov. 2017.

Site da revista Amálgama: <https://www.revistaamalgama.com.br/sobre/>. Acesso em: 5 jul. 2018.

Site da revista “Sociedade Militar”: <https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2011/12/livro-orvil-completo.html>. Acesso em: 7 jun. 2018.

Site “defesa net”: <http://www.defesanet.com.br/stm/noticia/17736/CNV---Nota-do-Superior-Tribunal-Militar-/>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Site do “Grupo Inconfidência”: http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=2215:orvil&catid=252:grupo-inconfidencia&Itemid=459. Acesso em: 8 jun. 2018.

Site “Geração Editorial”, Catálogo de obras: <http://www.geracaobooks.com.br/midia/?id=335>. Acesso em: 12 set. 2017.

Site “Geração Editorial”, informações sobre a editora: <http://geracaoeditorial.com.br/a-editora/>. Acesso em: 3 set. 2017.

Site “Memórias Reveladas”: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 13 out. 2017.

Site “Ternuma (Terrorismo Nunca Mais)”: <http://www.ternuma.com.br/>

XXVIII Simpósio Nacional de História. Lançamentos de livros: http://www.snh2015.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1808&impressao. Acesso em: 29 nov. 2017.

8 Relatório da Comissão Nacional da Verdade

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, vol. 1, 2 e 3. Brasília, 2014.

9 Vídeos

Vídeo da Audiência Pública do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra à Comissão Nacional da Verdade. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY&list=PL9n0M0Ix12jemD9XmEZKzrlnqPxCra-TK&index=3>. Acesso em: 27 maio 2017.

Vídeo da entrevista do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na Rede Gênese, de Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tMm0WHeB9Nc>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Vídeo do general Geraldo Luiz Nery da Silva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BBGTFoY_s8U. Acesso em: 17 ago. 2017.

Vídeo da entrevista de Zezé di Camargo à jornalista Leda Nagle. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pHXAgD8_C0g. Acesso em: 29 jun. 2018.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de *et al.* (Orgs.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-ventura-filipe-de-araujo-pomar>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-genoino-neto>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-da-tarde>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arns-paulo-evaristo>. Acesso em: 2 jun. 2018.

_____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. In: ANTONACCI, Maria A. (Org.). **Ética e história oral** – Projeto História. Abril/97. São Paulo: PUC-SP, n. 15.

_____. O grande mentiroso. **História**. São Paulo, n. 14, p. 125-130, 1995.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **História e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007, p. 78-89.

ARFUCH, Leonor. Narrativas del yo y memorias traumáticas. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2012, p. 45-60.

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

AZEVEDO, Carlos Alberto de; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. **Jornal Movimento, uma reportagem**. São Paulo: Manifesto, 2011.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína (TO), 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1983.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Audiência Pública Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, Brasília, 12 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/jpg/docs_araguaia/araguaia_versao_final.pdf. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, vol. 1, Brasília, 2014.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, vol. 2, Brasília, 2014.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, vol. 3, Brasília, 2014.

_____. Decreto 7.037. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 7 nov. 2018.

_____. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Reparação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm.

_____. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Lei de Anistia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. “Lei dos Desaparecidos”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). **História e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: Guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: UFG, 1997.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória**: defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985** – camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <http://www.nead.govol.br/portal/nead/publicacoes>.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

_____. **O Coronel rompe o silêncio**. São Paulo: Objetiva, 2004.

CASTRO, Eduardo. **Guerrilha do Araguaia**: as faces ocultas da história. [Documentário]. Ideia Produções/TV Brasil Central. Goiânia, 2007, 55 min.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UnB, 1994.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **José Genoíno**: escolhas políticas. São Paulo: Centauro, 2007.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares confissões**: histórias secretas do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **De algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia. 2014. 619 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, DF, 2014.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tânia; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

Dicionário político. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/arroyo_angelo.htm. Acesso em: 30 out. 2014.

Dicionário português. Disponível em: <http://dicionarioportugues.org/pt/voadeira>. Acesso em: 15 maio 2016.

DÓRIA, Palmério *et al.*. A Guerrilha do Araguaia. **História imediata**, n. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

_____. **A história**. Bauru: Edusc, 2003.

DREIFUSS, Renè Armand. **1964: a conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o movimento feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP; UFC, 2012.

FELIPE, Gilvane. **A Guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966–1975)**. Tese de doutorado apresentada ao Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 1993.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FERNANDES, Vandrê. **Camponeses do Araguaia – a guerrilha vista por dentro**. [Documentário]. Oka Produções/Fundação Maurício Grabois. Brasil, 2010, 73 min.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. 2. ed. Imperatriz: Ética Editora, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964 ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004. p. 29-60.

_____; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2011.

FRAZÃO, Dilva. **Ebiografia**. Disponível em: https://www.ebiografia.com/dilma_rousseff/. Acesso em: 19 mar. 2018.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História**, n. 17. Novembro de 1998.

GALDINO, Antonio Carlos. **O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos sessenta**. 1994. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERTEL, Elói. Apresentação. In: PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. A saga do Araguaia. São Paulo: Global, 2002.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil Sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura morte da ditadura militar – história, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime**. São Paulo: Alameda, 2014.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Orgs.). **Revisitando o positivismo**. Canoas: La Salle, 1998.

GUERRA, Fabiana de Paula. **Luta armada em foco: a guerrilha do Araguaia nas telas do cinema**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, n. 10, 1996, p. 25-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a06.pdf> Acesso em: 1 ago. 18.

JELIN, Elizabeth. **?Quiénes? ?Cuándo? Para qué? Actores y escenarios de las memorias: el Estado y la memoria**. Barcelona: RBA Libros, 2009.

_____. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

_____. Memórias em conflito. **Puentes**, Buenos Aires, agosto 2000, p. 6-13.

JIMENEZ, José Vargas. **Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia**. Campo Grande: Editora do autor, 2007.

_____. **Bacaba II**: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964. Campo Grande: Editora do autor, 2011.

JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KINZO, Maria D'Alva G. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo: Perspec, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**. 1. Novos problemas; 2. Novos objetos; 3. Novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 3 v.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, n. 17. Novembro de 1998.

MACIEL, Lício Augusto Ribeiro. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. 2. ed. São Paulo: Schoba, 2011.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881997000200011&lng=pt&nrm=iso.

MAIER, Félix. Apresentação. In: JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba II**: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964. Campo Grande: Editora do autor, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 28, p. 178-201, dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. Apresentação. In: DÓRIA, Palmério *et al.* A Guerrilha do Araguaia. **História imediata**, 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Vida vermelha**: história da esquerda no Brasil dos primeiros partidos à luta armada no Araguaia. Gurupi: Veloso Edições, 2004.

MAYRINK, José Maria. Militares põem em livro versão sobre repressão. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-poem-em-livro-versao-sobre-repressao,985167>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). Tese de doutorado em História Social. PUC-SP, 2012.

MEDEIROS, Evandro Costa de. **Araguaia campo sagrado**. [Documentário]. Labour Filmes Produções. Belém, 2010/2011, 53 min.

MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido no país. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MELO, Francisco Batista Torres de. Buscar a verdade verdadeira. In: JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba II**: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964. Campo Grande: Editora do autor, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-24, São Paulo, 1992.

MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). 2007. 472 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). USP/SP, 2007.

MIR, Luís. Apresentação. In: STUDART, Hugo. **A lei da selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES NETO, Geneton. Entrevista com Jarbas Passarinho. Globo News. 2010, 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bv4zGawrR2A>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAIS, Raquel. Morre Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html>. Acesso em: 23 maio 2017.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917–1964). São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

MOURA E SOUSA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia** – revanchismo – a grande verdade. Brasília: Gráfica e Editora LTDA, 2002.

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. (Apresentação). 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-45, nov. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Pires de. **O PC do B e o Araguaia**: a dissidência interna de 1979-1984. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2006.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. Prefácio. In: MACIEL, Licio Augusto Ribeiro. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. 2. ed. São Paulo: Schoba, 2011.

PEREIRA, Mateus Henrique de Farias. Nova direita? Guerras de memórias em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha – documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**: a saga do Araguaia. São Paulo: Global, 2002.

_____. <http://fernandoportelablog.blogspot.com.br/p/perfil.html>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. In: _____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, n. 14, São Paulo, PUC, fev. 1997, p. 25-39.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de história**. PUC-SP, abr. 1995, p. 13-33.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Toffoli imagina amaciar a extrema direita com acenos conciliadores”, diz historiador citado por ministro. *El País*. São Paulo, 3 out. 2018. Entrevista concedida a Felipe Betim. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538497133_463693.html. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. A construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

_____. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 173, ago. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Este imprevisível passado: um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60. **Teoria & debate**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, n° 32, p. 81-85, jul/ago/set 1996. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/livros-este-imprevisivel-passado>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. O sol sem peneira. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20121017143311/http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>. Acesso em: 3 nov. 2018.

REIS, Naurinete Fernandes Inacio. **Memória social e Guerrilha do Araguaia**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2013.

RIBEIRO, Flávia M. Franchini. O Araguaia pelos militares: imaginários e barbáries. In: **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008, p. 291-297. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/123.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. V. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa**. V. 3. Campinas: Papyrus, 1997.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. **A Guerrilha do Araguaia (1972–1974)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 1995, 158 p.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano e o tempo da**

ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil:** o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SÁ, Glênio. **Araguaia:** Relato de um guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). **História** [online], v. 26, n. 2, p. 346-347, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000200017>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras; Editora UFMG, 2007.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 4, p. 73-83, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 25-82, 2008.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, n. 30, p. 71-98, 2005.

SILVA, Dácia Ibiapina da. **Memórias da Guerrilha do Araguaia:** relatos de moradores de Palestina do Pará. Tese de doutorado. UFRRJ/CPDA, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano:** o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Geraldo Luiz Neryda. Prefácio. In: AUGUSTO, Agnaldo Del Nero; MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do. (Orgs.). **Orvil:** tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada:** memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos cruzados:** trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 2006. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2006.

_____. **Lgrimas e lutas:** a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. 2011. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. **O jornal Movimento**: a experiência na luta democrática. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, DF, 2014, p. 43. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17056/1/2014_InaraBezerraFerreiraSousa.pdf. Acesso em: 2 ago. 2018.

STUDART, Hugo. **A lei da selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

_____. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). Tese de doutorado. UNB, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.

_____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Org. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: **Peculiaridade dos ingleses e outros ensaios**. Org. Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2008.

TORRES, Raymundo Maximiliano Negrão. Prefácio. In: MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia** – revanchismo: a grande verdade. Edição do Autor: Brasília, 2002.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. Apresentação. In: AUGUSTO, Agnaldo Del Nero; MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.). **Orvil**: tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012.

_____. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

VIEIRA, Vera Lúcia. Prefácio. In: MECCHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.